Ana Lúcia Poltronieri
Darcília Simões
Maria Noêmi Freitas

A contribuição da **Semiótica** no Ensino & na Pesquisa

Dialogarts
Publicações

Ana Lúcia Poltronieri
Darcília Simões
Maria Noêmi Freitas

A contribuição da **Semiótica** no Ensino & na Pesquisa

2010

Dialogarts

Copyrigth @ 2010 Darcilia Simões

Publicações Dialogarts

(http://www.darciliasimoes.pro.br)

Organizadora do volume:
Darcilia Simões — contato@darciliasimoes.pro.br

Co-coordenador do projeto:
Flavio García — flavgarc@uol.com.br

Coordenador de divulgação:
Cláudio Cezar Henriques — claudioc@bighost.com.br

Diagramação:
Carlos Henrique Braga Brandão
Elizabeth Estumano Freire
Marcos da Rocha Vieira

Capa:
Carlos Henrique Braga Brandão

Revisão:
Débora da Silva Ferreira
Marina Couto Neves
Priscila Costa Lemos Barbosa

Logotipo:
Gisela Abad — gisela.abad@gmail.com

Centro de Educação e Humanidades

UERJ — DEPEXT — SR3 — Publicações Dialogarts

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

S401 A contribuição da semiótica no ensino e na pesquisa.

Darcilia Simões, Ana Lucia Poltronieri e Maria Noêmi Freitas (orgs.)

Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010. p.XXX

Publicações Dialogarts

Bibliografia.

ISBN 978-85-86837-73-9

1. Semiótica 2. Língua Portuguesa. 4. Pesquisa

5. Ensino.

I. Simões, Darcilia; Ana Lucia Poltronieri e Maria Noêmi Freitas (orgs.) - I - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. II - Departamento de Extensão. III. Título.

CDD. 401.407

ISBN 978-85-86837-73-9

Correspondências para:

UERJ/IL - a/c Darcilia Simões

R. São Francisco Xavier, 524 sala 11.139-F

Maracanã - Rio de Janeiro: CEP 20 569-900

Contatos:

dialogarts@oi.com.br

contato@darciliasimoes.pro.br

flavgarc@uol.com.br

URL: http://www.dialogarts.uerj.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO *7*

PREFÁCIO *9*

O ENSINO DO GÊNERO DISSERTATIVO
À LUZ DA TEORIA
DA ICONICIDADE VERBAL *26*

AS NARRATIVAS
DE ENCANTAMENTO E A SOCIEDADE *50*

A RELAÇÃO INTER-SEMIÓTICA
LETRA/MÚSICA EM RECENTES CANÇÕES DE CHICO BUARQUE *67*

AULAS PRESENCIAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA MEDIADAS PELA INTERNET *84*

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: LEGALIDADE,
LEGITIMIDADE E LEGITIMIZAÇÃO – IMPLICAÇÕES SEMIÓTICAS *103*

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS
E HUMOR VERBAL: UMA LEITURA SEMIÓTICA *135*

"O CÃO SEM PLUMAS" E O ENSINO
DE LÍNGUA PORTUGUESA: APROXIMAÇÃO & DISTANCIAMENTO *162*

PROPAGANDA
DO SABER - CONHECIMENTO E O DISCURSO EDUCAÇÃO *192*

PROPAGANDA NAZISTA,
A ARTE DE VENCER PELO PODER DA IMAGEM *212*

DISCURSO TECNOLÓGICO:
O BLOG E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA *247*

O PODER DA PALAVRA
NO DISCURSO RELIGIOSO *270*

REVISTAS FEMININAS: MANUAIS DE COMPORTAMENTO
PARA A MULHER DO SÉCULO XXI *293*

TECNOLOGIA ASSISTIVA: ENTENDENDO O PROCESSO *308*

A IDENTIDADE NACIONAL EM RUÍNAS:
SOB O SIGNO DAS FORMIGAS *322*

SIG E SEMIÓTICA *335*

O GRITO DO PICAPAU:
UM OLHAR SOBRE O "MONTEIRO LOBATO EDUCADOR" *358*

A LINGUÍSTICA SISTÊMICO FUNCIONAL:
A LÍNGUA COMO SISTEMA SEMIÓTICO *382*

ENSINO DE GRAMÁTICA:
ACESSÓRIO OU ESSENCIAL AO ENSINO DE LÍNGUA? *400*

CENOGRAFIA DA BELEZA CONTEMPORÂNEA:
CORPOLATRIA OU O "CUIDADO DE SI"
NO ESPAÇO DISCURSIVO DA MEN'S HEALTH *416*

CINEMA AMBIENTAL NO BRASIL:
A IDENTIDADE VERDE EM DOCUMENTO (1999-2009) *431*

CONDICIONAIS LINGUÍSTICOS: MUNDOS (RE)INVENTADOS *449*

A IDENTIDADE TELEVISIVA COMO SIGNO *485*

SEMIÓTICA NO DISCURSO PUBLICITÁRIO:
O SISTEMA BANCÁRIO E SUAS LINGUAGENS *513*

AS CATEGORIAS DE TEMPO COMO CONTRIBUIÇÃO
PARA A DISTINÇÃO ENTRE TIPOLOGIAS TEXTUAIS *534*

MARIO QUINTANA:
UM GRAMÁTICO SEMIÓTICO *553*

ICONICIDADE DIAGRAMÁTICA –
A EXPRESSÃO MOTIVADA PELAS FUNÇÕES *567*

A INTENCIONALIDADE DOS SIGNOS
DOS PERFIS DO PAR PERFEITO *589*

APRESENTAÇÃO

No dia 11 de novembro de 2009, realizou-se, n Instituto de Letras - UERJ- campus Maracanã, o II Colóquio de Semiótica, uma iniciativa do grupo de pesquisas SELEPROT (Semiótica, Leitura e Produção de Textos), coordenado pela professora Dra. Darcilia Simões. O objetivo principal desse encontro foi congregar diversas áreas de conhecimento em torno da Semiótica, como ciência, campo de investigação de linha francesa, norte-americana, italiana, russa, etc., e também da Semiótica Aplicada. Acreditamos que essa meta foi plenamente alcançada, visto que conseguimos reunir profissionais de diferentes áreas, como Geologia, Literatura, Linguística, História, Comunicação Social, Design e Enfermagem, com um número expressivo de participantes. Como experiência acadêmica enriquecedora, o evento despertou o interesse de pesquisadores, docentes do terceiro grau e ensino básico, pós- graduandos e alunos da graduação em Letras, que, de uma maneira ou de outra, se preocupam com a leitura e o funcionamento social dos textos.

Tendo como eixo a Semiótica, o encontro contemplou análises dos mais variados gêneros textuais, desde a literatura de Lobato a páginas interativas da internet, passando por propostas educacionais de ensino de língua materna e estrangeira, projeto de tecnologia assistiva, anúncios publicitários, redações de vestibular, capas de revista, música, cinema e televisão. Com vistas aos processos de significação, vislumbraram-se temas como a função simbólica e a identidade na linguagem, a iconicidade, a denotação e a conotação, as categorias de tempo, os próprios gêneros textuais, a produção do humor, discurso e enunciação, fantasia e verdade, o verbal e o

não verbal, o implícito, a gramática, a linguagem tecnológica, a linguística sistêmico-funcional e o ensino.

Do diálogo interdisciplinar resultou este material profícuo que vale por si mesmo, mas que também vale pelos signos que poderá suscitar nas mentes leitoras, na geração de outros diálogos, em busca de novos caminhos para a leitura, a produção de textos e seu ensino.

Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram para o sucesso do evento e para a produção desta valiosa fonte de consulta e inspiração para novas pesquisas acadêmicas e o aperfeiçoamento do ensino integrado das diversas disciplinas que dela possam tirar proveito, motivados por um desejo de desenvolvimento humano e social calcado nos ideais de liberdade e igualdade, para as quais o domínio da(s) língua(s) e das diferentes linguagens é o principal conduto.

A Semiótica, como ciência e como método, é capaz de reunir todo um universo de linguagens num interesse comum, por ser a ciência dos signos e, graças a isso, ser também um método adequado à interpretação dos textos. Já que as linguagens se constituem de signos que se intercambiam, se completam, se transformam e evoluem, produzindo e renovando os sentidos do mundo, que é o que dá existência e sustentabilidade aos seres e às coisas.

Maria Noêmi F. da Costa Freitas

Ana Lúcia M. R. Poltronieri Martins

Membros do SELEPROT

Vice-coordenadoras do 2º COLÓQUIO DE SEMIÓTICA

PREFÁCIO

Construir o prefácio de uma obra não é tarefa simples. Por isso, trata-se de trabalho demorado, por implicar a leitura cuidadosa de cada um dos capítulos que constituiu a obra. Espero ter podido apresentar ao leitor uma visão preliminar do que encontrará em "A contribuição da semiótica no ensino e na pesquisa", livro que reúne os trabalhos apresentados no 2º Colóquio de Semiótica – UERJ – 2009, organizado pelo Grupo de Pesquisa Semiótica, Leitura e Produção de Textos — o SELEPROT.

Inicialmente, cumpre esclarecer que os capítulos estão organizados em ordem alfabética a partir dos prenomes dos autores.

Ana Cristina dos Santos Malfacini, em "O ensino do gênero dissertativo à luz da teoria da iconicidade verbal", propõe breve estudo sobre o gênero dissertativo voltado para concursos e vestibulares. A autora tenta avaliar, segundo a Teoria da Iconicidade Verbal (TIV), os níveis de iconicidade presentes em textos que obtiveram a nota máxima no processo seletivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo vestibular tem sido considerado modelo de qualidade e coerência para outras instituições.

Ana Malfacini busca demonstrar a eficiência da TIV como padrão de análise para um texto dissertativo de exigências altamente específicas. Apresenta assim uma proposta didático-pedagógica, que afirma ser consistente na avaliação de signos que funcionam como recursos subjetivos.

Relendo Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, A Pequena Sereia, O Gato de Botas e A Bela Adormecida, Aira Suzana R. Martins,

em "As narrativas de encantamento e a sociedade", objetivando a sistematização das características do gênero narrativo histórias infantis de encantamento, estimulou seus alunos de sexto ano do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) a produzirem textos. A partir dessas produções, abriu-se a discussão em direção à paródia, uma vez que as crianças questionaram o andamento e a conclusão propostas pelos textos originais. Finalmente, a turma é convidada a transcodificar as histórias em foco para o gênero história em quadrinho. O comando seria: elaborar uma história em quadrinhos na qual personagens de um contexto situado no passado deveriam interagir em tempo e espaço atualizados

Após a realização da tarefa, a autora concluiu que a prática de uma leitura crítica de textos pode levar o aluno a estabelecer relações entre as histórias lidas e outras histórias, ou mesmo com experiências vivenciadas, criando assim o vínculo indispensável entre as práticas didáticas e a vida cotidiana, deixa assim um mote para as aulas de português combinadas com instruções semióticas.

André Conforte, em "A relação inter-semiótica letra/música em recentes canções de Chico Buarque, trabalha a hipótese de que um dos caminhos para se avaliar a qualidade da produção buarquiana está no entendimento da exploração da iconicidade de aspectos musicais como a melodia, a harmonia e o ritmo, promovendo diálogo máximo com a letra que lhes é sobreposta. O articulista discute a consideração de letras de música como poemas. Passeando pela teoria literária e pela semiótica, André Conforte orienta os interessados nos cuidados a serem tomados quando da análise de letras de música, uma vez que se trata de um gênero textual específico.

"Aulas presenciais de língua portuguesa mediadas pela internet" é assinado por Aurora de Jesus Rodrigues, pesquisadora do ensino à distância (EAD) de português. A autora propõe o estudo das relações existentes entre as linguagens e as tecnologias da educação que são permeadas pela competência cultural. Rodrigues afirma que os diversos recursos tecnológicos, apesar de sua importância e de sua visibilidade, têm sido subutilizados no desenvolvimento dos programas educacionais, sobretudo, no que tange à motivação dos alunos nas escolas da periferia paulistana.

Partindo de experiência em aulas presenciais, a estudiosa busca demonstrar como a utilização da Internet pode melhorar o desempenho dos alunos do ensino fundamental, no que se refere à interpretação de textos e à redação, proporcionando reflexos positivos em todas as disciplinas do currículo escolar.

Carmem Praxedes, em "Educação Linguística: Legalidade, Legitimidade e Legitimização – Implicações Semióticas", busca contrastar os textos dos sistemas educacionais brasileiro e italiano, ou seja, o da LDB e a Nova Organização Escolar Italiana e seus correlatos, para, posteriormente, analisar, à luz da semiótica, as aplicações e aplicabilidades destes dois sistemas educacionais, considerando um recorte lingüístico – PCN e Quadros lingüísticos -, que tenham sido propostos por educadores e pesquisadores destes países e seus eventuais colaboradores. A autora procura estabelecer a diferença entre o estudante italiano e o brasileiro no ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira (LE), em nível superior. Persegue a hipótese de que os incentivos à aprendizagem de línguas, a situação histórica plurilíngüe, uma metodologia bem definida, além de uma Educação Básica pública e de qualidade são determinantes para o desenvolvimento das competências e habili-

dades linguísticas. Afirma que o papel do professor-educador terá uma função determinante na construção de uma relação eufórica ou disfórica no processo de apropriação do saber pelos estudantes.

Graças aos avanços nos estudos técnico-didáticos, hoje uma aula não precisa ser necessariamente sisuda. Está patente que o que se aprende com alegria dificilmente será esquecido. Claudia Moura da Rocha vem pesquisando o humor desde o curso de especialização. Neste volume, a estudiosa nos oferta "Anúncios publicitários e humor verbal: uma leitura semiótica", no qual os anúncios publicitários são analisados como gêneros textuais presentes no cotidiano dos sujeitos: nos jornais, revistas, outdoors e páginas da internet. A proposta da autora é a leitura semiótica de anúncios publicitários que empregam o humor verbal como estratégia persuasiva. Esta leitura calcar-se-á na Teoria da Iconicidade Verbal (cf. SIMÕES, 2009).

Os anúncios publicitários são textos cujo objetivo específico é vender um produto ou uma ideia, gerando, assim, mudanças de hábitos e de comportamentos do seu público-alvo.

Um número expressivo de anúncios publicitários emprega o humor como estratégia de persuasão, uma vez que o que por ser engraçado é capaz de despertar o interesse das pessoas. Além disso, o uso do humor mascara o apelo consumista, pois o leitor pode ter a impressão de que sua atenção está voltada apenas para o que é cômico e não para o que está sendo anunciado.

Entre as estratégias utilizadas para produzir o riso, podemos destacar o emprego da própria língua para fazer rir, ou seja, o uso do humor verbal (humor que não é apenas veiculado pela língua, mas por ela provocado). A seleção lexical, o emprego de recursos

linguísticos de ordem morfológica, sintática, fonológica, entre outros, podem produzir o que se costuma chamar de humor verbal.

Em "O cão sem plumas" e o ensino de língua portuguesa: aproximação & distanciamento", Claudio Artur O. Rei, partindo de uma epígrafe de Comenius, envereda pela discussão da ineficiência de um sem-número de propostas metodológicas para as práticas didáticas de Língua Portuguesa nos ensinos médio e fundamental. O autor aponta algumas falhas usuais, partindo em seguida para o trabalho com os conceitos de metáfora e símbolo apresentados no texto "A Imagem", de Octavio Paz, e posteriormente, num viés semiótico, busca aplicar os conceitos apresentados numa análise do poema "O Cão sem Plumas", de João Cabral de Melo Neto, para, por último propor duas possibilidades de leitura, a partir das quais tenta refletir sobre a antítese — aproximação & distanciamento — presente no título do artigo, aprofundando a crítica ao ensino de Língua Portuguesa.

Darcilia M. P. Simões e Eliane Meneses de Melo, em "Propaganda do saber - conhecimento e o discurso educação", fazem uma reflexão sobre o saber/conhecimento na sociedade contemporânea. Prioriza-se o olhar sobre a produção e a circulação do conhecimento, na axiologia da sociedade de massa, acrescida das novas tecnologias da informação e comunicação. As autoras tratam o saber/conhecimento como produto de consumo na perspectiva da Educação. Analisam o discurso publicitário destinado ao produto educação aliado à identidade cultural do sujeito-aluno-consumidor-cliente. As pesquisadoras afirmam ser o saber-conhecimento o capital em circulação, marca do Poder e de poder. O objeto em foco é analisado a partir de peças publicitárias, suas estratégias de comunicação, os processos de construção e transformação da identidade dos produtos e das marcas das IES particulares, às quais se associam.

A pesquisa que dá origem a este capítulo revela um olhar semiótico sobre o universo discursivo da publicidade destinado à venda do produto saber-conhecimento.

"Propaganda nazista, a arte de vencer pelo poder da imagem", de Edilberto Venturelli, procura relacionar a força da propaganda nazista ao poder icônico que as imagens veiculadas à época lhe proporcionaram. Busca mostrar que a Alemanha foi reorganizada sob os símbolos e cores do Partido Nazista, mediante a utilização deliberada de códigos que promovessem a intimidação dos seus inimigos. Segundo o autor, a propaganda nazista buscava atingir a massa popular por meio de mensagens carregadas de emoção que despertassem as paixões nos interlocutores. Com isso, atingia-se o povo com uma semiose repleta de signos norteadores (índices), levando-o a crer que a Alemanha e seu líder representavam "a grande matriarca" e "o Messias libertador", respectivamente.

Edna Teixeira da Silva e Eliana Meneses de Melo relatam resultado de pesquisa realizada junto ao Programa de Mestrado da Universidade Braz Cubas. Estudo interdisciplinar investigou o discurso das linguagens tecnológicas e sua interface com o discurso pedagógico destinado ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Após uma revisão teórica das linguagens, suas dinâmicas e transformações, partiram para uma pesquisa aplicada por meio da exploração de um blog criado para tal fim. Os estudantes se inter-relacionaram por meio de variadas linguagens. A experiência possibilitou a análise de diferentes ferramentas, que testaram o diálogo entre o Discurso Tecnológico e o os sujeitos do Discurso Pedagógico.

Elmar Rosa de Aquino, no capítulo denominado "O poder da palavra no discurso religioso", faz uma análise da seleção lexical como

estratégia de convencimento usada em textos produzidos pelo segmento neopentecostal do cristianismo. O autor busca demonstrar o teor materialista, característico da Teologia da Prosperidade, e o aspecto beligerante que promove uma verdadeira "guerra santa" contra as forças do mal que assolam a humanidade. Lança mão da Teoria da Iconicidade Verbal, e de pesquisas de Eni Orlandi, como ferramentas de discussão de excertos do livro Estudo do Apocalipse, do Bispo Macedo (2007). Estudos estilísticos, de Análise do Discurso, de intertextualidade e polifonia são combinados pelo estudioso análises feitas por historiadores, filósofos da religião e teólogos, com vista a identificar estratégias de escolha lexical que, a partir de uma interpretação de textos bíblicos e suas relações intertextuais tenta persuadir o leitor à compartilhar das propostas ideológicas pregadas pelo fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

Flávia Cassino Esteves escreveu "Revistas femininas: manuais de comportamento para a mulher do Século XXI", analisa Claudia e Marie Claire, com a meta de demonstrar que, segundo o projeto editorial que subjaz a esse suporte, são usados artifícios argumentativos que convençam a mulher do Século XXI de que seu papel passivo permanece inalterado. Flávia Esteves parte da premissa de que o fato de as mulheres terem tido acesso à leitura e à escrita bastante tempo depois dos homens, possam ser vistas pelos editores como presa fácil. Se o contato com a leitura é recente possivelmente a capacidade de análise crítica esteja pouco desenvolvida.

Focadas nas atitudes e padrões ditos femininos — forma física, vestuário, comportamento — as revistas em análise devem ser vistas pela mulher como aliadas por lhes oferecerem modelos

para que obtenham reconhecimento e valorização na sociedade. A pesquisadora busca apontar marcas icônicas presentes no texto que mantêm um modelo extemporâneo de mulher, que oscila entre a dona de casa e o objeto sexual.

"Tecnologia assistiva: entendendo o processo" é assinado por Fernanda Maia, Lucy Niemeyer e Sydney Freitas. Trata de produtos, recursos e serviços especificamente projetados para serem utilizados por pessoas com deficiência ou idosas, com objetivo de prevenir, compensar, ou neutralizar deficiências, limitações na atividade ou restrições na participação, e melhorar a autonomia e a qualidade de vida.

Afirmam os pesquisadores que o objetivo principal dos recursos de tecnologia assistiva é proporcionar ao usuário possibilidades para que ele atue no mundo em igualdade de condições com os demais indivíduos. Considerando a prevalência da função simbólica no mundo contemporâneo, a tecnologia assistiva transcende o simples papel de compensar uma deficiência física, pois representa a libertação dos sujeitos portadores de necessidades especiais.

Segundo este artigo, os valores e significações geradas pelo produto são particulares e compatíveis com a história individual de cada usuário. Somente por meio do entendimento dos processos de significações e de sua incorporação aos processos metodológicos no desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva, será possível alcançar produtos adequados a seus usuários finais.

Entrevistas realizadas com terapeutas ocupacionais que produzem objetos de tecnologia assistiva, analisadas com base semiótica, permitem entender a relação em que estão envolvidos os sujeitos desse processo de interação mediado por produtos de tecnologia assistiva.

José Carlos Pinheiro Prioste, nos oferece "A identidade nacional em ruínas: sob o signo das formigas". Neste estudo, o estudiosos põe em questão o conceito de identidade a partir de uma desconstrução do ideário formulado pela visão européia da América como o paraíso e representam tal imaginário em confronto com a realidade sob o signo de formigueiros.

De Lima Barreto, o autor traz a paródia de um nacionalismo exaltado que se depara com a infertilidade do solo sendo devorado pelas formigas ao contrário do decantado por Caminha. De Macunaíma, de Mário de Andrade, traz a constatação de que o mal do Brasil são as saúvas em detrimento de pouca saúde. De Antônio Callado, busca em Quarup a investigação do centro geodésico da América por um padre que se depara com um formigueiro. A partir dessas três imagens, Prioste procura unificar as três imagens em foco, sob o signo das ruínas a destituir o ideal de identidade nacional. O centro da questão se fundamenta na defasagem entre a representação através dos signos e a realidade concreta ou imaginada pela formação cultural e ideológica de nossa história.

"SIG e Semiótica", de Liane Maria Azevedo Dornelles, tem por objetivo a análise dos sistemas semióticos dos programas Sistema de Análise GeoAmbiental (SAGA/UFRJ) e Sistema de Apoio ao Planejamento e Monitoramento Territorial para a 5ª série (SISPLAMTE 5as COM GIS), a partir da modelagem e implementação de aplicações ambientais voltadas para os Ensinos Fundamental (Ciências Biológicas, Geografia e História) e Médio (Física, Matemática e Língua Portuguesa). Os programas foram avaliados pelo Método de Inspeção de Usabilidade/Percurso Cognitivo. Os resultados obtidos, frente ao método selecionado, mostraram-se adequados evidenciando a concepção do SISPLA-

MTE 5as COM GIS, do tipo "para usuário final" e do SAGA/ UFRJ, por meio do qual o usuário pode armazenar e processar informações com eficiência.

"O grito do pica-pau um olhar sobre o "Monteiro Lobato educador" é um artigo em que Lutiane Marques Silva intenta apresentar a relação entre o pensamento do escritor Monteiro Lobato e a influência dialógica de suas obras com o público infantil. Tem por córpus cartas e histórias lobatianas, de onde extrai trechos que ilustram a proposta do pesquisador relativa à discussão de propostas atuais para a Educação Nacional em confronto com o que Lobato já apresentava no início do século passado.

Magda Bahia Schlee, em "A linguística sistêmico-funcional: a língua como sistema semiótico", apresenta os pressupostos teórico--metodológicos da linguística sistêmico-funcional, relacionando essa perspectiva com os sistemas semióticos de análise linguística. A autora parte da concepção de linguagem e dos conceitos-base da teoria segundo Halliday (1994), a partir do que fica evidenciada uma das linhas centrais da teoria, que é a interdependência entre estrutura social e linguagem, ou seja: na perspectiva sistêmico--funcional, estuda-se a natureza e a organização interna da linguagem em termos das funções a que ela se presta na vida social.

A pesquisadora apresenta a linguística sistêmico-funcional não só como uma teoria de descrição gramatical, mas também como um modelo de análise, que fornece instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem extremamente úteis para a análise de textos em geral.

O artigo "Ensino de gramática: acessório ou essencial ao ensino de língua?", de autoria de Maria de Oliveira Mendes Ramos, discute a importância do ensino de gramática a partir dos pressupostos teóricos do formalismo e do funcionalismo, com ênfase na teoria sistêmico-funcional. A autora se refere a uma crítica à gramática normativa, devida à abordagem centrada na análise da estrutura das palavras ou da sentença. Afirma que essa prática de estudo da linguagem é considerada ineficiente por não conduzir o aprendiz a uma melhor compreensão dos sentidos possíveis para o texto, já que se mostra como um processo de imposição de regras ao falante.

Segundo Ramos, a teoria sistêmico-funcional mostra que linguagem vai além do conhecimento gramatical, já que não se separa o sistema linguístico do uso que se faz dele. Portanto, o enfoque funcionalista envolve não só o conhecimento da gramática da língua, como também o conhecimento pragmático do falante. A linguagem é considerada, dessa forma, um instrumento de interação social e será analisada dentro de um contexto. Sendo assim, os aspectos que envolvem o estudo da linguagem devem conduzir o aluno a uma reflexão crítica dos sentidos que a linguagem adquire como ação comunicativa estabelecida no convívio social.

Maria do Socorro Correia Lima, com seu artigo "Cenografia da beleza contemporânea: corpolatria ou o "cuidado de si" no espaço discursivo da MEN'S HEALTH", discute a exploração midiática de imagens do corpo. Traz à baila, a dialética entre memória e esquecimento, a retomada ou não de enunciados produzidos histórica e culturalmente, como estratégias potencializadas por uma sociedade arquivística e seu emaranhamento de imagens avulsas, de si para si.

Explora um córpus constituído de revistas que incluem textos verbais e fotografias cuja análise será norteada pela concepção de prática intersemiótica, proposta por Maingueneau (1984) e pelo conceito de intericonicidade proposto por Courtine (2005). O objetivo deste estudo é analisar a construção discursiva de corpos em estado de exposição/exibição a partir da encenação da corpolatria ou o "cuidado de si" no espaço discursivo da revista Men's Health. A partir dos textos dos ensaios nos quais aparecem imagens fotográficas justapostas à narração e à descrição de modelos com corpo à mostra, busca demonstrar que tais imagens enfatizam movimentos discursivos veiculados pela mídia, para difusão de conceitos sobre corpo, estética, sexualidade, masculinidade.

"Cinema ambiental no Brasil: a identidade verde em documento (1999-2009)" é um estudo de Paulo César da Costa Heméritas, em que o autor analisa a trajetória do Cinema Ambiental no Brasil e a sua relação com as questões ambientais a partir da realização do FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental realizado em Goiás – GO de 1999 até 2009.

"Condicionais linguísticos: mundos (re)inventados", estudo de Priscila M. Monken e Gilberto Gomes, aborda o discurso como manifestação de subjetividade, temporalidade e sentimentos. Os autores afirmam que o discurso nos aproxima das pessoas, estabelecendo assim um contato social e também nos interage com o mundo em que estamos inseridos. Através das atitudes que buscamos expressar em nossos discursos, tais como dúvida, probabilidade, necessidade, certeza, obrigação, entre outras, temos nosso discurso modalizado.

O artigo fala dos atos ilocucionários e os vê como motivados pelo reconhecimento das intenções do falante. Por isso afirmam que temos a modalidade um abriga um questionamento do falante a respeito de condições, potencialidades, chances de realização ou não da proposição, assim como o grau de adesão do falante ao seu próprio enunciado.

Sua análise privilegia os tipos condicionais, e os analisa como realis, potentialis e irrealis, observados como formas que possibilitam ao falante a criação de mundos possíveis, surgidos a partir de contextos pertinentes à situação na qual se encontra o enunciador.

Raquel Ponte e Lucy Niemeyer apresentam um estudo voltado para a linguagem da televisão. "A identidade televisiva como signo" é a identidade corporativa de um canal de televisão. Segundo as estudiosas, essa identidade é composta pelas vinhetas interprogramas, isto é, pelas vinhetas transmitidas nos horários comerciais.

A vinheta faz parte do design audiovisual, pois identifica o canal, organiza a programação e, em especial, transmite os valores e as promessas de marca da emissora. Ela visa a criar uma imagem organizacional sólida, gerando uma identificação com o telespectador a fim de garantir o incremento e a fidelização da audiência.

Baseado na Semiótica do filósofo americano Charles Sanders Peirce, este artigo busca mostrar a identidade televisiva como um signo complexo, composto de signos sonoros, visuais e verbais. A importância deste estudo é enfatizar que a identidade televisiva comunica valores e significações, por meio de diferentes tipos de signos, a fim de aumentar a eficácia da comunicação. As autoras pensam ser fundamental o desenvolvimento de uma pesquisa sis-

temática sobre o design audiovisual por seu crescimento como um promissor campo de trabalho e por sua influência na vida cotidiana.

"Semiótica no Discurso Publicitário: o sistema bancário e suas linguagens", produção de Jane Cristina Baptista da Silva & Rosália Maria Netto Prado, apresenta uma análise semiótica de aspectos da linguagem publicitária e/ou propaganda presente nos discursos bancários que se caracterizam como propagadores de valores controladores. Afirmam as autoras que tais discursos sugerem a adesão a seus bens de consumo, tendo por meta a conquista da preferência, por meio de valores amplamente divulgados pela mídia que seduzem e persuadem consumidores/clientes.

Este artigo traz uma leitura semiótica, fundamentada na teoria greimasiana, dos discursos subjacentes aos textos publicitários e seus respectivos valores socioculturais. O objeto desta análise não é o signo, mas a significação e as estruturas significantes que modelam os discursos social e individual.

"As categorias de tempo como contribuição para a distinção entre tipologias textuais", de Simone Sant'Anna, estuda as projeções enunciativas de tempo como contribuição para a distinção entre descrição e narração, com base na análise semiótica greimasiana. Apresenta uma análise qualitativa de dados, segundo a sintaxe discursiva e as categorias de tempo propostas por Fiorín. Tem por córpus uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo na data de 25 de novembro de 2008; e a amostra é extraída da manchete e de duas páginas do caderno Cotidiano, cujo tema é as enchentes em Santa Catarina. A meta desse estudo é identificar, descrever e explicar como as categorias de tempo podem contribuir para uma análise da tipologia textual.

Suely Shibao, propõe, com o "Mario Quintana: um gramático semiótico", uma leitura do poema de Mário Quintana "De Gramática e de Linguagem". Descreve semioses que podem servir de referência para a leitura de outros textos e de estímulo À produção textual.

A pesquisadora tem por premissa que ler é aceitar participar de uma situação discursiva, é aprender a dialogar com o texto, consigo mesmo e com o mundo. Entende leitura como uma atividade interacional que permite ao leitor agregar conhecimentos linguísticos e enciclopédicos. Shibao deixa relevante contribuição paras as práticas de língua portuguesa subsidiadas pela semiótica.

Vania Lucia R. Dutra apresenta em seu artigo "Iconicidade diagramática – a expressão motivada pelas funções" contribuições para as aulas de língua portuguesa. Demonstra a importância do conhecimento gramatical e produtividade de teorias como a linguística sistêmico-funcional (LSF) de Halliday e a teoria da iconicidade verbal (TIV) de Simões.

Opera no âmbito da iconicidade diagramática (TIV), ou seja, busca a comprovação de que "os arranjos estruturais refletem relações análogas existentes na estrutura semântica" (NEVES, 2007: 23) do texto que se constrói. Comprova que as construções linguísticas que os sistema disponibiliza ao falante são determinadas pelos usos a que as sujeitamos, ou seja: os sentidos que queremos construir se refletem na configuração dos recursos linguísticos. Com base na LSF, analisa a variação funcional dos textos (gêneros), o modo como eles se diferenciam e as possíveis causas dessas diferenças. Discute o modo como a linguagem funciona na construção dos textos (sequências textuais – se são argumentativas, descritivas, narrativas) e as consequências do modelo praticado na produção de sentido.

"A intencionalidade dos signos dos perfis do Par Perfeito", de Vaniele Barreiros, adentra o mundo das comunicações virtuais e parte para o estudo da intencionalidade dos signos nas construções dos perfis do portal Par Perfeito, os quais são baseados em representações sociais construídas e difundidas pela mídia. Tendo como ambiente de existência o endereço situado na internet, a página virtual agrega indivíduos que utilizam signos para atrair um outro sujeito, estimulando nestes interpretações subjetivas. A análise de textos e fotografias postados pelos usuários têm com intuito encontrar um(a) namorado(a).

A pesquisadora afirma que as fotografias modelam-se nas representações sociais criadas e difundidas diuturnamente e que parecem propor a criação de uma sociedade especial para os que buscam relacionamentos no meio digital.

A expressão e o conteúdo dos perfis estimulam visitas a/de outros perfis.

A interação nesse ambiente de busca de parceiro(a) se constitui a partir de uma seleção de signos produzida pelo emissor e que deve ser reconhecida/compreendida pelo destinatário com vista à harmonização de perfis. Se as representações são coletivas e resultantes de uma percepção anterior, conclui-se que as representações sociais atuam como fator principal na construção do imaginário do indivíduo; e as significações particulares dos perfis constituem o primeiro passo para o tão sonhando Happy End.

Com esse estudo sobre perfis que circulam na rede mundial de computadores, conclui-se o volume que reúne artigos que operam com diferentes objetos de estudo e diferentes semióticas e semioses.

O livro que ora é entregue ao leitor documenta o crescimento do Grupo SELEPROT, que se expande não apenas quanto ao número de participantes, mas principalmente no que concerne à produção de conhecimento. Os membros do SELEPROT têm muito que fazer, pois os estudos semióticos voltaram ao foco no Brasil mais ou menos na segunda metade do Século XX; e suas aplicações ao estudo do signo verbal e às práticas didáticas de línguas, em especial, da língua portuguesa são ainda mais recentes.

Assim sendo, a produção do SELEPROT já constata sua relevância a partir do concurso cada vez maior de leitores, consulentes; e de parceiros.

Com muito prazer e algum orgulho, entrego à leitura "A contribuição da semiótica no ensino e na pesquisa", cuja edição é de responsabilidade das Publicações Dialogarts.

Darcilia Marindir Pinto Simões

Procientista da UERJ

Líder do Grupo SELEPROT

O ENSINO DO GÊNERO DISSERTATIVO À LUZ DA TEORIA DA ICONICIDADE VERBAL

Ana Cristitna dos Santos MALFACINI[1]

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento histórico especial, se pensarmos em todas as mudanças que ocorreram no âmbito da política educacional brasileira no decorrer do ano de 2009. O atual ministro da educação, Fernando Haddad, numa atitude que pegou a todos de surpresa, decidiu instituir o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como principal forma de ingresso nas universidades do país. A medida, ímpar, visa a garantir a acessibilidade de todos os brasileiros à educação superior e busca acabar com a "decoreba" e com as "fórmulas desgastadas" de ensino, encontradas sobretudo nas escolas brasileiras de Ensino Médio.

Apesar do tom entusiasta que a mídia adotou sobre o fato, nós, professores e pedagogos, ainda vemos com reservas todas as mudanças, principalmente depois do escândalo do vazamento das provas, ocorrido uma semana antes do exame. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que é urgente uma reforma no sistema educacional. Aqui, o que nos interessa objetivamente é a mudança no ensino de Língua Portuguesa, mormente no que diz respeito à leitura e à produção textual.

---

1 Profa. Ms pela PUC-RJ. Docente da UNIFOA- Volta Redonda. Atualmente cursa o doutorado em Letras na UERJ. É membro do grupo SELEPROT (semiótica, leitura e produção de textos).

Pensando em todos esses acontecimentos, decidimos focar nosso trabalho sobre o gênero dissertativo, a modalidade textual mais pedida em vestibulares e concursos públicos brasileiros. Ao que parece, é um consenso acreditar que o aluno, ao dominá-lo, demonstra não só seu conhecimento linguístico, mas também um grau de maturidade que lhe permita ingressar em um curso superior ou em uma autarquia do serviço público. Resta saber até que ponto esse conhecimento é verdadeiro, afinal, muitos são adestrados a redigir conforme as exigências de bancas específicas, e muitos professores têm-se prestado a esse papel: adestradores de multidões.

Ideologias à parte, o objetivo desta pesquisa é estudar essa modalidade textual, a dissertação, sob a perspectiva da Teoria da Iconicidade Verbal (T.I.V.), encontrada em Simões (2009). Nesse intuito, começamos por defender a semiótica como importante aporte teórico-metodológico nas mãos do professor de língua para, depois, traçarmos algumas rápidas considerações sobre o estudo dos gêneros textuais. Em seguida, defendemos nossa escolha pelos textos destacados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando à análise do corpus sob os níveis de iconicidade sugeridos por Simões (id.).

Esperamos, com isso, comprovar a validade da eficiência da teoria semiótica como padrão de análise, ainda que para um texto de exigências altamente específicas, demonstrando como é importante ao professor sua capacitação com um poderosa ferramenta didático-pedagógica.

A SEMIÓTICA COMO INSTRUMENTAL TEÓRICO

Ensinar um aluno a trabalhar com o texto verbal é sempre um desafio. Primeiro porque, na era da informática, é difícil fazer com que ele perceba o "apelo" de um texto literário quando comparado a um texto apenas imagético, abundante na esfera virtual. Segundo porque, numa aula de língua materna, é tarefa árdua desafiá-lo a produzir um texto simultaneamente criativo, informativo e culto, tendo de corrigir seu empreendimento sob critérios ortográficos, morfológicos, sintáticos e estilísticos, atribuindo ao autor uma nota no fim da tarefa.

Na expectativa de amparar o trabalho do professor de Língua Portuguesa diante desse impasse, acreditamos que a aplicação de uma teoria semiótica possa ser uma escolha importante. É mister que os critérios de julgamento de um texto possam ser partilhados entre os falantes de uma comunidade linguística e que possam ser ensinados com bom senso, a fim de serem compreendidos por todos. É nesse contexto que a semiose se faz destacar.

A Semiótica é um saber muito antigo que, a partir do século XX, ganhou novos traçados com os estudos de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Criador de uma semiótica de base lógico-filosófica (também chamada semiótica de base americana), Peirce teve a pretensão de fundar um estudo que pudesse ser aplicado a qualquer interpretação sígnica, o que conseguiu a partir das tríades fundadas por ele. Sendo assim, partiu do conceito de signo - "uma coisa que representa outra que não está lá" (SANTAELLA, 2006, p. 17), desdobrando-o sob o ponto de vista do objeto (quali-signo, sin-signo, legi-signo), do próprio signo (ícone, índice, símbolo) e do interpretante (rema, dicente, argumento).

Para Peirce, Semiótica é a doutrina formal dos signos. É a ciência dos signos e do processo significativo (semiose) na natureza e na cultura (NÖTH, 1995, p. 17), tendo como objeto de investigação todas as linguagens possíveis – artes visuais, músicas, fotografia, cinema, culinária, vestuário, gestos, religião, ciência, etc. Enfim, a Semiótica (do grego Semeiotiké ou "a arte dos sinais") é a ciência de toda e qualquer linguagem, ocupando-se do estudo do processo de significação ou representação, na natureza e na cultura, do conceito ou da ideia, ou seja, de qualquer sistema sígnico, "de qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado e sentido" (SANTAELLA, 2006, p. 13).

Com base nesse construto, Simões – experiente pesquisadora da ciência semiótica, com trabalhos publicados no assunto desde a década de 90 – explica em seu livro intitulado Iconicidade Verbal. Teoria e Prática (2009) as principais contribuições que uma teoria da iconicidade pode trazer para quem trabalha com o texto na expectativa de tornar alunos cidadãos. Para tanto, Simões define iconicidade como

> *uma qualidade de natureza plástico-imagética que pode orientar o leitor para uma tomada do texto como um desenho constituído por um traçado completo em que podem misturar-se às letras das palavras e enunciados, formas, cores, posições, figuras etc.; do diálogo entre essa variedade de signos resulta a compreensão da mensagem (SIMÕES, 2009, p. 101),*

defendendo, portanto, que

> *a plasticidade textual é referência de iconicidade e pode funcionar como base para condução do intérprete à mensagem inscrita no texto (id., p. 76).*

Sendo assim, a autora defende que ler significa co-produzir um texto, através do qual autor/enunciador e leitor/enunciatário/co-autor funcionem como parceiros (SIMÕES, 2009, p.79). Essa parceria é deflagrada, nas palavras de Simões, por uma trama sígnica na qual marcações linguístico-icônicas se apresentam como elementos mapeadores da leitura, os quais, por sua vez, constituem o tecido textual ativando esquemas mentais indispensáveis à captação dos possíveis referenciais do enunciador, associando-os (ou não) aos referenciais do leitor, construindo-se, assim, o conhecimento partilhado a partir de pistas linguísticas (ícones e índices) existentes na superfície textual.

Levando em conta que a imagem está presente em qualquer texto produzido pelo homem, e que, em pleno século XXI, desconsiderar essa presença na era da Internet é simplesmente impossível, a pesquisadora apresenta finalmente uma teoria para se trabalhar o texto de uma maneira que ousa desafiar o lugar-comum. Propondo uma análise que divide o texto em cinco níveis de iconicidade diferentes (a saber: diagramática, lexical, isotópica, alta e baixa iconicidade, eleição de signos orientadores e desorientadores), a autora vê a produção do texto como resultado do trabalho de um sujeito que se divide em "Escritor Ativo" e um "Leitor Interno" (p.81, apud Sautchuk, 2003). Dessa forma, Simões pôde constatar que seus alunos-autores têm-se tornado mais exigentes com seus próprios textos, "uma vez que se conscientizam de que a produção de forma mais adequada é garantia de comunicabilidade" (SIMÕES, 2009, p. 102).

Relacionando tais conceitos ao ponto de vista de uma teoria textual, chegamos à conclusão de que os princípios peirceanos são perfeitamente aplicáveis, visto que: a) oferecem uma base consistente e

abrangente (calcada na Lógica), podendo ser ensinados a qualquer professor que lide com o texto em sala de aula; b) incluem o aparato tecnológico como ferramenta de trabalho, fator importante no século XXI ; c) lidam com a palavra em uma perspectiva tridimensional, algo só possível a partir da visão triádica do signo.

Por exemplo, a iconicidade, propriedade semiótica fundada na plasticidade, é a base da construção dos signos e um texto é um signo. Palavras também podem ser lidas como signos: quando usadas na direção de uma transparência visual, são signos orientadores, levando à univocidade do texto. Ao contrário, quando são signos desorientadores, levam ao equívoco ou à ambigüidade, fazendo com que o leitor chegue a uma imagem obscura, o que prejudica a interpretação textual (Simões e Dutra, 2002, in Simões, 2007).

Ainda conforme Simões:

> *Do ponto de vista da análise verbal, a iconicidade pode ser observada não só no plano da estruturação gramatical, mas também num plano maior, mais abrangente, da trama textual. É observável: a seleção vocabular como representativa de usos e costumes diversos; a colocação dos termos nos enunciados como imagens das opções de enfoque ou das posições discursivas; a eleição do gênero e do tipo textual como indicador da relevância dos itens temáticos e lexicais contemplados no texto, etc. Também o projeto de texto, na sua arquitetura visual ou sonora, é material icônico a ser observado (SIMÕES, 2009, p. 77-78).*

À luz desse conhecimento, entendemos que existem pistas linguísticas (ícones e índices) que nos conduzem a tramas textuais,

verificáveis sob níveis de iconicidade, os quais nos propomos a analisar nesta pesquisa. Entendemos que esse material possa servir como uma ferramenta importante de capacitação não só para professores ávidos por ferramentas didático-pedagógicas eficientes, mas também para estudantes carentes de uma prática dinâmica de trabalho com a leitura (crítica) e produção de seus próprios escritos.

Sendo assim, propomo-nos a encontrar, no corpus eleito, a iconicidade: 1- diagramática; 2 – lexical; 3 – isotópica; 4 – alta ou baixa iconicidade; 5 – eleição de signos orientadores ou desorientadores, demonstrando, à medida do possível, como essa nomenclatura pode nos ajudar em nossa prática docente diária.

A DISSERTAÇÃO NOS MOLDES DO VESTIBULAR: UM GÊNERO?

Não obstante seja difícil definir os gêneros textuais, sabemos que são os textos que encontramos em nossa vida diária (cf. Marcuschi, 2009); são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social; são entidades sociodiscursivas e formas de ação com alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas, que contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos, caracterizados como práticas sociodiscursivas que agem sobre o mundo e dizem o mundo, constituindo-o de algum modo. São diversos, constituindo-se, em princípio, em listagens abertas, com um alto poder de transmutação ou até mesmo de assimilação de um pelo outro (Bakhtin, 2003). Enfim, em palavras mais simples, podemos dizer que, toda vez que falamos ou escrevemos algo, (re)produzimos gêneros textuais.

Segundo Marcuschi (2009, p. 149, apud Miller, 1984), os gêneros são uma "forma de ação social", um "artefato cultural" importante como parte integrante da estrutura comunicativa de nossa sociedade. Daí seu estudo ser uma importante área interdisciplinar, dado que verifica a linguagem em funcionamento em atividades culturais e sociais. Assim, são dinâmicos, com demarcações e limites fluidos, desde que não sejam encarados como modelos estanques ou estruturas rígidas.

São fundamentais na escola, pois segundo Schnewly e Dolz (apud Bezerra, 2005, p. 41), o gênero é utilizado como meio de articulação entre as práticas sociais e objetos escolares, mais particularmente no domínio do ensino da produção de textos orais e escritos. Segundo os autores, uma crítica que pode ser feita é que, na expectativa de favorecer a aprendizagem escrita de textos, a escola trabalhou com os gêneros, mas os restringiu aos seus aspectos estruturais ou formais. Assim, a desconsideração dos aspectos comunicativos e interacionais contribuiu para que alunos e professores tratassem a forma do texto em detrimento de sua função, o que contribuiu para que os textos fossem vistos limitadamente como esquemas de um formulário preenchido (para leitura) ou a preencher (para a escrita).

Já os tipos textuais não passam de meia dúzia (a saber: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção). Caracterizam-se muito mais como sequências linguísticas (retóricas) do que como textos materializados; designam uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza linguística de sua composição (id.; ib.). São modos textais, e sua composição sintática, lexical, estilística, etc., quando predomina num texto concreto, define-o como argumentativo ou expositivo, por exemplo.

Tomemos o caso do texto dissertativo[2] . Assumido como o preferido entre as bancas dos principais concursos públicos e vestibulares, ele tem sido cobrado nas provas brasileiras como um mero conjunto de regras, esvaziando-se, assim, seu propósito comunicativo natural. O aluno, na maioria dos casos, escreve sobre um tema definido por uma banca, a fim de ter seu texto corrigido por essa mesma banca. As condições de produção são muito divergentes das ideais: há um tempo limite para que a redação seja feita sem comprometer a resolução de outras questões de conhecimentos gerais/específicos que virão a seguir, a norma culta deve ser absolutamente mantida do início ao fim do texto e, em alguns casos, há concursos que cobram aspectos como originalidade ou interdisciplinaridade como quesitos extras de avaliação. Enfim, é um texto que exige certas perícias e habilidades dos candidatos e que, por isso, é abordado na maioria das escolas e cursos com métodos específicos para agradar aos corretores, cuja leitura crítica pode ser crucial para garantir ou não uma vaga tão almejada. Dito de outra forma, alunos de todo o Brasil têm sido doutrinados a escrever conforme o que se espera de seu texto: parágrafos, número de linhas, composição das partes do texto, seleção lexical, tudo isso pode ser ensinado de forma a que o candidato a um concurso obtenha a tão sonhada classificação. Resta saber se ele realmente está aprendendo a escrever.

Analisada sob critérios tão rígidos, a dissertação, voltada para um concurso público, não faz parte dos gêneros convencionais. Ela é produzida com a finalidade de obter uma nota, não para instruir um leitor ou suscitar uma discussão de dado assunto, por

2 Entendemos aqui a dissertação como o tipo de texto temático que analisa e interpreta dados concretos através de conceitos amplos. Segundo Platão & Fiorin (1996, p. 299): O discurso dissertativo mais amplo é o da ciência e da filosofia; neles as referências ao mundo concreto só ocorrem como recursos de argumentação, para ilustrar leis ou teorias gerais. Não nos interessa nesta pesquisa distinguir dissertação de argumentação (cf. Garcia, 1997, p. 370).

exemplo. Seu domínio discursivo transita entre o acadêmico e o educacional, devendo, via de regra, o candidato impressionar avaliadores pelo conhecimento de ambas as áreas. Seu suporte é um caderno de questões, e fora dele ela dificilmente teria vida própria, visto que seus critérios de produção ou de avaliação são tão específicos, que ela acaba por ter início e fim nela mesma. Ou seja, a dissertação, tal como é tratada aqui, não é mais do que um texto que nasce e morre para ser avaliado por outrem, e quando sobrevive a publicações pós-concursos, isso acontece para que outros candidatos avaliem-na ao lado de outras produções que obtiveram boas notas e que, portanto, devem ser copiadas por aqueles que também desejam sucesso nas provas vindouras.

Conforme Bagno:

> *No tocante à produção textual escrita, as escolas brasileiras, em sua maioria, até hoje se restringem à prática da "redação", gênero textual que só existe na escola, não tendo portanto nenhuma função sociocomunicativa relevante para a vida presente e futura do aprendiz. A prática tradicional da redação escolar empobrece drasticamente os objetivos de ensino da língua na escola, pois despreza todos os elementos que contibuem para as condições de produção do texto escrito: quem escreve, o que escreve, para quem escreve, quando e onde escreve, isto é, em que situação cultural, temporal e espacial (BAGNO, 2003, p. 56).*

Diante dessas críticas, é normal o professor se questionar frente a alguns dilemas profissionais: deverá ele seguir as teorias linguísticas contemporâneas e abandonar o trabalho preparatório voltado para determinados concursos? Como ensinar os gêneros sem contemplar características limitadas por tal ou qual banca de vestibular? Em suma, é justo ensinar seu aluno a escrever sem mencionar certas "dicas", sabendo que vários concursos valorizam regras de produção textual altamente específicas?

Mais um vez, acreditamos que uma teoria da iconicidade verbal possa ser uma importante ferramenta didático-metodológica nas mãos daqueles profissionais habituados a esses dilemas.

A PROVA DA UFRJ E A ESCOLHA DO CORPUS

Há algumas décadas, a prova de redação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é considerada um modelo para outras instituições de ensino.

Para escolher os temas de redação, a banca examina o que foi pedido nos últimos anos pela instituição e também por outros vestibulares, a fim de oferecer oportunidades de dissertação diferentes aos candidatos. Via de regra, a proposta escolhida serve de ponto de contato entre as provas de língua portuguesa e de literatura brasileira, na expectativa de que o candidato conte com uma vasta leitura de autores e gêneros antes de produzir seu próprio texto.

Ademais, há um conjunto de pequenos textos que precede a proposta de redação, intitulado "coletânea". Nela, os candidatos ainda encontram pequenos fragmentos de músicas, definições, aforismos, além de outros textos colhidos na Internet com o intuito de

enriquecer sua bagagem cultural. Nesse sentido, a própria prova serve como um referencial diversificado em que os alunos podem basear-se, o que não só contribui para a produção de seus próprios textos, como também pode influir positivamente na nota obtida no fim do processo.

Cada prova é corrigida por dois corretores, professores da própria UFRJ e/ou do Ensino Médio[3] . Se existe discrepância, ou seja, grande diferença de pontos entre as notas atribuídas, o texto é reavaliado por uma dupla de avaliadores que relê e discute o texto, atribuindo-lhe uma nota final. Os quesitos que fundamentam a correção, amplamente divulgados pela banca na mídia em geral, são cinco: adequação ao tipo de texto (dissertação); tema (atendimento à proposta); coerência textual (conectividade de ideias, sequência lógica); coesão textual (estrutura interna da frase); e padrão escrito culto (adequação à modalidade escrita, concordância, regência, ortografia). Cada um desses critérios pode receber nota de zero a 2,0, entretanto, se o candidato obtiver nota zero nos itens tipo de texto ou tema, será eleiminado do concurso.

A escolha do corpus ocorreu com base na análise da publicação da revista Guia do Estudante "Redação Vestibular + ENEM", nas bancas no mês de setembro de 2009. Dela, retiramos três redações modelares ("redações campeãs", conforme intitulou a revista) selecionadas pela banca como destaque frente às demais. O tema do vestibular do último ano pedia que o aluno produzisse um texto de caráter dissertativo-argumentativo, em que tecesse considerações sobre a relação entre normalidade/anormalidade no convívio social. Nossa intenção, como veremos abaixo, é verificar como a Teoria da Iconicidade Verbal ratifica essas notas 10,0.

3 Essa realidade diz respeito à correção do vestibular de 2009. Não estamos levando em consideração ainda aqui as modificações a serem realizadas pela IES com a adoção do Enem como nota parcial para o ano de 2010.

ANÁLISE DO CORPUS

1.ICONICIDADE DIAGRAMÁTICA

Trata do projeto visual/sonoro do texto, destacando-se o nível gráfico, ou seja, o design textual. Em outras palavras, consiste basicamente na distribuição dos signos na folha de papel, em uma "iconicidade material" do texto escrito (cf. Simões, 2009). Exemplos são títulos (centralizados no início do texto), a distribuição do conteúdo em parágrafos ou estrofes, além da divisão de uma obra em tópicos, títulos, subtítulos, etc.

No texto abaixo, intitulado Maniatria, essa relação se faz presente. Notamos que o título serve como um fio condutor da leitura, na medida em que gera uma curiosidade no leitor, justificando-se apenas na conclusão. Sendo assim, o neologismo criado pelo aluno configura-se como uma pista que leva seu interlocutor a uma sensação de completude ao fim da leitura, dando ao texto uma noção de coerência global. Aqui, convém reparar que o texto sugere um projeto pré-concebido pelo aluno, que se materializa ao fim da leitura numa estratégia título-introdução- conclusão.

Lembremos, ainda, que na cultura ocidental a configuração geral da leitura acontece de cima para baixo e da esquerda para a direita, o que demonstra uma organização visual que frequentemente nos orienta ao lermos um texto. Em consequência, ao nos depararmos com o título, sentimos uma curiosidade de desvendar-lhe, o que impulsiona nossa leitura até o fim da dissertação.

Abaixo, segue a redação do aluno na íntegra[4] . Optamos por trazer o texto completo na expectativa de melhor demonstrarmos.

MANIATRIA

Normalidade pode ser entendida como a característica dada a alguém que segue as normas estabelecidas por determinadas sociedades. Nesse sentido, usa-se o prefixo "a" para indicar as pessoas que negam essas regras, os anormais. No entanto, talvez seja possível identificar esse processo de formação de palavras como sendo passivo ou ativo e ali, quem sabe, reconhecer na loucura alguns vestígios da própria personalidade.

A taxação pode ser considerada como um processo passivo de prefixação. Isso porque, nesse caso, a condição de anormalidade é imposta a um determinado grupo ou pessoa por aqueles que se pré-estabeleceram normais. Esse processo pôde ser observado no período da colonização brasileira, por exemplo, na qual os portugueses julgaram os índios segundo seus padrões europeus e assim, para torná-los normais, fizeram-nos viver segundos o modelo de vida português.

No entanto, em algumas épocas da história, alguns negaram por vontade própria seus padrões, prefixando ativamente sua normalidade e se auto-considerando anormais. De fato, a revolução pode ser entendida como um movimento que visa desestruturar antigos padrões. Dessa forma, pode ser analisada como uma rejeição consciente de um modelo específico e defesa da idéia da criação de um novo, mesmo que essa refute o que antes era considerado normal. Os modernistas brasileiros revolucionaram a construção poética em 1922 sendo considerados não só anormais, mas loucos.

Todavia, ao contrário do que muitos esperavam, essa última denominação foi entendida por eles como um elogio. Isso porque esses revolucionários perceberam que eles eram assim chamados apenas por terem querido se libertar das algemas formais e deixar a inspiração e a brasilidade falarem mais alto que a "arte pela arte" européia. Assim, se lhes taxavam de loucos por serem inovadores, eles se auto-taxavam de insanos, exatamente pelo mesmo motivo.

Nesse sentido, é possível perceber que a relação entre normalidade e anormalidade pode ser entendida como algo efêmero que depende do ponto de vista. Se a sociedade é tão dinâmica é porque os anormais ativos sempre existiram e sempre existirão para questionar o normal. Adorar os loucos revolucionários parece ser algo cada vez mais comum em uma realidade de crises sucessivas. Se fosse possível juntar o radical "maria", de loucura, e o radical "atria", de adoração, talvez a nova palavra se tornasse a religião dos que anunciam a necessidade de mudanças, mas nunca são compreendidos.

4 Não é nosso objetivo aqui corrigir ou comentar erros gramaticais. Sendo assim, manteremos os textos dos alunos na íntegra, desviando nosso olhar para a Teoria da Iconicidade Verbal.

2.ICONICIDADE LEXICAL

É o potencial de ativação de imagens mentais que o texto pode gerar. Tão maior será a iconicidade textual quanto mais hábil seja o enunciador na ativação de itens léxicos, o que exige do produtor do texto domínio da norma culta da língua e de seu uso. Assim, quanto mais icônico for o texto, mais proficiente será seu produtor ao manejar seu conhecimento linguístico.

Na dissertação analisada abaixo, vemos que seu autor "brinca" com o conhecimento de mundo que tem do texto de um concurso vestibular. Em uma demonstração de autoria, ele quebra a expectativa de leitura, na medida em que desconstrói estruturas sintáticas e regras habitualmente usadas por alunos do Ensino Médio, como, por exemplo, o uso (recomendado) da 3ª pessoa do singular. Nessa perspectiva, o uso de uma estrutura composta por paralelismos é importante, negando uma série de ações consideradas normais na sociedade atual.

Assim, conforme Simões,

> *O vocabulário ativado no texto (emergente do paradigmático para o sintagmático) organiza-se em pistas icônicas (representativas, fundadas na similaridade, de fundo analógico) e indiciais (indutoras, fundadas na contiguidade, consecutivas). Explicamos a estruturação sintática como o arranjo das peças icônicas e indiciais de cuja combinação formar-se-ão as imagens semântico-pragmáticas que subsidiarão a leitura e a compreensão (SIMÕES, 2009, p. 70).*

Mais uma vez, trazemos o texto escolhido na íntegra a fim de melhor ilustrar nosso posicionamento acerca do assunto.

TODOS OS GESTOS DA INCREDULIDADE

Eu não compro Batom, não votaria no Obama, não gosto de futebol, e acredito que o uso da 3ª pessoa na dissertação é só mais uma marca do racionalismo excessivo e da impassibilidade das relações interpessoais atuais. Seria loucura escrever diferente do recomendado, do previsível, do normal. Seria acusado, mas não seria covarde. De fato, o melhor a fazer é tentar entender porque muitos não o fariam, porque a criatividade e a imaginação entraram em falência e levaram junto um pouco da natureza humana.

Questão primordial é entender que na contemporaneidade esse comodismo, que sempre existiu, agravou-se devido a certa falência de utopias e ideologias do último século. Nem as idéias de Marx, ou a tentativa de Lênin trouxeram a igualdade, a ONU não entendeu o desejo de nenhuma Mass, o "american way of life" trouxe também a aspirina e o prozac. Essa conjuntura cria um certo pessimismo e corrobora para dificultar o vislumbramento de mudanças na sociedade, tornando o indivíduo acomodado e passivo. É mais fácil manter-se incluído na normalidade, sem questionar "o sistema", a ser taxado de "louco" e decepcionar-se ao tentar.

Espantoso é perceber que essa taxação, e o receio dela, sempre foi regra. Quando Darwin propôs a evolução, ou Freud, a interpretação dos sonhos, ambos receberam o mesmo título: loucos. Sem dúvida, quando a sociedade se depara com conjecturas e posturas que põem em xeque seus modos de agir e de pensar é compreensível que ocorra certo medo e aversão. O equívoco desse postura está, no entanto, em se ignorar que a inventividade e a crítica estão na base da evolução das sociedades, só a imaginação permite a criação e a inovação.

Por outro lado, o problema maior não é as novidades se tornarem rarefeitas, e sim que ao fazer isso, abdicar do poder de enlouquecer-se contra a cosmovisão vigente, o indivíduo abdica de sua própria racionalidade. O homem é um ser social que trasforma a natureza com seu trabalho (mental e braçal), o que exige inferência, senso crítico. Para isso, é necessário que se tente enxergar fatos por outras perspectivas, que exista inferência e crítica ao que apenas os olhos vêem. Sempre foram poucos os que conseguiram fazer isso, Rousseau, Kant, Nietsche, mas foram os desvarios deles que influenciaram diretamente a formação da sociedade ocidental atual.

Torna-se evidente, portanto, que o medo da quebra da anormalidade pode até ser normal naqueles que estão tão afogados em suas culturas que se alienaram em realidades que desejam ser imutáveis. Contudo, é dever dos "loucos" os salvarem, emergindo de novo, sua condição humana, sua capacidade de colocar o mundo a sua volta em crise, insatisfazer-se. A realidade contemporânea, entretanto, conta com problemas que tornam essa ferida mais difícil de cicatrizar, como o individualismo. O irônico é ver aqueles que defendem essa ação coletiva para o retorno da criatividade escreverem na 1ª pessoa do singular: são as contradições de uma sociedade que mantém seu lado humano vendado e só enxerga quando quer. Parafraseando Machado de Assis: "Abane a cabeça, leitor".

3. ICONICIDADE ISOTÓPICA

De acordo com Simões, é aquela que funciona como uma trilha temática para a formação de sentido, agindo como um recorte temático. Para a autora, a "isotopia é uma propriedade de um enunciado ser substituído por um equivalente no plano do conteúdo, embora sejam diferentes no plano da expressão" (SIMÕES, 2009, p. 72).

No caso do texto abaixo, vemos com nitidez que o autor elencou itens lexicais para destacar as palavras-chave do tema, "normalidade" e "anormalidade". No intuito de defender sua tese, vemos uma combinação de palavras e expressões que nos remetem a campos lexicais e semânticos, enredados de forma a conduzir-nos à opção temática escolhida pelo aluno. Sendo assim, já no título o paradoxo "louca sanidade" é apresentado, abrindo no texto dois eixos de leitura, do qual transcreveremos abaixo apenas a introdução.

De um lado, vemos "louca, ser diferente, cool, diferenciar-se, qualquer idéia que não fosse a vigente, heresia e loucura". De outro, temos "sanidade, normalidade, conceito tão frágil e volátil, normal e racionalidade" Contrastando os dois campos, é fácil ver que o autor sugere seu ponto de vista, denunciando que, em sua opinião, a normalidade pode ser um parâmetro social previamente estabelecido, e rompê-lo não necessariamente significa loucura. Nessa medida, vemos um texto potencialmente crítico sem ser repetitivo, o que denota o potencial comunicativo do mesmo.

À luz da Teoria da Iconicidade Verbal, batizamos esses termos como "âncoras textuais", isto é, palavras-chave que indicam isotopias, funcionando como garantias mínimas de uma interpretação textual.

Vejamos:

Louca sanidade: os parâmetros da normalidade no século XXI

Em pleno século XXI, vivemos uma crise de valores. Hoje em dia, ser diferente está na moda, é "cool". Entretanto, em outras épocas, diferenciar-se era perder a cabeça. Literalmente. Qualquer idéia que não fosse a vigente, previamente estabelecida pela e para a sociedade, era tida como heresia ou loucura. Sendo o conceito de normalidade tão frágil e volátil, cabe-nos questionar o que é ser normal e o que é ser louco, tendo em vista algo mais do que velhas regras impostas por outros que não a nossa racionalidade.

4. ALTA OU BAIXA ICONICIDADE

É uma proposta de interpretação do potencial comunicativo do texto segundo a iconicidade de sua superfície. Dentro dessa perspectiva, a alta iconicidade seria a qualidade por meio da qual o texto orienta o leitor à produção de sentido em função da apresentação estratégica de pistas de leitura. No polo oposto, a baixa iconicidade se caracterizaria como uma qualidade opaca do texto, obscura por não oferecer pistas suficientes para o desenrolar da leitura. Assim, o que se evidencia é uma potencialidade (icônica) de cumprir ou não o projeto comunicativo previsto para um texto (cf. Simões, 2009, p. 77). Se um texto consegue alcançar seus objetivos comunicativos, apresenta alta iconicidade; se é ambíguo e confuso, não gera semioses suficientes para sua interpretação, sendo, portanto, classificado como de baixa iconicidade.

Na medida em que acreditamos que um texto contém sinais que nos remetem a semioses, ao praticarmos a leitura procuramos pistas que o tornem inteligível. Dessa forma, buscamos signos orientadores, isto é, palavras ou expressões que nos remetam a um projeto de texto bem formulado e redigido, qualidade sine quae non de uma dissertação-argumentativa, que se destaca por seu potencial argumentativo e por um uso vocabular simultaneamente culto e instigante.

Isso se confirma na redação destacada a seguir. Retomando o início do texto, o autor reafirma seu ponto de vista, validando sua visão crítica acerca não só do tema, como também o modus operandi convencional do ato de redigir um texto nos moldes de uma prova de vestibular. Dotado de um rico conhecimento de mundo, o aluno arremata o texto com um xeque-mate: a citação de Machado de Assis, usado como uma referência de autoridade no contexto usado. Vale reparar que o tom desafiador do texto se mantém como um estilo pessoal que lhe acompanha pelo desenvolver dos parágrafos de desenvolvimento. Analisando-se seu domínio verbal e a seleção/organização dos signos adequados, podemos afirmar que o projeto do texto se cumpriu, concretizando o que defendemos aqui como alta iconicidade.

TODOS OS GESTOS DA INCREDULIDADE

5. ELEIÇÃO DE SIGNOS ORIENTADORES OU DESORIENTADORES

Conforme já mencionamos no item anterior, trata-se da presença de signos que conduzem ou não o interlocutor pela superfície textual, contando, para isso, com sua cooperação. Nessa perspectiva, o texto dissertativo-argumentativo, conhecido por sua necessidade de obedecer aos comandos da gramática normativa, deverá produzir ícones e índices que permitirão ao interlocutor compreender o raciocínio do enunciador. Dessa forma, tem-se o fragmento de texto selecionado para análise:

LOUCA SANIDADE: OS PARÂMETROS DA NORMALIDADE NO SÉCULO XXI

Em pleno século XXI, vivemos uma crise de valores. Hoje em dia, ser diferente está na moda, é "cool". Entretanto, em outras épocas, diferenciar-se era perder a cabeça. Literalmente. Qualquer idéia que não fosse a vigente, previamente estabelecida pela e para a sociedade, era tida como heresia ou loucura. Sendo o conceito de normalidade fio frágil e volátil, cabe-nos questionar o que é ser normal e o que é ser louco, tendo em vista algo mais do que velhas regras impostas por outros que não a nossa racionalidade.

Convém reparar que o aluno tem um conhecimento de mundo implícito na sua escolha vocabular, a qual remete a um contexto histórico específico: não é à toa, portanto, que são usadas palavras e expressões como "perder a cabeça, loucura e heresia", signos que nos orientam no sentido de descobrir que não é de hoje que pessoas são julgadas e condenadas por serem consideradas loucas ou diferentes [5]. Nesse sentido, também cumpre notar uma tênue crítica a essa prática, indiciada por "velhas regras impostas por outros", expressão que nos remete ao antigo costume cristão que impunha regras e castigos para aqueles que ousassem desafiar hábitos ou crenças vigentes.

5 Confrontos religiosos, como as Cruzadas, ou até a própria Idade Média, com sua caça às bruxas, podem comprovar com coerência essa linha de pensamento.

Não podemos nos esquecer de que, de acordo com a finalidade do texto, este pode ser concebido na intenção de enganar o leitor, algo comum em obras literárias, de ficção, etc. A habilidade do enunciador é que vai ser avaliada ao engendrar a tessitura de sua obra, com a escolha de signos que possam tornar a leitura de seu texto translúcida – ou não. Nessa tarefa, podem ocorrer efeitos como a univocidade ou a ambiguidade, por exemplo, que serão julgados como erro ou criatividade de acordo com o projeto textual no qual estarão inseridas. No caso de textos formais, a univocidade é uma exigência; já nos textos publicitários, a ambiguidade pode ser forte recurso de criatividade.

CONCLUSÕES

Nosso objetivo com esta pesquisa era demonstrar a versatilidade da Teoria da Iconicidade Verbal. Idealizada por Simões (2009) como uma referência para textos escritos de diversas características, quisemos comprovar sua validade analisando um gênero especial, que caminha na contracorrente das teorias linguísticas contemporâneas. Isso porque, apesar de hoje sabermos que um aluno deve viver produções de texto reais, presentes em seu cotidiano, o que vemos na prática escolar ainda é um trabalho arcaico com a leitura e a redação, via de regra limitadas a sugestões de livros didáticos. Embora esse não fosse o foco da discussão ora encaminhada, pudemos observar que mesmo um texto técnico como o dissertativo-argumentativo, ensinado em salas de aula com uma série de especificidades (para não dizer macetes de concursos), produzido em situação atípica (com data, hora e número de linhas pré-definidos), pode ser analisado segundo a teoria apresentada.

Partindo desse foco, chamou-nos a atenção um detalhe não necessariamente novo, mas mesmo assim importante: a força que os

concursos públicos ainda exercem para o ensino da produção textual nos ensinos fundamental e médio. Muito embora os estudos acadêmicos frequentemente nos alertem para as novas teorias e suas possibilidades de aplicação, o que vemos é uma prática estanque e antiga, voltada, em grande parte, para resultados medidos em notas. Isso leva a um ensino repleto de fórmulas, liderado por alguns segmentos educacionais cujo único objetivo é garantir a aprovação maciça de seus alunos em provas de vestibulares e concursos em geral. O problema maior dessa prática, a nosso ver, é a propagação de técnicas de escrita que valham como camisas-de-força para os próprios educandos. Num ciclo vicioso, percebemos que muitos pais, que aprenderam a escrever sob determinadas regras, exigem de escolas e professores que os filhos façam os mesmos exercícios de outrora, repetindo fórmulas vazias, em que o conteúdo é sobrepujado pela forma. E o aluno, que deveria sair da escola apto a ler e produzir gêneros diversos, acaba se restringindo a ser treinado, assim como uma máquina, na busca de resultados avaliados por bancas de concursos diversos, com ideologias díspares e, algumas vezes, critérios de seleção estapafúrdios.

Para finalizar, lembramos que nossa perspectiva aqui não era o trabalho voltado para o diálogo com os alunos, mas com professores de Língua Portuguesa que se veem, muitas vezes, perdidos entre um trabalho com o texto de acordo com o que aprenderam em seus cursos universitários e uma prática diária voltada para resultados. Assim, defendemos a Teoria da Iconicidade Verbal como uma solução consistente para preencher algumas lacunas vividas diariamente em sala de aula. Por meio de um aporte científico, embasado na teoria semiótica de Peirce, o trabalho docente pode abandonar achismos comuns no ensino do texto, ancorando-se em uma análise séria e crite-

riosa de fatos da língua, usos vocabulares e aspectos argumentativos concernentes ao texto de natureza dissertativa. Não é simplesmente uma questão metalinguística, em que uma teoria pomposa é usada como forma de garantir a respeitabilidade do professor, porém, sobretudo, uma maneira de imprimir ao trabalho com a língua toda seriedade que merece, sendo tarefa maior do professor de Português orientar seus alunos para observarem o que de fato vale a pena ver em um texto - mesmo que isso esteja além dos olhos, em pistas que só uma teoria que lide com signos possa sinalizar.

REFERÊNCIAS:

BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M (Org.). Língua materna: letramento, variação & ensino. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUTRA, V. L. R. & SIMÕES, D. M. P. A iconicidade, a leitura e o projeto do texto. Linguagem e ensino. Revista do Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas. – Pelotas: EDUCAT, 1998. de Pelotas. Vol. 1, n. 1.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARCUSCHI, L. A lingüística do texto: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983. (Série Debates, 1).

_____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A., et al (Org.). Gêneros Textuais e Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NÖTH, W. Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

SANTAELLA, L. O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAUTCHUK, I. A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SIMÕES, D. M. P. Leitura e produção de textos: subsídios semióticos. In: AZEREDO, J. C. S. de. Aulas de Português: Perspectivas Inovadoras. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Semiótica e ensino: reflexões teórico-metodológicas sobre o livro-sem-legenda e a redação. 2ª ed. Digital em CD. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

_____. Projeto de texto e iconicidade: uma reflexão sobre a eficácia comunicativa. Relatório de estágio pós-doutoral em Comunicação & Semiótica, supervisionado pela Profa. Dra. Lucia Santaella. São Paulo: PUC-SP, 2006a.

_____. Iconicidade verbal. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

AS NARRATIVAS DE ENCANTAMENTO E A SOCIEDADE

Aira Suzana Ribeiro MARTINS [6]

INTRODUÇÃO

Como sabemos, a percepção do mundo é feita por meio da linguagem, sendo esta eminentemente social. Essa mesma linguagem, que torna possível a organização do pensamento e, consequentemente, a comunicação entre os membros da sociedade, também veicula as significações concebidas coletivamente e individualmente. O contexto, de acordo com Ferrara (1986), é uma realidade de linguagem que envolve as instâncias do emissor e do receptor; "emissor-receptor-contexto criam um volume de mútuas interferências circulares..." (p.78). No ato de leitura, receptor dialoga com o emissor e vice-versa, cada um com o discurso de seu tempo; esses dois elementos dialogam com o contexto. Na verdade, de acordo com Ferrara (1986), ocorre o encontro de dois contextos na leitura: um permite descobrir o passado, outro é capaz de reatualizar esse tempo, na medida em que a leitura é feita a partir do repertório do presente. A ação metalinguística do receptor tornará possível a conexão entre espaços e épocas diferenciadas.

A arte, por sua vez, acompanha a história do homem. Por essa razão, podemos dizer que o texto literário representa uma unidade básica de cultura. Podemos afirmar também que os conceitos presentes nas histórias criadas estão de acordo com a ideologia na qual uma obra tenha sido criada, em determinado espaço e tempo.

Em relação ao que foi dito, podemos tomar como exemplo as narrativas de encantamento. Essas histórias, em sua origem, não

6 A autora é Doutora em Língua Portuguesa e leciona no Colégio Pedro II.

eram destinadas às crianças, pois até a revolução industrial não se consideravam as peculiaridades da infância. As narrativas que circulavam entre o povo pela oralidade tinham fins moralizantes e eram contadas nas reuniões sociais para os adultos.

A criança passou a receber alguma atenção por parte dos mais velhos somente com o fortalecimento da instituição família, por ocasião do surgimento da burguesia. Esse fato propiciou o aparecimento de obras destinadas ao público infantil e, em 1697, Charles Perrault fez a compilação de algumas narrativas que circulavam na oralidade, adaptando-as aos pequenos leitores.

A estrutura maniqueísta, presente nessas histórias, tinha a finalidade de exemplificar para a criança as consequências do desrespeito às regras estabelecidas. Aqueles que agiam fora dos padrões mereciam punição, e os considerados bons recebiam recompensas, pelo fato de terem agido de acordo com os costumes impostos pelo seu grupo social. A educação religiosa, sobretudo católica, tinha a mesma orientação: os desobedientes, ou seja, pecadores mereciam o castigo divino, e os mais dóceis tinham direito à felicidade.

Conforme observam Lajolo e Zilberman (2002), a literatura infantil em suas origens não tinha qualquer intenção artística. Ela deveria atender aos interesses da burguesia quanto à preservação dos valores dessa classe e ainda beneficiar o mercado com a produção e venda de livros. Segundo as autoras, a presença do elemento maravilhoso também contribuía para o desprestígio desse gênero narrativo.

À medida que os modelos e conceitos se modificam, modifica-se, consequentemente, a concepção de infância. Como vemos, no presente, as crianças não são vistas como adultos em miniatura;

elas têm suas particularidades, com direito, inclusive, a atitudes e sentimentos até então ignorados pela sociedade. A literatura infantil não é mais produzida para veicular modelos de comportamento a serem incutidos nas crianças. Os textos escritos para a infância adquiriram status de textos literários e estão de acordo com os novos tempos, apresentando personagens sintonizadas com características próximas do conceito atual de criança.

É necessário, porém, ressaltar que as observações feitas acerca das primeiras narrativas voltadas para o público infantil, de forma alguma, são motivo de a criança da atualidade não conhecê-las. A leitura dessas histórias é de grande importância, pois isso representa o alicerce de seu conhecimento enciclopédico, tão necessário para a formação de um repertório, elemento de primordial valor na atribuição de sentido a um texto.

O contato dos jovens leitores com as histórias de encantamento tradicionais despertou-nos certo interesse em relação à sua recepção. Tivemos curiosidade em conhecer o resultado dessas leituras. Para isso, propusemos ao grupo citado a elaboração de uma história em quadrinhos, na qual os personagens das narrativas de encantamento tradicionais se viam no século XXI, convivendo com os problemas típicos de nossa época.

Optamos por fazer a pesquisa da atividade à luz da teoria geral dos signos, de Peirce (1975) por considerá-la apropriada para a identificação das representações dos personagens feitas pelas crianças. Seguindo a mesma linha teórica, buscamos preciosas informações na obra de Plaza (2003). Foram muito valiosos também as idéias desenvolvidas por Bakhtin (1995) e tão bem aplicadas por Ferrara (1986) no que se refere à noção de dialogismo.

UM POUCO DE TEORIA

A teoria semiótica elaborada por Peirce (1975) é ampla. Ela abrange praticamente todas as áreas do conhecimento, desde a Matemática à Biologia, passando pela Filosofia e pela Literatura, sendo a lógica o elemento que funciona como eixo central.

Na elaboração de sua teoria, Peirce reconheceu que a noção de evidência, elemento fundamental para as conclusões científicas, poderia ser substituída por um conceito mais amplo, o da representação ou signo. Podemos citar, como exemplo, as palavras. Estas, como sabemos, representam conceitos para os usuários da língua em geral. Uma fotografia também está no lugar de um determinado indivíduo ou de uma paisagem. Uma pintura, uma escultura, um mapa podem exemplificar também a noção de signo ou representação.

A concepção de representação ou signo, segundo o autor, é primordial à percepção, às emoções e à própria ação. É também fundamento da ciência, arte, religião e linguagem, entre outros campos do conhecimento. O signo ou representação pode ser entendido como um complexo de relações triádicas com o poder de autogeração, isto é, a produção ininterrupta de signos em signos, a semiose. Em linhas gerais, um signo, inicialmente, comunica à mente algo do exterior. O elemento representado é o objeto; o comunicado, a significação. A ideia que provoca é o seu interpretante. A semiose pode ser entendida como uma série sem fim de representações, cada uma delas representando a anterior. Essa ação do signo, que caracteriza a essência da linguagem, é também válida para o pensamento, pois, para o filósofo americano, o pensamento existe por mediação de signos.

O processo de semiose, de representar um signo por outro signo pode ser considerado um tradução. Plaza (2003), em obra dedicada a esse processo, faz a seguinte afirmação:

> *Quando pensamos, traduzimos aquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções (...). Todo pensamento é tradução de outro pensamento, pois qualquer pensamento requer ter havido outro pensamento para o qual ele funciona como interpretante. (p.18)*

Vemos que essa ideia vai de encontro à concepção cartesiana de intuição como conhecimento imediato, porque, de acordo com Peirce, qualquer pensamento presente, inicialmente, é um simples sentimento, sem significado. Sua importância reside na possibilidade de este pensamento ser conectado numa representação por meio de pensamentos subsequentes.

Os signos podem estar presentes sob forma de pensamentos ou podem se exteriorizar sob forma de linguagem. Ao se manifestar por meio da linguagem, os signos necessitam de um suporte, que pode estar no próprio corpo, como o aparelho fonador, para a fala, ou ainda, de outros suportes como a escrita, o desenho, a pintura, por exemplo.

Segundo as concepções de Peirce (1975), nenhum tipo de signo é completo. Por esse fato, tanto mais perfeita será a semiose quanto mais houver uma mistura de signos e, consequentemente, de representações.

Neste trabalho, como já anunciamos, apresentamos um breve estudo das representações dos personagens dos contos de fadas tradicionais feitas por estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental. Nossa intenção foi investigar a forma como se processa-

vam, na mente desses leitores, as imagens fornecidas pela leitura dos textos e de que forma os modelos transmitidos poderiam ser representados semioticamente.

Considerando que os signos ou representações acompanham a História, de acordo com Plaza (2003), podemos estabelecer um paralelo entre o tempo cronológico e as categorias peirceanas. Desse modo, o passado seria um ícone, uma imagem no espírito, o original a ser traduzido, o presente poderia ser visto como índice, como tensão que se instaura no ato da criação e o futuro seria considerado um símbolo, em que a elaboração de um signo, como um texto, uma escultura, uma pintura se projetam para a conquista do leitor, com poder de influenciar seu pensamento e sua conduta.

De acordo com Peirce (1975), a única forma de transmitir novas ideias é por meio de um complexo de ícones, pois, sendo a mensagem ainda não familiar, somente por meio da evocação de imagens conhecidas, presentes na mente do falante e do ouvinte, será possível a comunicação. Essa comunicação, entretanto, nunca será perfeita, pois haverá sempre uma diferença de experiências e isto dará origem à dialogia, ou seja, uma nova leitura, à qual se sucedem interpretações no processo de semiose ilimitada.

O pensamento de uma pessoa é signo, entretanto parte de seu julgamento a respeito de determinado acontecimento estará condicionado à interpretação de outras pessoas. Desse modo, podemos dizer que as concepções de um grupo social formam um grande signo.

O mesmo se observa em relação ao texto. Segundo Kristeva (apud Ferrara, 1986), a palavra (texto) é um cruzamento de palavras (textos), onde se lê uma outra palavra (ou texto).

No trabalho com as histórias de encantamento foi feita leitura de um texto criado no passado por um leitor com outro repertório. Nessa atividade de leitura surge novo discurso, formado a partir do diálogo entre o texto do emissor, elaborado no passado, portanto, em outro contexto, com paradigmas distintos. A recepção do leitor também faz parte desse processo com outros modelos e experiências. O novo discurso que se produz, segundo Ferrara (1986), não é outro, paralelo ao texto já existente, mas é um segundo, produto do diálogo que se trava entre a instância da escritura (emissor) e a instância da leitura (receptor), com vivências atualizadas.

Essa atividade de interpretantes nos motivou a sugerir a elaboração de uma história em quadrinhos na qual personagens de um contexto situado no passado deveriam interagir em tempo e espaço atualizados.

O DIALOGISMO

Assim como os modelos e os conceitos que representam referências de comportamento passaram por transformações, o conceito de criança também acompanhou essas mudanças. O ato de leitura, igualmente, passou por notáveis transformações. O texto literário era, até então, considerado obra acabada, sujeito a apenas uma possibilidade de sentido, dirigido a um receptor passivo, com a única tarefa de fazer a descodificação de uma mensagem considerada definitiva, não sujeita a novas possibilidades de sentido.

Modernamente, o texto passou a ser visto como uma estrutura inconclusa, aberta às contribuições de quem lê. O leitor, dessa forma, passa a ter uma participação mais efetiva na descoberta de sentido do texto, pois o seu repertório e os modelos extraídos

da realidade fazem uma espécie de atualização da obra. Assim, o estranhamento e a incompreensão ativarão os modelos armazenados na memória do leitor, que se tornarão elementos-chave para que o processo de semiose se realize, fazendo emergir o sentido do texto.

A leitura dos contos de fadas tradicionais não passará despercebida pela criança do século XXI. Essas histórias serão confrontadas com o conhecimento e com os conceitos desse jovem leitor, que fará uma leitura crítica dos textos, acrescentando àquilo que lê as experiências adquiridas pelos acontecimentos que o circundam. Receptor com seu repertório, formado a partir de leituras e experiências anteriores, enunciado e enunciador dialogam para dar um sentido atualizado ao texto.

De acordo com Bakhtin (1995), o dialogismo, em sua origem, está relacionado a uma tentativa de miscigenação de elementos cômicos com elementos sérios. No carnaval estaria o cerne da polifonia, ocasião em que ocorre a descaracterização do indivíduo e da realidade, dando lugar a uma recaracterização. Convém observar que o mais importante não é o resultado, mas o processo por meio do qual se opera essa recaracterização. No projeto desenvolvido de leitura e de escrita de narrativas de encantamento, buscou-se observar a maneira como o leitor concebia determinado personagem de contos de fadas e de que forma este se adaptava ao mundo moderno. Os textos criados representaram, portanto, uma leitura atualizada das narrativas elaboradas em épocas remotas.

A recepção das histórias de encantamento tradicionais direcionou, naturalmente, o trabalho com a paródia, pois esse gênero textual nada mais faz do que a realização de um diálogo entre um texto-matriz e outro, recriado a partir da história original.

De acordo com Bakhtin (apud Ferrara, 1986), no texto paródico ocorre o discurso do emissor com uma leitura da cultura do passado e a escritura presente da leitura anterior à luz do passado, dando origem a uma obra em que dialogam dois textos, com acréscimo das circunstâncias contextuais do receptor. Conforme observa Ferrara (1986), o discurso do emissor é uma escritura e o discurso do receptor é uma crítica. Essa leitura crítica que o receptor faz do texto nunca será definitiva, pois, estando esse item na categoria do interpretante, nunca se esgotará. Tomando como base o conto Chapeuzinho Vermelho, observa-se que há inúmeras leituras dessa narrativa, sempre de acordo com o contexto nas quais foram elaboradas. Podemos dizer, dessa forma, que os textos produzidos pelos alunos representam uma leitura crítica das histórias vividas pelas personagens escolhidas.

A partir das observações feitas pelos alunos durante a leitura dos contos, procuramos fazer, de forma sucinta, a sistematização das características desse gênero narrativo, para que iniciássemos a etapa de produção de textos.

A LEITURA DAS NARRATIVAS DE ENCANTAMENTO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Num projeto de leitura, é importante, inicialmente, a contextualização da história que se pretende apresentar aos alunos. O conhecimento das condições históricas e sociais que motivaram o surgimento de uma obra é importante para que o leitor penetre no universo da história e imprima-lhe sentido. Esse procedimento é também importante para que autor e obra sejam respeitados e valorizados, pois só se respeita aquilo que se conhece.

Nas aldeias, na Europa do século XVII, a contação de histórias às crianças tinha objetivos educativos; o enredo dos episódios era elaborado com a finalidade de os pequenos ouvintes se sentirem impressionados e até mesmo chocados com os fatos relatados. Com isso, não estariam expostos a perigos das periferias urbanas, causados pela extrema miséria de toda a população. As histórias narradas às crianças eram conhecidas como "os contos da Mamãe Gansa".

Os contos selecionados que serviram de base para nosso projeto foram Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, A Pequena Sereia, O Gato de Botas e A Bela Adormecida. Esses textos foram trabalhados em sala de aula, porém os estudantes já tinham conhecimento desses e de outros contos, por leituras feitas na escola em séries anteriores ou por leituras realizadas por iniciativa própria. O objetivo do trabalho com as histórias de encantamento no sexto ano é a sistematização das características desse gênero narrativo.

Além da estrutura maniqueísta, as narrativas de encantamento tradicionais apresentavam para a criança um certo escapismo, pois se observa nas histórias desse gênero, via de regra, um mundo distante e perfeito.

Conforme visto anteriormente, os comentários surgidos durante a leitura das histórias representaram um pretexto para que apresentássemos ao grupo o gênero paródia. Após a sistematização das características desse gênero textual, pedimos que fossem elaborados textos apenas com a utilização da linguagem verbal. Essas narrativas serviram de base para que posteriormente fosse utilizada também a linguagem não verbal. Assim, foi feita a transcodificação do texto para o gênero história em quadrinhos.

Foram selecionadas três histórias para serem apresentadas neste trabalho. Nelas se verificam as personagens das narrativas de encan-

tamento em situações típicas do século XXI. No terceiro texto, não ocorre a presença de personagem conhecida, porém a varinha da bruxa transporta a personagem do episódio para outro contexto.

Vejamos o primeiro texto, de autoria de Daniel Ferreira e Isabela Giudice:

Conforme observa Zilberman (2003), embora o texto da literatura infantil seja, de certa forma, direcionado, tenha algum ensinamento, pela presença de elementos maravilhosos, este passa, naturalmente, da realidade para a fantasia. Na história anteriormente apresentada, o autor não considerou os limites da fantasia. Podemos ver que aparecem personagens de diferentes histórias: Bela Adormecida, Cinderela, os Sete Anões e o Gato de Botas.

O conto A Bela Adormecida foi utilizado como ícone pelos autores. O próprio título da história original foi aproveitado para a paródia criada: Bela Adormecida Jamais. Observamos que os personagens

foram transpostos para outro contexto, típico do século XXI, bem familiar aos leitores, o Rio de Janeiro. Provavelmente esse espaço foi escolhido pelo fato de ser referência para os autores.

Percebemos que no diálogo entre personagens de várias histórias e no diálogo entre o passado e os dias atuais estão presentes, na narrativa criada, os problemas mais comuns do Rio de Janeiro: o lixão, os moradores de rua e a violência das favelas. Por iniciativa própria, Bela deixa seu reino e, desse modo, terá de se habituar ao novo espaço em que se encontra. Ela não poderá mais dormir tranquilamente, pois haverá todas as noites o barulho do "Caveirão" para perturbar seu descanso. O desfecho, como seria de se esperar, não foi positivo, e Bela se tornou infeliz para sempre. Observa-se que a narrativa se organiza de forma coerente com o contexto em que vivem os autores, pois, como já foi afirmado anteriormente, as idéias de um grupo social formam um grande signo.

Podemos observar que os autores, embora não tenham recebido noções teóricas profundas sobre a paródia, fizeram, com muita propriedade, a desconstrução do conto de fadas tradicional. Diferentemente do que se poderia esperar, não houve nenhum elemento mágico que livrasse Bela Adormecida dos transtornos da vida numa comunidade típica do Rio de Janeiro.

A seguir, veremos o segundo texto:

Vemos que as autoras Caroline Pontes e Júlia Souza escolheram personagens que, de acordo com suas peculiaridades, poderiam ter sua sobrevivência posta em risco no novo espaço de moradia: Pinóquio, os Três Porquinhos, Branca de Neve e a Pequena Sereia. Mantidas suas características na história criada, algo deveria acontecer. Caso nada se modificasse no novo local de habitação, não haveria mais o material de que foi fabricado Pinóquio. Com a culinária moderna, os porquinhos correriam perigo de vida; Branca de Neve não teria mais perto de si o elemento da natureza de que mais gostava e a Pequena Sereia não poderia sobreviver nos mares poluídos. Em razão disso, esses personagens, bem informados, conscientes de seus direitos, decidiram fazer uma manifestação para protestar contra os problemas provocados pelo avanço da civilização.

Vemos que as alunas têm exata noção dos fatos que contextualizam cada época e do comportamento adequado a cada uma. Num mundo tão cheio de desavenças como o nosso, onde as pessoas

estão cada vez mais politizadas, é perfeitamente aceitável que as personagens que interagem na história protestem contra aquilo que as prejudica e exijam mudanças.

Embora esse texto não possa ser considerado uma paródia, vemos que há um diálogo entre duas épocas. As personagens não foram totalmente recaracterizadas. As marcas que as identificam permaneceram inalteradas. Entretanto, a docilidade típica de personagens como Branca de Neve e Pequena Sereia e a ingenuidade dos Porquinhos deram lugar a atitudes de seres decididos e cientes de seus direitos, com comportamento adequado ao século XXI.

A terceira história, de autoria de Isabelly de Souza Simões e de Sérgio Augusto Ramos, tem início no ano de 1353.

Vejamos:

De acordo com os autores, a personagem, habitante de um reino medieval, é transportada para o século XXI pelas palavras mági-

cas de uma bruxa ou feiticeira. Nicolau Batista, o herói, chega ao Rio de Janeiro, num dia de jogo entre Vasco e Flamengo. A bruxa enviou a personagem ao futuro com o objetivo de que a personagem presenciasse a guerra entre torcedores de um time de futebol, enviando-a depois de volta para de seu reino de origem. Certamente os autores, com base nos esquemas mentais sobre guerra, associaram os acontecimentos das desavenças entre torcedores de clubes rivais às ocorrências de uma guerra. Torcidas de times rivais vivem em clima de agressividade, como sabemos.

Nessa última narrativa, não se observa a presença de algum personagem conhecido. Os autores, com base nas leituras feitas, fizeram uma contextualização da história criada a partir dos modelos de indivíduos da Idade Média.

Vemos que a violência está sempre presente, independente do contexto histórico em que se encontre o homem. A personagem saiu de um ambiente de revolta, se viu em outro século, igualmente conturbado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de leitura se desenvolve, conforme observa Plaza (2003), de forma dialógica, mediada pela ação do signo. Dessa forma, como vimos, o leitor dá sentido ao texto, de acordo com seu repertório. Este é formado a partir das leituras e das experiências pelas quais tenha passado.

Na atividade proposta, com base nas leituras feitas, os alunos elaboraram suas narrativas contextualizadas em nosso século, conservando, porém, as características das personagens. Vemos, ainda, nessas histórias, a presença do elemento mágico, a começar pelo salto no tempo dado pelas personagens.

Observamos que o trabalho dos autores se voltou mais para a questão da sobrevivência das personagens em outro contexto, e não para a elaboração de um texto no gênero paródia. Embora possamos dizer que apenas o primeiro texto esteja mais próximo desse gênero textual, os outros dois foram selecionados por neles estarem presentes problemas bem graves para serem enfrentados pelas próximas gerações.

Ao fazer a recriação das narrativas de encantamento, trazendo as personagens para o nosso tempo, os jovens escritores estão imprimindo ao textos criados sua autoria, pois estão presentes, nas histórias, sua visão crítica a respeito dos fatos apresentados.

Esse tipo de atividade só é possível com a prática de uma leitura crítica de textos, que tem o objetivo de levar o aluno a estabelecer relações com outras histórias lidas e com experiências vivenciadas. Dessa forma, ele poderá se tornar um indivíduo leitor e produtor de textos, conhecedor do lugar que ocupa na sociedade e consciente de sua capacidade de ação e interação pela linguagem.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995.

LAJOLO, Mariza e ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PLAZA, Julio. Tradução intersemiótica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. A estratégia dos signos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986

ZILBERMAN. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.

PEIRCE, Charles Sanders Peirce. Semiótica. São Paulo: Ed. Perspectiva 1975

A RELAÇÃO INTER-SEMIÓTICA LETRA/ MÚSICA EM RECENTES CANÇÕES DE CHICO BUARQUE

André CONFORTE[7]

INTRODUÇÃO

Já se tornou lugar comum dizer-se que Chico Buarque é um dos melhores, senão o melhor compositor da chamada MPB. Tal assertiva, em geral, parte do pressuposto de que suas letras são comparáveis à poesia. Tal juízo, além de por demais vago, apoia-se na insegura associação entre letra de música e poesia, associação esta que já foi descartada por teóricos diversos dos campos linguístico, literário e musical. Entende-se, modernamente, que os gêneros textuais letra de canção e poema, não obstante possuírem características que os assemelham e portanto os aproximam, apresentam marcas que os separam definitivamente, não só do ponto de vista da finalidade de cada um, mas também de diferentes traços estruturais. A principal diferença estaria, portanto, no chamado suporte de que cada um se vai utilizar para sua apresentação, e o fato de que a letra de canção irá, no mais das vezes, não somente se sobrepor, mas também se submeter à melodia, é um fator de diferenciação fundamental. É justamente o que pensa Júlio Diniz (In DUARTE & NAVES, 2003):

Essa discussão sobre letra de música, se ela pode ou não ser consi-

7 Mestre e Doutorando em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor substituto de Língua Portuguesa na mesma instituição; membro-estudante do grupo de Pesquisa "Semiótica, leitura e produção de textos" (SELEPROT) do CNPQ.

derada literatura e, para alguns, "boa literatura" é para mim, uma discussão desgastante, que não leva mais a lugar nenhum. (...) A letra do corpo na música não é a letra no corpo do papel. Ambas são originárias de uma mesma matriz, mas forças completamente distintas desenham as suas respectivas trajetórias na circulação da cultura. A sua estrutura e função mudam num contexto comunicativo alterado. A poesia lírica escrita prescinde da leitura em voz alta para sua materialização, ainda que esta seja desejável para acentuar a cadeia melódica e rítmica. À percepção visual, são oferecidos meios substitutos para sinalizar interferências no branco limítrofe do papel. No entanto, a poesia lírica cantada só pode ser plenamente articulada quando a voz passa a entoá-la como som no espaço atópico da audição.

Ítalo Moriconi (ibidem), por outros caminhos, parecem concordar com as palavras de Júlio Diniz:

> *Sob a ótica da distinção, parte-se do pressuposto autoevidente de que a canção popular é uma coisa e a poesia literária é outra coisa. São, portanto, duas práticas diferentes: uma tem a ver com a música popular, com o entretenimento (...) e a outra é a poesia literária, que vem de uma outra tradição escolar, letrada, mas também tem sua dimensão de entretenimento. (...) a poesia literária tem a ver com Os Lusíadas, de Camões, por exemplo, enquanto a canção popular enraíza-se nas tradições de cunho folclórico, provém de uma cultura oral, de uma tradição oral, comunitária, e na verdade está atrelada à música. A poesia literária, por seu lado, tem a ver com a leitura, com o silêncio, aqui estamos partindo não daquilo que as faz convergir como parte da noção de criação, nem daquela noção de poesia ou de poética em*

> *geral, quando falamos da poética de um filme, da poética de um romance, da poética de um prédio, poética de um comportamento, de um gesto. Estamos falando de um texto cantado de um lado, de um texto lido em silêncio, ou falado em voz alta, de outro.*

Chico Buarque de Holanda foi, de fato, um dos primeiros compositores brasileiros cuja obra o autorizou a ser objeto de interesse acadêmico, por meio de dois estudos de Anazildo de Vasconcelos (SILVA, 1980). Em momento algum, no entanto, estas obras tratam das letras de canções de Chico como se fossem letras de canções. Deu-se-lhes, assumidamente, o tratamento de poemas, e o estudo de suas composições, ignorando os aspectos musicais, adotaram um viés ontológico de interpretação da obra. Fica claro que este estudo pioneiro da obra de Chico não ignora as diferenças entre uma coisa e outra, mas crê ter havido uma fusão entre ambas, consequência da estratégia do movimento poético, que estaria buscando novos suportes, novas formas de expressão:

> *O estudo da poesia brasileira do período modernista obriga o estudioso a considerar o setor Música Popular. É que a partir da década de 60, rompe-se o paralelismo entre a manifestação poética designada de literária e a manifestação paraliterária chamada letra poética, devido a utilização comum dos canais de comunicação de massa. A poesia (...) abandona o canal tradicional da comunicação poética, o gráfico, ou seja, o livro, e invade os canais da comunicação de massa ou paraliterária,*

> *o sonoro e visual, ou seja, o rádio e a televisão. A uniformidade de canal não significa uma identidade das manifestações, mas uma coexistência das duas formas de lirismo sem prejuízo de suas características específicas (SILVA, 1980).*

No entanto, uma afirmação como a que se segue:

> *podemos apontar a presença de novos elementos significantes na poesia como decorrência da utilização do canal de massa, mas isso não afeta a natureza poética. Do mesmo modo que a utilização de elementos face a coexistência com a poesia não torna o produto paraliterário expressão literária. A invasão do setor Música Popular não implica a descaracterização do setor que continua paraliterário, nem da poesia que permanece manifestação literária (idem).*

Irá se chocar com a postura tomada pela obra, que, sem ressalvas, chama a qualquer canção de Chico poema, como já foi dito. Pode-se tecer a hipótese de que foi esta uma forma de legitimar, junto à academia, uma produção de música popular, mas essa especulação não é do interesse deste artigo. Outro estudioso do assunto, Charles Perrone (2008), iria afirmar que

> *Uma letra pode ser um belo poema mesmo tendo sido destinada a ser cantada. Mas é em primeiro lugar, um texto integrado a uma composição musical, e os julgamentos básicos devem ser calcados na audição para incluir a dimensão sonora no âmbito da análise.*

Embora ressalvasse que "se, independente da música, o texto de uma canção for literariamente rico, não há nenhuma razão para não se considerarem seus méritos literários."

Importante é ressaltar que o próprio compositor Chico Buarque, muito cônscio de seu papel, entende que o que faz não pode ser chamado de "poesia", dada a extrema relação de interdependência que há entre suas letras e as melodias a que elas se sobrepõem. Em entrevista dada ao jornalista Josué Machado (Revista Língua, junho de 2006), o autor de Apesar de Você deixou isso bem claro:

> *Sei que em jornal, crítico de música geralmente é crítico de letra. É difícil não ser de outro jeito. A letra é visível, impressa, a partitura não. No entanto, eu dou cada vez mais importância à música. Quase sempre faço a letra que a música pede. Todos deviam perceber que as letras não são poesia; elas se integram à música para compor uma canção. Talvez seja pedir demais.*

Daí ser necessário abrir parênteses para explicitar os dois processos mais comuns de composição de Chico: Quando compõe sozinho, opera ao mesmo tempo letra e música; já no caso de parcerias, recebe a música pronta, melodia sobreposta à harmonia e vai preenchendo a melodia com a letra, sempre respeitando as acentuações e particularidades melódicas: é notório o caso em que, ao colocar a letra em "Beatriz", parceria com Edu Lobo, reservou para a nota mais alta o monossílabo céu e, para a mais baixa, o também monossílabo chão, embora, em algumas entrevistas, ele tenha afirmado que não o fez de forma consciente (o que, para fins de análise, como sabemos, não faz a mínima diferença).

Outros casos notórios desse diálogo inter-semiótico do qual Chico é mestre:

1) em Corrente (feita como resposta irônica ao mote e à canção da ditadura que diziam que "este é um país que vai pra frente"), a letra, iconicamente, pode ser lida de cima para baixo e de baixo para cima, e dessa forma a canção é cantada;

2) em Vai passar, a palavra paralelepípedo, que, no falar cotidiano acaba sendo pronunciada haplologicamente (paralepípedo, com queda da sílaba duplicada), é, nesta canção, pronunciada sílaba por sílaba, por o intuito de aceitar a sugestão da melodia de Francis Hime, que faz o trecho se assemelhar ao toque de um tamborim;

3) Em Cotidiano, cada estrofe é terminada com um acorde diminuto, acorde que, como sabem os músicos, não se resolve, não tem repouso, assim como a vida do trabalhador: junto do acorde diminuto, o contrabaixo e o prato da bateria ribombam pontualmente, como um relógio, lembrando que a vida do operário é ditada pela obediência disciplinada às horas; a melodia, por sua vez, é monótona, pobre e repetitiva, assim como o seu cotidiano. Por fim, a canção termina em fade-out num solo sobre um único acorde diminuto, indicador, como já dissemos, da infinita repetição que só se dará com a morte do trabalhador. Há ainda, para reforçar a exagerada repetição melódica, uma repetição enfadonha de sintagmas como "todo dia" e "me beija", entre outros recursos.

Há ainda os casos em que o diálogo parece se dar, não na relação direta entre a letra e a música, mas entre ambos e o arranjo que daí decorre: é o caso das vozes desencontradas de Chico Buarque e Telma Costa

em Eu te amo, ou do chicote que parece açoitar o "eu-lírico-musical" no refrão de Vida (como observado em CARVALHO, 1989). É claro que a iconicidade presente em alguns arranjos, no mais das vezes, é obra mais do arranjador do que do compositor, mas, uma vez mais, isso é um fato que pouca importância tem para os fins da análise.

Há tantos outros casos que o espaço não nos permite mencionar. Fiquemos, portanto, com a análise de algumas canções mais recentes de Chico.

Em seu último trabalho fonográfico Carioca, a canção denominada Leve, parceria com Carlinhos Vergueiro, serve para mostrar quão diferente é a recepção de um texto se lido como poema, se ouvido como canção; vejamos o trecho da letra que nos interessa, localizado no refrão:

> *Não se atire do terraço*
>
> *Não arranque minha cabeça*
>
> *Da sua cortiça*
>
> *Não beba muita cachaça, não se esqueça depressa de mim, sim?*

A canção se dirige a alguém que fez parte recente da história amorosa do eu-lírico-musical, a quem pede não levar a mal por tê-la(o) abandonado. O segundo verso do refrão, "não arranque minha cabeça", não provoca muita surpresa quando lido tal qual um poema, já que, no papel, a complementação do verso é lida quase que de forma imediata. No entanto, quando cantado, há uma pausa entre um e outro verso, correspondente a um compasso e meio de um samba-canção quase abolerado. Na espera que se dá entre um e outro compasso, fica retida a ideia de que a suposta amante teria poderia estar literalmente pensando em decapitar o eu-lírico-musical. No entanto, trata-se apenas de uma recomendação para que a(o) amante não retire a foto do(a)

ex-namorado(a) do seu mural de cortiça. Tal efeito quase jocoso só é conseguido graças ao suporte harmônico e melódico que sustenta a letra da música e que deixa em suspenso a conclusão do pensamento contido no segundo verso do refrão. Há outros momentos na em que esse jogo se repete, como nos versos abaixo:

> *O meu coração parece que perde um pedaço, mas não*
>
> *Me leve a sério*
>
> *Passou esse verão, outros passarão*
>
> *Eu passo*

O trecho em negrito parece apontar para a frase anterior, como se houvesse elipse do verbo perder (meu coração parece que perde um pedaço, mas não perde). Ao se ler o verso seguinte, entende-se que a ideia principal é "não me leve a sério" (por uma questão de coerência textual – o eu-lírico-musical não quer ser levado a sério...). Essa desambiguação, imediatamente desfeita na leitura da letra qual fosse um poema, tem de "esperar" um pouco no suporte musical. Esses pequenos exemplos servem para demonstrar as diferentes leituras de uma letra de canção enquanto poema ou enquanto música mesmo.

O disco As cidades trouxe uma canção absolutamente despretensiosa e por muitos desconhecida, Iracema voou, em que se descrevem as desventuras de uma emigrante brasileira nos EUA. O próprio título da música retoma a velha polêmica iniciada com o romance de José de Alencar: Iracema foi o título escolhido por ser esse um anagrama de "América"? Pela terceira vez, dizemos que a intenção do autor não é critério para a análise. E parece que disso Chico se aproveita muito bem para fazer seu jogo intertextual sofisticado e sutil. Vejamos a letra:

Iracema voou
Para a América
Leva roupa de lã
E anda lépida
Vê um filme de quando em vez
Não domina o idioma inglês
Lava chão numa casa de chá
Tem saído ao luar
Com um mímico
Ambiciona estudar
Canto lírico
Não dá mole pra polícia
Se puder, vai ficando por lá
Tem saudade do Ceará
Mas não muita
Uns dias, afoita
Me liga a cobrar
É Iracema da América

A canção parece brincar com o fato de que, em inglês, predominam as proparoxítonas, ao passo que, no português, a prevalência é de paroxítonas, ficando as oxítonas em segundo lugar. As palavras em negrito mostram esse contraste – a começar pelo nome da protagonista em confronto com o lugar onde se encontra. O sintagma adverbial de quando em vez, embora seja uma inversão vernácula, parece servir de decalque ao advérbio de tempo inglês sometimes, em que a palavra correspondente a vez ocorre no final. O ritmo é de um fox bem ralentado, em que a letra se encaixa perfeitamente

na acentuação melódica, criando o já dito jogo entre esdrúxulas e semiesdrúxulas.

Mas cremos que, do cancioneiro recente, nenhuma canção realiza, de modo tão eficaz e minucioso, esse jogo inter-semiótico como o faz Bancarrota Blues, do disco Francisco. Vamos à letra e, posteriormente, à análise:

Uma fazenda
Com casarão
Imensa varanda
Dá jerimum
Dá muito mamão
Pé de jacarandá
Eu posso vender
Quanto você dá?

Algum mosquito
Chapéu de sol
Bastante água fresca
Tem surubim
Tem isca pra anzol
Mas nem tem que pescar
Eu posso vender
Quanto quer pagar?

O que eu tenho
Eu devo a Deus

Meu chão, meu céu, meu mar
Os olhos do meu bem
E os filhos meus
Se alguém pensa que vai levar
Eu posso vender
Quanto vai pagar?

Os diamantes rolam no chão
O ouro é poeira
Muita mulher pra passar sabão
Papoula pra cheirar
Eu posso vender
Quando vai pagar?

Negros quimbundos
Pra variar
Diversos açoites
Doces lundus
Pra nhonhô sonhar
À sombra dos oitis
Eu posso vender
Que é que você diz?
Sou feliz
E devo a Deus
Meu éden tropical
Orgulho dos meus pais
E dos filhos meus

Ninguém me tira nem por mal

Mas posso vender

Deixe algum sinal

Do ponto de vista discursivo, essa canção tem mecanismos interessantíssimos de escamoteação da verdade: trata-se de um gênero meio híbrido, já que apresenta elementos de anúncio de classificados, mas o modo de organização textual é o argumentativo – ao longo do texto, delineiam-se argumentos muito favoráveis à compra da fazenda. O problema é que, nas entrelinhas desses argumentos, revela-se o desespero do fazendeiro para tentar vender a propriedade, uma vez que, ao fim de cada estrofe, ele vai mostrando, gradativamente, a disposição de vender a fazenda a qualquer preço (Eu posso vender, quanto você dá?/ Eu posso vender, quanto quer pagar?/ Eu posso vender, quanto vai pagar?/ Eu posso vender, quando vai pagar?/ Eu posso vender, que é que você diz?/ Mas posso vender, deixe algum sinal).

A descrição do local é exagerada, hiperbólica, transforma-o num locus amoenus, com atenuação até mesmo dos naturais incômodos de uma vida campestre: "algum mosquito", quando sabemos o quanto de insetos incômodos há numa fazenda. O confronto entre o absurdo das facilidades oferecidas pela propriedade e a insistência do dono em vendê-la só confirma o título: o dono está na bancarrota e precisa vendê-la a qualquer preço, pois precisa de dinheiro imediatamente (deixe algum sinal...).

Do ponto de vista de uma análise historicamente contextualizada, esta canção nos evoca imediatamente as Cidades Mortas de Monteiro Lobato: após o fim do ciclo do café, os donos das fazendas, ou os filhos deles, se viram frente a propriedades caríssimas que já não

tinham mais como manter, então precisaram rapidamente se desfazer delas. Os belos hotéis-fazenda que hoje lá se encontram não são mais do que um feliz desdobramento histórico dessa quebradeira geral, assim como, do abandono de Paraty e de Ouro Preto, com o fim do ciclo do ouro, deu-se, com o intervalo de muitos anos, a próspera exploração turística das cidades históricas. A miséria dos nossos antepassados é nossa bonança.

Do ponto de vista musical, é interessante notar que se trata de um blues, ritmo pouco presente na obra de Chico, embora haja outras parcerias com Edu Lobo em que esse gênero comparece, como "A história de Lili Braun". Deve-se lembrar que estas escolhas não parecem também serem gratuitas. A escolha do tema para letrar um blues tem tudo a ver, tanto pelo ambiente rural quanto pela "tristeza" trazida pela decadência econômica, assim como o ritmo americano teria tudo a ver com o nome "Lili Braun". Além do mais, o ritmo e o arranjo parecem reforçar a ironia que se mostra em toda a letra. No entanto, não é um blues típico, de três acordes: trata-se de música com harmonia sofisticada, dividida em duas partes, a primeira em tom maior, com sétima e nona no acorde principal, e a segunda em relativa menor. Não é música fácil de se tocar, nem de se cantar. Apesar do título, está muito mais para jazz do que para blues, mas um título como "Bancarrota jazz" poria a perder todas as características que arrolamos acima.

Esta canção, no entanto, não seria a obra-prima que é – apesar de ser pouco conhecida e ser tratada como uma canção menor no repertório buarquiano –, não fosse pelo extremo capricho formal com que o compositor a tratou.

Os três primeiros versos terminam com uma paroxítona que é cantada como oxítona:

Uma fazenda

Com casarão

Imensa varanda

Isso ocorre porque, na música já composta por Edu Lobo, essa frase musical é aguda, ou seja, a última nota é a "mais forte". Para manter a consonância entre letra e música, Chico rima essa palavra oxitonizada com uma oxítona de verdade:

Dá jerimum

Dá muito mamão

Pé de jacarandá

O recurso pareceria banal, não tivesse sido consciente e sistematicamente utilizado por Chico, de maneira simétrica, em todos os versos da parte em tom maior. Senão vejamos:

Algum mosquito

Chapéu de sol

Bastante água fresca

Tem surubim

Tem isca pra anzol

Mas nem tem que pescar

(...)

Os diamantes rolam no chão
O ouro é poeira
Muita mulher pra passar sabão
Papoula pra cheirar

(...)

Negros quimbundos
Pra variar
Diversos açoites
Doces lundus
Pra nhonhô sonhar
À sombra dos oitis

CONCLUSÃO

Num universo – A MPB – em que a qualidade tanto musical quanto lírica é das melhores do mundo, torna-se realmente uma responsabilidade muito grande dizer que Chico Buarque é "um dos melhores, senão nosso maior compositor", opinião por nós sustentada. E, embora se pense que poucas pessoas duvidariam de que o autor de Geni e o Zepelim estaria, no mínimo, entre nossos dez melhores compositores, é farta, na mídia contemporânea, uma abordagem de caráter revisionista, com viés muito mais historicista e sociologizante do que propriamente lírico-musical, feita por alguns analistas, dentre os quais destaca-se o historiador da música brega Paulo César de Araújo, autor do censurado "Roberto Carlos em

detalhes". Segundo essa análise, haveria, por parte dos intelectuais da mídia, uma eleição arbitrária de Chico Buarque como nosso grande compositor, com total apagamento de nomes da chamada "música brega", como Waldick Soriano e Odair José, para citar apenas dois lídimos representantes de um gênero que, se por um lado representa uma legítima manifestação da cultura nacional, por outro peca claramente em termos de qualidade lírica e musical.

No entanto, como dizíamos, não se pode afirmar nem uma coisa nem o contrário dela sem que se disponha de ferramentas mínimas para demonstrá-lo. As canções de Chico Buarque, como tantas outras de tantos grandes compositores da MPB, podem ser analisadas sob os mais diversos ângulos. No entanto, cremos que em poucas há tanto rendimento quando se adota uma leitura inter-semiótica de suas letras confrontadas com a música que lhes dá suporte.

É verdade que há tantos outros compositores que se aproveitaram dessa possibilidade de diálogo para fazer esse jogo. É o que ocorre, só para citar um exemplo, com o Samba de uma nota só, de Tom Jobim e Newton Mendonça. Mas este seria um caso, digamos, "escancarado", em que a própria razão de ser da música é o jogo metalinguístico, ou, melhor dizendo, metadiscursivo, conforme analisei em CONFORTE (2007).

Costuma-se dizer que Caetano Veloso é um grande letrista, mas a música de suas composições não está à altura de suas letras; de Noel Rosa, diz-se que era letrista genial, mas que, só nas parcerias com Vadico, a excelência musical foi alcançada; de Tom Jobim, não obstante a qualidade de suas letras, afirma-se que seu forte é mesmo sua música, que lhe empresta a alcunha de "Maestro Brasileiro"; de Gilberto Gil, tanto a letra quanto a música se mostram

muito sofisticadas, mas não parece haver um necessário diálogo inter-semiótico entre ambas. Etc.

São afirmações um tanto impressionistas e apócrifas, mas encerram, cremos, um pouco de verdade, assim como é verdade o fato de que a maior parte das canções de Chico não parece se preocupar com esse assim chamado diálogo inter-semiótico. No entanto, quando ele ocorre, é necessário desvelá-lo, e a análise inter-semiótica, em que se ressaltam os aspectos icônicos da música associada à letra, parece ser um meio bastante eficiente de fazer tal trabalho. Foi o que pretendemos muito modestamente e de forma introdutória neste breve artigo. Esperamos que essa ideia possa ser mais competentemente desenvolvida por outros estudiosos de nossa MPB.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Gilberto de. Chico Buarque: Letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CONFORTE, André. As metalinguagens do samba. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras da UERJ, 2007[8] .

DUARTE, Paulo Sergio & NEVES, Santuza Cambraia (orgs.). Do samba-canção à Tropicália. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume--Dumará, 2003.

PERRONE, Charles. Letras e letras da MPB. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.

SILVA, Anazildo de Vasconcelos. A poética e a nova poética de Chico Buarque. Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora 3A Ltda, 1980.

8 Disponível em www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=229

AULAS PRESENCIAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA MEDIADAS PELA INTERNET

Aurora de Jesus RODRIGUES [9]

PRELIMINARES

Sabemos que muitos professores odeiam a internet pelo fato de que, seus fiéis usuários, seus alunos, envolvem-se tão apaixonadamente nesse recurso tecnológico que, muitas vezes, esquecem-se de cumprir suas lições de casa. A partir dessa realidade, resolvemos utilizar a internet como instrumento de motivação para as aulas presenciais de língua portuguesa do ensino fundamental. Para tanto, selecionamos atividades na internet que motivassem e melhorassem o desempenho dos alunos, sobretudo na interpretação de textos e na elaboração de redações. Convém ressaltar que, como a maioria das coisas que conhecemos, a internet não pode ser considerada boa ou má apenas a sua utilização adequada ou inadequada poderá produzir efeitos positivos ou negativos a todos os seus usuários (LEVY: 1999, p.35).

Há vantagens na utilização da internet em sala de aula, como esclarece o texto abaixo:

A maioria dos instrutores, cientes da perda de tempo com esta transferência de meios, tem se esforçado na medida do possível para desenvolver materiais com o conteúdo didático a ser exposto

9 Professora doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Professora do curso de Mestrado da Universidade Braz Cubas. Participante do Instituto de Pesquisas da PUC-SP.

no quadro negro, distribuindo-os aos alunos. Entretanto, através do conceito do Hipertexto, o material didático disponível na Internet pode ser preparado de forma que informações mais sofisticadas mas não estritamente pertinentes ao andamento do curso possam ser acessadas sempre que necessárias ou a qualquer momento (e.g. Porter, 1997 ou Braga, 1998). Estes outros materiais podem estar disponíveis no mesmo servidor de informações do material do curso ou em qualquer um dos milhões de computadores ligados em rede pela Internet. Se o material estiver disponível de forma adequada na Internet, bem como a programação acadêmica, os alunos poderão ser incentivados - ou motivados - a acessá-lo antes da aula e mesmo após a mesma. De posse do material impresso, os alunos evitam o exercício da transcrição do quadro-negro e podem se concentrar melhor nas discussões onde a maior parte do aprendizado pode ser feita. Através da projeção de slides previamente selecionados ou mesmo de trechos adequados do material acadêmico disponível, o andamento da aula pode ser muito interessante. Com isto, o ritmo de aprendizado pode ser imposto pelo próprio aluno, individualmente, com toda a comodidade (BRAGA, W.: 1999, p.4).

Constatamos que a internet é uma ferramenta que dinamiza as aulas, promovendo acessos imediatos dos conteúdos que devem ser desenvolvidos.

Sugerimos o aproveitamento de parte das aulas que podem transformar-se em momentos de pesquisa, a partir do trabalho individual e em grupo, quando o professor exerce suas funções de coordenador e de facilitador dos seus alunos-participantes ativos. É necessário que o professor motive e incentive seus alunos a desenvolverem essas tarefas, com muito interesse, a fim de facilitar o papel do professor e a apreensão dos conteúdos por parte dos alunos. O

papel do professor será o de gestor das diferenças individuais do processo de aprendizagem,imprimindo-lhe seu ritmo adequado. (MORAN: 2007, p. 48)

AS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS

A internet é uma ferramenta muito útil para reduzir a burocracia das aulas presenciais, revertendo em tempo útil para o processo de ensino e aprendizagem, como podemos confirmar no texto abaixo:

Constata-se que tempo considerável das aulas presenciais é desperdiçado em tarefas burocráticas e outras de pouca efetividade para uma aprendizagem significativa , tais como:avisos, chamadas, leituras de textos, anotações, gabaritos, exercícios de fixação, reduzindo ainda mais o nobre tempo da aula presencial. Estas tarefas podem ser disponibilizadas em uma plataforma de educação a distância ou remetidas via correio eletrônico, poupando tempo da aula presencial. Neste sentido, a aula estaria sendo ampliada para além do seu limite temporal usual.Adicionalmente, à plataforma de educação a distância pode ser acrescido material potencialmente significativo, de diferentes tipos - textos para leituras orientadas, simulações interativas, vídeos,estudos de casos, softwares específicos - para a aprendizagem de conteúdos específicos. Neste trabalho denominamos de ambiente virtual de aprendizagem a tríade: plataforma de educação a distância, material potencialmente significativo para a aprendizagem de determinado conteúdo e os estímulos e usos que se faz de ambos para propiciar a interação aluno-professor, aluno-aluno e aluno-objeto de conhecimento.Nossa proposta de inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino visa ampliar a interação entre aluno-conhecimento-professor, utilizando recursos de tecnologias de informação (hipertextos e animações interativas comunicação. (PIRES, M. A. 2004,p.1)

Todas as escolas de todas as classes sociais, desde a década anterior, dispõem de computadores com acesso à internet, que, além de proporcionarem entretenimento ao corpo discente, podem ser utilizados para o desenvolvimento e para a fixação do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto essa tecnologia tem sido subutilizada, sobretudo, para momentos de lazer, em detrimento de seu inegável recurso de apoio pedagógico.Muitos professores, por serem avessos à utilização da internet, privam-se do seu contato, invalidando suas inúmeras aplicações durante suas aulas.

Com a chegada da Internet defrontamo-nos com novas possibilidades, desafios e incertezas no processo de ensino-aprendizagem. Como aprender com tecnologias que vão se tornando cada vez mais sofisticadas, mais desafiadoras? Ensinar é gerenciar a seleção e organização da informação para transformá-la em conhecimento e sabedoria, em um contexto rico de comunicação. Não podemos ver a Internet como solução mágica para modificar profundamente a relação pedagógica, mas ela pode facilitar como nunca antes, a pesquisa individual e grupal, o intercâmbio de professores com professores, de alunos com alunos, de professores com alunos. A Internet propicia a troca de experiências, de dúvidas, de materiais, as trocas pessoais, tanto de quem está perto como longe geograficamente. A Internet pode ajudar o professor a preparar melhor a sua aula, a ampliar as formas de lecionar, a modificar o processo de avaliação e de comunicação com o aluno e com os seus colegas. (MORAN, J.M.: 2001, p.19)

A leitura de um texto não linear (hipertexto) na tela do computador está baseada em indexações, conexões entre idéias e conceitos articulados por meio de links (nós e ligações) que conectam infor-

mações representadas em diferentes linguagens e formas tais como palavras, páginas, imagens, animações, gráficos, sons, clips de vídeo, etc. Dessa forma, ao clicar sobre uma palavra, imagem ou frase definida como um nó de um hipertexto, encontra-se uma nova situação, evento ou outros textos relacionados. Portanto, cada nó pode ser ponto de partida ou de chegada, originar outras redes e conexões, sem que exista um nó fundamental.

A representação de informações em hipertextos com o uso de distintas mídias e linguagens permite romper com as seqüências estáticas e lineares de caminho único, com início, meio e fim fixados previamente. O hipertexto disponibiliza um leque de possibilidades informacionais que permitem ao leitor interligar as informações segundo seus interesses e necessidades, navegando e construindo suas próprias seqüências e rotas. Ao saltar entre as informações e estabelecer suas próprias ligações e associações, o leitor interage com o hipertexto e pode assumir um papel mais ativo do que na leitura de um texto do espaço linear do material impresso. (ALMEIDA, M.E.B.: 2007, p.235)

Ao utilizar a internet, o aluno aumenta seu campo de conhecimento, visto que interage com diferentes conexões lingüísticas, geográficas e interpessoais. Linguisticamente interage com diversos gêneros textuais, enriquecendo suas possibilidades de redação. Geograficamente consegue deslocar-se para diferentes tempos e espaços, possibilitando-lhe analisar as diferentes culturas. Interpessoalmente, consegue comunicar-se com pessoas plugadas em todos os lugares. Todas essas interações bem sucedidas aumentam sua aprendizagem e a intuição desenvolvida por hipertextos conectados continuamente. A intuição favorece a aprendizagem por tentativa e erro, principalmente na busca de links.

A internet desenvolve a escrita de seus usuários que, para serem bem entendidos por seus colegas, utilizam, além das palavras escritas, imagens em movimento e sons, o que denota sua fluência .

A escola, o professor e os alunos expõem-se para o mundo graças às redes eletrônicas, permitindo que seus projetos e pesquisas sejam avaliados por outras pessoas. Suas práticas pedagógicas são divulgadas, permitindo que todos se beneficiem de suas conquistas (MORAN, J.M.: 2007, p.6).

Ao dominar a tecnologia, os alunos são motivados pela curiosidade a procurar assuntos relacionados às aulas, enriquecendo o material didático elaborado pelo professor. Há um intercâmbio de conteúdo didático entre alunos e professor. A motivação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, faculta-lhes a ânsia de pesquisar diferentes ângulos de um mesmo conteúdo, enriquecendo o repertório das aulas. Muitas vezes pode ocorrer a dispersão dos alunos que, envolvidos pelos conteúdos de interesse pessoal, desconectam-se do conteúdo específico solicitado em aula. Nesse momento, a orientação do professor é fundamental. O aluno disperso será reconduzido ao tema central da aula, aprendendo a selecionar e a filtrar os temas relevantes para determinado conteúdo, evitando navegações desnecessárias naquele momento. (MORAN,J.M.: 2007, p.32)

Devemos estar cientes de que aprender é planejar, receber, selecionar e enviar informações, estabelecendo conexões, para a resolução de problemas entre alunos e professor, que atua como parceiro de navegação, apontando novas perspectivas de pesquisa.

O prazer da leitura será incentivada para a compreensão das idéias de outros internautas, além de possibilitar a fruição comunicativa

com o objetivo de compartilhar idéias, saberes e sentimentos de projetos colaborativos. Atingindo-se o prazer da leitura, será afastado completamente, o pavor de que a leitura destina-se, exclusivamente, à correção de textos, legitimando a alegria de ler (ALMEIDA, M.E.B. de: 2007.p.335)

Comumente, alunos dispersos deixam de realizar suas tarefas por navegarem por inúmeros sites distantes das solicitações dos professores. É importante que o professor oriente seus alunos a navegarem por sites confiáveis a fim de desenvolverem suas pesquisas eficazmente, sem se perderem em navegações sedutoras de puro entretenimento, inviabilizando a concentração nas pesquisas solicitadas.

Essa metodologia reveste-se do construtivismo, visto que o conteúdo exige a visão crítica do aluno, que deve esmerar-se para selecionar conteúdos e transferi-los para a interpretação de textos e para a elaboração de redações e resumos, o que demanda mais disponibilidade de tempo para sua execução.

Dessa maneira, o professor perde seu ofício de transmissor de conteúdos, passando a desempenhar seu novo papel de orientador de conteúdos, auxiliando o aluno a construir seu conhecimento, a partir da solução de questões pessoais ou levantadas pela classe. A comunicação torna-se sofisticada, exigindo a troca permanente de idéias entre alunos e professores.

Essa nova visão educacional retoma os conteúdos escolares para que o aluno consiga desenvolver habilidades e atinja competências, sobretudo que aprenda a aprender, o grande objetivo que deve ser

alcançado pelo profissional-cidadão, ou seja, o aluno deve ser capaz de estabelecer relações significativas entre os conteúdos apreendidos, utilizando-se dos processos mentais de comparação, correlação, aplicação, análise, síntese. (CALABRESIL, M.C.B.R. de: 2001, p.18)

Nesse ambiente mediado pelo computador, o professor detém a função de facilitador de ensino, possibilitando que cada aprendiz avance na construção do seu conhecimento. Assim, o aluno , relacionando-se com o computador, interage com o facilitador, por meio das suas intervenções, resultando na construção do conhecimento. (ALTOÉ, A. e PENATI, M.M: 2005, p.65)

No caso do uso de multimídia ou de navegação pela Internet, para pesquisa e comunicação, a ação do aprendiz é escolher entre várias opções oferecidas, facilitadas pela combinação de textos, imagens, animação e sons. Assim, o aprendiz não descreve o que pensa, mas pode refletir sobre as informações disponibilizadas e selecionar outras opções que considerar necessária .Apesar de permitir amplas explorações, tanto o uso de multimídia quanto a navegação pela Internet são atividades que auxiliam a aquisição de informações e cabe ao professor, portanto, atuar para a transformação dessas informações em conhecimento pelo aprendiz (cf. VALENTE: 1999, p.52).

A motivação dos estudantes é acelerada, inclusive para a criação de grupos de estudos na internet, favorecendo a suplementação dos conteúdos propostos pelo programa escolar e, consequentemente, promove o desenvolvimento conjunto dos tópicos do curso.

Seu caráter construtivista permitirá a integração do alunado com o professor na avaliação contínua da aprendizagem. (LUCENA, C.: 2000, p.54)

A seguir destacamos os itens da metodologia da pesquisa que passamos a descrever.

MÉTODO

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Escolhemos para esta pesquisa uma escola pública municipal paulistana da zona norte, freqüentada, principalmente, pela população carente da região.

O estabelecimento funciona em três turnos diários com um total de 650 alunos. Nos dois primeiros períodos concentram-se os alunos até a o 4º ano, no terceiro turno estudam os alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental.

A escola dispõe de duas coordenadoras pedagógicas e de um diretor e de uma assistente de direção. Há 75 professores distribuídos em todos os períodos.

Cada uma das suas doze salas de aulas, bem iluminadas e providas de lousas e carteiras novas, comporta trinta e cinco alunos de ambos os sexos.

Há uma sala de leitura, duas salas de jogos e de uma sala de informática com trinta microcomputadores à disposição de todos os alunos em determinados horários semanais.

CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES

Foram selecionados, por sorteio, vinte alunos do 5º ano, sendo dez garotos e dez garotas entre 11 e 13 anos, todos com dificuldades de aprendizagem e interessados em participar desta pesquisa sobre a utilização da Internet nas aulas de língua portuguesa. Os informantes foram autorizados pelos seus pais a participarem da pesquisa.

Os pais dos informantes estudaram até o 4º ano, dedicando-se às seguintes profissões: caminhoneiros, camelôs e pedreiros. As mães são predominantemente empregadas domésticas e diaristas. O rendimento médio dessas famílias corresponde a 2,5 salários mínimos.

MATERIAL

Foram utilizados vinte microcomputadores localizados na sala de informática.

PROCEDIMENTO

Os informantes foram autorizados pelos seus pais a participarem da pesquisa, visto que todos estavam cientes de que a pesquisa funcionaria como aulas de reforço.

A direção da escola selecionada autorizou a aplicação do teste por entender que a pesquisa poderia melhorar o desempenho dos informantes.

A pesquisadora permaneceu na sala dos informantes, durante três aulas de língua portuguesa, a fim de que os alunos se familiarizassem com ela antes do início da coleta de dados, evitando-se quaisquer constrangimentos durante o desenvolvimento da pesquisa.

Na sala de informática a maioria dos informantes demonstrou familiaridade com os computadores, dominando a técnica da digitação e do envio de e-mails, o que facilitou, sensivelmente, a aplicação dos testes.

Inicialmente os vinte participantes foram submetidos a um teste diagnóstico para a sondagem de suas principais dificuldades de aprendizagem de redação e de interpretação de textos.

Após a leitura do texto selecionado, os alunos responderam às questões de interpretação de texto. Em seguida, todos os informantes elaboraram uma redação sobre o mesmo tema.

Ao corrigirmos as atividades propostas, constatamos que quarenta por cento das alunas e sessenta por cento dos alunos não atingiram a média cinco nessas atividades diagnósticas, apresentando muitas dificuldades de coesão e coerência na interpretação e na redação de textos solicitados.

Passamos a apresentar o desempenho dos alunos nessa fase diagnóstica, descrito no quadro abaixo.

PRÉ-TESTE OU FASE DIAGNÓSTICA

	Respostas			Redação		
		Corretas	Incorretas	Total	Na média	Abaixo da média Total
	M	04	06	10	04	06 10
	F	06	04	10	06	04 10
	Total	10	10	20	10	10 20

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Durante as oito aulas mensais dedicadas à recuperação dos alunos, em horário extraclasse, foram desenvolvidas atividades na internet supervisionadas e corrigidas pela pesquisadora.

Alguns alunos, que apresentavam dificuldades em acessar a internet e digitar textos, foram assessorados por três colegas de classe, não participantes da pesquisa, que, gentilmente, prontificaram-se a auxiliar os informantes, sem interferir na redação e na digitação de suas tarefas.

Inicialmente os alunos acessaram, na página da internet, notícias sobre assuntos de seu interesse, predominantemente relacionados a programas de televisão tais como: futebol, telenovelas e programas de auditório.

Após copiarem e colarem os textos escolhidos em arquivos particulares, os participantes da pesquisa realizaram duas leituras silenciosas, para conseguirem apresentar os conteúdos textuais aos colegas de classe, que se manifestavam sobre a qualidade dos trabalhos, em termos de interessante, fácil ou de difícil compreensão.

Sanadas as dúvidas dos companheiros, os resumos orais foram digitados, de acordo com suas habilidades pessoais. Essas duas fases foram supervisionadas pela pesquisadora, que revisava as possíveis inadequações lingüísticas e/ou interpretativas presentes nos textos digitados.

Os textos revisados foram compartilhados, via e-mail, por todos os envolvidos na pesquisa e pela pesquisadora.

Ao receberem os arquivos, os alunos digitavam comentários acerca do conteúdo. Assim, cada texto recebia dezenove comentários, em termos de: gostei muito, não entendi determinada passagem.

Os autores dos textos digitados reformulavam seus textos, caso houvesse necessidade, em decorrência das críticas recebidas.

As críticas derrotistas e ofensivas foram determinantemente proibidas a fim de não desmotivarem os alunos ou, até mesmo, provocarem brigas entre eles.

A próxima atividade consistiu numa atividade direcionada. Os alunos foram convidados a pesquisar nas páginas da internet textos de sua preferência sobre a História do Brasil, tais como: descobrimento, colonização, povos do Brasil, movimentos políticos.

Cada um dos textos escolhido foi copiado e colado nos arquivos individuais dos alunos. Após duas leituras silenciosas, os informantes apresentaram o resumo oral do texto para todos os colegas, que, normalmente, solicitavam detalhes sobre o assunto apresentado.

Todas as perguntas dos colegas foram respondidas adequadamente, tendo por base apenas o texto consultado.

A exemplo do que ocorreu na atividade anterior, os alunos, supervisionados pela pesquisadora, digitaram os textos que haviam sido apresentados oralmente.

Os arquivos corrigidos foram anexados às mensagens enviadas a todos os participantes dessa tarefa, que, via e-mail, redigiram seus comentários construtivos sobre o conteúdo recebido.

Alguns textos foram refeitos em decorrência das inadequações encontradas na primeira apresentação.

Essa participação ativa de todos os informantes motivou-os a falar, a ler e a escrever com mais disciplina e atenção, a fim de serem bem entendidos por todos os seus pares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encerradas as atividades da pesquisa, os informantes foram submetidos a um pós-teste, constando de uma nova interpretação de texto direcionada por questões objetivas, que favoreceram a elaboração de uma redação referente ao conteúdo explorado no questionário.

Após as correções, verificou-se que setenta por cento dos alunos apresentaram um desempenho superior àquele da situação diagnóstica,tanto na atividade de interpretação de texto, quanto

na elaboração da redação, concluindo-se que foram eficazes as atividades de reforço apresentadas.

GERALDI (1997, p.135) considera a "produção de textos orais e escritos como ponto de partida e de chegada de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua". Essa afirmação vai ao encontro da preocupação com a necessidade de formar um indivíduo reflexivo, crítico, capacitando-o a posicionar-se diante do mundo através de sua habilidade de expressão das idéias. E é bastante pertinente essa preocupação num país - e num mundo - excludente e desigual, tão carente de posicionamentos, líderes, transformações.

Mas como ajudar alguém a se expressar, se não houver o que expressar? Como ter o que expressar, se é tão difícil compreender o mundo que nos cerca; se é tão difícil compreender o jornal a que assistimos, o manual do aparelho eletrodoméstico, as leis de trânsito, o livro que a professora nos indicou para ler? É tão difícil adentrar numa cultura centralizada na escrita, se não nos posicionamos diante das questões porque não as conhecemos bem; se não conseguimos relacionar os fatos que vêm até nós através da mídia porque não vemos além das aparências; se não percebemos as "entrelinhas", o discurso demagógico; se não sabemos inferir; se não conhecemos o poder que as palavras carregam: "Ai, palavras, ai, palavras,/ que estranha potência, a vossa!" (Inevitavelmente lembramo-nos de Cecília Meireles.) (FERES, B. S.: 2008, p.1)

Cumpre que a escola desenvolva a expressão oral e escrita dos seus alunos, ou seja, que os torne fluentes na própria língua, a fim de possam interagir adequadamente em todas as situações sociais.

PÓS-TESTE

Redação	Respostas					
		Corretas	incorretas	Total	Na média	Abaixo da média	Total
	M	07	03	10	07	03	10
	F	07	03	10	07	03	10
	Total	14	08	20	14	06	20

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coincidentemente os informantes de ambos os sexos apresentaram a mesma porcentagem de atuação no pré-teste e no pós-teste referentes à interpretação de texto e à elaboração de redações.

Podemos afirmar que a dificuldade em interpretar textos refletia diretamente na inadequação das redações elaboradas por esse grupo de alunos, visto que a ausência de repertório contextual dificultava a expressão escrita do pensamento, ou seja, sua fluência lingüística dependia diretamente dos estímulos recebidos dos textos pesquisados e lidos. Tendo ocorrido a estimulação textual, a redação oral e a escrita fluíram naturalmente.

Deve-se acrescentar que entrosamento requerido nas várias etapas desta pesquisa estimulou os alunos a melhorarem o seu desempenho, a fim de receberem avaliações positivas da pesquisadora e pelos próprios colegas.

A avaliação realizada entre os participantes da pesquisa estimulava-os a progredirem mais e mais, a construírem suas hipóteses válidas sobre a organização do pensamento durante a execução das atividades. Além disso, a proibição de veiculação de comentários negativos sobre a elaboração de todas as tarefas requeridas, possibilitou a melhoria do seu rendimento nas diferentes etapas da pesquisa.

Pode-se constatar que, durante as aulas presenciais, as atividades didáticas intermediadas pela internet, quando bem selecionadas, monitoradas e exploradas podem elevar o nível de aproveitamento dos estudantes na interpretação e na elaboração de textos orais e escritos dos diversos conteúdos curriculares.

Convém destacar-se que todas as atividades de reforço, independentemente do instrumental utilizado, favorecem o progresso dos alunos. Se utilizarmos recursos didáticos do universo de preferências dos alunos, o reforço torna-se lúdico, favorecendo resultados mais satisfatórios.

Nesta pesquisa, a utilização de conteúdos disponíveis na internet e a interação de todos os informantes permitiu um rendimento favorável que refletiu no desempenho satisfatório dos alunos, mesmo daqueles que apresentavam uma grande defasagem na interpretação de textos e na elaboração de redações, como constatamos na elevação das porcentagens de atuação dos envolvidos na pesquisa.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. In: Educação e Pesquisa, vol. 29, n.º2, São Paulo, July/Dec. 2003.

ALTOÉ, A.; PENATI, M. M.. O Construtivismo e o Construcionismo Fundamentando a Ação docente. In: ALTOÉ, A; COSTA, M. L.Furlan; TERUYA, T. K. Educação e Novas Tecnologias. Maringá: Eduem, 2005.

CALABRESIL, M.C.B.R. A construção do conhecimento: uma abordagem construtivista. In: Revista da Educação, Toledo-PR, vol.1, n.º1, jan/jun.2001.

FERES, B. DOS S. Estratégias de leitura, compreensão e interpretação de texto na escola. In: Anais do 6º Congresso de Língua e Filologia, Rio de Janeiro:UERJ, 2008.

GERALDI, J. W. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEVY, P. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LUCENA, C. A educação na era da internet. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

MORAN, J.M. Saberes e linguagem de educação e comunicação. Pelotas:Editora da UFPelotas, 2001.

_____. A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus, 2007.

VALENTE, José Armando (Org.). Computadores e conhecimento: repensando a educação. 1. ed. Campinas: Gráfica Central da UNICAMP, 1993.

http://wwwusers.rdc.puc-rio.br/wbraga/transcal/pdf/Papers/cobem99-1.pdf.

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E LEGITIMIZAÇÃO – IMPLICAÇÕES SEMIÓTICAS

Carmem PRAXEDES [10]

PALAVRAS INICIAIS

O Brasil é um país cujos indicadores nacionais apontam para a necessidade de desenvolvimento de programas, projetos e ações que estejam voltados para a democratização e o aprimoramento do ensino em todos os níveis. Dentre as grandes preocupações educacionais, encontra-se a da aprendizagem de línguas, quer seja a materna, quer sejam as estrangeiras. O grande destaque dado aos resultados dos exames como os vestibulares, ENEM e PISA, demonstram que, apesar dos esforços de alguns grupos de educadores, os nossos estudantes saem da escola sem desenvolver competências e habilidades linguísticas fundamentais para o convívio na sociedade. Por outro lado, a condição histórico-geográfica do país, de per si, não é fator determinante para que o Português do Brasil – PB – seja uma das línguas de circulação do Cone Sul pari passo ao Castelhano. Sendo assim, consideramos que àqueles que se dedicam à Educação Linguística no Brasil há dois problemas a resolver: 1º - o da ampla implementação dos pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente a parte referente a linguagens, seus códigos e suas tecnologias; 2º - o da difusão do PB pelo Cone Sul com base em um projeto

10 Doutora em Lingüística Geral e Semiótica pela USP (2002). Professora Adjunta V do Instituto de Letras da UERJ. Este trabalho é parte da sua pesquisa de Pós-Doutorado em desenvolvimento na USP, sob a supervisão da Profª Drª Maria Vicentina do Amaral Dick.

multicultural. Em decorrência, podemos prever, pelo menos, dois resultados: 1º - a efetiva preparação de crianças, jovens e adultos para interagir na sociedade, no que se refere à língua materna – LM -, bem como a capacitação destas mesmas crianças, jovens e adultos para interagir com o mundo, no que se refere às línguas estrangeiras – LE; 2º - a possibilidade de ampliação e revisão de conceitos, preconceitos e valores sócio-culturais, no que se refere a um projeto multicultural, assim como a possibilidade de consolidar grupos e lideranças no Cone Sul.

A Itália é um país que, apesar de ter tido um processo tardio de democratização da Educação em relação a outros países europeus, possui uma Educação Básica eficaz, no que se refere ao acesso e permanência dos estudantes na escola. Além disso, o contexto sócio-histórico em que se insere - intra e interfronteiras-, propicia a circulação de europeus e não-europeus pelo seu território. Assentada, motivada e provocada pelo Conselho da Europa ela toma à frente de projetos e processos como o de Bolonha. Da mesma sorte, os programas como: "Leonardo da Vinci" e "Sócrates-Erasmus" permitem aos italianos estadas de estudos em outros países da União Européia - UE. Todavia, a grande questão italiana de hoje, que é visível a um estrangeiro atento, é a do ensino de línguas para estrangeiros, especialmente no que concerne ao ensino do Italiano Língua Estrangeira – ITAL/LE – em situação de língua segunda – L2. O que se impõe é quase uma praga da península; a grande quantidade de estrangeiros, de origens diversas, vivendo em território italiano. Por isso, para o professor italiano, de qualquer área ou disciplina, é fundamental não só saber uma língua estrangeira, mas saber línguas estrangeiras em sua concepção mais ampla, ou seja, aquela que entende que as línguas são as formas de expressão do pensamento que engendra uma visão de mundo

semioticamente construída. Em suma, a questão linguística italiana continua sendo uma grande questão da língua.

O Brasil e a Itália são países cujas culturas se assemelham e se diferem, visto que, embora em muitos momentos tenham grandes semelhanças, como na paixão pelo futebol, o contexto histórico das duas nações é diferente. Mas o que nos interessa em contrastar os seus sistemas educacionais, estabelecendo um recorte lingüístico como finalizador, é: a tradição educacional brasileira de seguir modelos europeus; a importância do processo de Bolonha para a Educação; a interferência da cultura italiana na formação brasileira e a importância dos Quadros e Parâmetros lingüísticos para o ensino e aprendizagem de línguas, que é visto como uma das competências transversais necessária a todos os cidadãos

A TRADIÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA DE SEGUIR MODELOS EUROPEUS

Àquilo que ousamos chamar de tradição educacional, aponta para dois modelos: o religioso e o laico. Portanto, podemos considerar que, no Brasil, a nossa mais forte tradição educacional esteja vinculada diacronicamente ao modo como teve início a educação sistemática neste país. Como sabemos, foram os jesuítas que iniciaram o trabalho de catequização dos tupiniquins. Segundo Santos (2007: 162), este ensino, apesar de ter ilustrado alguns, pouco contribuiu para a vida na comunidade, ou seja, o princípio de análise e adequação à realidade foi nada ou pouco valorizado, pois o processo educacional que se implantou no Brasil trazia os fundamentos escolásticos e de aculturação dos povos que aqui viviam.

Com o passar dos anos, a situação não mudou consideravelmente, pois ainda atribuía-se à Igreja determinar como deveria ser o ensino no Brasil, que se baseava nos modelos francês e alemão.

Mais recentemente, tivemos no Brasil duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber: a de 1961 e a de 1996, leis 4.024/61 e 9.394/96, respectivamente. Esta última considerada como um grande avanço para a educação, limitada, entretanto, pela distância que separa as leis da vida do cotidiano no Brasil, i. é; estar previsto na lei não significa que será cumprida a função deôntica: o dever-fazer. Impõe-se, portanto, na cultura e ordenamento sociais brasileiros, a tensão dialética entre duas forças contrárias: privilégio e restrição, conforme o exposto por Pais (1999: 152-167), visto que, de per si são criados espaços intermediários entre aqueles que creem que podem frequentar ("crer-poder-fazer") a escola, e aqueles que creem não poderem frequentá-la ("crer-não--poder-fazer"). E isto ocorre, a nosso ver, pelo fato de ainda não termos rompido, de maneira geral, com os modelos de sociedades de desenvolvimento perverso, cuja riqueza existe, todavia, não propicia, sem restrição, o acesso aos sistemas educacionais, à saúde e aos bens culturais. Neste sentido, a principal expectativa para os educadores é a de construirmos uma sociedade dinâmica, em que a tensão entre a modernidade e a tradição exista para realimentar e fazer avançar o sistema educacional como um todo.

Não obstante, a Educação Brasileira não se encontrar mais sobre os auspícios e determinações da Igreja, a escola laica é aceita e bastante difundida, contudo, ela ainda é muito carente de recursos financeiros e humanos para a sua ampla e irrestrita democratização

em todos os níveis e classes sociais. Além disso, idos os anos da escola tradicional, da implantação do movimento do "escolanovismo", oriundo da Europa, hoje temos em voga intenções de aplicar no Brasil os pressupostos do processo de Bolonha que, explícita ou implicitamente, emerge das discussões e medidas tornadas públicas pelo Governo Federal Brasileiro.

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE BOLOGNA – PRB - PARA A EDUCAÇÃO

O Processo de Bolonha, segundo Lima, Azevedo & Catani (2008: 01), é a produção de uma "política pública de um meta-Estado para um meta-campo universitário", constituindo-se em uma política educacional supranacional, comum aos estados-membros da União Européia, com vista à construção de um "espaço europeu de educação superior". O processo político e de reformas institucionais, realizado por cada governo nacional, conduzirá ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de educação superior até 2010, incluindo, atualmente, 45 países – todos os da EU, e outros 18 países europeus não pertencentes a ela.

De acordo com os dados do CRUI – Conselho de Reitores das Universidades Italianas - o Processo de Bolonha representa o percurso que os ministros da Instrução Superior dos países europeus devem seguir para construir o espaço europeu neste nível de ensino integrado à pesquisa. Para tanto, foram organizados princípios-chaves comuns a todos os Estados Nacionais, com vistas a orientar uma reestruturação homogênea dos sistemas universitários europeus.

O processo, ainda segundo os documentos do CRUI, deve ser revisto a cada dois anos, na ocasião de encontros dos Ministros da Instrução Superior. A partir de 2001, estes encontros têm sido precedidos por conferências acadêmicas organizadas pelos EUA. O CRUI desenvolve atividades de implementação dos princípios do Processo de Bolonha, seja através dos trabalhos dos EUA, seja através de um grupo de delegados do Ateneo (UNIBO – Universidade de Bologna) para estes fins. Tal grupo de delegados, além de promover a realização em nível local dos instrumentos para a atuação do espaço europeu da instrução superior e da pesquisa, representa a interface institucional do grupo nacional dos Bologna Expert, instituído pela Agência Nacional LLP/Erasmus, no âmbito de um programa da Comissão Européia.

Os princípios-chaves comuns citados acima são:

1- A estruturação dos sistemas nacionais de educação superior em três ciclos, que dão acesso a vários níveis de títulos de fácil comparação;

2- A adoção de um sistema europeu de créditos;

3- A promoção da dimensão europeia dos percursos formativos;

4- A integração entre ensino e pesquisa;

5- A promoção da mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores;

6- A promoção da formação continuada e permanente;

7- O reconhecimento dos títulos e períodos de estudo;

8- A qualidade dos processos de avaliação;

9- O potenciamento da dimensão social da instrução superior;

10- A participação ativa dos estudantes no processo de Bolonha;

11- A melhoria das atividades e a abertura do espaço Europeu da Instrução Superior para outros países.

TRECICLI

La strutturazione dei sistemi nazionali di educazione superiore in tre cicli, che diano accesso a vari livelli di titoli di semplice leggibilità e comparabilità: gli Stati si impegnano ad elaborare un quadro nazionale di riferimento per tutti i titoli dei loro sistemi di istruzione superiore (national framework for qualifications) ed un quadro generale di riferimento per tutti i titoli esistenti nell'ambito dello Spazio europeo dell'istruzione superiore (overarching framework for qualifications) entro il 2010.

Strumento utile all'aumento della trasparenza internazionale e alla facilitazione dei riconoscimenti dei titoli è l'introduzione del Diploma Supplement (a partire dal 2005)

Os princípios-chaves acima, podem ser traduzidos, respectivamente, pelas seguintes palavras: Três ciclos, créditos, dimensão europeia, formação e pesquisa, mobilidade, formação continuada, reconhecimento da qualidade, dimensão social, estudantes, atratividade.

A Universidade de Torino disponibiliza a seguinte informação sobre o processo de Bolonha:

CREDITI

L'adozione di un sistema europeo di crediti: il sistema europeo di accumulazione e trasferimento dei crediti è

> *un sistema incentrato sullo studente e basato sul carico di lavoro richiesto a questo ultimo per raggiungere gli obiettivi di un corso di studio, obiettivi preferibilmente espressi in termini di risultati dell'apprendimento e di competenze da acquisire.*

O Processo de Bolonha se constitui em um processo intergovernamental e paneuropeu de convergência dos sistemas universitários nacionais, que conseguiu envolver 46 países com o objetivo de criar até 2010 um espaço europeu da instrução superior (European Higher Education Area – EHEA). O processo de Bolonha adotou o nome da cidade onde foi finalizado, enquanto produto de um encontro ministerial ocorrido em 18 e 19 de junho de 1999, com uma declaração comum subscrita por 29 Ministros da Instrução Superior de vários países.

Das referências acima, todas elas sobre o processo de Bolonha, Catani (2008:01), muito se assemelha á leitura que faz Balboni (2005) sobre esse tema. Este autor destaca incisivamente a fundamentação política do processo de Bolonha e do Quadro Comum Europeu de Ensino Aprendizagem e Avaliação de Línguas, mais conhecido como FRAMEWORK.

> *Existe um mundo todo que ignora que nos últimos anos mais de 1.200.000 jovens universitários transcorreram, graças ao projeto Erasmus, um ano de suas vidas em Universidades de outros países. Eis o maior projeto de criação de uma classe dirigente transnacional depois daquele do Império Romano (...) (Grifo nosso) (Balboni: 2005 p.2-3).*

No contexto em que se apresentou, o PrB surgiu como produto de anos e anos de buscas de soluções para resolver as questões econômicas, científicas, culturais e sociais de um continente marcado e massacrado por conflitos constantes, cujo ponto máximo de tensão culminou com as duas grandes guerras mundiais. Destruídos, e após terem entregado o domínio do mundo aos EUA, os Europeus seguiram em busca de soluções pacíficas, mas que lhes dessem a curto, a médio e a longo prazo a hegemonia mundial. Tal projeto ainda não alcançou a sua fase final e, provavelmente, muito do esperado não será alcançado, visto que na atualidade é pouco provável que venhamos a ter esta ou aquela nação, ou continente como hegemônico, mas, decerto, o equilíbrio entre as forças propiciará ao mundo, futuramente, ter espaços mais democráticos de poder.

Em meio a todo este processo, consideramos que o mais importante, no percurso dos últimos 50 anos, foi a chave que os europeus usaram para a formação da classe dirigente europeia: a da interação cultural, cujo principal veículo é a comunicação entre povos que, embora tenham vivido muito próximos no decorrer dos séculos, nem sempre eram parecidos culturalmente. Esta comunicação vem se consolidando entre os europeus através dos projetos linguísticos, como o FRAMEWORK e o Quadro Comum Europeu das Línguas de Escolarização. Para tanto, e com a acuidade própria dos Europeus, buscou-se o espaço Universitário para implementar, avaliar e, até certo ponto, controlar a implementação do PrB e toda a mudança de visão educacional e relacional que ele determinou. Eis a Universidade na sua mais magnânima função: a extensionista. Aqui entendida à maneira medieval, na sua função de atendimento às necessidades das cidades, não foi à toa que as universidades mais antigas tiveram os nomes das cidades às quais pertenciam.

No Brasil, sinais do PrB vêm se delineando na Educação Nacional, mas, a nosso ver, ainda sem a expressividade necessária para causar modificações relevantes.

Entre eles, a criação do PROUNI, por Tarso Genro, a colocação de mais um ano no Ensino Fundamental, o 9º ano, e a implementação de avaliações intermediárias e finais de ciclos, como a Prova Brasil e o ENEM, e a criação da Capes Básica. Todavia, não há ou não foi tornado público, até o momento, iniciativas que busquem viabilizar a possibilidade de adequação do PrB à situação educacional brasileira ou, até mesmo, a apresentação de propostas da mesma natureza, mas que levassem em conta as necessidades específicas de um país continente e monolíngue, que ocupa posição privilegiada no Cone Sul. Urge, para tanto, articular as medidas já tomadas a um investimento financeiro proporcional à demanda de escolarização no Brasil, o que requer estabelecer uma grande rede entre Educação Básica, Ensino Superior, Governos, Organizações não-governamentais e a população como um todo.

O PrB, enquanto movimento político-educacional, tem, pelo menos, um papel exemplar para todos os países do mundo: o de organizar e oportunizar uma plena e irrestrita difusão e discussão dos saberes e culturas existentes no Continente Europeu – a pangea. Sábia iniciativa, surgida a partir da percepção de que a grande força que protege qualquer território não é bélica ou radioativa, senão aquela que busca oferecer ao jovem a possibilidade de conhecer e respeitar às diferenças e às minorias.

A INTERFERÊNCIA DA CULTURA ITALIANA NA FORMAÇÃO BRASILEIRA

Antes de tudo, é se faz importante salientarmos a importância dos italianos na formação histórica e cultural Brasileira. Destaque-se, neste sentido, que o maior êxodo migratório da era moderna foi o dos italianos. A partir de 1861, registra-se mais de 24 milhões de partidas. Em pouco mais de um século, grande parte da população italiana aventurava-se no desconhecido. Todas as regiões italianas tiveram a sua quota de êxodo, todavia os setentrionais (Norte da Itália) predominaram entre 1876 e 1900 (Veneto, Friuli, Venezia e Giulia e o Piemonte). Nas décadas sucessivas, predominaram os Meridionais (SUL): Calábria, Capania e Sicília.

Os países que mais receberam italianos no mundo foram: Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Austrália e Suíça.

O processo de imigração italiana teve grande relevância quantitativa após a 2ª Guerra Mundial; o período de 1945 e 70 foi conhecido como o da 2ª grande imigração. Mas, no caso brasileiro, a imigração italiana teve início bastante anterior às grandes guerras. Considera-se como marco desta imigração o ano de 1876. Os italianos vindos, inicialmente, para o trabalho na lavoura – o que foi chamado de imigração subvencionada - instalaram-se principalmente em São Paulo e em Minas Gerais para cuidar das lavouras de café. Entretanto, aqueles que vieram para o povoamento escolheram as áreas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por terem o clima mais ameno e propício a este tipo de imigração.

Vejamos o que Santos (1997, p.286) nos esclarece:

> *A "imigração subvencionada" se deu em pelo menos duas grandes fases distintas. A primeira na segunda metade do*

> *século XIX, com a proibição do tráfico negreiro. Nesse período houvera uma tentativa frustrada de conciliar o trabalhador escravo e o livre, acarretando um mal-estar generalizado, pois os proprietários de fazenda queriam impor aos recém-chegados as mesmas condições dos primeiros (...). A segunda fase começa por volta de 1870, com o definitivo desenvolvimento da lavoura de café (...). É nesse período (1888) que têm início as restrições à imigração nos Estados Unidos, contribuindo para que o Brasil, país no qual a economia se expandia, fosse escolhido por imigrantes provenientes de todo o mundo. Dentre esses, havia italianos que queriam fugir de seu país, mergulhado em uma crise política e social, em que muitos estavam desempregados. Imigrar parece ser a alternativa mais indicada diante de tantos problemas, (...).*

O que a autora nos sinaliza acima é a existência de um duplo interesse: o dos brasileiros, que necessitavam de alguém que substituísse os escravos negros em processo de libertação, e o dos italianos que, por sua vez, precisavam sair de um país cujas revoluções sucessivas com vistas à independência da Itália trouxeram diversos problemas para os italianos sobreviventes e não pertencentes ao poder.

Com interesses mútuos, receptividades dos governos e cultura passíveis de diálogo, segundo as mentalidades da época, os italianos se mantiveram no Brasil com o grande esforço do seu trabalho, mas sem abandonarem muitas das marcas de sua cultura.

Os italianos, conforme afirma Tsai (2007: 2), contribuíram grandemente para o desenvolvimento do Brasil, deixando suas marcas colaborativas na indústria, no comércio, na produção agrícola, nas

profissões técnicas, tais como: ferreiro, marceneiro, vidraceiro, produção de massas; construíram e fundaram Igrejas e demais edifícios; no léxico (poltrona, aquarela, piano, alarme, cantina, lasanha, tchau, pizza...), além de introduzirem novos valores e costumes na sociedade brasileira.

A IMPORTÂNCIA DOS QUADROS E PARÂMETROS LINGÜÍSTICOS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

No contexto deste trabalho, daremos destaque a pelo menos dois documentos lingüísticos, a saber: O Quadro Comum Europeu de Ensino Aprendizagem e Avaliação de Línguas, bem como aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas Aprender, Ensinar, Avaliar - Framework - é um documento produzido pela Divisão de Políticas Linguísticas (Estrasburgo, França) do Conselho da Europa, cujo último estágio de sua produção ocorreu após o ano de 1991 com a preciosa colaboração de professores e pesquisadores europeus e extracomunitários.

O Framework, como é chamado o Quadro, é produto da política de integração Europeia que vem sendo implantada neste continente desde o término da 2ª grande Guerra Mundial. Neste contexto, sinaliza-nos Balboni (2005) que, logo após a devastação da 2ª Guerra, todos os países Europeus criaram o Conselho da Europa para encontrar na cultura comum uma maneira de sobreviver.

Desde então, podemos notar a grande importância do Quadro para a Comunidade Europeia, ou seja, ele é um movimento linguístico em busca da unificação do continente e também uma resposta àqueles (USA) que se consideravam hegemônicos no mundo. Ele é oferecido àqueles que pensavam que a Europa iria se silenciar

nas cinzas do seu sofrimento, deixando os americanos dominar o mundo como déspotas esclarecidos.

Com vistas à implementação de uma série de medidas revitalizadoras do Continente Europeu, foi criado o Conselho da Europa, cujo objetivo principal é encontrar na cultura comum um modo de sobrevivência e reconstrução dos Estados Europeus.

O Conselho da Europa – COE - com sede em Estrasburgo, na França, foi fundado em 05 de maio de 1949, através do Tratado de Londres, com o objetivo de promover a democracia, os Direitos Humanos, a identidade cultural e a busca de soluções das sociedades da Europa. O seu principal instrumento de ação é oferecer aos estados membros as condições necessárias para o estabelecimento de acordos, intercâmbios e convênios.

A União Europeia, por sua vez, foi criada para consolidar os ideais do Conselho da Europa com um caráter supragovernamental e intergovernamental, desde o dia 1º de janeiro de 2007, compreendendo 27 Estados que aderiram aos seus pressupostos, a partir do Tratado de Maastrichit, de 07 de fevereiro de 1992.

Num contexto cuja proposta, que fora apreendida a partir dos dados da realidade vivida e sofrida pelos europeus, era integrar-se para não se entregar, unir-se para não se destruir, tolerar para não massacrar; tornava-se evidente que o fio condutor da integração europeia não poderia percorrer toda a Europa, se não fosse através do compartilhar os saberes linguísticos e culturais das diversas nações componentes do território europeu. Tendo isto em vista, a valorização do ensino, aprendizagem e avaliação das línguas vivas, traduz-se na busca de compreender e reconhecer o outro;

não através do filtro modelador de uma língua franca, que é na atualidade a língua inglesa, conforme fora no passado o latim, mas através da ruptura da praga da Babel.

A grande percepção europeia não saiu do nada, do vazio, da destruição, mas do exercício purificador do sofrimento, sinalizador da possibilidade da inexistência do l'avenir, de um futuro colocado no calabouço solitário das paixões emanadas pelo desejo de alguns de dominar o mundo. Neste contexto, os europeus propuseram a aceitação da Babel; não mais para confundir e separar, mas para esclarecer e unir. Entendeu-se, finalmente, que valorizar a identidade de cada língua significa buscar romper a casca que envolve em um casulo a essência humana, tão bem manifestada através das línguas naturais. Valorizar as línguas e a linguagem humanas é o caminho para abrir as portas para a mútua e pacífica convivência, para a tolerância, para o amor e para a união das nações. Imaginem-se os europeus, habitantes do Velho Mundo, com as suas culturas em contato, com o seu percurso histórico; podendo conversar entre si na busca do autoconhecimento e da salvaguarda do continente, fazendo uso, cada vez mais, de suas línguas maternas?

Mais do que uma língua de trânsito; função da língua franca, tentativa unicista de tradução/versão de todas as línguas em uma só, desconsiderando os limites e as amplitudes do fazer tradutório das culturas manifestadas por cada língua natural; o que queriam os europeus era estabelecer a paz e esta não se faria sem a compreensão dos gestos e atos dos povos que estejam constantemente em contato. Além disso, externamente, impunha-se o domínio cada vez mais crescente dos americanos, efetivos ganhadores das duas grandes guerras mundiais; era, então, necessário equilibrar a balança do poder internacional; ou isto, ou a subserviência.

Assim, a Europa se organizou através do Conselho da Europa e, posteriormente, da União Europeia e, entre as medidas tomadas para a efetiva ocorrência desta união, esteve a da criação de uma comissão de estudiosos de línguas que desenvolveu o Quadro Comum Europeu de Ensino-aprendizagem e Avaliação de Línguas – Framework.

O Quadro Comum Europeu, no seu contexto Político e Educativo, segue rigorosamente o objetivo geral do Conselho da Europa em suas recomendações do Comitê dos Ministros, ou seja, alcançar a maior unidade possível entre os seus membros para a adoção de um método comum no domínio cultural. No que concerne às línguas vivas, o trabalho do Conselho da Cooperação Cultural, estruturado após a criação do Conselho maior (Conselho da Europa) em torno de uma série de projetos com caráter intermediário, fundamentou a sua coerência e continuidade sobre a adesão a três princípios:

> 1º - Que o rico patrimônio representante da diversidade linguística e cultural na Europa constitui um recurso comum precioso, que nos convém salvaguardar e desenvolver, e que todos os esforços consideráveis se impõem na área da Educação, a fim de que esta diversidade, diferentemente de ser um obstáculo à comunicação, torne-se um recurso de enriquecimento e compreensão recíprocos.
>
> 2º - Que é somente através de um melhor conhecimento das línguas vivas europeias que se conseguirá facilitar a comunicação e as trocas entre os europeus de línguas maternas diferentes e, portanto, favorecer a mobilidade, a compreensão recíproca e a cooperação na Europa e, por conseguinte, eliminar os prejuízos da discriminação.
>
> 3º - Que os Estados membros, ao adotar ou ao desenvolver uma política nacional na área de ensino-aprendizagem de línguas vivas, poderão oportunizar uma ação conjunta europeia com vistas à cooperação constante entre os seus Estados.

Com a finalidade de colocar em prática tais princípios, o comitê dos ministros solicitou aos governos dos Estados membros a promoção nacional e internacionalmente das políticas governamentais e não-governamentais, expondo os seus métodos de ensino-aprendizagem e avaliação de línguas, no que se refere especificamente à aprendizagem de línguas vivas e à produção e utilização de material, inclusive os de multimídia. Da mesma forma, o comitê determinou que todos os Estados deverão fazer o necessário para estabelecer um lugar eficaz no sistema europeu de informações, englobando todos os aspectos da aprendizagem, ensino e da pesquisa das línguas vivas com a adoção das mais avançadas tecnologias da informação e da comunicação. Consequentemente, as atividades do Conselho da Cooperação Cultural, seu Comitê de Educação e sua Secção de Línguas Vivas estão focalizados sobre o encorajamento, a sustentação e a coordenação de esforços dos Estados membros e das organizações não-governamentais para o melhoramento da aprendizagem das línguas, de acordo com os princípios fundamentais e, notadamente, o método seguido para colocar em prática as medidas gerais apresentadas nos anexos da Recomendação R (82) 18. As medidas de caráter geral que foram tomadas para a implementação do Framework consideraram que todos os países membros devem, na medida do possível, desenvolver esforços para tornar possível que todos os meios de adquirir conhecimentos das línguas dos outros Estados membros (ou de outras comunidades linguísticas no seu próprio país, considerando que muitos países da UE convivem com dialetos) sejam, efetivamente, disponibilizados a todas as classes sociais, possibilitando o uso das línguas da comunidade para satisfazer as necessidades de comunicação de seus habitantes, sempre que necessário, estando eles em seu país de nascimento, ou em trânsito pela União

Europeia; além disso, é um incentivo à troca de informações e de ideias entre os jovens e adultos através de uma outra língua, de modo a comunicar os seus pensamentos e sentimentos e melhor compreender o modo de vida e a mentalidade de outros povos e os seus patrimônios culturais. Para a UE é de capital importância promover, encorajar e apoiar os esforços dos professores e alunos que, em todos os níveis, se disponibilizem a aplicar, de acordo com a realidade de cada um, os princípios de aprendizagem das línguas, conforme o definido no programa "Línguas Vivas" do Conselho da Europa, a saber: Fundamentar o ensino e a aprendizagem das línguas sobre as necessidades, as características e os recursos dos aprendizes; definir, com o máximo de precisão, os objetivos válidos e realistas; elaborar os métodos e os materiais apropriados; propor modelos de instrumentos que permitam a avaliação dos programas de aprendizagem; promover os programas de pesquisa e de desenvolvimento, visando introduzir, em todos os níveis de ensino, os métodos e materiais com as melhores adaptações para permitir aos aprendizes de diferentes grupos adquirirem uma atitude comunicativa correspondente às suas necessidades particulares.

O Preâmbulo à recomendação R (98) reafirma os objetivos políticos de suas ações na área das línguas vivas, a saber: Preparar todos os Europeus para uma possível intensificação da mobilidade internacional e cooperação entre eles, não somente educacional cultural ou científica, mais igualmente para o comércio e a indústria; promover a compreensão e a tolerância mútuas, respeito das identidades e diversidades culturais para uma comunicação internacional mais eficaz; encorajar a desenvolver as riquezas e a diversidade da vida cultural na Europa para um conhecimento mútuo das línguas nacionais e regionais, compreendendo os meios mais largamente

ensinados; atender às necessidades de uma Europa multilingüe e multicultural, desenvolvendo sensivelmente a capacidade de os Europeus se comunicarem para além das fronteiras linguísticas e culturais; evitar os prejuízos que poderão ser causados àqueles que não possuírem as capacidades necessárias para se comunicar em uma Europa interativa.

A UE tem consciência que todos os esforços deverão ser encorajados, concretamente organizados e financiados, em todos os níveis do sistema educativo pelos organismos competentes.

É importante destacar que o processo de produção do Framework e sua elaboração contaram com a colaboração de ilustres professores europeus e não-europeus, bem como que o Framework é uma referência para o ensino-aprendizagem e avaliação de línguas em território Europeu, sem possuir a força impositiva da lei. Entretanto, os objetivos que nortearam a sua produção e a qualificação da equipe envolvida, seguramente, oferecer-lhe-á uma grande respeitabilidade entre educadores e profissionais de línguas de todo o mundo.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

No Brasil é a Secretaria de Educação Básica que deve zelar pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Segundo fontes do Ministério da Educação brasileiro:

> *A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. São dois os principais documentos norteadores da educação básica: a*

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, regidos, naturalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Além dos documentos acima, existem os Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram divididos em três partes; a primeira contempla o 1º ciclo do ensino fundamental, a segunda o 2º ciclo e a terceira o ensino médio. Os Parâmetros têm o valor de referência para a educação nacional. Sua natureza não é, e nem pretendeu ser impositiva, todavia, a proposta que o norteou buscou, em meio à construção de um eixo comum de caráter nacional, propiciar aos estados e municípios a possibilidade de; conjuntamente às comunidades representativas, tanto dos profissionais de educação quanto de pais e alunos, fazer as suas próprias escolhas sem perder de vista a base comum para todos os brasileiros.

O contexto histórico oficial dos PCN's advém da participação do Brasil, em 1990, da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, que foi convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Desta conferência e da Declaração de Nova Delhi, países em desenvolvimento, como o Brasil, buscaram posições consensuais para a Educação. Tendo em vista a grandeza de tal acordo, o MEC coordenou a Elaboração do Plano Decenal da Educação (1993-2003), que foi um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação voltado, para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, bem como da constante avaliação dos sistemas escolares, com vistas ao seu contínuo aproveitamento.

Para a elaboração dos PCN's, considerou-se as propostas curriculares dos Estados e Municípios brasileiros; a análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais; dados estatísticos sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental; experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e congressos; publicações e, ainda, as experiências de outros países. Posteriormente, organizou-se uma proposta inicial, que, após um processo de discussão em âmbito nacional, tendo envolvido professores e técnicos em educação de diversos níveis de ensino, em 1995 e 1996, foram gerados aproximadamente 700 pareceres sobre a proposta inicial. Após a reelaboração desta proposta e sua ampla divulgação e discussão, considerou-se que era necessária uma política de implementação da proposta educacional, além das possibilidades de atuação das Universidades e das Faculdades de Educação para a melhoria do ensino nas séries iniciais com impacto na formulação de propostas para a elaboração de novos programas de formação de professores, o que está obrigatoriamente vinculado à implementação dos PCN's.

Assim, temos a vinculação hierárquica existente entre Constituição da República, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação e Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 – determina no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Capítulo I – Art. 5º que

> *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade (...)".*

No Capítulo II – Dos Direitos Sociais – Art. 6º:

> *"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à família, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição."*.

Na LDB, destaca-se que o objetivo maior do ensino é o de propiciar, ainda no ensino fundamental, a todos os cidadãos a formação básica para a cidadania, criando nas escolas as condições de aprendizagem para:

> *I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*
>
> *II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;*
>
> *III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*
>
> *IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (art. 32).*
>
> *(Fonte: MEC/SEF: 1997).*

No que se refere ao ensino e aprendizagem de línguas, a LDB, 9.394/96 – Art.36 –

> *III "preconiza que será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição" (LDB: 1999 p.31).*

Diante de tal redação (grifo nosso), é já esperado que aqueles menos comprometidos com um projeto educacional, o qual tenha seriedade, usem o eterno argumento dos gastos que impedem a inclusão de mais uma língua, além da Inglesa, mesmo que de forma optativa, no Ensino Médio. Em geral, são poucas as escolas, públicas ou particulares que buscam estabelecer convênios, parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais, com vistas a viabilizar o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Da parte para o todo, do Brasil para toda a América Latina, quantos são os estudantes incentivados a ir e vir para desenvolver os seus estudos linguísticos?

Perante a falta de atitude dos governantes e da pouca insistência da população, como e quando teremos uma integração tal qual a que está ocorrendo na UE, onde os estudantes do Ensino Médio e Superior podem, amparados pelo Projeto Comenius e Erasmus, cursar um semestre do Médio, ou o último ano da faculdade em um outro país da UE?

Entretanto, para que isto ocorra, é necessário implementar, pelo menos, a parte do PCN's relativa às Linguagens seus Códigos e Tecnologias, para que, rompendo as barreiras das línguas faladas no Continente Americano (Inglês, Espanhol, Francês e Português), possamos ter as portas abertas a um projeto multicultural.

Sobre os PCN's, destacamos aqui o artigo de Rojo e Lopes (2004) em que os autores demonstram a incompletude dos Parâmetros, no que diz respeito à ausência ou pouca referenciação às mudanças de estrutura, organização, gestão e práticas didáticas que seriam necessárias para a realização dos princípios e diretrizes expostos nos documentos legais.

Logo de início, notamos uma longa distância entre aquilo que está posto no texto legal da LDB ou no texto propositivo dos PCN's, em relação à prática na maioria das instituições educacionais brasileiras, ou seja, de que maneira são aprofundadas questões como: pensar em cidadania enquanto um saber se por no mundo; conhecer línguas enquanto ferramentas de compreensão do mundo e suas culturas, e propiciar aos alunos vivências em educação tecnológica básica?

A crítica dos autores é relativa à operacionalização dessas metas, i. é; ao como tornar legítimo aquilo que é legal – LDB – e como legitimizar aquilo que, pelo processo de sua produção e pelos atores envolvidos, já nasceu legítimo, mas a legitimização total consistirá na realização de suas metas e pressupostos no cotidiano escolar.

Sobre as definições de legalidade e legítimo, vejamos o que é apresentado no Dicionário de Ciências Sociais da FGV:

> *Legalidade: Em sua estrita significação etimológica, legalidade é a qualidade que acompanha a conduta ou a realidade que obedece a alguma lei. Como afirma L. Legaz Lacambra em Filosofia del Derecho (Barcelona, Bosch,1953), legalidade significa, no sentido mais amplo e mais geral, a existência de leis e a submissão a elas dos atos de todos aqueles que lhes estão sujeitos. Esse conceito refere-se à legalidade social em sentido restrito.*

O mesmo dicionário expõe o seguinte sobre legitimidade:

> *Legitimidade diz respeito: a) à condição de uma criança presumivelmente gerada ou nascida na constância do casamento, implicando direitos e obrigações filiais absolutas; ou b) à condição real, válida e aceita, de governantes, instituições, movimentos políticos e sistemas de domínio, decorrentes da conformidade de tais governantes, instituições, movimentos e sistemas de autoridade com alguma lei, princípio ou fonte de autorização.*

No âmbito deste trabalho, entendemos o termo legalidade como aquilo que está previsto na lei e que obriga, portanto, todos os cidadãos a cumprir. E legitimidade, por sua vez, como aquilo que, mesmo não tendo a força da lei, devido ao processo de sua criação, desenvolvimento ou implementação, tem uma força social tão grande que deveríamos considerá-lo como se fosse lei. Por conseguinte, o termo legitimização será considerado como o processo ou processos pelos quais passaram ou passou (ou passarão ou passará) um dado fato, documento ou ser para se tornar aceito(s) por todos.

Retomando o texto de Rojo e Lopes, é também notável a crítica que os autores fazem às incoerências teóricas e à falta de definição metodológica para o ensino de línguas existente nos PCN's, especificamente os PCNEM.

> *O PCNEM começa por dividir as competências básicas em três blocos – Representação e comunicação; Investigação e compreensão e Contextualização sócio-cultural. Os dois primeiros blocos retomam a divisão já clássica no ensino de línguas entre produção (comunicação) e compreensão, já superada em favor da integração das competências nos*

> *PCN de Ensino Fundamental, 3º e 4º Ciclos, por exemplo. Esses dois primeiros blocos fazem, de novo, referência às competências de uso (comunicação, compreensão), e competências cognitivas (representação e investigação). Dos dois, o segundo bloco – o da compreensão – é o mais carregado de objetivos, ou competências básicas a serem atingidas, confirmando a tendência – também já expressa nos PCN de Ensino Fundamental e, talvez devido aos resultados do alunado nos exames – de se privilegiar as capacidades de compreensão (leitura, no caso do ensino de línguas), em relação às de produção. (Rojo & Lopes: 2006 p.26).*

O mesmo encaminhamento segue na parte do artigo de Rojo e Lopes referente às línguas estrangeiras, em que se discute a concepção de que a oralidade deva ser privilegiada, como também a prioridade do Inglês e do espanhol; o primeiro pela relevância econômica que possui e o segundo pelo alcance que tem na América Latina. Lopes destaca as multissemióticas: A compreensão de que vivemos em um mundo multissemiótico (para além da letra, ou seja, um mundo de cores, sons, imagens e design que constroem significados em textos orais /escritos e hipertextos) é de que é necessário entendê-lo, para que seja possível fazer escolhas entre discursos que se apresentam, e que têm transformado a educação linguística em peça fundamental para enfrentar os desafios da contemporaneidade na construção da cidadania. (Idem op.cit. P.43-4).

O que notamos no texto dos PCN's e correlatos (Diretrizes Curriculares e PCN's+), conforme muito precisamente foi apontado por Rojo e Lopes, é uma necessidade de revisão e adequação daquilo que se pretende enquanto núcleo comum a ser ensinado no Brasil, bem como da concepção do que seja o ensino de línguas e da sua

capacidade de transformação social, devido às diversas habilidades, competências e capacidades cognitivas que envolvem, além da urgência em definir as teorias e metodologias a serem indicadas, que não podem, de maneira alguma, estar desatualizadas, ou ser contrárias umas às outras. É necessário estabelecer uma coerência de princípios e técnicas a serem propostos e, ainda assim, ter-se-á de superar as distâncias continentais do país, que não conta com o acesso à Educação à Distância, apesar de contarmos com Universidades Federais, que poderiam servir de pólos, de Norte a Sul do país.

Num contexto educacional como o Brasileiro, as Universidades poderiam cumprir um dos seus papéis sociais; o da inserção nas comunidades que as cercam, tendo em vista, tanto atualizar professores da Educação Básica, quanto preparem os seus estudantes dos cursos de licenciatura para a efetiva legitimização dos PCN's.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa experiência de 28 anos em Educação, e nos últimos 17 anos na Educação Superior, demonstrou-nos, não só pela observação empírica, mas também pelo desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de línguas; em especial a italiana em contraste com o português do Brasil; do ensino da língua portuguesa instrumental; da linguística e de disciplinas voltadas para a formação docente, que o estudante brasileiro chega à Educação Superior com grandes dificuldades na aquisição de uma ou mais línguas estrangeiras, além de apresentar dificuldades na aplicação da sua língua materna – o Português Brasileiro. Isto ocorre, pelo que pudemos observar, devido à grande carência de escolas e institutos de línguas, ou seja, tanto a quantidade de escolas públicas e de

qualidade é pequena para atender a maior parte da população, quanto as demais escolas também não conseguem tornar o ensino e aprendizagem de línguas algo eficiente e eficaz. Aprender línguas na escola é algo exaustivo, longe de ser prazeroso e que não estimula o desenvolvimento das competências comunicativas. Neste sentido, notamos que poucos são os alunos capazes de falar ou escrever satisfatoriamente uma língua estrangeira ao término do ensino médio, ou produzir e ler textos de média complexidade em língua materna. Acrescente-se a isto que no Brasil ainda não existe uma política linguística focada na intercomunicação dos países latinos Americanos. Falamos Português aqui, e os demais latinos falam castelhano, mas há poucas ações que colaborem com a comunicação entre nós. Com isto, fechamo-nos em nosso quase continente, sem ver nem valorizar os nossos vizinhos latinos. Em decorrência disso, perdemos linguística e culturalmente, até porque o Espanhol é uma das línguas de grande circulação e, sua variante, o castelhano, está aí do nosso lado.

Como agravante, o estudante do ensino superior no Brasil também não consegue chegar à universidade ou aos Centros de Ensino Superior sabendo o que fazer com a sua própria língua. Produzir textos significa para o estudante brasileiro escrever redação: modelo textual que serve para tudo e no qual se resumiram as demais tipologias textuais. Diante de tal quadro, cabe ao professor universitário fazer o milagre de transformar os grãos em pão, lançando estratégias de ensino e aprendizagem que serão eficazes para os mais aplicados, e que tenham obtido algum fomento para se manter na Educação Superior.

No Brasil, cada nível de ensino remete os seus problemas para o posterior e isto acarreta disfunções contínuas, entre elas a da não

finalização da Educação Básica ao término do Ensino Médio ou equivalente. Mas um dos problemas que é constantemente lançado à frente, até a terceira idade, é aquele das competências linguísticas e discursivas. E isto ocorre em função de o pensamento humano perpassar pela linguagem para se expressar. Desse modo, não haverá enunciado matemático a ser compreendido, nem mesmo percurso histórico, descrições científicas ou expressões artísticas. Se a língua é o grande diferencial do ser humano, pois os outros seres também produzem sinais e outras formas de expressão da linguagem, por que não valorizar o ensino e aprendizagem de línguas desde a escola materna?

Como exemplo, elucidamos o modelo educacional europeu, aqui representado pela Nova Organização Escolar Italiana que, com o auxílio de quadros de referências para o ensino, aprendizagem e avaliação de línguas, tem implementado tal ensino e aprendizagem no referido continente com um enfoque multicultural. Só que, diferentemente do que ocorre no Brasil, com os PCN's, na Europa os Quadros são praticados amplamente com uma grande preocupação em viabilizar o que foi acordado pelos seus organizadores, além de serem complementados por projetos interlinguísticos e culturais. Diante disto, partimos das seguintes constatações para o desenvolvimento desta pesquisa ora iniciante: 1ª - A distância entre o que está posto na lei – na legalidade, no caso a educacional, e o que é praticado no país (Brasil) é extremamente grande e ainda carece de legitimização, ou seja, uma coisa são idéias adequadas a modificar a Educação Nacional, outra é o quanto o quê está na lei é praticado no cotidiano escolar e aceito pela sociedade, criando, portanto, uma tensão entre legalidade e legitimidade. 2ª - Em decorrência disso, o que difere o estudante italiano do brasileiro

no ensino e aprendizagem de uma LE, em nível superior, é que os incentivos à aprendizagem de línguas, a situação histórica plurilíngüe (Italiana), uma metodologia bem definida, além de uma Educação Básica pública e de qualidade são determinantes para o desenvolvimento das competências e habilidades linguísticas, ou seja, a presença da legitimização daquilo que é legal.

Da mesma sorte, a aproximação linguística com outras regiões do nosso país e também com outros países propiciará um exercício saudável de reconhecimento do outro e de suas diferenças para os nossos estudantes.

Sob este ponto de vista, entendemos que a organização de uma tipologia das culturas educacionais italiana e brasileira, que parta da análise de seus quadros e parâmetros, ouvindo os estudantes de ambos os países e aproximando os discursos legais e seus processos de legitimização (discurso pedagógico e jornalístico), colaborará na escolha de caminhos que possam viabilizar o desenvolvimento da Educação no Brasil, uma vez que é através da linguagem e, especialmente das línguas, que buscamos compreender o funcionamento das ciências e do mundo de maneira geral. É com esta perspectiva que propusemos esta pesquisa que lançará mão da Semiótica das Culturas, aliada a analise dos universos discursivos já citados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. de. CATANI, A. M. LIMA, L. C. "O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. In: Revista da Avaliação da Educação Superior[11] .

BALBONI, P."Quando la vecchia Europa si dà un quadro di riferimento". In: IT nº 15 – Quadrimestrale di servizio per gli insegnanti di italiano come língua straniera. Perugia [12]: Guerra Edizioni, 2005, p.2 e3.

GIANNOTTI, G. (a cura di). Costituizione della Repubblica Italiana. Ministero degli Affari Esteri Roma, 2008.

GROSSI, Esther. (Org.). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394/96. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOPES, M. & ROJO, Rojo. Linguagens, códigos e suas tecnologias[13] .

MANCINI, R. C. "Relampiano" In: LOPES, I. C. & HERNANDES, Nilton. Semiótica – Objetos e Práticas. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, J. de. (Org.). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva 1993.

PAIS, C.T. "Lazer, trabalho, afeto, paixões na cultura e sociedade brasileiras: ensaio em semiótica da culturas". In: Revista Brasileira de Linguística. São Paulo: Plêiade, 1999 Vol. 10, nº 1.

11 Online :http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772008000100002&lang=pt. Arquivo consultado em 20/09/09.

12 Acesso on-line www.initonline.it

13 http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/02linguagens.pdf Acesso em abril de 2006.

____ "Algumas reflexões sobre os modelos em linguística". In: Língua e Literatura. São Paulo: FFLCH, 1980, V. 9.

____. "Le lexique et la semiotique de la culture: quelques remarques semantico-syntaxiques et semiotiques" In: PAIS, C. T. Conditions Semantico-syntaxiques et Semiotiques de la Productivite systemique, Lexicale et Discursive. These Docteur D'Etat. Paris, Université de Paris IV. UFR. Etudes Iberiques e Linguistique, 2003.

SANTOS, J. E. de Oliveira. Transformações na Educação Superior Brasileira presença e participação dos Centros Universitários do Estado de São Paulo. 1997-2006. Tese de Doutorado. FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2007.

SILVA, Benedicto. (Coord. Geral). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

TSAI, M. T. C. Palavras da memória: uma análise lexical das interferências da língua portuguesa na língua italiana falada por italianos na Cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH da USP, Dedallus Biblioteca Digital, 2007.

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS E HUMOR VERBAL: UMA LEITURA SEMIÓTICA

Claudia Moura da ROCHA [14]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os anúncios publicitários são gêneros textuais que o leitor facilmente encontra em seu cotidiano, pois estão presentes em jornais, revistas, outdoors, sites da internet. Lendo um jornal ou revista, por exemplo, o leitor pode se deparar com um anúncio estrategicamente localizado ao lado de uma notícia ou reportagem. Dirigindo pela cidade, não são raros os outdoors que encontra pelo caminho, sempre anunciando algum produto ou serviço. Nem o tão propalado "território livre da internet" escapa dos anúncios publicitários: os sites dependem da publicidade para conseguirem se mantiver on-line. Links distribuídos pela página digital levam o leitor virtual para o infinito mundo do consumo.

Rodeado por tanta publicidade, o leitor necessita realizar uma leitura crítica desses textos que o cercam, cujo objetivo principal é vender um produto ou uma ideia, gerando, assim, mudanças de hábito e de comportamento do seu público-alvo, no caso, o próprio leitor.

Para tal, os anúncios publicitários lançam mão de variadas estra-

---

14 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ, Doutorado em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profª Drª Darcilia M. P. Simões; professora das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro; membro do SELEPROT. Contato com a autora claudiamoura@infolink.com.br

tégias de persuasão. Esses textos recorrem, com frequência, a pessoas famosas (atores, cantores, por exemplo) ou a especialistas em um assunto, a fim de dar ao produto (por meio do argumento de autoridade) a credibilidade de que este necessita.

Também não é difícil perceber que os anúncios utilizam muitas cores, belas imagens e pessoas com boa aparência para atrair o interesse do consumidor, convencendo-o de que o produto em questão reúne, assim como o seu anúncio, características positivas.

Além dessas estratégias persuasivas, podemos ressaltar outra, também bastante profícua. Um número expressivo de anúncios publicitários emprega o humor como estratégia de persuasão, uma vez que o que é engraçado é capaz de despertar o interesse das pessoas. Ademais, o uso do humor mascara o apelo consumista, pois o leitor pode ter a impressão de que a sua atenção está voltada apenas para o que é cômico e não para o que está sendo anunciado. O humor também permite que o anúncio seja lembrado pelo consumidor em outras ocasiões, não apenas no momento em que o leitor o lê. Como o considerou engraçado, é provável que o leitor o comente com outras pessoas, amigos ou parentes, aumentando o alcance e a circulação da mensagem dessa peça publicitária. Ao comentar um anúncio, indiretamente é feita uma valorização da marca ou do anunciante, por ter produzido um anúncio bem elaborado.

Entre as estratégias utilizadas para produzir o riso, podemos destacar o emprego da própria língua para fazer rir, ou seja, o uso do humor verbal (humor que não é apenas veiculado pela língua, mas por ela provocado). A seleção lexical, o emprego de recursos linguísticos de ordem morfológica, sintática, fonológica, entre outros, podem produzir o que se costuma chamar de humor verbal.

Podemos perceber que em alguns anúncios, assim como em piadas, o riso é fruto de algum trocadilho ou jogo de palavras calcado na semelhança sonora, por exemplo. Temos aí a língua promovendo a graça. Como exemplo, vejamos o anúncio a seguir, que explora a semelhança sonora entre as palavras espigão e espião (que remete ao título do filme original):

Essa presença do humor verbal no texto publicitário vem a comprovar a imensa riqueza que a língua tem a oferecer ao falante, demonstrando que não é apenas um simples meio de comunicação, um código a ser decifrado. A língua é muito mais: além de ser um meio de interagir com os nossos interlocutores, agindo sobre eles, nos permite que brinquemos com ela, criando, produzindo outros sentidos que a princípio não eram esperados. A língua é matéria-prima para novas experimentações do falante, que pode explorar suas potencialidades por meio de jogos de palavras, trocadilhos etc. E é isso que o publicitário faz, mesmo que seu objetivo maior seja vender um produto.

Nosso objetivo é apresentar uma proposta de leitura semiótica de anúncios publicitários que empregam o humor verbal como estratégia persuasiva. Esta leitura calcar-se-á na Teoria da Iconicidade Verbal (cf. SIMÕES, p. 2009). Pretendemos demonstrar

como a iconicidade lexical e a linguístico-gramatical presentes no anúncio auxiliam na construção do sentido do texto e no seu projeto de persuadir o público-alvo.

Escolhemos a Semiótica para analisar o anúncio publicitário porque o seu objeto de análise é o signo ("aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém"; PEIRCE 2005, p. 46). E podemos verificar que o anúncio é para o leitor um signo, pois na ausência física do produto ou do fabricante, o anúncio os representa. Em outras palavras, o anúncio é um signo, que representa um produto ou fabricante (seu objeto), produzindo um efeito interpretativo na mente de seus leitores/consumidores (um interpretante — que pode ser o impacto que o anúncio desperta no seu público-alvo ou a reação de consumir o produto anunciado). (cf. SANTAELLA, 2008, p. 7-10)

A relação entre o anúncio e a marca por ele representada é muito forte, o que podemos comprovar pela relação simbólica que se estabelece entre o garoto-propaganda e o produto por ele anunciado. Um exemplo que podemos citar é o do ator Carlos Moreno, que ficou conhecido no Brasil inteiro como o garoto-propaganda da Bombril, simbolizando a marca e seus produtos.

ANÚNCIO PUBLICITÁRIO: O GÊNERO TEXTUAL

Segundo Bakhtin (2003, p. 262), "cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso" (grifos do autor). Em outras palavras, para cada situação comunicativa são forjados gêneros específicos a serem empregados. Ou seja, quando se pensa em vender um produto, ou melhor dizendo, fazer publicidade, são

escolhidos gêneros próprios para isso: o anúncio publicitário é um deles.

Marcuschi (2008, p. 155) define gêneros textuais como sendo

> *os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. (...) Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.*

A partir da definição de Marcuschi, podemos concluir que o anúncio publicitário é um gênero textual por ser um texto materializado em situações comunicativas do cotidiano (são veiculados em meios de comunicação, por exemplo), contextualizado histórica e socialmente, e que é definido por sua composição funcional, objetivos e estilo (forma e conteúdo a serviço de um objetivo: vender um produto ou ideia), sendo produzido para um determinado público-alvo, numa determinada época, numa determinada conjuntura socioeconômica.

Como já dissemos, o anúncio é um texto criado com o objetivo específico de vender um produto ou ideia, gerando mudança de hábitos e comportamentos do seu público-alvo. Outras definições

que arrolamos aqui reforçam essas características do anúncio publicitário. De acordo com Martins (apud SOUSA & LOPES,2007, p. 227), "o anúncio é uma mensagem que visa exercer ação psicológica sobre receptores para conseguir deles uma mudança comportamental em relação ao objeto oferecido: uma ideia, ou um serviço". Ou ainda segundo Sousa & Lopes (2007, p. 228), o anúncio é "um gênero textual do domínio discursivo promocional que tem o propósito de persuadir o leitor/consumidor a adquirir determinado produto, mercadoria ou serviço, que apresenta traços textual-discursivos que lhe são peculiares".

É preciso esclarecer que neste texto não faremos distinção entre publicidade e propaganda, apesar de haver autores que o façam (a publicidade estaria relacionada à venda de produtos e serviços, enquanto a propaganda referir-se-ia à propagação de ideias e valores).

Antes de passarmos à análise do humor verbal como estratégia de persuasão, precisamos rever alguns pontos relacionados a esse gênero textual.

Há que se ressaltar a maleabilidade, ou no dizer de Laurindo (2007, p. 62), "a instabilidade como aspecto constitutivo" do gênero anúncio publicitário. Destacamos esse aspecto por ser possível perceber que muitos anúncios imitam outros gêneros textuais. Isso ocorre em virtude de o gênero anúncio publicitário não apresentar uma estrutura rígida, uma forma fixa como uma carta, por exemplo.

No exemplo, o anúncio publicitário imita uma capa de revista de celebridades, "disfarçando-se" de outro gênero textual:

Corroborando a ideia da maleabilidade, da instabilidade dos gêneros, podemos citar novamente Marcuschi:

> *... mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. (2007, p. 19)*

... os gêneros textuais não se caracterizam como formas estruturais estáticas e definidas de uma vez por todas. Bakhtin [1997] dizia que os gêneros eram tipos "relativamente estáveis" de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. São muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças. (2007, p. 29)

Como se vê, essa instabilidade não se contrapõe à definição de gênero discursivo proposta por Bakhtin ("tipos relativamente estáveis de enunciados"), pois o autor indicou por meio do advérbio relativamente que essa estabilidade era relativa, não absoluta. Ao contrário, isso vem a comprovar a tese de que o gênero, e em particular o anúncio publicitário, se define também pela sua função, não apenas por sua forma (estrutura): ".o anúncio parece ser definido muito mais por suas propriedades funcionais e discursivas que por sua natureza estrutural..." (LAURINDO, 2007, p. 62).

Marcuschi aponta outros elementos responsáveis por definir o gênero textual:

> *... é bom salientar que embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente, como se verá, que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente. (2007, 21)*

Percebemos nas definições de anúncio aqui arroladas que há menção constante à função desempenhada por esse gênero textual: persuadir o consumidor a adquirir determinado produto ou gerar mudança comportamental de seu público-alvo. Esse fato explica porque somos capazes de reconhecer um anúncio publicitário, mesmo que este se "disfarce" de outro gênero textual. "Este aspecto vai ser central na designação de muitos gêneros que são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas" (MARCUSCHI, 2007, p. 32).

O que se pode perceber é que, apesar do papel da forma, da estrutura de um gênero, o que realmente o distingue como tal é sua função, o que "evidencia a plasticidade e dinamicidade dos gêneros" (MARCUSCHI, 2007, p. 31). O gênero é dinâmico porque pode imitar outros gêneros, "disfarçando-se"; assume a forma de outro gênero, sem perder sua função específica.

Como vimos, alguns anúncios imitam, se "disfarçam" de outros gêneros textuais, dialogando com eles. Chamamos à relação existente entre os anúncios publicitários e os gêneros adotados de intertextualidade intergêneros (KOCH & ELIAS, 2006, p. 114; MARCUSCHI, 2007, p. 31).

Segundo Koch & Elias (2006, p. 114),

> *a hibridização ou a intertextualidade intergêneros é o fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de um outro gênero, tendo em vista o propósito de comunicação. Não raro, pode ser verificado em anúncios, tirinhas e até mesmo em artigos de opinião.*

A intertextualidade intergêneros só é possível devido à maleabilidade, à instabilidade do gênero anúncio publicitário, que não está preso a uma estrutura rígida. Em meio a uma quantidade expressiva de textos publicitários circulando em nossa sociedade, é preciso que o anúncio publicitário desperte o interesse do leitor/consumidor. Para tanto, os publicitários apelam para várias estratégias de persuasão e buscam destacar seu produto de tantos outros que estão sendo anunciados. Uma das estratégias adotadas para chamar a atenção do leitor/consumidor sobre um anúncio é não apresentá-lo como tal, mas como se fosse outro gênero textual:

> *Contudo, se tomarmos alguns gêneros, veremos que eles são mais propensos a uma intertextualidade intergêneros. Veja, por exemplo, a publicidade que se caracteriza por operar de maneira particularmente produtiva na subversão da ordem genérica instituída, chamando a atenção para a venda de um produto. Desenquadrar o produto de seu enquadre normal é uma forma de enquadrá-lo em novo enfoque, para que o vejamos de forma mais nítida no mar de ofertas de produtos. (MARCUSCHI, 2007, p. 32)*

A busca por "algo novo" pode ser a justificativa para o recurso à intertextualidade intergêneros:

> *Esse "algo novo" parece ser de fato constitutivo da esfera pública. Para Lugrin (2000b), enquanto os discursos jurídico e religioso se mostram relativamente congelados e estabilizados, tanto do ponto de vista da variação da norma como das mudanças históricas, o discurso publicitário tem como característica intrínseca a obrigação de continuamente se renovar. Para atingir esse*

> *objetivo, toma de empréstimo, sistematicamente, formas de outros discursos (e de si próprio), que lhe fornecem uma fonte de inspiração controlada, mas inesgotável, e, assim, vai evoluindo. (LAURINDO, 2007, p. 72)*

É interessante destacar que, além do "desenquadramento" do produto do seu enquadre normal, da busca pelo novo, a intertextualidade intergêneros pode apresentar outras finalidades. De acordo com Lugrin (apud LAURINDO, 2007, p. 73-75), algumas outras finalidades poderiam ser relacionadas aos empréstimos feitos a outros gêneros: a função de "transferir os valores de outro gênero para o produto pretendido" (a fim de aproveitar o prestígio das formas emprestadas ou de parodiá-las); a de

> *"explorar de forma lúdica tais empréstimos sempre com o intuito de criar uma cumplicidade com o receptor"; "mascarar ao máximo a comunicação comercial com o empréstimo de formas que possam vencer a desconfiança do leitor ou, mais comumente, confundi-lo" (LAURINDO, 2007, p. 74-75).*

Ou seja, a intertextualidade intergêneros (materializada na imitação de outros gêneros, nos empréstimos feitos a outros gêneros) é empregada como um recurso de persuasão.

Dissemos anteriormente que o anúncio publicitário funciona como um signo, pois está no lugar do produto ou do fabricante que anuncia. Em sua condição de signo, como podemos interpretar um anúncio que se "disfarça" de outro gênero, que apela para a intertextualidade intergêneros? Ele não pode ser tomado como um signo orientador (cf. SIMÕES, 2009, p. 96-98), que aponta para

uma interpretação apenas; ao contrário, funciona como um signo desorientador (cf. SIMÕES, 2009, p. 96-98), oferecendo ao leitor/consumidor uma dupla leitura com base na sobreposição de dois gêneros textuais (a forma de um e a função de outro). A função do gênero é que orientará o leitor na produção do sentido do texto. A escolha de um signo desorientador (um gênero disfarçado de outro) é proposital, pois, como anteriormente vimos, destaca o anúncio em meio a tantos outros, permitindo que seja visto como algo inovador.

O próximo anúncio se assemelha a uma questão de múltipla escolha, mas o leitor não demora a perceber que está diante de um anúncio publicitário, que tem por objetivo vender um automóvel:

O HUMOR VERBAL COMO ESTRATÉGIA DE PERSUASÃO

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer o que entendemos por humor verbal. É o humor produzido pela língua (no nosso caso, a língua portuguesa), não apenas veiculado por ela (cf. BORGES, 2002, p. 31; ROSAS, 2002, p. 62: SALIBA, 2002, p. 179). Rimos do que foi dito (conteúdo) e das palavras e recursos linguísticos empregados (forma). Rimos da maneira como foi dito. O que se percebe é que, nesses casos, a língua é o centro das atenções e não pode ser considerada apenas um meio de comunicação, um código a ser decifrado, pois, se assim o fosse, não poderia permitir ambiguidades, por exemplo, e é justamente delas que rimos.

Como anteriormente foi apontado, o publicitário precisa empregar diversas estratégias de persuasão para conquistar a atenção do leitor/consumidor, levando-o a modificar seus hábitos e comportamentos. Além das estratégias anteriormente arroladas, estudaremos a partir deste ponto o emprego do humor verbal em anúncios publicitários.

O humor verbal é empregado, sem sombra de dúvida, para fazer o leitor/consumidor rir. Dessa forma, pretende-se atrair a atenção e o interesse do leitor para a peça publicitária, provocando nele cumplicidade, suscitando-lhe empatia pelo produto. O leitor considera o anúncio engraçado e o avalia positivamente, assim como a marca ou o produto que ele representa. O emprego do humor verbal também se presta a destacar aquele anúncio em meio a tantos outros, acentuando sua relevância para o consumidor.

Da mesma forma que o emprego da intertextualidade intergêneros serve para mascarar o apelo de consumo veiculado por um anúncio, o humor verbal também serve para disfarçar esse apelo que lhe é

subjacente, dando ao consumidor a impressão de que o que realmente lhe despertou o interesse foi o objeto do riso e não o produto anunciado em si. O humor verbal realiza um despistamento dos reais propósitos do texto. O que ocorre é que às qualidades do produto que está sendo anunciado, agrega-se um valor positivo: o humor.

Além dos aspectos já citados, não custa lembrar que língua é identidade. Nós nos identificamos com quem fala nossa língua e, principalmente, com quem é capaz de "brincar" com ela, produzindo novos arranjos, jogos de palavras e trocadilhos, usando-a com criatividade. O leitor/consumidor ri porque consegue perceber a "brincadeira" feita com a própria língua. A identidade se estabelece porque o leitor valoriza quem domina a língua a ponto de trabalhar os recursos por ela oferecidos, não se limitando a empregá-la como mero meio de comunicação.

Outro aspecto que favorece o emprego do humor verbal é a necessidade de o anúncio ser lembrado em outras ocasiões, não somente no momento de sua veiculação nos meios de comunicação. Os slogans e os garotos-propaganda são a prova dessa necessidade de perpetuar o anúncio, para além do momento em que é veiculado. Nada melhor que utilizar o humor verbal na elaboração do slogan para facilitar a sua memorização (slogan é uma expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc. – HOUAISS s.u.).

Passemos à análise dos anúncios publicitários.

ANÁLISE DO HUMOR VERBAL PRESENTE EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Aplicaremos a Teoria da Iconicidade Verbal (cf. SIMÕES, 2009, p. 52-62), teoria semiótica de Peirce aplicada ao texto verbal, na análise dos anúncios publicitários a seguir. Nosso objetivo é verificar como a função orientadora/desorientadora dos signos encontrados na superfície textual e a presença da iconicidade lexical e a da linguístico-gramatical auxilia na produção dos efeitos de sentido do texto do anúncio publicitário, ajudando a alcançar os objetivos propostos para o gênero em questão.

Comecemos por alguns anúncios em que ocorreu uma seleção lexical estratégica: notamos a presença proposital, intencional, de signos desorientadores (signos que não conduzem a uma única interpretação da mensagem, sendo, portanto, polissêmicos; esses signos geram ambiguidades, plurissignificações). Os signos presentes na superfície textual podem se prestar a orientar ou desorientar o percurso da leitura. Em um texto informativo, a presença de um signo desorientador pode vir a atrapalhar a compreensão da mensagem, pois o que se pretende é comunicar algo sem dar margem à dupla interpretação. No entanto, em um texto publicitário, cujo objetivo é atrair a atenção do leitor, a presença de um signo desorientador produz a polissemia, a ambiguidade, permitindo provocar o riso. Vejamos o exemplo a seguir, em que há a presença de alguns signos desorientadores no anúncio:

Neste anúncio, a palavra ralar apresenta-se como um signo desorientador, pois leva o leitor a uma dupla possibilidade de interpretação: ou o leitor deve se preparar para ralar diversos alimentos ou para se esforçar muito para ganhar o concurso (ralar, neste caso, é uma gíria, um uso informal). Note-se que a seleção lexical (incluindo as expressões estar afiado e não passar do ponto) se baseia em palavras pertencentes ao mesmo campo lexical (cf. KOCH & ELIAS, 2006, p. 159-160), o das receitas; tais expressões também se caracterizam pela ambiguidade, constituindo-se em signos desorientadores, uma vez que colaboram para construir duas possibilidades de leitura. É importante ressaltar que a escolha desses vocábulos e expressões ajuda a estabelecer a coesão e a coerência do texto em foco.

Outro anúncio, da mesma rede de lojas de hortifrutigranjeiros, tira proveito da ambiguidade de um vocábulo (verde), que também funciona como signo desorientador, uma vez que remete a duas interpretações possíveis (acabar com o verde pode se referir ao desmatamento ou à venda de todas as hortaliças anunciadas). É possível perceber que o emprego de um signo desorientador, que propositalmente leva o leitor à ambiguidade, à polissemia, é o responsável por provocar a graça.

Continuemos verificando de que forma a iconicidade lexical e a linguístico-gramatical colaboram para a produção do humor

verbal nos textos publicitários. Primeiramente, definamos o que se entende por iconicidade: é a propriedade semiótica fundada na plasticidade — propriedade da matéria de adquirir formas sensíveis por efeito de uma força exterior (SIMÕES, 2009, p. 76).

A iconicidade lexical se manifesta por meio da seleção dos itens lexicais ativados no texto (SIMÕES, 2009, p. 86). A seleção vocabular é feita estrategicamente, de modo a colaborar para o projeto do texto; dessa forma, uma palavra é escolhida em detrimento de outra porque o autor a considera mais adequada aos objetivos do seu texto.

A iconicidade linguístico-gramatical se faz presente quando há o emprego estratégico das classes, categorias, relações e mecanismos gramaticais em prol da legibilidade ou da opacidade textual e o aproveitamento das informações gramaticais na descoberta das intenções expressivo-comunicativas inscritas no texto (SIMÕES, 2004, p. 89). Vejamos alguns anúncios em que a seleção lexical e os recursos linguístico-gramaticais presentes no texto foram os responsáveis por provocar o humor, ou seja, houve a escolha intencional de palavras ou expressões e o emprego estratégico de informações gramaticais para gerar o riso.

Nos dois anúncios publicitários, é estabelecido um jogo de palavras entre a marca da cerveja (Devassa) e os vocábulos e expressões relativos à matéria-prima com que se fabrica a bebida (lúpulos fêmeas e virgens, puro malte, água pura, cereais puros). Estes últimos são, de certa forma, contrários ao que o nome da cerveja sugere. Portanto, funcionam como vocábulos desorientadores, pois ora remetem à pureza dos ingredientes da cerveja, ora se referem à pureza feminina. É necessário lembrar que a seleção vocabular foi intencional, planejada, provocando uma ambiguidade, uma duplicidade de sentidos que também é proposital.

Em alguns casos, a escolha dos vocábulos pode ser calcada na semelhança sonora, como ocorre neste outro anúncio: a palavra pepino foi selecionada por sua semelhança sonora com menino, que integra o título do filme original (Menino Maluquinho). Por sua vez, a palavra levado atua como um signo desorientador, pois permite duas interpretações: o mais vendido da loja (as pessoas o levam para casa) ou o mais bagunceiro (em consonância com a história do protagonista do filme, um menino muito bagunceiro).

Ademais, é importante ressaltar que o mesmo anúncio é exemplo da maleabilidade de que falamos anteriormente. Como se percebe, os anúncios não costumam apresentar uma estrutura rígida, podendo variar de forma, mas não de função. Neste caso, o anúncio se relaciona intertextualmente com outros anúncios de filmes (o que também se percebe no primeiro anúncio apresentado neste artigo — 007 - O espigão que me amava é uma paródia de um filme do agente secreto 007), parecendo ser um cartaz de cinema, mas sua função continua sendo a de vender os produtos de uma rede de lojas de hortifrutigranjeiros.

Nunca é demais lembrar o papel do humor na aproximação com o consumidor. Legumes, verduras e frutas, apesar de todos os seus benefícios comprovados cientificamente, nem sempre são os alimentos preferidos das pessoas. Por isso, o humor é uma excelente estratégia de persuasão se o objetivo é valorizar esses alimentos. Nestes anúncios, como pudemos perceber, legumes, verduras e frutas são alçados à condição de estrelas de cinema (tanto que o slogan do anúncio é "Aqui a natureza é a estrela"); o leitor/consumidor considera o anúncio engraçado, estabelecendo-se assim uma relação de cumplicidade entre o leitor e a marca.

A próxima peça publicitária apresenta uma referência intertextual a dois anúncios de cartões de crédito. A seleção vocabular (pêssego e amora), baseada nos produtos vendidos pela rede de lojas e na semelhança sonora, é a responsável pelo trocadilho: não tem pêssego e porque a vida é amora remetem aos slogans das campanhas publicitárias dos cartões de crédito ("não tem preço" e "porque a vida é agora"). Como se percebe, a iconicidade lexical se faz presença constante nos textos, uma vez que, ao produzi-los, o autor precisa escolher, selecionar bem as palavras e expressões que o ajudem a expressar melhor seus pontos de vista ou alcançar

seus objetivos. Não é diferente o que ocorre com o publicitário ao criar um anúncio.

O anúncio apresentado a seguir, publicado em um caderno de resumos para vestibulares, tira proveito da nomenclatura gramatical (assunto que os leitores provavelmente esperariam encontrar em tal tipo de publicação) para "brincar" com a duplicidade de sentidos: sujeito (que pode ser um termo da oração ou um indivíduo), predicado (outro termo da oração ou uma qualidade, um atributo), conjugação perfeita (referindo-se à conjugação verbal ou a uma ligação perfeita). Ocorre o mesmo jogo de palavras com as classificações de sujeito: sujeito simples, sujeito composto, sujeito oculto, sujeito indeterminado. O humor verbal é calcado na escolha de termos relativos à nomenclatura gramatical, os quais se prestam a outras interpretações.

Veja/Anglofito 4, 16/10/1999

Vejamos um anúncio em que a presença da iconicidade linguístico-gramatical é a responsável por produzir os efeitos de sentido do texto. Para compreender o anúncio, veiculado durante a Copa do Mundo de 2006, o leitor precisará lançar mão de seus conhecimentos linguísticos. O anúncio se assemelha a uma página de um álbum de figurinhas de um time de futebol (neste caso, o "disfarce" é do suporte, pois há um deslocamento do suporte revista para o suporte álbum de figurinhas). As figurinhas seriam de jogadores de seleções adversárias. Os neologismos criados para batizar os jogadores, por remeterem ao nervosismo e ao medo, é que são os responsáveis pelo humor verbal. O leitor precisará reconhecer que os nomes e os sobrenomes neológicos são formados pelo acréscimo de terminações, que sugerem possíveis sufixos ou desinências de uma língua estrangeira, a bases pertencentes à língua portuguesa (por meio de seu conhecimento linguístico, o leitor deverá identificar

que esses elementos remetem a palavras, como apavorado, pânico, susto, nervos, borrado, aterrorizado, cólica, penico, assombrado, amarelo e trêmulo).

Esta peça publicitária de uma marca de refrigerantes emprega a repetição como recurso expressivo. Na verdade, é feita uma brincadeira com o fato de haver a repetição, que, nesse caso, tanto serve para intensificar, como para indicar a frequência com que o produto será consumido.

O próximo texto é um anúncio de um veículo utilitário, cujo nome era propício a muitos trocadilhos, o que, de certa forma, ajudou a popularizar o veículo. Notamos que é feita uma brincadeira com os sentidos que os vocábulos besta e perua podem assumir (besta – marca do veículo utilitário ou quem é ignorante ou pouco inteligente; burro, tolo; perua – van (uso regional) ou mulher que se dá ares de elegante, mas que se veste espalhafatosamente (cf. HOUAISS s.u.). Os trocadilhos são possíveis porque as palavras, símbolos que são, podem se referir a mais de um referente.

Veja, 31.08/1994

ALGUMAS CONCLUSÕES

Após essa breve análise, que não pretende esgotar o estudo do humor verbal como estratégia persuasiva, podemos estabelecer algumas conclusões sobre o assunto em questão.

Como vimos, o anúncio é um signo, pois representa um produto ou fabricante (objeto desse signo), além de gerar um efeito interpretativo em seu público-alvo (o seu interpretante). A associação entre anúncio e produto é essencial na conquista do consumidor, resultando daí a necessidade constante de o publicitário utilizar variadas estratégias persuasivas em suas peças publicitárias. Uma das estratégias utilizadas é o emprego do humor verbal, que vem a ser o humor provocado pela língua, pela escolha dos vocábulos, pelo uso dos recursos oferecidos pelo próprio idioma.

Observamos que muitos anúncios se valem do emprego do humor verbal para despertar o interesse de seu público-alvo, estabelecendo uma relação de cumplicidade com ele; não podemos nos esquecer de que o humor verbal mascara o apelo consumista, o que só vem a reforçar a importância da análise desse tipo de humor encontrado nesse gênero textual e de sua leitura crítica.

Em muitos exemplos, foi possível constatar que a seleção lexical (iconicidade lexical) ou o emprego estratégico de recursos linguístico-gramaticais (iconicidade linguístico-gramatical) causava o humor verbal, ou seja, a língua, além de meio de interação, era a própria matéria-prima do riso.

Alguns anúncios que empregam o humor verbal se apresentam como signos desorientadores, ora por imitarem outros gêneros textuais (atenuando o apelo consumista, não orientando o leitor para seu objetivo real), ora por tirar proveito de uma seleção lexical que privilegia a ambiguidade, a polissemia, a duplicidade de sentidos.

A partir de tais constatações, podemos afirmar que o suporte semiótico nos auxiliou a realizar uma leitura crítica dos anúncios publicitários, permitindo-nos perceber que o anúncio é um signo que pode desorientar (propositalmente) o leitor e que a seleção das palavras, expressões e recursos linguístico-gramaticais presentes no texto não é uma escolha gratuita, mas intencional.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORGES, Roberto Carlos da S. Língua e estilo: humor e ironia nas crônicas de Luís Fernando Veríssimo. Rio de Janeiro: Velocípede, 2002.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de S. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOCH, Ingedore V. & ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

LAURINDO, Hildenize A. A instabilidade do gênero anúncio publicitário. In: CAVALCANTE, Mônica M. et al. (Orgs.). Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela P. et al. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. 5 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEIRCE, Charles S. Semiótica. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ROSAS, Marta. Tradução de humor: transcriando piadas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SALIBA, Elias Thomé. Raízes do riso: a representação humorística

na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. Semiótica aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SIMÕES, Darcilia. Iconicidade verbal. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

_____. "Semiótica & ensino: estratégias para a leitura e textualização". In: SIMÕES, Darcilia (org.). Estudos Semióticos. Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004.

SOUSA, Maria Margarete F. de & LOPES, Ana Keyla C. "As sequências textuais e os processos de referenciação anafórica no gênero anúncio". In: CAVALCANTE, Mônica M. et al. (Orgs.). Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

"O CÃO SEM PLUMAS" E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: APROXIMAÇÃO & DISTANCIAMENTO

Claudio Artur O. Rei[15]

Educar é romper as barreiras com o imediato.

Eu educo hoje com valores que recebi ontem para pessoas que são o amanhã.

Se uso os valores de ontem; não educo, condiciono. Se uso os de hoje, complico. Se uso os valores de amanhã; não educo, faço experiência às custas de crianças.

Se uso os três: sofro, mas educo. (Comenius)

INTRODUÇÃO

Há muito se discutem propostas de metodologias para o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa nos ensinos médio e fundamental, entretanto, para cada proposta nova, seguem-se os fracassos no ensino. E é por essa razão que esse artigo não se propõe dar fórmulas nem receitas para que o processo ensino/aprendizagem se realize. Ao contrário, mostremos algumas falhas comuns nesse processo.

Tal problemática já se tornou tão banalizada, tantas palavras de impacto já foram usadas, tantas frases de bolso já foram lançadas como última cartada, que hoje, ao se falar em ensino de Língua

15 Professor Doutor da UNESA, SME-RJ, SELEPROT.

Portuguesa, usa-se uma linguagem metafórica, simbólica, na tentativa de se tentar dizer diferente tudo aquilo que já fora dito. Aproveitaremos essa esteira metafórica para conduzir nosso estudo. Mas de que forma se dará tal condução?

Primeiramente, levantaremos as noções de metáfora e símbolo apresentadas no texto "A Imagem", de Otacvio Paz; em seguida, aplicaremos tais definições no poema "O Cão sem Plumas" e, posteriormente, apresentaremos duas possibilidades de leitura: uma referente ao texto, apontando para um teor mais estilístico-literário, e outra referente à problemática do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa que será abordada como conclusão do trabalho.

É nesse momento que tocaremos na antítese existente no título do artigo, pois a aproximação com a leitura do poema nos mostrará o distanciamento das metas propostas pelas diferentes modalidades que norteiam os projetos pedagógicos do ensino de Língua Portuguesa.

DESENVOLVIMENTO

LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS IDÉIAS DO TEXTO "A IMAGEM"

Todos os vocábulos têm diferentes significações. Tanto no sentido real, isto é, o significado sintático da palavra, quanto no sentido imaginário. Aquilo que se entende ou se deduz de acordo com o que nos foi transmitido, podendo-se até mesmo entender ou deduzir o que não foi dito.

Através da imagem, podem-se aproximar mundos antagônicos. E com uma redução lógica e racional, também se pode submeter toda uma realidade plural à simples unidade sem que esta perca o sentido. A imagem não se apresenta verdadeiramente, pois o

poema diz o que poderia ser e não o que realmente é. Embora os poetas afirmem o contrário que a imagem revela, o que é e não o que poderia ser, isto em nada influi, uma vez que essa contradição não faz a imagem perder seu caráter concreto.

As imagens podem ser divididas em três partes: uma realidade, outra realidade, e a imagem sugerida pelo choque das duas, o que seria uma nova realidade. Porém, nem tudo é englobado nesta dialética. Às vezes, um termo anula o outro ou o neutraliza; havendo, então, uma contradição absurda e irreparável.

A contradição não é bem-vista pela dialética, que tenta salvar os seus princípios lógicos ameaçados pela incapacidade de compreender o caráter contraditório da realidade. Se se abandonar o princípio da contradição, a imagem será condenada pela lógica, já que a imagem omitirá esse processo.

No Princípio da Contradição Complementária de Lupasco, ele apresenta dois termos opostos em extremos diferentes, porém alerta sobre a sua interdependência. Um termo pode agir em seu contrário dependendo em razão direta e contraditória. Amor vive em função contrária de ódio, cada mudança no amor produz uma consequente modificação em sentido inverso: no ódio.

Existem dois tipos de pensamento: o oriental e o ocidental. No oriental, isto pode ser aquilo ou aquilo pode ser isto; todavia, no pensamento ocidental — linha de pensamento oriunda de Parmênides — é isto ou aquilo, uma distinção clara e direta entre o que é e o que não é.

Linguagem é comunicação repleta de significado. No entanto, cada vocábulo tem diversos significados, de certa maneira liga-

dos entre si, pois só serão definidos de acordo com o lugar que ocuparem na oração.

A imagem é uma frase em que a pluralidade de significados não desaparece. Não há exclusão de significados primários ou secundários, pois a imagem dá importância a todos os valores da palavra.

Há dois sentidos para as imagens do poeta: a autenticidade — expressão genuína de sua visão e experiência, pois o poeta ou as ouviu ou as viu — e a realidade objetiva — imagens constituídas e válidas por si mesma: são as obras, que por si só se bastam, isto é, não se faz necessário saber as razões que levaram o escritor a compor uma determinada obra.

Tudo tem um sentido. Esse além de ser o fundamento da linguagem é também a apreensão da realidade.

Tanto na imagem quanto na realidade, a ambigüidade aparece imediata, contraditória, contendo um sentido escondido. Entretanto, a relação nome/objeto é reconciliada pela imagem que é usada pela linguagem para recuperar sua riqueza original.

Palavras podem ser explicadas pelas próprias palavras, porém a imagem explica-se a si mesma, visto que o seu sentido é ela própria. A imagem não é um meio como a frase ou a oração o são. A imagem é o seu sentido, pois nela acaba e nela começa.

A imagem reconcilia os opostos, porém esse processo não pode ser explicado por palavras, somente pelas imagens que os opostos venham a caracterizar. Então, pode-se dizer que a imagem tenta romper o silêncio, quando se tenta exprimir as experiências que nos rodeiam. O último sentido da imagem é ela própria.

Quando se quer explicar algo ou alguma palavra, utilizam-se outras palavras para se desfazer o obscuro da situação. É a metalinguagem. Entretanto, tal procedimento não ocorre com a imagem, posto que a imagem é a própria imagem: não se pode dizer com outras palavras. A imagem explica-se a si mesma.

Linguagem é sentido, e esse é o nexo entre o nome e aquilo que nomeamos.

"O CÃO SEM PLUMAS" E SUAS IMAGENS.

"O Cão sem Plumas" (1950), escrito em Barcelona (Espanha), inicia um ciclo de poemas em que o poeta explica sua preocupação com a realidade pernambucana: ele busca, em meio a uma atmosfera mineral, um homem vivo. A ênfase sociológica desse poema marcará igualmente as produções posteriores: O Rio e Morte e Vida Severina.

O poema, dividido em quatro partes ("I. Paisagem do Capibaribe", "II. Paisagem do Capibaribe", "III. Fábula do Capibaribe", "IV. Discurso do Capibaribe"), desenvolve-se em tom de prosa discursiva.

A Joaquim Cardozo, poeta do Capibaribe [16]

I

(Paisagem do Capibaribe)

§ A cidade é passada pelo rio
como uma rua
é passada por um cachorro;
uma fruta

16 A dedicatória ao amigo Joaquim Maria Moreira Cardozo (1997) — engenheiro colaborador do arquiteto Oscar Niemeyer e poeta identificado com o Capibaribe — evidencia a volta do João Cabral para as imagens da sua região e para a denúncia da miséria nordestina.

por uma espada.

§ O rio ora lembrava
a língua mansa de um cão,
ora o ventre triste de um cão,
ora o outro rio
de aquoso pano sujo
dos olhos de um cão.

§ Aquele rio
Era como um cão sem plumas.
Nada sabia da chuva azul,
da fonte cor-de-rosa,
da água do copo de água,
da água de cântaro,
dos peixes de água,
da brisa na água.

§ Sabia dos caranguejos
de lodo e ferrugem.
Sabia da lama
como de uma mucosa.
Devia saber dos polvos.
Sabia seguramente
da mulher febril que habita as ostras.

§ Aquele rio

jamais se abre aos peixes,
ao brilho,
à inquietação de faca
que há nos peixes.
Jamais se abre em peixes.

§ Abre-se em flores
pobres e negras
como negros.
Abre-se numa flora
suja e mais mendiga
como são os mendigos negros.
Abre-se em mangues
de folhas duras e crespos
como um negro.

§ Liso como o ventre
de uma cadela fecunda,
o rio cresce
sem nunca explodir.
Tem, o rio,

um parto fluente e invertebrado
como o de uma cadela.

§ E jamais o vi ferver
(como ferve
o pão que fermenta).
Em silêncio,
O rio carrega sua fecundidade pobre,
grávido de terra negra.

§ Em silêncio se dá:
em capas de terra negra.
Em bonitas ou luvas de terra negra
para o pé ou a mão
que mergulha.

§ Como às vezes
passa com os cães,
precisa o rio estagnar-se.
suas águas fluíam então
mais densas e mornas;
fluíam com as ondas
tensas e mornas
de uma cobra.

§ Ele tinha algo, então,
da estagnação de um louco.

Algo da estagnação
do hospital, da penitenciária, dos asilos,
da vida suja e abafada
(de roupa suja e abafada)
por onde se veio arrastando.

§ Algo da estagnação
dos palácios cariados,
comidos
de mofo e erva-de-passarinho.
Algo da estagnação
Das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucanas
por onde se veio arrastando.

§ (É nelas
mas de costas para o rio,
que "as grandes famílias espirituais" da cidade
chocam os ovos gordos
de sua prosa.
Na paz redonda das cozinhas,
ei-las a revolver viciosamente
seus caldeirões
de preguiça viscosa).

§ Seria a água daquele rio
fruta de alguma árvore?
Por que aparecia aquela
uma água madura?
Por que sobre ela, sempre,
como que iam pousar moscas?

§ Aquele rio
soltou alegre em alguma parte?
Foi canção ou fonte
em alguma parte?
Por que então seus olhos
vinham pintados de azul
nos mapas?

II
(Paisagem do Capibaribe)
§ Entre a paisagem
o rio fluía
como uma espada de líquido espesso.
Como um cão
humilde e espesso.

§ Entre a paisagem
(fluía)
de homens plantados na lama;
de casas de lama

plantadas em ilhas
coaguladas na lama;
paisagem de anfíbios
de lama e lama.

§ Como o rio
aqueles homens
são como cães sem plumas
(um cão sem plumas
é mais
que um cão saqueado;
é mais
que um cão assassinado.

§ Um cão sem plumas
é quando uma árvore se voz.
É quando de um pássaro
Suas raízes no ar.
É quando a alguma coisa
Roem tão fundo
Até o que não tem).

§ O rio sabia
daqueles homens sem plumas.
Sabia
De suas barbas exposta,
De seu doloroso cabelo

De acamarão e estopa.

§ Ele sabia também
dos grandes galpões da beira dos cais
(onde tudo
é uma imensa porta
sem portas)
escancarados
aos horizontes que cheiram a gasolina.

§ E sabia da magra cidade de rolha,
onde homens ossudos,
onde pontes, sobrados ossudos
(vão todos
vestidos de brim)
secam
até sua mais funda caliça.

§ Mas ele conhecia melhor
os homens sem pluma.
Estes
secam
ainda mais além
de sua caliça extrema;
ainda mais além
de sua palha
mais além

da palha de seu chapéu;
mais além
até
da camisa que não tem;
muito mais além do nome
mesmo escrito na folha
do papel mais seco.

§ Porque é na água do rio
que eles se perdem
(lentamente
e sem dentes).
Ali se perdem
(como uma agulha não se perde).
Ali se perdem
(como um relógio não se quebra).

§ Ali se perdem
como um espelho não se quebra.
Ali se perdem
como se perde a água derramada:
sem o dente seco
com que de repente
num homem se rompe
o fio de homem.

§ Na água do rio,

Lentamente,
se vão perdendo
em lama; numa lama
que pouco a pouco
também não pode falar:
que pouco a pouco
ganha os gestos defuntos
da lama;
o sangue de goma,
o olho paralítico
da lama.

§ Na paisagem do rio
difícil é saber
onde começa o rio;
onde a lama
começa do rio;
onde a terra
começa da lama;
onde o homem,
onde a pele
começa da lama;
onde começa o homem
naquele homem.

§ Difícil é saber
se aquele homem

já não está
mais aquém do homem;
mais aquém do homem
ao menos capaz de roer
os ossos do ofício;
capaz de sangrar
na praça;
capaz de gritar
se a moenda lhe mastiga o braço;
capaz
de ter a vida mastigada
e não apenas
dissolvida
(naquela água macia
que amolece seus ossos
como amoleceu as pedras).

III
(Fábula do Capibaribe)
§ A cidade é fecundada
por aquela espada
que se derrama,
por aquela
úmida gengiva de espada.

§ No extremo do rio
o mar se estendia,

como camisa ou lençol,
sobre seus esqueletos
de areia lavada.

§ (Como o rio era um cachorro,
o mar podia ser uma bandeira
azul e branca
desdobrada
no extremo do curso
— ou do mastro — do rio.

§ Uma bandeira
que tivesse dentes:
que o mar está sempre
com seus dentes e seu sabão
roendo suas praias.

§ Uma bandeira
que tivesse dentes:
como um poeta puro
polindo esqueletos,
como um roedor puro,
um polícia puro
elaborando esqueletos,
o mar,
com afã,
está sempre outra vez lavando

seu puro esqueleto de areia.

§ O mar e seu incenso,
o mar e seus ácidos
o mar e a boca de seus ácidos,
o mar e seu estômago,
que come e se come,
o mar e sua carne
vidrada, de estátua,
seu silêncio alcançado,
à custa de sempre dizer
a mesma coisa,
o mar é seu tão puro
professor de geometria).

§ O rio teme aquele mar
como um cachorro
teme uma porta entretanto aberta,
como um mendigo,
a igreja aparentemente aberta.

§ Primeiro, o mar devolve o rio.
Fecha o mar ao rio
Seus brancos lençóis.
O mar se fecha
A tudo que no rio
São flores de terra,

Imagens de cão ou mendigo.

§ Depois,
o mar invade o rio.
Quer
O mar
Destruir no rio
Suas flores de terra inchada,
Tudo o que nessa terra
pode crescer e explodir
como uma ilha,
uma fruta.

§ Mas antes de ir ao mar
o rio se detém
em mangues de água parada.
Junta-se o rio
a outros rios
numa laguna, em pântanos
onde, fria, a vida ferve.

§ Junta-se o rio
e outros rios.
Juntos,
todos os rios
preparam sua luta
de água parada,

sua luta
de fruta parada.

§ (Como o rio era um cachorro,
como o mar era uma bandeira
aqueles mangues
são uma enorme fruta:

§ A mesma máquina
paciente e útil
de uma fruta;
a mesma força
invencível e anônima
de uma fruta
— trabalhando ainda o seu açúcar
depois de cortada —.

§ Como gota a gota
até o açúcar,
gota a gota
até as coroas de terra;
como gota a gota
até uma nova planta,
gota a gota,
até as ilhas súbitas
aflorando alegres).

IV

(Discurso do Capibaribe)

§ Aquele rio
está na memória
como um cão vivo
dentro de uma sala.
Como um cão vivo
dentro de um bolso.
Como um cão vivo
debaixo dos lençóis,
debaixo da camisa,
da pele.

§ Um cão, porque vive,
é agudo.
O que vive
não entorpece.
O que vive fere.
O homem,
porque vive,
choca com o que vive.
Viver
é ir entre o que vive.

§ O que vive
incomoda de vida
o silêncio, o sono, o corpo
que sonhou cortar-se

roupas de nuvens.
O que vive choca,
tem dentes, arestas, é espesso,
O que vive é espesso
como um cão, um homem,
como aquele rio.

§ Como todo o real
é espesso.
Aquele rio
é espesso e real.
Como uma maçã
É espessa.
Como um cachorro
é mais espesso do que uma maçã.
Como é mais espesso
o sangue de um cachorro.
Como é muito mais espesso
o sangue de um homem
do que o sonho de um homem.

§ Espesso
como uma maçã é espessa.
Como uma maçã é muito mais espessa
se a fome a come
do que se um homem a vê.
Como é ainda muito mais espessa

se não a pode comer
a fome que a vê.

§ Aquele rio
é espesso
como o real mais espesso.
Espesso
por sua paisagem espessa,
onde a fome
estende seus batalhões de secretas
e íntimas formigas.

§ E espesso
por sua fábula espessa;
pelo fluir
de suas geléias de terra;
ao parir
suas ilhas negras de terra.

§ Porque é muito mais espessa
a vida que se desdobra
em mais vida,
como uma fruta
é mais espessa
que sua flor;
como a árvore
é mais espessa

que sua semente;
como a flor
é mais espessa
que sua árvore,
etc. etc.

§ Espesso,
porque é mais espessa
a vida que se luta
cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave
que vai cada segundo
conquistando seu vôo).

O poema está dividido em quatro capítulos, e cada estrofe é indicada pelo sinal gráfico do parágrafo, como se o autor quisesse fazer do poema um tratado sobre o rio Capibaribe, daí se utilizar de recursos dos modelos forenses (o capítulo em algarismo romano e o sinal que indica parágrafo). Ao dividir o poema em quatro capítulos e nomeá-los, curiosamente, o poeta nomeou os dois primeiros da mesma forma: Paisagem do Capibaribe. Sendo que, no primeiro, o enfoque é dado na paisagem do rio, seria a descrição dele, como ele é e o que ele deveria ser. Já no segundo capítulo, vemos a paisagem sendo enfocada no homem que vive e depende do rio, e de que forma o rio transforma a vida e os sonhos daqueles que dele dependem.

Entretanto, mais que um tratado, o poema é uma denúncia. Ele denuncia o social, o político e, até mesmo, o geográfico, como nos versos 103, 104 e 105, em que ele questiona o azul que existe nos mapas indicando o rio; há, nessa passagem, uma verdadeira tensão entre a realidade do rio e o que se pinta dele.

Logo na primeira estrofe, o poeta já nos deixa clara a importância que o rio Capibaribe tem como um meio de sobrevivência. Todavia, a passagem é rápida, ligeira, quase que imperceptível, pois a cidade é que acaba passando pelo rio, já que ele segue o seu curso e ela fica, seria uma cidade periférica do rio, como um círculo em torno de um centro, e o centro é o rio. Na verdade, nessa estrofe, a imagem se constrói a partir da inversão das ideias, pois o que é fixo ganha movimento, e o que é movimento fica estático: "A cidade é passada pelo rio / como uma rua /é passada por um cachorro / uma fruta / por uma espada". É, nesse jogo de inversão, que a metáfora se torna imagem da realidade do rio Capibaribe, para se viver dele, há de se subverter os valores pré-concebidos.

Mais abaixo, o poeta nos diz que aquele rio / era como um cão sem plumas, e justifica tal "incoerência" nos versos seguintes da mesma estrofe. Cães não têm pluma e nunca as terá, da mesma forma que o rio vive uma realidade contrária à sua natureza, uma vez que tudo o de que um rio precisaria para ser um rio, ele não tem. Se levarmos em conta a ideia de que a palavra plumas está sendo usada como sinônimo de leveza, também é pertinente o raciocínio, afinal, a realidade do rio não é leve, com suas águas negras, seus mangues e caranguejos, acaba por se pintar um quadro pesado, duro. Afinal, na quarta estrofe, o poeta nos mostra isso, já que o rio somente conhece o lado sujo dele próprio: lama, ferrugem, lodo e caranguejos.

Então, nessa linha de raciocínio, o poeta nos vai mostrando a infecundidade do rio Capibaribe, a vida não se reproduz nele e ele acaba por não espelhar essa idéia, pois não vêm alimentos dele, não vem irrigação dele, se ele não promove reprodução em si mesmo, como se esperará que os que dele vivem tenham também esperança? O rio não ferve, não fermenta, isto é, ele não cresce, não aumenta o seu volume de água, que seria necessário para que a água negra começasse a diluir na água límpida e dessa vazão para a esperança de uma nova vida.

Nesse sentido, por não corresponder às expectativas que esperam do rio, ele próprio é vítima do preconceito, como fica explicitado na décima segunda estrofe (versos 68 a 74) — "Ele tinha algo, então, / da estagnação de um louco. / Algo da estagnação / do hospital, da penitenciária, dos asilos, / da vida suja e abafada / (de roupa suja e abafada) / por onde se veio arrastando."—, em que se nota claramente o preconceito social quando se refere a alguma instituição que cuida de problemas de ordem psíquica, somática ou social. A discriminação é aparente. O rio, por não ser o que deveria ser, sofre essa mesma discriminação.

No entanto, logo a seguir, o poeta alude àqueles que não sofrem com a infecundidade do rio: os donos de usinas de cana-de-açúcar. Fica-nos, nessa passagem, bastante explícito o problema da estratificação social no interior pernambucano: uma minoria burguesa dominando, e até mesmo pisando, uma maioria proletária.

Na estrofe dezessete, começa, então, o poeta, a descrever a influência do rio na formação das pessoas que vivem em suas margens, e o rio fluía com uma espada de líquido espesso. O líquido espesso nada mais é do que uma metáfora para a lama, não corre água limpa,

mas sim uma água suja, daí o reforço da imagem com a espada, pois ela não só corta a cidade como também a fere sendo o que é. Os homens plantados na lama (plantados aqui indicando, talvez, as origens, nasceram lá e sem perspectivas de vida melhor são obrigados a ficar) acabam por se adaptar à triste realidade, pois tudo é lama. Mesmo assim, a dependência do homem pelo rio é tão óbvia que, desde o momento em que não se sabe onde o rio começa em toda aquela lama, não se sabe também onde o homem começa, interagindo com esse meio, o homem do Capibaribe acaba por tornar-se um produto desse próprio meio. Não obstante, há um fio de esperança, pois o poeta acredita na possibilidade de reação do homem nordestino, em processo de dissolução pelas adversidades econômicas e sociais, como explicitado na vigésima oitava estrofe (versos 210 a 227).

A ideia do rio como espada é retomada em várias passagens do texto, logo nos primeiros versos do terceiro capítulo, com uma metaforização de fecundação, onde o rio (chamado de espada — uma alusão explícita ao símbolo maior de masculinidade, isto é, uma alusão fálica) é o elemento masculino que fecunda a terra para criar a cidade, dando a ideia de que a cidade vive em função do rio, nasceu devido ao rio. E, seguindo essa função de masculinidade do rio, ele é livre, e um mar o espera, isto é, a liberdade, para que ele ganhe o mundo, enquanto a cidade fica para trás fecundada.

E é exatamente a partir da "Fábula do Capibaribe" que João Cabral começa a mostrar as imagens de resistência e de luta sociais que se projetarão na parte final do poema, em "Discurso do Capibaribe", como nas duas últimas estrofes do terceiro capítulo. A noção de gota a gota levantada pelo poeta, como um jogo de paciência em que as ações ocorrem justapostas, porém paulatinamente. É a

descrição das condições subumanas nas palafitas e mocambos do Recife. A dicção é dura, como convém ao tema, mas nunca resvala para o panfleto, o que era de se esperar, já que o poema faz ecoar a denúncia de um discurso social sobre a "cegueira" das autoridades me relação à miséria aparente.

Assim, chegando ao último capítulo do poema, notamos que há o relato da luta do homem do Capibaribe para provar a sua capacidade. Algo como viver é lutar ou lutar é viver, e de que forma esse viver incomoda. Na verdade, esse incômodo a certas pessoas deriva da luta desses homens do rio, que tiram dos seus dominadores o sono e o silêncio, ou seja, a comodidade deles.

O rio é cruel, é espesso, e por causa disso a fome existe, e, pelo seu percurso, encontram-se batalhões de secretas e íntimas formigas, uma brilhante imagem que se refere às milhares de pessoas anônimas que moram nas proximidades de seus leitos e, como trabalhadores incansáveis — formigas — conhecem profundamente a intimidade daquele rio e com ela a compartilham.

Outro grande enfoque dado no último capítulo do poema se refere à questão da espessura do rio. Por que ele é espesso e por que tudo que vem dele também é espesso? A causa de algo ser espesso não está nele, mas sim em sua origem. A seca, a miséria e a falta de perspectiva fazem do rio algo espesso, e como já foi demonstrado que as cidades originaram-se a partir do rio, e cidades são formadas por pessoas, tudo, então, é espesso como uma consequência num processo gradativo. Se o rio é espesso, as pessoas que dele dependem serão mais ainda: "como uma fruta / é mais espessa / que sua flor; / como uma árvore / é mais espessa que sua semente; / como a flor / é mais espessa / que sua árvore, / etc. etc." Então,

concluímos que a vida, a cada dia, torna-se mais espessa para o homem do Capibaribe, em detrimento de ser ele um elo, quase final, dessa corrente (de)gradativa.

CONCLUSÃO

Entretanto, como a proposta de nosso trabalho é levantar as imagens no "Cão sem Plumas", pudemos perceber da leitura acima que múltiplas são as possibilidades interpretativas que tal poema oferece. Além da visão do homem do Capibaribe, isto é, do homem que vive do rio, também podemos aplicar a realidade desse rio, em todos os níveis que ele aparece, à realidade do ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Afinal, ensinar essa disciplina é tão complexo de se fazer quanto imaginar plumas em um cão.

Se, na realidade do Capibaribe, há uma minoria rica que domina uma maioria pobre, no processo educacional também, à medida que se tem uma pequena parcela da sociedade com acesso a boas escolas e à boa formação, enquanto a maioria submete-se a um processo educacional de base, cujo objetivo é cumprir uma obrigação social, sem se importar com a qualidade daquilo que oferece.

Não há um incentivo para que professores se atualizem e vão em busca de novas propostas, o comodismo é alarmante e incômodo, embora haja, vez por outra, alguma voz que semeia, infelizmente, ao vento palavras de bom senso.

A espessura também é grande e gradativa no que tange ao ensino de Língua Portuguesa. Professores com mentalidade retrógrada que ainda confundem ensino de Língua com ensino de Gramática, professores "dependentes" do livro didático, professores que

têm em suas mentes a ideia de já estarem "prontos", de já serem "perfeitos" e de que tudo sabem. Diante desse quadro, fica-nos forçosamente nítida a ideia de que qualquer proposta de mudança será mal vista, pois não há um interesse efetivo, por parte dos que detêm o poder, para que esse quadro seja reformulado. Cada vez mais a classe burguesa estará mais burguesa e, cada vez mais, a classe dominada estará dominada, pelo simples fato de ser negado a esta as possibilidades que àquela são oferecidas.

Ao falar que o rio tinha algo da estagnação, vemos mais um ponto de interseção com nossa associação educacional. É óbvio que não podemos ser radical ao ponto de dizer que tudo está estagnado. Ao longo das últimas três décadas, com o advento da Linguística como uma ciência de estudos aplicados, muitos conceitos estão sendo postos de lado cedendo lugar a conceitos e idéias mais liberais e condizentes com a realidade do ensino de Língua Portuguesa. Entretanto, ainda existem professores estagnados que crêem que Os Garimpos da Linguagem, de Luiz Autuori, deva ser o livro de cabeceira dos alunos do Ensino Médio e do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. Teoria Semiótica do Texto. São Paulo: Ática (Fundamentos), 1994.

MARTINS, N. S. Introdução à Estilística. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. A Estilística. São Paulo, Ática (Fundamentos), l991.

MORIER, Henri. Dictionnaire de Poéthique e Réthorique. 5ª ed. Paris: PUF, 1998.

NETO, J. C. M. “O cão sem plumas”. In: Literatura Comentada. São Paulo: Abril, 1982.

PAZ, Octávio. “A imagem”. In: Signos em Rotação. São Paulo: Perspectiva, 1984.

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica e Filosofia. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

REI, Claudio Artur O. “Estilística” In: SOUZA, Jorge Máximo. Língua Portuguesa: Semântica. Rio de Janeiro: Editora Rio & Saraiva. (Coleção Resumido), 2006.

SANTAELLA, Lúcia . O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A Assinatura das Coisas — Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992

_____. Teoria Geral dos Signos. São Paulo: Ática (Ensaios), 1995.

STAIGER, Emil. Conceitos Fundamentais da Poética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

PROPAGANDA DO SABER – CONHECIMENTO E O DISCURSO EDUCAÇÃO

Eliana Meneses de MELO[17]
Darcilia M. P. SIMÕES[18]

APRESENTAÇÃO

Trazemos para o corpo deste trabalho resultados de pesquisa realizada, junto ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do Instituto de Letras – ILE – da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Saber-Conhecimento como Produto de Consumo. Marcas, Produto e Sedução Discursiva. A pesquisa tem como eixo temático o Discurso Educação em seus mecanismos de alimentação e realimentação discursiva com o Discurso Publicitário. Observamos as intencionalidades emanadas em propagandas destinadas à divulgação de Instituições de Ensino Superior.

Analisamos os mecanismos de comunicação que assinalam as relações das IES no diálogo proposto aos candidatos a estudantes universitários, promovido através de peças publicitárias. O estudo tem na linguagem de sedução que carrega atributos as IES o cerne da investigação. Neste sentido, tem nos aspectos lexicais e semânticos instrumental para a interpretação de um discurso verbal que se

---

17 Professora do Programa de Mestrado em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação da Universidade Braz Cubas. Doutora em Linguística Geral e Semiótica pela FFLCH da Universidade de São Paulo, Pós- Dourado na UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Discurso Educação, Identidade, Valores e Tensões na Comunicação. SELEPROT Endereço eletrônico: demelo@uol.com.br

18 Darcilia M. P. Simões é procientista da UERJ, com bolsa FAPERJ. Criou e lidera o Grupo de Pesquisa Semiótica, Leitura e Produção de Textos (SELEPROT). Coordena o MINTER de Língua Portuguesa (UERJ/UEMA-Campus de Balsas). Coordena o LABORATORIO DE SEMIÓTICA – LABSEM (UERJ-FAPERJ); as Publicações Dialogarts (EXTENSÃO), (Enlaces: http://www.darciliasimoes.pro.br

apresenta, ou não, em sintonia com os demais sistemas de códigos que sustentam os valores e a estética do produto.

Semelhante aos demais discursos sociais, o Discurso Educação que tem na linguagem materializada nos enunciados um conjunto de significações. Sua formação e dinâmica repousam níveis de profundidades, onde se situa a instância de enunciação (GREIMAS/ COURTÉS, 1982, p. 127). Trata-se, portanto, de compreender o Discurso Educação como um conjunto de emanações de enunciados, originários de fazeres discursivos diferentes, mas que se sobrepõem ao redor da Educação.

A Educação se constitui em um discurso híbrido, composto por diferentes sujeitos semióticos e com intencionalidade que oscilam em convergentes e divergentes. Diferentes atores sociais mergulham num universo de enunciações, demarcando espaços e imprimindo concepções visíveis muitas vezes apenas na leitura mais apurada. Ao se pensar o Discurso Educação nas marcas da oficialidade, encontramos o Estado e Poder, inclusos no Discurso Político: Políticas Públicas e as Políticas de Governos.

Sabe-se que das relações existentes entre linguagem e pensamento, da linguagem como o modo compartilhado de vida, da visão de mundo coletiva emanada por ela. Também é do conhecimento comum que os governos, através das Políticas Públicas e Políticas de governo, engendram ações que, em compreensão macro, tornam comum o pensamento da cidadania através das escolas públicas (MATHEWS, 2002, p. 31). Nesse sentido, há uma axiologia que reflete, ou deveria refletir os anseios sociais.

Greimas, em O contrato da veridicção, afirma que uma tipologia dos discursos que leve em consideração os modos da veridicção, torna-se possível à medida que suas marcas estejam inscritas e solidificadas pelo contrato social, comum em sociedades homogenias, este não é o caso das sociedades complexas. Nelas, a multiplicidade dos discursos que se sobrepõem e se interpenetram, dotados cada um deles de sua própria veridicção, portadores de conotações aterrorizantes ou depreciativas, pode apenas engendrar uma situação de alienação pela linguagem, que desemboca, no melhor dos casos, numa nova era de incredutilidade (GREIMAS: 1978, p. 217).

Nestes termos, as concepções do teórico, transpostas para o cenário de nosso estudo, permitem-nos, em primeiro lugar, pensar que o saber/conhecimento 'coisificado' nas bases do consumo, tem sua existência legitimada pelo contexto em que ocorre, pela sociedade que autoriza este discurso. Logo, as relações entre o Discurso Educação e Publicitário fazem parte dos contratos sociais, nos termos da contemporaneidade.

Ainda sobre a questão, afirma Greimas:

> *Não se considera mais que o sujeito da enunciação procure produzir um discurso verdadeiro, mas um discurso que produz o efeito de sentido 'verdade'(...) Se a verdade não passa de um efeito de sentido, vê-se que essa produção consiste no exercício particular, de um fazer-parecer-verdadeiro, na construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro (GREIMAS, 1978, p. 218).*

Situar saber e conhecimento no universo do consumo implica fazê-lo possuidor das características de produto e, como tal, entendê-lo também como elemento das integrações sociais. Em realidade, ter em mente que o valor de um produto não se localiza em si mesmo, mas na imagem e conjunto de valores que o produto revela, ou se apropria na realização do percurso capaz de colocá-lo diante do pretendido consumidor.

Vale destacar que o discurso que conduz o saber e conhecimento para o mercado, pode ser firmado nos modos do parecer-ser saber e conhecimento. Douglas & Isherwood (2006) afirmam que, ao se dizer que um objeto está apto para o consumo, é o mesmo que dizer que o objeto está apto a circular como marcador de um conjunto de papéis sociais. No caso das IES, o saber/conhecimento como consumo corresponde ao caminho escolhido no contexto do cenário da Educação Brasileira, diante das mudanças oriundas da economia globalizada e das implicações relativas à sociedade contemporânea.

Junto às dimensões do consumo, está o discurso publicitário com seus mecanismos de manipulação e sedução. A linguagem publicitária se edifica por estratégias de comunicação, pelos processos de construção e transformação da identidade dos produtos e das marcas as quais se associam, recaindo sobre os componentes semânticos os efeitos de imagem que conduzem e dão sustentação aos valores da marca (VOLLI, p. 2007). Em sentido geral, a função primeira da propaganda e da publicidade é comunicar informações sobre um dado produto, apresentar as características do produto, suas singularidades e qualidades. Como linguagem em circulação, o discurso publicitário é revelador da axiologia do ambiente no qual esteja inserido.

Em síntese, investigamos em que medida o produto saber / conhecimento, circunstanciados nas IES particulares, é marcado pelas forças que movimentam o mercado e quais são os valores que circulam na produção publicitária para atingir eficácia na venda desse produto. Sendo as linguagens condutoras de axiologias, analisam-se os elementos de persuasão e sedução utilizados para atingir o sujeito-aluno-consumidor. Constituiu córpus para realização da pesquisa peças publicitárias divulgadas pelos jornais O Globo e Folha de São Paulo, no período compreendido entre janeiro e março de 2008.

O CÓRPUS E A TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA

Ao iniciarmos este tópico, torna-se relevante, para a compreensão da proposta, a experiência vivenciada pro Melo, durante seu estágio pós-doutoral (supervisionado por Simões, 2008) durante os primeiros estudos relativos à constituição do córpus. Muitas foram as inquietações diante da dimensão do córpus e das possibilidades de leituras que o mesmo proporcionava. O desafio atuou como agente motivador e decidimos por uma organização que nos permitisse trabalhar com um macro discurso publicitário, repleto em linguagens e nos sujeitos que lhes fornecem sustentação e ao mesmo tempo com os micros discursos, constituídos pela singularidade de cada peça publicitária.

A seleção das peças para as quais se destinaria o olhar investigativo ocorreu durante uma primeira leitura. Nesse momento, identificamos os aspectos da complexidade textual marcada pelo sincretismo: linguagens verbal e visual articuladas na expressão da sedução publicitária. Diante desse contexto, optamos pela realização de estudos focados nos enunciados instaurados em nível de superfície

de cada unidade publicitária, para posteriormente trabalharmos nas esferas do macro discurso publicitário e, em decorrência, com o discurso educação.

Por certo que a opção se fundamenta em alguns elementos relevantes. A pesquisa tem em seus objetivos apreender os valores em circulação das Instituições de Ensino Superior. Entendemos que cada peça publicitária expressa valores que recaem sobre a marca institucional. Tendo isso em mente, definimos o estudo dos enunciados dentro dos seguintes critérios: enunciados que caracterizam a forma de chamamento para a abertura do diálogo com o possível candidato; enunciados que revelam os atributos da instituição em termos de sedução discursiva e a classificação desse conjunto de atributos e análise do material.

Em linhas gerais, os procedimentos de análise são os já implícitos na Semiótica, Linguística e Semântica. Direcionamos os aplicativos conceituais para os sujeitos em conformidade com organização apontada no parágrafo anterior. Justificamos o procedimento à medida que as três modalidades de enunciados revelam traços de sentido da marca: a axiologia da marca. Além das áreas de conhecimento já mencionadas, a interpretação foi respaldada em estudos da Antropologia do Consumo, Comunicação e nos estudos contemporâneos. O projeto em sua totalidade é, portanto, interdisciplinar.

Consideramos ainda que outro componente importante do trabalho gira em torno da fonte de pesquisa: o jornal. Enquanto veículo de comunicação que tem entre suas finalidades estabelecer um elo entre o sujeito-leitor e os diferentes sujeitos da sociedade em suas diferentes ações, o jornal se constitui em um discurso no qual os dados informativos são acrescidos de determinados vestígios de

sentido que podem ser reconhecidos na organização, seleção e no lugar do jornal por onde circula a informação.

Ainda que não seja objetivo de estudo o discurso jornalístico, torna-se importante ter em mente que, em primeira instância, há um sujeito leitor de um texto complexo que é o jornal. O sujeito leitor se relaciona com a organização textual, seleciona leituras, cria uma hierarquia para sua leitura em conformidade com a estruturação que lhe é dada pelo jornal. Ele busca a informação nas diferentes modalidades de acontecimentos.

No macro texto jornalístico, a publicidade aparece para o leitor em um processo de descontinuidade: é uma pausa na sequência dos fatos do cotidiano. Abre-se um espaço para outro fazer comunicacional no qual uma variedade de produtos é oferecida ao leitor entre leituras e subleituras. Cada peça publicitária se constitui em um corte ao percurso realizado pelo leitor. Assim, os textos publicitários podem, ou não, receber atenção do leitor e se configurarem como outra leitura.

Como podemos observar, dificilmente um leitor compra o jornal com a intencionalidade primeira de entrar em contato com a publicidade das IES, mas mesmo em uma rápida passagem e olhar, o nome da IES é registrado. Chamar atenção para o texto publicitário envolto ao universo das notícias é parte da ação do agente publicitário. Com esta finalidade ele cria e recria um discurso híbrido, onde o verbal e o visual atuam na elaboração do cenário de uma possível persuasão.

ENUNCIAÇÃO, SUJEITOS E DISCURSOS

É certo afirmar que ao escolhermos para estudo uma manifestação discursiva complexa e sobre ela estabelecermos um recorte, ao definirmos alguns elementos para leitura, estamos abrindo a possibilidade um esvaziamento de informações. Por outro lado, um recorte também implica na constituição de um novo texto e, por conseguinte, no surgimento de outros caminhos de análises e interpretações, nem sempre perceptíveis nas superfícies textuais. No caso em tela, a leitura privilegiou o discurso verbal, as distribuições dos enunciados, suas dimensões no corpo da peça, bem como nos signos não verbais em circulação.

Por ser o lugar dos atos comunicativos, os enunciados permitem que os agentes e atores sejam identificados em primeiro nível, qual seja, quem enuncia, o que é enunciado e para quem. Trata-se de um primeiro reconhecimento que remete para as questões mais profundas da enunciação. Em termos greimasianos, a enunciação é a instância de mediação que dá consistência às virtualidades da língua manifestadas em enunciados - discursos (GREIMAS/ COURTÉS,1989).

As considerações greimasianas conduzem o raciocínio para além da enunciação compreendida pelos aspectos empíricos da comunicação. Como aponta Volli, a enunciação diz respeito às questões gerais da semiótica, uma vez que por seu intermédio tornam-se evidentes as subjetividades no discurso. Por intermédio de quais dispositivos os materiais semânticos e sintáticos virtualmente à disposição da língua se atualizam se atualizam sob a forma de enunciado? Por outro lado, ao se considerar a linguagem como uma atividade entre locutores e interlocutores, onde o primeiro se situa

em relação ao segundo, em relação à sua própria enunciação e o enunciado, é possível, então, questionar de que forma o enunciado reflete o fato de dizê-lo (VOLLI, 2007, p. 135).

Os sujeitos e suas atitudes diante do enunciado estão presentes na enunciação, seja o enunciador e os mecanismos pelos quais ele se instaura no discurso, ou mesmo quando se procure evidenciar o enunciatário e os possíveis efeitos de sentido e de realidade. O olhar sobre a enunciação permite ao pesquisador observar o sujeito nas dimensões da subjetividade, na dinâmica da elaboração discursiva que revela suas intencionalidades ao mesmo tempo em que expõe a própria construção do sujeito.

Em sentido amplo, o discurso publicitário se fundamenta no enunciador. A ele cabe o papel de ser capaz de levar o outro a um querer. É um discurso que frequenta diferentes espaços de divulgação. Através do procedimento de controle dos espaços de circulação de informação e comunicação, esse discurso atua de forma a garantir que a mensagem chegue diretamente ao receptor, dissolvendo as interposições midiáticas. Sua intencionalidade se centraliza no convencimento. Para atingir seu objeto-valor, desenvolve percursos para que os mecanismos de sedução sejam alcançados: atua no nível das linguagens.

A leitura que propomos tem como foco a linguagem verbal. Todo ato de convencimento, supõe a formulação de uma certa opinião. Convencer difere da ação de informar. É uma elaboração com a intencionalidade de transformar o ponto de vista do outro. Assim, a manipulação procede à argumentação. Tudo reside na forma como o outro é tratado: "conforme lhe seja deixado a maior liberdade possível para aderir ao que lhe é proposto, ou pelo contrário, haja uma tentativa de obrigá-lo a fazer" (BRETON, 1999, p. 60).

A circulação do saber e conhecimento como produto de consumo traz para a cena algumas questões que se associam à natureza do produto. As IES particulares apresentam o saber/conhecimento como produto de consumo e se transformam em marcas. Ao utilizarem o discurso publicitário tendo em seus propósitos o sujeito consumidor, a forma através da qual se instauram como produto no mercado, pode acarretar em um distanciamento do Estatuto Discursivo das Universidades e do Discurso Educação.

Para Randazzo (1996), a marca está além do produto. Ela é simultaneamente uma entidade física e perceptual. Separam-se, portanto, dois eixos relativos à marca: o estático e finito, do dinâmico e maleável. O autor conduz seu raciocínio para tudo aquilo que a marca representa na mente do consumidor. A marca é uma configuração híbrida, uma mistura de imagens, símbolos, sentidos e valores que formam o inventário específico da marca e que em conjunto definem a marca na mente do consumidor.

Finalizando este tópico, à medida que o discurso publicitário das IES é formalizado, as estratégias de comunicação, através das quais, visa-se a seduzir o sujeito estudante consumidor são reveladoras das IES, uma vez que na enunciação o próprio sujeito se constrói. Neste contexto, a marca institucional recebe os mesmos traços de sentido explícitos e implícitos na formulação enunciados que carregam a identidade do produto saber/conhecimento.

DISCURSO PUBLICITÁRIO DAS IES E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Selecionar as peças para as quais se destinaria o olhar investigativo ocorreu em conjunto com uma primeira leitura, justamente quando se identificaram os aspectos da complexidade textual marcada pela presença de linguagens verbal e não-verbal articuladas na

expressão da sedução publicitária. Diante desse contexto, optou-se pela realização de estudos focados nos enunciados instaurados em nível de superfície de cada peça publicitária, para posterior trabalho nas esferas do macro-discurso publicitário e, em decorrência, com o discurso-educação.

A pesquisa teve em seus objetivos apreender os valores em circulação das Instituições de Ensino Superior. Entendeu-se que cada peça publicitária expressaria valores que recairiam sobre a marca institucional. Tendo isso em mente, definiu-se o estudo dos enunciados mediante os seguintes critérios:

- enunciados que caracterizam a forma de chamamento para a abertura do diálogo com o possível candidato;
- enunciados que revelam os atributos da instituição em termos de sedução discursiva.

Destarte, realizou-se outro procedimento: organização do material a partir dos valores destacados nas peças. O discurso da IES evidenciou cinco valores: empregabilidade, preço, sucesso social e econômico e responsabilidade social.

No âmbito da Semiótica voltada à comunicação publicitária, investigam-se as estratégias da comunicação que regem a peça publicitária, os processos de construção e de transformação de identidades dos produtos e das marcas. Os valores apreendidos são formados pelas partes semânticas às quais correspondem os efeitos de sentido (VOLLI, 2007).

Em termos das referências metodológicas, Volli (2007) destaca as formas narrativas em circulação no discurso publicitário, que são construídas em dois os eixos fundamentais: valores de uso

(praticidade e funcionalidade) e valores de base (corresponde a realização efetiva de um valor).

Na pesquisa realizada, os valores empregabilidade, preço, sucesso social e econômico e responsabilidade social se confundem nos termos de valor de uso e com os de base. A sutileza na distinção desses dois elementos é justificada pela natureza do produto destinado à venda: saber e conhecimento.

Os valores mencionados foram identificados no nível de enunciação:

EMPREGABILIDADE:

> ***UVA***: O mercado não perdoa. Faça UVA.
>
> ***UNINOVE*** : A melhor opção para mudar o rumo de sua carreira.
>
> ***Estácio de Sá***: Vestibular 200 bolsas de estudo + emprego.
>
> ***SENAC***: Embarque em um dos cursos da Faculdade Senac Rio e vá mais longe em sua carreira.

Empregabilidade foi entendido como o termo presente no campo semântico para mercado, carreira, emprego. Observou-se que o termo está associado à marca. As IES oferecem a solução para o garantia de emprego. Todavia o que é projetado não está contido no produto: garantia de emprego.

PREÇO:

> ***UNIBAN***: 25% de desconto em todos os cursos.Os valores pagos na matrícula em outra instituição serão abatidos na anuidade.

> ***CCAA***: Promoção de Lançamento. Administração: um único pagamento.
>
> De R$ 349, 00 quita todo o 1º semestre
>
> ***UMC***: Você começa a estudar agora e divide a matrícula em 3 vezes com 5% de desconto.

Preço foi outro componente de sentido essencial na formação da sedução discursiva. Avaliou-se que o preço, além de ser atributo retórico, definiu o consumidor e o público alvo e revelou um aspecto do produto saber-conhecimento como produto de consumo, assim como outros produtos mais materializáveis, o preço do produto funciona como ponto de sedução.

SUCESSO SOCIAL E ECONÔMICO:

> ***UNIB***: Para quem faz Ibirapuera nenhum degrau é alto demais. Universidade Ibirapuera, o jeito mais inteligente de subir na vida.
>
> ***UNICASTELO***: Faz mais pelo seu amanhã.
>
> ***UNIGRANRIO*** : Vá além da sala de aula.

Em Sucesso social e econômico, além das relações diretamente manifestadas de "subir na vida", observou-se uma elaboração discursiva que procurou trazer um diferencial para a marca das IES. Para além da empregabilidade: o sucesso destinado aos que sonham além do emprego.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

> ***UNIBAN***: Responsabilidade Social
>
> ***Estácio de Sá*** : Disque – Dengue

> Dengue : O Rio não merece essa tragédia.
>
> ***UVA*** : Vestibular Ação Social 2008
> Taxa de inscrição: 1 kg de alimento não perecível
>
> ***METODISTA***: Aqui vida profissional é vida cidadã.

Diretamente vinculado à marca das IES, Responsabilidade Social evidenciou a interação entre IES, sociedade e cidadão consumidor.

Outro ponto relevante do estudo recai sobre as IES que agregam à marca os resultados de avaliações baseadas nos parâmetros oficiais do MEC:

> ***UNIP***: qualidade comprovada. censo oficial do mec demonstra: unip é a universidade particular com maior acervo bibliográfico e o maior número de computadores em rede.
>
> ***ENADE BRASIL REVELA***: aluna da unip na psicologia obtive o primeiro lugar em todo o país.
>
> ***UMC***: a umc é a única universidade particular a figurar entre as 6 primeiras do país em produção científica, em ranking publicado por este jornal no dia 14 de janeiro de 2008.
>
> ***SÃO JUDAS***: fazer acontecer é fazer os cursos com os maiores conceitos do mec. faça são judas.

De maneira geral, a relação de enunciação foi pautada no enunciador, representante da fala das IES. O discurso publicitário privilegiou as instituições falando ao enunciatário candidato, sujeito - consumidor. Poucas foram as formulações nas quais a voz é dada a um aluno:

> ***SÃO JUDAS:*** dependendo da minha escolha, tudo pode acontecer melhor na minha vida. por isso escolhi a são judas: 1ª colocada no enade 2006 entre as univer-

> sidades particulares da grande são paulo, tem a qualidade que eu quero.
>
> ***UVA:*** Eu escolhi minha faculdade pelo preço, mas estou pagando caro por isso até hoje.
>
> ***UNINOVE:*** Tenho 48 anos e fiz pós na UNINOVE porque precisava de qualificação. Já era sócio de uma empresa e buscava uma especialização. Nunca é tarde para começar.

Em linhas gerais, os procedimentos de análise são os já implícitos na Semiótica Greimasiana, na Linguística do Discurso e na Semântica Formal. Direcionaram-se os conceitos para os sujeitos em conformidade com organização apontada no parágrafo anterior. Justifica-se esse procedimento pelo fato das três modalidades de enunciados revelarem traços de sentido da marca: a axiologia da marca.

Além das áreas de conhecimento já mencionadas, a interpretação exigiu consultas a estudos da Antropologia do Consumo, da Comunicação e de estudos contemporâneos voltados para mercado e publicidade. Vale destacar que a publicidade é estudada como fonte de emanação dos discursos das IES.

A escolha sobre os procedimentos de instauração do sujeito enunciador na produção de um desejado diálogo com o sujeito estudante consumidor não é única. Os procedimentos se alteram entre manifestações diretas e indiretas. No primeiro caso, a procura pelo outro vem materializada na superfície, perceptível nos pronomes que singularizam o sujeito. Já no segundo caso, o que se revela é a emanação genérica dirigida ao outro coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MARCAS, VALORES E IDENTIDADE

Ao término deste estudo, vale a pena lembrarmos a apresentação. Nela dissemos que este artigo expressa estudos sobre o saber e conhecimento como produto destinado ao consumo, tendo como foco as IES. Latente em nossas reflexões está a questão da marca e identidade: quais são os critérios que motivam a escolha de uma IES nas dimensões do consumo diante da competitividade do mercado?

Como sabemos, a marca não é apenas a referência de um produto. É um símbolo onde observamos elementos físicos e de percepção. Há algo que se direciona à mente do consumidor. Para RANDAZZO, o produto que não tem uma marca é uma coisa. Junto ao produto, compram-se subjetividades. A marca é uma entidade perceptual, com um conteúdo psíquico definido que é dinâmico. A publicidade se serve das possibilidades subjetivas e procura refletir os valores do consumidor. Neste sentido, uma marca pode funcionar como portadora de projeções nas quais o discurso publicitário projeta os valores e as sensibilidades do consumidor (RANDAZZO, 1996, p. 23-26).

No percurso de nossa análise percebemos que os atributos da marca conferem credibilidade para a primeira adesão do sujeito-aluno - consumidor. Por esta linha de raciocínio, o saber/conhecimento enquanto produto de consumo está mais próximo da eficácia quando se apresenta retirando as marcas do consumo. Explicando: se os valores postos em circulação através do discurso publicitário não destacarem a realização do saber/conhecimento, mesmo que sejam voltados para a empregabilidade, a marca da IES se transforma em efêmera.

Observamos que as IES – CCAA, Anhembi Morumbi e UNIVAP, por caminhos diferentes, procuraram valorizar a marca através de traços de sentido que correspondam à axiologia social no tocante ao ensino superior. Verdade é que a UNIVAP reafirma sua competência a partir das exigências do MEC. Por meio deste recurso ela se mostra inserida no contexto nacional do ensino superior. A Anhembi Morumbi, tendo como agente motivador sua história mais recente, lança-se além do Brasil. A CCAA empresta credibilidade de sujeitos vitoriosos e tenta condensá-las na marca.

A linguagem verbal utilizada pelas três instituições se distancia do coloquial, da gíria presente em algumas peças publicitárias também voltadas ao saber e conhecimento como consumo. A escolha da linguagem revela o lugar onde se coloca a IES. Revestir a marca de juventude em função do público - alvo através do emprego de gírias cria apenas uma identidade imediata

Saber e conhecimento enquanto produto de consumo nos remete ao aluno consumidor. Neste sentido, Bauman apresenta pontos importantes para nossas reflexões. Para o autor, em uma sociedade de consumidores, o sentimento de pertença é obtido pela própria identificação metonímica do aspirante com a tendência (2008, p. 108). A relação estabelecida entre estudante e IES muitas vezes ocorre no plano do efêmero. Fato que apresenta uma justificativa para o número de transferência de alunos de uma instituição para outra.

Entendemos que o estudo apresentado não esgota a temática, entretanto deixa assinaladas bases reflexivas sobre as quais o projeto será aprofundado e concluído: as decorrências do saber e conhecimento como consumo no cotidiano das IES particulares.

O estudo revelou a manifestação de valores que expressam a axiologia institucional centrada no preço, empregabilidade e sucesso social e econômico. Estas funcionam como elementos de sedução para um discurso específico, destinado a atrair um número grande de alunos para a IES. É um discurso imediato que carrega em si os traços de sentidos de uma proposta de massificação.

Por certo que, ao mesmo tempo em que revela seus objetivos quantitativos, a IES também revela seu público-alvo: parte maior da população sem recursos financeiros. Neste sentido, os programas governamentais como o PROUNI, atuam como anti-sujeitos do discurso custo trazido pelo discurso publicitário, à medida que a bolsa governamental está ligada ao desempenho do saber--conhecimento das IES.

A pesquisa demonstra certa dificuldade do discurso publicitário, que é sair dos modelos gerais para a venda do saber-conhecimento. Na verdade, quando esse universo de discurso destaca a questão da empregabilidade como elemento agregado à marca institucional, ele se propõe a vender algo que não lhe pertence e que, portanto, logo se desconstrói. É o mercado que define o emprego e até mesmo o perfil da formação acadêmica do candidato ao emprego.

Em termos do saber-conhecimento como produto de consumo, o discurso publicitário no córpus pesquisado, revelou que os traços de sentido próprios do saber-conhecimento, quando presentes, constituem-se no nível profundo da enunciação. É saber-conhecimento que garante, por exemplo, a empregabilidade .

Por outro lado, se saber é um valor da sociedade, enquanto maior valia, e condição para o sucesso profissional, os elementos de sedução discursiva deveriam destacar os processos pelos quais

o produto é constituído. A dificuldade em dar materialidade a esse específico produto de consumo é que justifica o enfoque dado pelas IES.

Nos termos semióticos, a obtenção da prova que garante a junção ao objeto-valor, passa pela realização de uma série de programas narrativos auxiliares. Os sujeitos (alunos e docentes) são os que podem conferir a credibilidade institucional repercutida na marca. Todavia, as ações positivas só podem ser realizadas se a instituição, sujeito mantenedor, atuar como elemento motivador da construção do saber-conhecimento.

O diagnóstico revela que o sujeito docente tem pouca representatividade na expressão da marca nas peças analisadas. O docente aparece como um apêndice, tal como uma alegoria a enfeitar a marca nos determinantes oficiais: "Professores Doutores e Mestres". O número de peças que citam os docentes, na construção do produto saber-conhecimento, no material estudado é reduzido.

Com maior ocorrência que os traços de sedução para docentes e pesquisas estão os laboratórios de informática e instalações físicas. De modo geral, é através da informatização e recursos tecnológicos que as IES estudadas dirigem a construção do saber-conhecimento capaz de engendrar no sujeito-estudante a competência para o sucesso e empregabilidade.

Finalizando, a pesquisa revela um olhar sobre o universo discursivo da publicidade destinado à venda do produto saber-conhecimento. A riqueza do córpus permite a realização de outros estudos, sejam eles voltados para a linguagem de superfície ou para os níveis mais profundos das emanações discursivas. Por derradeiro, os objetivos da pesquisa foram atingidos em conformidade com metas das Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Vida para consumo. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR Ed., 2008.

BRETON, Philippe. A Manipulação da Palavra. Trad. M. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999.

COURTÉS, J. Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva. Coimbra: Almedina, 1979.

DOUGLAS, M. & ISHERWOOOD Baron. O mundo dos bens. Para uma antropologia do consumo. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2006.

GREIMAS, J. & COURTÉS. Dicionário de Semiótica. São Paulo: Cultrix, 1989.

GREIMAS, J. Os Atuantes, os Atores e as figuras. In: Semiótica Narrativa e Textual. São Paulo: CULTRIX&EDUSP, 1977.

_____. O contrato de veridicção. In: Até Semiótica. São Paulo: Hucitec-SBPL, 2(1): 211-21, 1978.

MATHEWS, Gordo. Cultura Global e Identidade Individual. A procura de um lar no supermercado cultural. Trad. Mário Mascherpe. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

VOLLI, U. Manual de Semiótica. Trad. Silvia Debetto C.Reis. São Paulo: Edições Loyola, 2007

PROPAGANDA NAZISTA, A ARTE DE VENCER PELO PODER DA IMAGEM.

Edilberto VENTURELLI [19]

PRELIMINARES

Quando falamos de comunicação, temos de lembrar que, para que aconteça de forma correta, pelo menos três etapas são necessárias: o emissor, a mensagem e o receptor.

Numa imagem bem simplista e arcaica, essa seria a "fórmula". Mas também sabemos que não é tão simples assim, quando se espera que haja um entendimento correto da mensagem pelo receptor. Seria necessário abandonar essa visão simplista e procurar trabalhar de forma mais específica, de forma detalhada, procurando observar a linguagem, as mensagens com os códigos e signos corretos ao seu público-alvo. Em toda essa análise devem ser considerados aspectos como: conhecimento, cultura, época, economia, comportamento, lideranças políticas e o que mais pode influenciar na vida de uma sociedade ou indivíduo. Entre esses fatores temos que destacar a forte influência que o determinismo cultural promove.

Segundo Pierce (apud Neiva: 2009, p. 13).

> *O determinismo cultural presume que todo ator social é resultado direto do pensamento coletivo. Segundo ele, é por meio das regras presentes em uma cultura que se*

19 Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Barra Mansa (1997) e especialização em Marketing no Mercado Globalizado pela Universidade Cândido Mendes (1999). Atualmente é Professor do Centro Universitário Geraldo Di Biase. Atuando principalmente nos seguintes temas: Sindicato, Comunicação, Tabloides. http://lattes.cnpq.br/6282047149857373.

> *promovem a forte coesão e coerção inevitável, tudo isso formulado sob a aparência de uma coordenação social necessária. Se isso é verdade, as regras culturais precedem e determinam a troca de mensagens na sociedade, moldando simultaneamente sua produção e recepção.*

Se observarmos de perto essa análise, poderemos identificar que além de toda discussão feita pela comunicação, seus atores e participantes, existe também a cultura creditando demasiada importância aos signos produzidos sobretudo por convenções que por fim representaram um conjunto de símbolos capazes de moldar comportamentos e tendências de pessoas. Não esquecendo em nenhum momento que perpassa por toda essa discussão o viés da política e do poder.

Existem grupos que trabalham essa comunicação de forma exata e com muitas restrições em suas mensagens. Situação semelhante quando encaramos uma propaganda na televisão ou em outro veículo qualquer, cuja mensagem não entendemos, precisando da "tradução" de alguém para entender do que se trata. Esse fenômeno pode acontecer por duas vias: uma seria a deficiência na produção da mensagem, conceitos equivocados, mensagens distorcidas, uso inadequado de simbologias etc. A segunda via seria que a mensagem não foi criada para o público que não a entendeu. Isso quer dizer que o emissor sabia com quem estava falando e o objetivo não foi atingir todos e sim o público que lhe interessava. Por isso, grupos sociais vizinhos podem receber a mesma mensagem e apenas um deles conceber de forma correta o código inserido.

O tempo também é fator decisivo para que a mensagem surta o efeito desejado. O "time" é determinante para que o receptor seja

atingido no momento em que toda a mensagem será potencializada por muitos fatores que necessariamente não estão interligados diretamente, mas mediante fatos históricos que a desencadearam na situação que está sendo apresentada naquele momento para aqueles que irão atuar socialmente, utilizando essas mensagens como ferramentas de condução. Segundo Platão (apud NEIVA: 2009, p. 14) "também fosse possível considerar o fluxo do tempo como a expressão do aperfeiçoamento da liberdade e da inovação". Verificando esses três pilares citados, podemos perceber a força contida neles e questionar se realmente podemos considerar questões sobre o tempo que fuja desses aspectos. Longe é claro de analisarmos apenas pelo aspecto da convenção do tempo, pelo relógio, estamos querendo propor uma análise mais profunda, chamando para analisar a passagem do tempo por um campo mais diversificado, onde o homem, emissor, responsável pelas mensagens e em determinados momentos também receptor, perceberá a passagem do tempo através de seu aperfeiçoamento, da sua liberdade condicionada às convenções e contratos sociais e é claro por sua inovação, deixando suas marcas e registros, marcando épocas com seus códigos, sempre definidos e dirigidos ao público certo.

Para Martin Heidegger (1996, apud NEIVA: 2009, p.15),

> *A dimensão sagrada da temporalidade humana estava além dos limites das coisas. Reduzir o tempo à seqüência do relógio seria um desvio da verdadeira dimensão ontológica da existência humana. O tempo natural era uma coisa; a história humana, outra. Do âmago de suas afirmações espreitava a ameaça nefasta da separação entre o tempo natural e o tempo humano.*

Mesmo Heidegger sendo um crítico da tradição pós-platônica, ele não deixava de segregar a temporalidade natural e a humana.

Todas essas análises vão servir de fundamento a pré-disposição que alguns indivíduos vão ter para absorver uma comunicação. A posição histórica, o já acontecido e principalmente o atual vão montar o cenário ideal para que diversos articuladores possam montar estratégias adequadas ao convencimento e a condução por suas lideranças. Afinal, podemos não ter passado por uma situação histórica, mas se esse evento fizer parte de minha herança cultural, ele poderá ser chamado à tona a qualquer momento pelo discurso e símbolos que o estimulem. Temos em nosso corpo a origem de nossos ancestrais e essa é uma diferença para recebermos um tipo de mensagem que nos faça resgatar um pouco do que somos e daqueles que já representaram uma época e nossas origens, porque, olhando para trás, mesmo trabalhando nossas individualidades, o que vemos é a unidade que poderá determinar o comportamento do agora. Não somos iguais a nenhum outro, mas o que nos difere é muito pouco, por isso respondemos coletivamente às convenções e códigos propostos para nossa unificação. Queremos estar e falar com nossos pares. Nossas histórias são coletivas, embora sempre haja um ou outro que se destaque, afinal o sucesso individual ainda é preponderante perante o coletivo.

IDEOLOGIAS TOTAIS

Karl Popper (1963, p.212-223), em sua crítica de Hegel e Marx, chamou de ideologia total a crença de que o habitat social de um pensador, e por extensão o de qualquer ator social, determina as teorias e opiniões por ele defendidas.

As ideologias totais defendem que causas externas e os interesses sociais que são consensuais são ferramentas que promovem a mobilização dos indivíduos em nome de um objetivo que terá resultado coletivo, mas no qual, a atuação individual terá papel importante na liderança dessas manifestações.

> *As ideologias totais supõem que forças maiores do que os indivíduos moldam, de modo consciente ou não, o que é produzido intelectualmente num momento específico da história ou no âmbito de uma cultura. É uma noção unificadora, e também coletivista, apresentada em diversas formas – seja o espírito de uma época, uma classe social, um nação, um grupo ou uma cultura. Em qualquer dos casos, as interpretações baseadas nas ideologias totais apresentam uma imagem holística da vida social". (NEIVA: 2009, p.16).*

Com essa citação de Neiva, podemos perceber que o indivíduo seria movido consciente ou não de seus atos, mas era garantida a sua adesão para que acontecesse a união, como se o desejo de construir o único, o ideal fosse mais importante que o individual. Não seria uma manipulação, já que essa adesão não era passiva, tinha a aquiescência daquele que recebia a mensagem e respondia de forma positiva.

Já para Hegel (1949, pp.801-808) "O todo da história é a verdadeira expressão de um espírito absoluto, que paira acima do tempo e o conduz". Já para Marx (MARX e ENGELS: 1848, apud NEIVA: 2009, p.17) "A história era nada mais do que a luta pela sobrevivência e pela dominação econômica."

Nas duas concepções, percebemos que existe a presença velada de um poder dominante que será representado pela figura daquele que estiver no poder. Seja o Estado, seja a religião ou outro poder que se faça representativo e com a linguagem correta para conduzir os indivíduos pelos caminhos da unidade, da conformidade e aceitação. De qualquer forma não podemos é acreditar que o conhecimento humano sobre determinado assunto nasce de um vácuo. Tem que ter havido uma referência histórica capaz de motivar um impacto de ideias no presente. Mesmos os códigos que parecem tão claros e óbvios precisam de uma referência, de um nascimento histórico. Essa simbologia, se não tiver uma estrutura adequada, não se sustentará.

Para Jacques Lacan (1977, apud NEIVA: 2009, p.18),

> *...o social, o simbólico e as ordens convencionais moldam a identidade psicológica do indivíduo. A criança necessariamente terá sua personalidade formada como resultado direto do medo da castração simbólica. Seus desejos sexuais devem ser reprimidos, e então o indivíduo estará completamente socializado. A ordem cultural reina sobre o individual. Numa expressão perspicaz – talvez significativa em alguns poucos idiomas além do francês –, Lacan afirmou que a percepção da ordem cultural e social dependia do reconhecimento de lê nom du Pére (o nome [o não] do Pai). Lacan não está falando de pais reais, mas da presença simbólica do Pai.*

Vamos perceber que estamos falando de um ícone, a figura do Pai, que se não existisse, não haveria nem a formatação da sociedade. O pai que pode representar o próprio "deus", dependendo de sua

importância na história, naquele momento. Essa figura que abraça, mas que também pune quando algo sai da ordem pré-estabelecida por ele. Esse mesmo pai, que se olharmos para nossa história tem, na maioria das vezes, signo masculino, tem poder e determina, torna-se referência e exemplo de conduta para nossas vidas.

> *"O agente efetivo da vida social nunca é o ator, mas sim a cultura que cria e antecipa a interação social; os fatos sociais se desdobram a partir de outros fatos sociais que não se limitam à psicologia pessoal de cada indivíduo". (NEIVA:2009, p.19).*

Sendo assim, reafirmamos que o homem não é movido ou convencido pelo "nada", não busca suas convicções no vácuo. A predisposição de que os indivíduos terão de se unir e atingir um objetivo comum terá origem em algo maior que eles, capaz de fazê-los modificar padrões preexistentes e assumir outros. Os signos que são elencados e que serão utilizados, serão simplesmente conduzidos pelas regras sociais vigentes que vão operar sobre as mentes dos atores e submetidos a elas.

Para Émile Durkheim, As regras do método sociológico (Les Règles de la méthode sociologique, 1960, pág. 102), publicado em 1895,

> *"o que importava de fato era identificar as leis sociais vigentes que operavam sobre a mente dos atores, enquanto, para alguns dos historiadores de sua época, o passado parecia ser mais relevante que o presente".*

Vamos observar, desse modo que o peso que Durkheim tenta dar ao presente, faz muitos desconsiderarem os efeitos do passado na

concepção dessas leis sociais do presente, o que pode não representar uma realidade, se observarmos que o meio social não é só representado pelo que está acontecendo e sim pelos reflexos diretos do passado que vão dar força e consistência para o discurso do presente. Claro que a casualidade histórica deve ser evitada, dando lugar a uma análise mais apurada sobre aquilo que cria um estado duradouro de questões sociais que se mostravam infinitamente mais importantes e mais consolidadas.

O indivíduo, embora seja representado simbolicamente como único, precisará sempre fazer parte de um todo. Não permanecerá isolado e para fazer parte desse todo precisará submeter-se a um ponto de vista coletivo. O homem não foi feito para atuar sozinho e facilmente se colocará dentro de um grupo. As forças que irão agrupá-los, sempre serão forças que moldam e que representam a coerção das convenções sociais atuantes naquela época. O que acontece na época atual, sempre será mais representativo do que aconteceu no passado. Tudo que acontece de forma emblemática e determina as normas consensuais do todo social faz os atores sociais comportarem-se de maneira específica, sendo embalados pela coerção das convenções sociais. Por isso o ponto de vista coletivo é a zona de convergência mais utilizada para aqueles que querem estar integrados com os acontecimentos, com o todo.

Lacan (1977, apud NEIVA: 2009, p.18) faz uma avaliação extremamente significativa da predominância da ordem simbólica sobre a psique do indivíduo.

> *...é uma releitura do conceito dukheimiano de sociedade. A estabilidade da experiência social depende da coerção*

> *de seu sistema de regras e convenções. As regras convencionais refletem-se diretamente nos signos que circulam pelas sociedades, guiando seu significado e sua forma distintiva.*

Já Ferdinand de Saussure (1916), nas páginas do Curso de lingüística geral (Cours de linguistique génerale) – uma compilação de apontamentos de seus discípulos Balley e Sechehaye – obteve sua visão fugaz de uma ciência geral que aborda como os signos existem socialmente à qual chamou de sémiologie.

> *De acordo com a reconstrução que Bally e Sechehaye fizeram dos três cursos saussurianos sobre lingüística geral, Saussure afirmava que cada signo trocado na interação humana é resultado de regras vigentes que existem em solidariedade sincrônica e sistemática: as regras são estruturas formativas, o elemento determinante na produção da comunicação humana. (Neiva, 2009: 20).*

Para que a comunicação exista de forma a passar conhecimento e formar o todo, as regras precisam estar claras, havendo assim o sincronismo necessário e a troca de signos que proporcionará um coletivo mais coerente e consistente.

Para Saussure:

> *...as línguas (langues) também fazem parte da consciência coletiva; a natureza social das línguas as situa além dos indivíduos. Nesse contexto, a língua é um conjunto de regras dadas aos atores sociais. A principal característica de toda língua é sua imposição ao indivíduo por meio o uso coletivo. (1933, apud NEIVA: 2009, p.20)*

Diante dessa importante colocação de Sausurre, podemos observar que a força impetuosa das convenções, aliada a ação dos contratos sociais, vão relegar o indivíduo a um segundo plano, não menos importante, mas produto de um meio em que vive e, por que não dizer, um pouco refém de suas escolhas perante o grupo onde está associado.

Lembrando sempre que a exposição às línguas já é suficiente para que uma criança assimile e os signos dispostos nelas, sem nenhuma instrução formal, apenas com base em sistemas de regras compartilhadas dentro do grupo social. Esses signos que são deixados pela história para que possamos recuperá-la. Um grupo de indivíduos vai transmitir suas histórias mediante signos deixados por gerações que vão imprimindo neles matizes de sua época, discutindo com o seu tempo e elaborando um conjunto de regras sociais capazes de instruir futuras gerações sobre o que aquela sociedade acha relevante diante da história mundial. Signos, discursos, atores sociais, contratos, regras, são representatividades que não são esquecidas e que dependendo do grau de importância, podem ser reavivados nas mentes de um indivíduo ou de uma coletividade através de pequenos mas significativos atos. Numa situação de comunicação precisamos da interação entre, pelo menos, dois elementos do processo: um emissor e um receptor, ambos envolvidos na troca de signos. Verificando sempre se a mensagem está sendo entregue para o público certo. Porque enviar códigos a receptores sem conhecimento será totalmente ineficaz, fazendo o processo de comunicação demorar mais que o previsto.

Esse jogo de comunicação tem regras claras que irão influenciar na estratégia que deverá ser aplicada, que por sua vez vai determinar o resultado desse jogo, que terá vencedores quando os códigos forem absorvidos e virarem regras sociais, convenções a serem

seguidas. Só assim as mensagens podem ser absorvidas e transmitidas. É um jogo semiótico que iremos jogar de acordo com nosso conhecimento e poderá acontecer de forma voluntária ou não, sendo o sucesso uma conseqüência das boas trocas de signos entre os seus "jogadores".

Esses mesmos jogadores serão diferentes em seus posicionamentos já que o desempenho cultural é um componente segregador de atores sociais, tanto dentro quanto fora do grupo. Estamos trabalhando em uma sociedade em que a competição será fator crescente de desenvolvimento da cooperação à medida que os jogadores interagem.

> *"A cooperação sempre atua em benefício de indivíduos egoístas. Ela persiste no mundo natural e no humano não por causa do altruísmo e do sacrifício pessoal, mas em conseqüência direta do interesse próprio". (NEIVA: 2009, p. 24).*

Essa afirmativa mostra que o individuo não enxerga o grupo de uma forma totalitária superior, mas sim como uma oportunidade de exibir seus talentos e conquistar aqueles que o podem de imediato, escolher e seguir. Assegurando seus interesses, esses indivíduos também asseguram a base cooperativa da sociedade humana e cultural, uma vez que ele se sente confortavelmente seguro nessa zona de atuação, não tem porque não fazê-la estável para usufruir seus benefícios.

Logo:

> *A submissão social é aceita em nome do objetivo comum de se alcançar a harmonia social. Nesse ponto, a coordenação se funde com convenções culturais que*

> *devem ser comunicadas de modo constante e recorrente aos atores sociais para que o grupo mantenha sua integridade. (NEIVA: 2009 p.25).*

Uma situação como essa justifica muitos casos em que observamos a ausência de um posicionamento contrário, por exemplo, a um ditador. Perguntamos o que leva um grupo de pessoas a aceitarem, sem questionamentos certas imposições e percebemos que existe uma conformidade em nome de uma força maior vinda dos alicerces dessa sociedade e do que seria realmente importante, naquele momento para aqueles indivíduos em nome algo maior: a manutenção da ordem social.

Na oração fúnebre pronunciada por Péricles ao final do primeiro ano da desastrosa guerra entre atenienses e os espartanos, fica claro que o maior líder político ateniense está se apoiando em uma ideia bastante próxima de nosso uso corrente, ao justificar sua fracassada estratégia de guerra. Péricles menciona a noção grega idealizada de paideia, um termo cheio de significado que abrange as nuances contemporâneas de cultura, civilização, educação, tradição, formação e até mesmo de literatura (JAEGER: 1939, p.34). Mais importante do que o termo paideia é a forma pela qual Péricles manipula e converte essa ideia.

"No registro histórico de Tucídides, está presente o uso mais antigo da ideia de cultura, assim como a sugestão de uma explicação casual direta para a guerra baseada em diferenças culturais." (NEIVA: 2009, p.26), observando a cultura como um meio de integrar indivíduos – mas que não pode ser visto como regra absoluta, já que varia de um grupo para o outro, tornando-se arbitrário – e garantir

a coesão e a estabilidade do todo social. Assim conseguimos entender algumas guerras sendo constituídas por não haver uma cultura única, com códigos únicos que possam representar o todo, para todos.

Rousseau conclui que:

> *...as guerras são sempre resultado de estados ou todos coletivos que lutam entre si, Sahlins (1978, p.8) professa que a guerra não deve ser examinada do ponto de vista de indivíduos beligerantes, mas sempre partindo-se do reconhecimento de que tais conflitos existe, sobretudo entre unidades políticas social e culturalmente constituídas. (NEIVA: 2009, p.26).*

Percebe-se que a liberdade total de um indivíduo nunca lhe será concedida de forma totalitária. Seria bastante perigo dar poder a quem não sabe coordenar. Como se déssemos ao alcoólatra a liberdade para decidir sobre beber ou não beber, quando ele não consegue controlar ou resistir aos apelos da bebida. As convenções adequadas irão diluir a liberdade dos indivíduos, concentrando-os nos propósitos que atenderão ao coletivo.

"A chave para um signo nunca é o próprio signo, mas um conjunto de valores que dão significado a ele." (NEIVA, 2009, p.27). Esse conjunto de valores faz com que seres da mesma espécie, num combate escolham entre três estratégias básicas para a conquista de seus territórios: tornar a luta mais acirrada – buscando reunir todas as forças e concentrar esforços para ser competitivo, emitir sinais de ameaça – intimidar os oponentes antes mesmo de atacá-los e utilizar táticas convencionais – que por serem esperadas podem preparar a resposta do opositor.

Sabendo, muitas vezes, por análise do adversário quais são os seus códigos, os jogadores trabalham suas estratégias com base em signos e mensagens que possam dar a ele vantagens diante do seu oponente. Essas estratégias vão depender, exclusivamente, do seu campo de pesquisa e de como é o proceder daqueles que estão diretamente envolvidos.

A ARTE DA PROPAGANDA QUE HORRORIZOU O MUNDO

Desde que o exército alemão incumbiu Hitler das tarefas propagandísticas no conturbado período do após Primeira Guerra, um complexo sistema de códigos e signos foram configurados para representar a hegemonia de um novo poder político que estava por nascer. Quando ingressou no NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei) em 1919, Hitler procurou inspirar-se no princípio da arte total wagneriana aplicando-a no terreno da política de massas, encenando todas as suas aparições públicas de orador do partido como se fosse a entrada de um célebre tenor nos palcos de um teatro. Esse tipo de propaganda nazista adotada como ferramenta de condução da nação alemã foi tão importante que, em janeiro de 1933, uma das medidas mais imediatas foi a criação de um Ministério da Propaganda, com a direção de Joseph Goebbels. Este determinou que os símbolos, mensagens e slogans, enfim, os signos verbais e não-verbais do partido nazista e do seu guia Adolf Hitler, estivessem presentes no que fosse impresso ou no que circulasse no ar da comunidade alemã. A propaganda nazista buscava atingir o popular com mensagens carregadas de emoção, gerando uma concepção apaixonada sobre os discursos. Com isso, atingia-se o povo com uma semiose repleta de signos norteadores (índices), levando-o a crer que a Alemanha e seu líder tinham representações de "a grande matriarca" e "o Messias libertador", respectivamente.

O Partido Nazista (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei ou NSDAP) formalmente adotou a suástica ou 'Hakenkreuz' (cruz curva, numa versão literal) em 1920. O símbolo era usado na bandeira do partido, distintivos e braçadeiras, embora já tivesse sido não oficialmente usado pelo NSDAP e seu antecessor: o Partido dos Trabalhadores da Alemanha (Deutsche Arbeiterpartei – DAP)

Em Mein Kampf, Adolf Hitler escreveu: (1925, apud LENHARO: 1986, p.47)

> *Eu, enquanto isso, depois de tentativas inumeráveis, tinha colocado uma forma final; uma bandeira com um fundo vermelho, um disco branco, e uma suástica preta no meio. Depois de tentativas longas eu achei também uma proporção definida entre o tamanho da bandeira e o tamanho do disco branco, como também a forma e espessura da suástica.*

O uso da suástica era associado pelos teóricos nazistas à sua hipótese da descendência cultural ariana dos alemães. Seguindo a teoria da invasão ariana da Índia, reivindicavam os nazis que os primeiros arianos naquele país introduziram o símbolo, que foi incorporado nas tradições védicas, sendo a suástica o símbolo protótipo dos invasores brancos. Também acreditavam que o sistema de castas hindu tinha sido um meio criado para se evitar a mistura racial.

O conceito de pureza racial, adotado como central na ideologia Nazista, não utilizou nenhum dos métodos modernamente aceitos como científicos. Para Alfred Rosenberg, que procurou emprestar cientificidade às ideias de Hitler, os arianos hindus eram, a um mesmo tempo, modelo a ser copiado e uma advertência para dos

perigos da "confusão" espiritual e racial que, dizia, ocorrera pela proximidade das raças distintas.

Com isto, viram-se os nazistas justificados em cooptar a suástica como um símbolo da raça ariana. O uso da suástica seria um símbolo ariano, tempos antes dos escritos de Émile-Louis Burnouf. Assim como muitos outros escritores nazis, o poeta nacionalista Guido von Listam fez acreditar que este era um símbolo exclusivamente ariano.

Quando Hitler criou a bandeira para o Partido, procurou incorporar a suástica e ainda "essas cores veneráveis que expressam nossa homenagem ao passado glorioso que tantas honras trouxe à nação alemã" (que eram o vermelho, preto e branco).

Também declarou Hitler que:

> *...o vermelho expressa o pensamento social que está sob o movimento. Branco, o pensamento nacionalista. E a suástica significa a missão a nós reservada: a luta pela vitória da raça humana ariana, e ao mesmo tempo o triunfo do ideal de trabalho criativo em si inerente, que será sempre anti-semítico (1925, apud LENHARO: 1986, p.47).*

O polonês naturalizado brasileiro Aleksander Henryk Laks, no livro O Sobrevivente – Memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz, relata a seguinte situação:

> *Na noite interior recebemos um comunicado por escrito que seríamos invadidos pelo exército alemão. Nos postes e muros foram pregados cartazes, com o regulamento, de como deveríamos proceder quando o exército chegasse.*

> *Ficamos assustados e lembro de meu pai e minha mãe falando baixo pelos cantos da nossa casa. Fomos dormir poloneses e acordamos anexados e invadidos pela Alemanha. Nos postes e onde tinham bandeiras da Polônia, agora tinham bandeiras vermelhas, com um círculo branco e com uma suástica preta. Pronto, estávamos intimidados e prontos para aceitar, pelo menos em minha cidade o domínio alemão. (LAKS & SENDER: 2000, p. 26)*

A saudação nazista ou saudação de Hitler (em alemão: Hitlergruß), muito conhecida na época da Alemanha Nazista como Deutscher Gruß (saudação alemã), é uma variação da saudação romana, adotada pelo Partido Nazista como um sinal da lealdade e culto da personalidade de Adolf Hitler. Ganhou popularidade concomitantemente com à ascensão de Hitler. Consiste em levantar-se o braço direito enquanto se diz as palavras Heil Hitler ("Salve Hitler").

A expressão é uma adaptação de Sieg Heil ("Salve a Vitória"). Foi primeiramente usada por Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha Nazista. É-lhe atribuído o numero 88, por ser H a oitava letra do alfabeto, formando 88 as letras HH, ou Heil Hitler.

Diante de tanta atrocidade e de tanta barbárie, uma coisa não podemos negar, Adolf Hitler soube usar a comunicação a seu favor. Se a intenção, desde o início, foi boa ou ruim, não vem ao caso, mas o que esse artigo tenta pesquisar é o mecanismo de comunicação, a empregabilidade dos signos e símbolos e o mais importante a adequação da linguagem para o convencimento do receptor.

Hitler, desde o início de suas articulações, como chefe político, demonstrou profundo conhecimento da importância da comunicação para a conquista de seus objetivos. De origem trabalhadora, conhecia a quem tinha que convencer. Sentia no ar os problemas deixados pela Primeira Guerra Mundial. Sabia exatamente onde "tocar" os seus compatriotas e depois como convencer os outros públicos-alvo de suas propostas.

Hitler sabia que o convencimento, primeiro, deveria ser feito entre os seus e esses eram representantes da massa e por isso, a comunicação utilizada teria que ser direcionada para eles. O receptor a ser atingindo não eram os intelectuais, e os veículos a serem utilizados teriam que ter visibilidade para a massa.

> *Hitler considerava que a propaganda sempre deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. As grandes massas, dizia ele, têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta, uma memória fraca. (LENHARO: 1986, p. 47)*

Dessa forma uma das estratégias foi trabalhar com duas vertentes da comunicação de massa: a repetição e a concentração. Trabalhava-se de forma a rotular os adversários e então trabalhar massivamente nas mensagens, para que o coletivo percebesse, aceitasse, se engajasse e não esquecesse. Era importante trabalhar o sentimental de um povo que estava fragilizado, massacrado e humilhado. Haviam saído de uma guerra em que foram massacrados física e moralmente, principalmente pelas excessivas exigências do Tratado de Versalhes (1919).

> *Os termos impostos à Alemanha incluíam a perda de uma parte de seu território para um número de nações fronteiriças, de todas as colônias sobre os oceanos e sobre o continente africano, e uma restrição ao tamanho do exército, e uma indenização pelos prejuízos causados durante a guerra. A República de Weimar também aceitou reconhecer a independência da Áustria. O ministro alemão do exterior, Hermann Müller, assinou o tratado em 28 de Junho de 1919. O tratado foi ratificado pela Liga das Nações em 10 de Janeiro de 1920. Na Alemanha o tratado causou choque e humilhação na população, o que contribuiu para a queda da República de Weimar em 1933 e a ascensão do Nazismo. No tratado foi criada uma comissão para determinar a dimensão precisa das reparações que a Alemanha tinha de pagar. Em 1921, este valor foi oficialmente fixado em 33 milhões de dólares. (JURADO: 2009, p.31-37).*

Para um povo que sofria pela faltas de símbolos que o representassem, que os unificasse sob uma nova significação, surgiu Hitler, o nazismo e um conjunto de signos que ficariam marcados pelo resto de nossas vidas em nossa recente história.

Essa propaganda cheia de significados deveria ser contínua, capaz de se moldar conforme o terreno em que ela estaria "pisando". Era importante dominar os meios gráficos e, por conseguinte, o rádio e o cinema que representariam a velocidade de que o regime necessitava.

O cinema foi rapidamente coberto pela propaganda nazista, que não disfarçava em nada a vontade de passar ao público uma grande produção, baseada em trasnformar os alemães em grandes heróis e os rivais em seres patéticos e e inferiores à raça ariana. Para Hiltler

a arquitetura era a junção de todas as outras artes e trabalhar com essa arte, na visão do ditador, era trabalhar com o imaginário das pessoas. Era construir algo parecido com os símbolos sagrados da cultura greco-romana. As gerações futuras lembrariam sempre de um lider que lhes deixasse "ruínas sagradas" para adoração, ou então de um ditador que cosntruísse monumentos que mostrassem ao mundo que aquela Alemanha humilhada da Primeira Guerra Mundial havia resurgido e estava pronta para figurar entre as grandes nações do mundo moderno. Prova disso, foi a 11ª edição dos jogos olímpicos contemporâneos, em 1936. O estádio, recém inaugurado tinha capacidade para 76 mil pessoas, os jogos foram o primeiro grande evento transmitido pela TV, 25 telões instalados em teatros permitiram qua a população os acompanhasse gratuitamente, foi desenvolvido um novo sistema para fotografar o instante da chegada dos atletas nas corridas, distribuiram-se câmeras por todo o estádio, 41 países ouviram os jogos pelo rádio, as informações eram distribuidas por um sistema de telex, um dirigível com 245 metros sobrevou o estádio um pouco antes da entrada triunfal de Hiltler. Símbolos de uma Alemanha que insistia em demonstrar sua superioridade perante o mundo.

> *"A arte grega, para os artistas nazistas, era inseparável de uma certa glorificação da crueldade – da escravatura, do militarismo e da afirmação da supremacia da raça ariana sobre os bárbaros" (LENHARO: 1986 p.51).*

Para os nazistas estava claro na arte grega os simbolismos da mulher que é mãe e protetora e do homem, ser viril, guerreiro. Símbolos que interessavam e muito aos formadores de opinião da Alemanha. Eles estavam falando, com esses símbolos, a um

país órfão de pai e mãe, carente de referenciais que o ajudassem a reerguer suas vidas.

> *"Em qualquer dos estilos adotados, a arquitetura nazista nunca perdia de vista sua dimensão simbólica. Assim como qualquer outra manifestação cultural, ela era expressão do poder, instrumentos da propaganda e de incitamento ideológico". (LENHARO: 1986, p.52).*

A PROPAGANDA ALEMÃ EM MOVIMENTO

Existem alguns livros que tentam justificar o ataque aos judeus, por intermédio de comentários baseados na defesa da nação germânica contra o mal judeu. Era uma tentativa de mostrar ao povo alemão que tudo estava sendo feito para evitar um controle judeu do mundo. No livro The Jewish Enemy – Nazi Propaganda during World War II and the Holocaust, de Jeffrey Herf, de 2006, temos algumas citações significativas para a composição da mensagem que seria transmitida a nação ariana.

> *Nós não queremos ser Antissemitas emocionais, que procuram um motivo para a execução do Pogrom – usado para denominar atos em massa de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus e outras minorias étnicas da Europa – todo meio é justificado para atingir nosso ob jetivo, mesmo que os meios a serem utilizados seja fazer um pacto com o diabo. (HITLER:(1920) 2006. p.03).*

> *"A propaganda Nazista transformou o universo político em conflito de pessoas e personificações. (...) ela foi menos mentirosa do que a imposição do modelo paranóico nos eventos mundiais". (GOMBRICH: 2006, p.02).*

O cinema foi utilizado amplamente, porque era considerado por Goebbles, Ministro da Propaganda, "um dos meios mais modernos e científicos de influenciar as massas" além de ter "um efeito penetrante e durável" (LENHARO:1986, p.52). Foram produzidos mais de 1.350 longas-metragens nos doze anos de domínio nazista. Neles estavam referências simbólicas que propagavam o heroísmo, espírito alemão e patriotismo. Os valores do regime eram expressos de uma maneira ou outra: diálogos sutis, pelo determinado modo de vida retratado; nos símbolos aparentes, ali estava a ideologia nazista.

Muitas produções saíam diretamente do Ministério da propaganda, havia uma preocupação presente na direção de Goebbles.

> *No tratamento da guerra, o cinema nazista exercitou duplamente seu esforço de propaganda, tanto no sentido positivo (exaltação do heroísmo nazista) quanto no negativo (a brutalidade do inimigo). A própria concepção de propaganda de Hitler se confundia com militarismo. Para ele, a propaganda devia funcionar como a artilharia antes da infantaria numa guerra de trincheiras. A propaganda teria de quebrar a principal linha de defesa do inimigo antes que o exército avançasse. (LENHARO: 1986, p.55).*

Podemos observar aqui que o poder da propaganda nazista constituía um 4º poder armado alemão. Capaz de articular, ameaçar, promover e consolidar o poder nazista definitivamente no mundo. Em contra partida os principais inimigos eram retratados de forma alegórica, mas que não deixava margem para o não entendimento. Os ingleses eram rotulados de ridículos, covardes e velhacos,

os russos, como brutos e alcoólatras e os judeus, desumanos e intoleráveis na convivência com outros povos, o que de alguma forma, justificaria tamanho ódio por eles.

Exemplo desse ódio é a produção O Judeu Suss, de Veit Varlan:

> *" fora concebido para espalhar a imagem intrinsecamente criminosa do judeu; o filme pretendia avaliar o mal que há séculos os judeus infligiam ao povo alemão; daí a necessidade de sua eliminação". (LENHARO, 1986, p.57).*

E no filme, os judeus aparecem com mãos aduncas, rosto encarniçado, olhar sádico e cúpido, vivem sempre à custa dos outros. Rapidamente essa imagem foi difundida entre os alemães. No filme O eterno judeu, de Hipler, cineasta soldado da SS, eles são comparados a ratos marrons que se espalharam pela Europa, quando a narrativa fala na sujeira dos judeus, surgem moscas na tela, e falando de preguiça, aparecem conversando, apoiados em suas pás. Como podemos observar, de uma forma muito clara, símbolos são relacionados aos judeus, fazendo a associação, o que facilita muito para que o coletivo nazista não se esqueça das representações ruins do que é ser um judeu.

Com Leni Riefenstahl, e seus famosos O triunfo da vontade e Olympia, foi inaugurada uma nova proposta de modalidade de propaganda e alcançou-se também um nível invejável de realização estética. Nas palavras de Gregor e Patalas:

> *A câmara apanha, em angulações estáticas e simétricas, as insígnias das tropas formadas em gigantescos blocos. Em tomadas de baixo, ascendendo pelos mastros das*

> *bandeiras, sublinha as dimensões colossais do congresso. Travellings ao longo das formações militares acentuam a rigorosa ordem. Só, Hitler percorre o longo espaço vazio entre as formações do exército. Elevado acima deles à altura de uma casa, domina o ambiente desde o palanque. Não é mais possível distinguir se a câmara apanhou uma parada militar real ou se tudo foi apenas encenado para ela. O verdadeiro congresso do partido realizou-se somente no cinema: o filme criou o congresso. (Apud NAZÁRIO: op.cit., p.51.)*

A MÍDIA GRÁFICA E SUA IMPORTÂNCIA

Experiente pesquisadora da ciência semiótica, com trabalhos publicados no assunto desde a década de 90 – em seu livro intitulado Iconicidade Verbal. Teoria e Prática (2009), Simões define iconicidade como uma qualidade de natureza plástico-imagética que pode orientar o leitor para uma tomada do texto como um desenho constituído por um traçado completo em que podem misturar--se às letras das palavras e enunciados, formas, cores, posições, figuras etc.; do diálogo entre essa variedade de signos resulta a compreensão da mensagem (id., 101), defendendo, portanto, que a plasticidade textual é referência de iconicidade e pode funcionar como base para condução do intérprete à mensagem inscrita no texto (id., 76). (SIMÕES, 2009).

Propagandas publicadas no jornal Unser Wille Und Weg, de abril de 1940. "'Com nossas bandeiras vem a vitória' e a outra 'Atenção, espiões, tomem cuidado com as conversas'. Essas mesmas mensagem eram reproduzidas em: praças, escritórios, cafeterias, hotéis, estações de trem e correios". (HERF, 2006, p.34).

Uma das mídias mais utilizadas pelo Partido Nacional Socialista para conquistar votos do povo alemão, que muito sofreu junto com seu país a derrota na Primeira Guerra Mundial, foram os cartazes. A análise aqui apresentada propõe um olhar mais atento a alguns símbolos representativos para a nação alemã e também para outros receptores onde residiam interesses arianos.

Abaixo estão alguns cartazes representativos dessa propaganda nazista, acompanhados de uma possível análise de seus símbolos e signos.

O texto "Liberação Alemã" sugeria uma confraternização para continuar o movimento nazista no momento em que a Festa dos Trabalhadores era proibida. Sua produção data de 1924 e o simbolismo fica claro quando observamos a suástica como o "astro rei" trazendo vida e luz para a vida dos alemães, a águia, majestosa,

predadora, liberta das correntes alça vôo mostrando a liberdade daqueles que estão com o Partido Nazista.

Os Nazistas consideravam este como um de seus melhores posters, desenhado por Mjölnir, referência entre os designers nazista. Os dizeres "Socialismo Nacionalista: o Espírito de Organização da Nação". A Pedido de Goebbels, Mjölnir desenhou estes soldados com traços artísticos exaltando o olhar para o futuro. É uma chamada para o estar junto.

O texto diz "Chega! Vote Hitler!". Aqui, símbolos ficam claros e a tradução não é tão difícil: O homem forte, parece feito de aço, a libertação é através de Hitler, que tem o seu nome forte, impactante, no cinto, representado pela suástica, que empresta sua força ao personagem. A expressão, no rosto, demonstra poder e as correntes arrebentadas traduzem a libertação da condição de humilhação pela qual a Alemanha passava.

Datado de setembro de 1930 – Eleições do Parlamento resume a ideologia nazista em uma imagem: a espada nazista cravada sobre a estrela de Davi na cabeça da cobra. Algumas das palavras em vermelho como sangue jorrando do réptil são: usura, Versailles (tribunal que julgou e condenou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial), Inflação, Bolchevismo, Barmat, Kutisker, Sklarek (últimos três judeus envolvidos em grande escândalo financeiro), prostituição, terror, etc. Lembrando que a cobra é símbolo vil, venenoso, traiçoeiro e alimento presa da águia, símbolo nazista. Emblemático, forte e de mensagem impactante.

A VOZ DE HITLER, O FÜHRER

Tanto nos discursos presenciais para multidões, quanto nas transmissões pelo rádio, Adolf Hitler tinha o controle, através de seus discursos inflamados e sempre bem dosados, do convencimento da multidão que o ouvia.

A prática simbólica dos discursos é uma estrutura sígnica da sociedade que atua como fio condutor de uma cultura denominada 'sócio-semiótica'. Essa é a disciplina da Semiótica cujo objetivo primeiro é refletir sobre os discursos sociais por meio de suas manifestações discursivas verbais, não-verbais e sincréticas, verificando os modelos em que tais discursos se apóiam e como eles diferem de acordo com suas respectivas funções sociais. Expressam-se esses discursos por meio de estruturas de verbos modais, seguindo a lógica de indicação da ação real ou potencial.

Os discursos sociais possuem um "enunciador e um enunciatário coletivos, isto é, um segmento da sociedade ou mesmo a sociedade

inteira" (BIZZOCCHI: 2000, p.14). Com essa colocação configuramos que a linguagem desses discursos sociais no caso do nazismo, terá como representantes Hitler e o próprio Partido Nazista.

Com o surgimento do Partido Nacional-Socialista na sociedade alemã, o conceito ideológico dogmático e muito persuasivo do discurso, realizado por Hitler e sua equipe de comunicação era político e artístico, com apelo direcionado ao objeto estético e a linguagem publicitária, impregnada de mensagens que convenciam e vendiam um ideal ariano. Para Hitler, o Estado era um meio para um fim: pretendia, dessa forma, cativar o povo alemão com um novo discurso destinado a fazer da ideologia de um novo Estado a grande razão da preservação de uma raça única, sem igual, que não sucumbiria novamente. Seria uma nova Alemanha. Havia credibilidade, bom senso e largueza de visão nas propostas nazistas, o que caracterizava o Racionalismo; intuição e esperança do povo alemão, que, por sua vez, projetava novas perspectivas à nação, caracterizando o Misticismo; o Dogmatismo estava presente na alienação ao sistema e no preconceito em relação ao judeu; no discurso Nacional-Socialista, na censura ética aos propósitos do nazismo e no rompimento do senso crítico caracterizava-se o Ceticismo. Assim, encaixam-se na estrutura do discurso nazista os metatermos complexos Racionalismo, Misticismo, Dogmatismo e Ceticismo. Porém, como toda ideologia, o nazismo tinha que expandir sua mensagem ao povo alemão. Por isso a estratégia foi trabalhar com estratégia de massa. A publicidade foi o meio que Hitler identificou como sendo a mais eficaz. Cabe refletir se todo discurso político não pressupõe uma fé ou vice-versa. Mas a estratégia de Hitler em utilizar o discurso publicitário tinha apoio em outro tipo de discurso, o artístico, apoiado em preceitos

estéticos. Juntos esses discursos criavam uma arma poderosa de convencimento da ideologia nazista. Ele aliava a boa mensagem, com os códigos corretos, aos veículos certos e, a partir daí, a propagação da crença era totalmente viável. A mensagem publicitária é recheada de valores que podem ser conduzidos. Então esses valores morais e o pensar social passa a ser o pensar em grupo. Algo de que o Partido Nazista precisava. Antes de convencer qualquer pessoa, era muito importante atingir os que estavam perto. Com a massa dominada, seria muito mais fácil convencer os demais, através dos convencidos, que, de forma espontânea, induziam os restantes a fazer parte da mesma crença.

Numa primeira análise, Hitler (1924, p. 263) pregava aquilo que os gregos chamavam de tekné, ou seja, toda atividade exigia uma certa habilidade.

Sabemos, porém, que a renovação da Alemanha dependeria de uma ascensão também intelectual de seu povo, associada à contribuição técnica que essa poderia dar, ou seja, os avanços científicos, tecnológicos e mesmo esportivos, como forma de cultuar o corpo, deveriam ser "aplicados" para que uma nova raça superior pudesse surgir.

Um pouco antes das perseguições nazista a quaisquer grupos de minorias étnicas, houve uma "limpeza" dentro da sociedade alemã, onde aqueles que tinham qualquer defeito físico foram enviados a lugares para tratamentos, de onde jamais voltaram. A estética empregada o discurso fazia parte de uma apuração da raça e não poderia haver indivíduos com problemas no meio da raça pura ariana.

Mais uma vez percebemos os moldes simbólicos presentes no comportamento neonazistas. O culto ao corpo era importante para

todos os seus membros, corpos fortes e musculosos sendo usados como fator intimidador.

A PROPAGANDA IDEOLÓGICA

Na sua empreitada política e disseminação da ideologia nazista, utilizou-se da arte como forma de 'imitar' a realidade, com o objetivo de propor um modelo de beleza para a nova Alemanha, utilizando-se de um método emotivo e de um processo cognitivo emocional. A propaganda nazista utilizou vários métodos persuasivos que induziam a população a tal compreensão: fazia comparações de doentes mentais e físicos com a arte moderna, deturpando-a e utilizando médicos palestrantes para mostrar em que o mundo moderno "queria" que nos tornássemos; promovia inúmeras exposições da "arte degenerada", abertas ao público, para que este pudesse crer em tal teoria e, ao mesmo tempo, promovia grandes obras de reconstrução da Alemanha, em especial na cidade de Berlim, com proporções astronômicas para que dela se fizesse uma grande capital e, simultaneamente, representassem um discurso que demonstrasse ao povo alemão sua força e superioridade.

Quando se trata de discursos persuasivos, precisamos pensar na sedução estendida a cada um deles. Sedução é todo processo que caracteriza a aproximação entre o sujeito e seu objeto de valor por meio de um processo de interesse. A conjunção de atitudes conduz inevitavelmente ao fanatismo, situação em que a crença é tomada como verdade absoluta, o que leva a transformar o discurso doutrinário persuasivo-sedutivo em discurso manipulatório-autoritário. (BIZZOCCHI: 2000, p. 16-17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atores sociais tendem a se agrupar por afinidade de ideias, mas também por que querem fazer parte de um todo. Não querem se sentir excluídos, sozinhos ou fora das grandes questões que envolvem uma sociedade. Querem acima de tudo fazer parte dessa história que eles sabem o começo e nem sempre o final.

Estarão dispostos a contribuir com os seus pares desde que os mesmos estejam, de alguma forma, contribuindo para aparar arestas do passado e preencher lacunas que possibilitem uma convivência melhor e mais harmônica na sociedade. As possibilidades de sair do caos fazem esses atores mais convictos e mais ágeis em implantar o novo.

A massa é movida pelas emoções, quer que seus desejos sejam atendidos e se espelha em líderes, que lhe devolvam a dignidade, que garanta a soberania, que proporcione todas essas questões, como solução de problemas que causem sofrimento. No caso de uma sociedade, de um sofrimento coletivo.

As convenções são formuladas para que os indivíduos as acatem como regras indissolúveis em uma sociedade. Serão elas determinantes em nossa vida. Seguiremos por trilhos fixados por elas. Por isso, a massa, até pode ser movida por essas convenções, mas ela sempre questionará quais são as bases, de onde vêm essas ideias.

Mas antes de convencer o mundo que uma nação destruída, a Alemanha, poderia se tornar uma grande potência e real ameaça para os seus inimigos, era essencial convencer, primeiro, aos seus pares.

A proposta que Hitler, Joseph Goebbels e seus assessores fizeram para a sociedade alemã da época foi fantástica. A troca da escravidão imposta pela derrota na primeira grande guerra mundial, juntamente coma humilhação do Tratado de Versalhes, por uma Alemanha livre, resgatando as simbologias de uma nação vencedora, trazendo cores, símbolos, signos que representam mais do que simples ícones e sim ideologias a serem representadas e seguidas, era justamente o que aquela sociedade queria. A situação de uma nação estava em jogo. Um jogo onde as trocas de signos e ícones determinava a comunicação mais eficaz.

Os inimigos da Alemanha, sabiam que no jogo, eram adversários a serem conquistados e que diante de uma nação unida por elos emocionais e representatividades icônicas seria mais difícil de competir.

Quando o exército alemão chegava a atacar com o seu poderio bélico, já havia, na maioria das vezes, sido colocado ao alcance dos inimigos os símbolos que constituíam as novas imagens daquela nação. Dizer que esses símbolos não causavam reações no adversário é negar o poder das imagens na vida do ser humano.

Outro fator que não poder ser negado é a questão de símbolos, embora com traduções diferenciadas em cada cultura, não precisarem de tradução para mostrar o seu poderio diante de seus adversários, dentro do núcleo de uma guerra.

Quando a Alemanha lançou mão desses signos, ela trouxe para a linha de frente da guerra a comunicação através de ícones que representaram um ganho significativo na influência persuasiva diante de seus adversários. Já que os mesmos vinham com suas formas e suas representatividades de poder.

Ferramentas como discurso, filmes, fotografias, símbolos, signos, uniformes, cumprimentos, frases, textos, imagens do grande líder, representaram grandes emblemas para os alemães, conscientemente eles seguiram ao comando que os conduziria a vitória e o conjunto da obra da comunicação nazista tinha uma estrutura que, trazia em si, o poder que unificava, que engrandecia, que tornava uma nação destruída em uma nação poderosa que não mais seria subjugada por outras.

Símbolos negativos, determinados para os inimigos, também foram criado com a intenção de fazer a propaganda inversa que tanto efeito faz no jogo de poder entre o bem e o mau.

Pode-se dizer, então, que as imagens veiculadas à época determinavam a condução adequada do próprios alemães gerando dessa forma uma intimidação dos seus inimigos. Dessa forma a guerra já era vencida antes mesmo de sua disputa.

REFERÊNCIAS

BIZZOCCHI, A. L. Modalidades epistêmicas e aspectos ideológico--semióticos dos processos cognitivos. In: Líbero, Ano III. v. 3, n. 5, p. 12-17. São Paulo: Ipis, 2000.

GREIMAS, A. J. Semiótica do discurso científico. Tradução de C. T. Pais. São Paulo: Difel, 1976.

HERF, Jeffrey. The Jewish Enemy – Nazi propaganda during World War II and the Holocaust. The Belknap Press of Havard University Press. Cambridge, Massachusetts. London, England, 2006.

HITLER, A. Minha luta. Tradução Klaus Von Puschen. São Paulo:

Centauro, 2001.

JURADO, C. 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial, v.1. – São Paulo: Abril Coleções, 2009.

LAKS, A. e TOVA S., O sobrevivente - Memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz. São Paulo: Editora Record, 2000).

LENHARO, A. Nazismo, "O triunfo da vontade". São Paulo:Ática, 1986.

NEIVA, E. Jogos de Comunicação – Em busca dos fundamentos da cultura. São Paulo: Ática, 2009.

SIMÕES, D. Iconicidade Verbal. Teoria e Prática. Edição online [20]. Rio de Janeiro: Publicações Dialogarts, 2009.

IMAGENS

GERMAN PROPAGANDA ARCHIVE [21].

20 Disponível em www.dialogarts.uerj.br

21 Disponível em: http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/posters1.htm. Acesso em 26 de out. 2009.

DISCURSO TECNOLÓGICO: O BLOG E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Edna Teixeira da SILVA[22]

Eliana Meneses de MELO[23]

APRESENTAÇÃO

Para o corpo deste artigo, pretendemos trazer algumas reflexões sobre as linguagens que revestem os espaços da multimidialidade e do hipertexto nas relações de leitura, escrita e interpretação, transpondo-as para o Discurso Pedagógico voltado ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura no âmbito do ensino médio. Expressam resultados de pesquisa realizada junto ao Programa de Mestrado em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação da UBC. A pesquisa teve como agente motivador realidade vivenciada pelo professor em seu cotidiano profissional em escolas da rede pública estadual do Estado de São Paulo.

Evidencia-se, em primeiro plano, o caráter interdisciplinar de sua produção. Relaciona a linguagem e sua evolução com os conceitos contemporâneos e tecnológicos da sociedade digital, apontando

---

22 Mestre em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação da UBC. Professora e Coordenadora da Rede Pública de Ensino, em São José dos Campos. Pesquisadora CNPq : Grupo de Pesquisa Discurso Educação, Identidade,Valores e Tensões na Comunicação e do SELEPROT

23 Professora do Programa de Mestrado em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação da Universidade Braz Cubas. Doutora em Linguística Geral e Semiótica pela FFLCH da Universidade de São Paulo, Pós- Dourado na UERJ. Líder do GP CNPq Discurso Educação, Identidade , Valores e Tensões na Comunicação e pesquisadora do SELEPROT. Endereço eletrônico: demelo@uol.com.br

tendências, predomínios e relações nos processos de formação cultural, em consonância com a educação. Traçou-se um panorama da leitura à escrita através das mais antigas sociedades até a chegada da internet, assim como seus usos e costumes e aplicabilidade no processo pedagógico.

Grande é número de produções discursivas vindas de diferentes frentes que têm como ponto essencial as condições nas quais se desenvolvem o ensino e aprendizado dos jovens e adolescentes. Porém os resultados apresentados oficialmente são, em sua maioria, negativos no quesito leitura e produção textual, o que nos leva a destacar a necessidade urgente de reformular os conteúdos educacionais, assim como suas práticas, para a formação de cidadãos mais críticos e bem mais integrados às exigências do século XXI.

A pluralidade de linguagens que cerca o homem contemporâneo é apresentada nos PCN[24] . Ao mesmo tempo os PCN apresentam direcionamentos para um ensino eficaz das linguagens, muitas delas revestidas das tecnologias digitais e fazendo parte desse contexto plural de linguagens que circulam no cotidiano da escola. Foram reflexões em torno dessa temática que deram origem à investigação sobre linguagens e gêneros digitais , dando destaque à criação e elaboração do Blog Pedagógico.

O estudo girou em torno da seguinte problemática: a proeminência das tecnologias digitais[25] na vida das pessoas e o singular interesse

24 Os Parâmetros Curriculares Nacionais referenciam para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho. http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm#DocIntrod-acessado 03/03/2009.

25 São gêneros textuais e discursivos emergentes no contexto da tecnologia digital. Luiz Antônio

dos profissionais da educação não estão em consonância. Isto faz com que se exija a adoção de novos estudos e práticas alusivas que contemplem a integração sociocultural dos envolvidos neste processo educacional. Os resultados da pesquisa, bem como da experiência na construção do Blog Pedagógico www.novalinguagem.blogspot.com, estão presentes neste artigo.

SEMIÓTICA, LEITURA E MULTIMIDIALIDADE

O interesse investigativo sobre a linguagem humana sempre fez parte da cultura das sociedades e que, de maneira geral, as concepções a ela atribuídas foram sendo construídas juntamente com os diferentes períodos de desenvolvimento da História da Humanidade. Portanto, a linguagem constitui uma das práticas das quais o homem sempre dominou, podendo ser considerada a chave para a história social que dá acesso ao sujeito e à sociedade, conforme conceitos de Kristeva (1969).

Mais que em outras épocas, a sociedade contemporânea está completamente mergulhada na linguagem. A bem da verdade residem na complexidade semiótica as cenas do cotidiano humano, em seus diferentes universos discursivos. São as linguagens que revestem os espaços da multimidialidade e do hipertexto, intensificando as relações de leitura, escrita e interpretação em todas as dimensões da vida, estimulando modificações no discurso pedagógico.

Cercados por linguagens, vivenciamos o tempo da intensificação de veículos informacionais, com eles novas configurações e tipologias comunicacionais. Redes de conhecimento, informação que passam do lúdico ao estético: os espaços da comunicação eletrônica/digital se constituem em palco de todas as linguagens: hipermidiático, hipertextual.

Marcuschi, 2005, pág.7.

Esses espaços das tecnologias de comunicação intermediadas pelos computadores nos ambientes de rede propiciam novas relações interativas para o usuário-interator. Através dela, o usuário-interator desloca-se para eventos, participa de experiências presenciais e em ações à distância. Descobre as sensações de estar, concomitantemente, em vários lugares: deslocamento e simultaneidade (PRADO, 2008).

Em linhas gerais, a comunicação mediada por computadores nos conduz à (re) significação de leituras do mundo. Passamos costumeiramente a estarmos imersos em uma gama diferente de informação e conhecimento. Os caminhos se constroem por diferentes percursos e (inter) conexões.

As várias possibilidades de percursos, conexões e interconexões só se tornam materializadas na medida em que existe o sujeito--leitor "navegador" (usuário-interator). Tudo depende de como o usuário-interator se posiciona diante do universo que se abre, a partir da hipertextualização que lhe é disponibilizada.

Como sabemos, enquanto maneira de comunicar informação e conhecimento, a forma hipertextual se caracteriza justamente pela liberdade através dos quais os componentes do texto vão ser lidos. O leitor (usuário-interator), ao escolher uma dada sequência, cria novas narrativas e interpretações. Atua como sujeito de um processo que lhe permite vivenciar a experiência de elaborar um recorte a partir de seus referentes culturais, em conformidade com sua visão de mundo.

Em caráter descritivo, a construção do hipertexto é elaborada com base em pequenos "nós" que podem ser comparados ao conceito de página, ou ainda à unidade menor na comunicação do sentido:

o parágrafo. Os "nós" são relacionados entre si (link) pelas possibilidades de caminhos pensados por aqueles que atuam na criação e configuração de hipertextos.

As passagens pelas diferentes páginas são marcadas através de sistemas menores de representação. São os símbolos, signos indicativos dos vários percursos possíveis para a leitura. Volli (2007) destaca a importância que assume as ligações e as virtualidades de conexões e passagens que elas possibilitam nos conteúdos textuais.

Plural em sua essência, o hipertexto situa-se nas esferas da semiótica complexa, uma vez que por ele passam diferentes linguagens. Ao leitor, torna-se possível deslocar-se de um universo de linguagem para outro: de um fragmento verbal para outro sonoro, fotográfico e assim sucessivamente.

Transpondo o raciocínio para a comunicação do hipertexto multimidiático, observamos um quadro mais complexo do que o anterior no que diz respeito à semiótica e linguagens. Nele, o usuário/interativo pode navegar de um sistema de comunicação para outro. Nos dizeres de Volli:

> *Neste caso, não se passará mais simplesmente, digamos, de um artigo escrito para uma fotografia, mas de uma zona comunicativamente organizada como um jornal para uma concebida como uma rádio, ou de uma área que funciona como uma sala de concerto para que reproduz a interação típica de uma reunião entre conhecidos. Interligamos neste caso não simples componentes de forma heterogênea, mas modos profundamente diferentes de pensar a comunicação (VOLLI: 2007, p. 215)*

A complexa semiótica presente no hipertexto nos contextos hipermidiáticos nos guia para outras constatações enquanto pesquisadores. De um lado, muitos são os olhares investigativos para estudarmos as linguagens, valores e culturas, além das tipologias dos discursos e dos sistemas que compõem os espaços multimidiáticos.

De outro, se direcionarmos nossas reflexões para o hipertexto e o discurso pedagógico, perceberemos que as práticas pedagógicas são enriquecidas pelas diversidades de ferramentas emprestadas aos processos de ensino e aprendizagem, principalmente no tocante ao ensino da Língua Portuguesa e Literaturas.

LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E DISCURSO PEDAGÓGICO

Marcuschi (2005) afirma que a rede mundial de computadores conectada mundialmente, 24 horas, pode se tratar da mais fascinante das invenções humanas dos últimos séculos e que não há na história da humanidade, nenhuma narrativa de ficção científica que tenha previsto algo parecido com a Internet. Diante disto, há uma prerrogativa nos estudos e análises funcionais dos novos ambientes comunicativos, pois visam a maior integração e interação dos meios com o ser humano.

Para tanto, é necessário conhecer primeiramente as características, articulações e fins que este novo sistema de comunicação virtual ou esta terceira linguagem, como Lévy trata em sua obra: A Cibercultura (1999), pois ela engloba aspectos da linguagem em novos contextos.

A cultura digital caracteriza-se pelo aprendizado por simulação que, ao estudarmos culturas anteriores, observamos que já se utilizava da simulação como forma de apreensão do conhecimento, só que na era digital, há uma melhor utilização da mesma, devido

ao desenvolvimento maior do lado sensório-motor provocado pelos novos suportes digitais.

Levaremos em conta as observações de Lévy (1993):

> *O conhecimento por simulação favorece uma relação mais sensorial entre o usuário e os programas, quando a visão, a audição e o próprio tato são mais utilizados do que com a oralidade e escrita, contribuindo para o aprendizado do usuário. O que ocorre com a simulação não se assemelha nem a um conhecimento teórico, nem a uma experiência prática, nem ao acúmulo de uma tradição oral. (Lévy:1993, p.122)*

Constata-se assim, que enquanto a oralidade primava pela extensão da memória de longo prazo e a escrita pela extensão da memória de curto prazo, a informática procura valorizar a nossa imaginação, através da simulação. Com a simulação somos capazes de aprender de uma forma mais efetiva, sendo a simulação "uma ferramenta de ajuda ao raciocínio muito mais potente que a lógica formal que se baseava no alfabeto" (LÉVY, 1993, p.124).

O que se entende é que esta simulação está mais ligada ao conhecimento processual, pois tem interesse em elaborar o nosso raciocínio antes de expô-lo, e aumentar a nossa capacidade de imaginação e a própria intuição. Portanto, o conhecimento por simulação corresponde à realidade da atual sociedade digital, onde o que importa é o tempo, é o aqui e o agora, com emissor e receptor compartilhando o mesmo contexto.

Neste caso o computador é o suporte informático indispensável a esse tipo de conhecimento, que vem substituir a inércia do papel pela sua velocidade em tempo real.

> *O conhecimento por simulação e a interconexão em tempo real valorizam o momento oportuno, a situação, as circunstâncias relativas, por oposição ao sentido molar da história ou à verdade fora do tempo e espaço, que talvez fossem apenas efeitos da escrita (LÉVY, 1993, p.126).*

Lévy ainda observa que, tudo aquilo que em nossa forma de pensar depende da oralidade, da escrita e da impressão, apreendemos por simulação, oriundos da cultura da informática e com os critérios e reflexos mentais ligados às tecnologias anteriores.

Considerando este panorama digital, devemos nos ater aos aspectos multidisciplinares, pois a escrita é hipertextual[26] e exige amplos conhecimentos para a sua idealização. Neste contexto, o som e a imagem estabelecem um importante papel nesta nova linguagem, onde devemos reconhecer que o cognitivo adquire um novo formato, o que nos remete rapidamente, ao surgimento de páginas novas para o pedagógico.

Hoje, a leitura cede espaço à navegação de textos e imagens digitalizadas, mas ela ainda é o centro da transmissão do conhecimento e a era digital, e os seus suportes levarão algum tempo até ocuparem este lugar. Percebe-se, no entanto, que as TIC's[27] são

26 Hipertexto é uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e acodiciona à sua superfície formas outras de textualidade (XAVIER, Leitura, texto e Hipertexto, apud Marcuschi & Xavier, 2005: p.171

27 Kenski utiliza as siglas: TICs ou NTICs para designar: Tecnologias de Informação e Comunicação ou Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (2007,p.8)

frequentemente condenadas, situação muito comum, quando não conhecemos na íntegra, assim como foi com a escrita, a impressão, pois ainda prima-se por um processo cultural embasado nas culturas oral e escrita.

O BLOG COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: O RELATO DA EXPERIÊNCIA

O Blog como instrumento de apoio às práticas pedagógicas, foco de nosso projeto, trata-se de um recurso também muito divulgado que pode incorporar em sua constituição a diversidade dos gêneros digitais, assim como estudos da música, da ilustração gráfica, da linguagem, da literatura, conteúdo este, escolhido para a produção do Blog Pedagógico.

A justificativa que nos levou à escolha de um roteiro literário para o Blog baseia-se nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio[28] (2006, p.49), que vê nos estudos um grande agenciador do amadurecimento sensível do aluno, haja vista lhes propiciar um convívio com domínio, cuja principal característica é o exercício da liberdade.

É possível ver ainda que a forma com que foi pensado e conduzido o Blog, apontou para um espaço dialógico em que os locutores se interaram e se comunicaram (um dos objetivos da proposta). Levando-se em conta a possibilidade de comunicação entre os grupos envolvidos, vimos no Blog um instrumento produtivo, por tratar-se de uma ferramenta de uso geral, com características

28 Orientações Curriculares para o Ensino Médio é obra publicada pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica em 2006, e teve suas edições divididas por áreas de conhecimento:volume 1 : Linguagens, Códigos e suas tecnologias (obra destacada na citação), volume 2: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e volume 3: Ciências Humanas e suas tecnologias.

relevantes, ou seja, de fácil acesso, de interesse participativo e que pode contribuir na assimilação e divulgação do conteúdo curricular proposto.

Considerou-se ainda, o papel da educação na sociedade tecnológica, questão esta, levantada pelo próprio PCN (p.23) que prevê e estabelece competências na esfera de produção e desenvolvimento do cidadão, assim como a necessidade de articulação entre teorias e ações educacionais e as tecnologias da informação.

Barbosa e Granado[29] , assim como Marcuschi, defendem que estas ferramentas digitais podem ajudar alunos e professores a comunicarem-se mais e melhor, sem necessidade de grandes recursos tecnológicos ou financeiros. Acrescentam que a ferramenta é de fácil criação, se comparada com outras páginas e programas da internet e sua manutenção é gratuita, reafirmando, portanto, nossas afirmações anteriores.

Os autores ainda fazem menção à necessidade estratégica de ampliação das competências do educador, pois diante de uma sociedade tecnológica, é natural que se pense em aprimoramento e aperfeiçoamento constante, já que parte dos bons resultados de experiências educativas, se dá pela capacidade técnica e humana destes profissionais de envolverem seus alunos no processo, assim como motivá-los à praticas contemporâneas.

Há que se considerar que a ferramenta digital em questão, carregada por manifestações linguísticas, apresenta contornos sócio/dialógicos e sóciointeracionistas e com grandes influências externas e internas (individuais), em sua constituição, tendendo a confirmar

29 BARBOSA, Elisabete e GRANADO, António. Weblogs, diário de bordo, Porto, Porto Editora, 2004.

a teoria do pesquisador Clark (apud Koch & Lima, 2007 p.255), que aponta a necessidade de um diálogo entre as teorias que fundamentem os estudos sistematizados da linguagem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO BLOG NOVA LINGUAGEM

Chegamos a este contexto digital, na ânsia de tornar mais brando e estimulante o currículo pedagógico de língua portuguesa e literatura no ensino médio. A escolha da ferramenta digital se deu ainda, por se tratar de um sistema semiótico, com elementos de interação nos quais emergem uma visão integradora e pluralista da linguagem. Sendo assim, este tópico se propõe a descrever o processo de interação, elaboração, produção e circulação do Blog Nova linguagem, assim como seus resultados finais.

É preciso antes de tudo, que se reconheça os elementos humanos envolvidos neste processo de criação que, neste caso, inclui grupos de alunos dos 1º.s e 3º.s anos do Ensino Médio da rede estadual de educação de São Paulo, em São José dos Campos. A faixa etária foi entre 18 à 50 anos, o nível socioeconômico do grupo é médio/baixo e inclui operários, trabalhadores do comércio e da indústria, donas de casa e outros.

Devemos considerar que alguns destes alunos, nunca tiveram a oportunidade de iniciar-se no mundo tecnológico, e com o projeto vivenciaram experiências e expectativas pessoais e profissionais que lhes motivaram e lhes mostraram uma visão nova do mundo.

Diante disto, o primeiro desafio encontrado no início dos trabalhos foi a de alunos iniciados e os não iniciados em tecnologia digital, desta forma, o projeto teve que contemplar e favorecer a todos.

Buscou-se para tanto, traçar o roteiro dos trabalhos, que teve início em meados de agosto de 2008, quando os alunos receberam as primeiras informações e conteúdos que seriam necessários para o bom andamento dos estudos.

No entanto, para que se chegasse a este contexto digital foi preciso navegar, pesquisar e interar-se na busca por novas opções, como é o caso das tipologias dos gêneros mencionadas no tópico anterior, que nos permitiu direcionar nossos propósitos. Assim, a produção e leitura de textos elaborados pelos alunos, a prática de múltiplas linguagens, bem como a troca de ideias e experiências pedagógicas, foram durante o percurso um fator significante e motivador.

Buscamos inicialmente, fundamentos teóricos para a realização do projeto, assim como definições, como as do PCN abaixo citado, para que pudéssemos embasar e materializar o projeto de construção do Blog, que teve a literatura como plano de trabalho:

Os produtos culturais das diversas áreas (literatura, artes plásticas, música, dança, etc.) mantêm intensa relação com seu tempo. O aluno deve saber, portanto, identificar obras com determinados períodos, percebendo-as como típicas de seu tempo ou antecipatórias de novas tendências. Para isto, é preciso exercitar o reconhecimento de elementos que identificam e singularizam tais obras, vários deles relacionados a conceitos já destacados anteriormente. (PCN, 2002, p.65)

Tendo em vista conceitos atualizados dos estudos curriculares, embasados na LDB[30] que estabelece ações articuladoras na educação e que prevê o desenvolvimento das competências para o educando

30 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

continuar aprendendo de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos, iniciamos os trabalhos oferecendo algumas sugestões para os alunos de como seria possível apresentação e desenvolvimento dos trabalhos: cartazes, sulfite, seminário ou ainda com o uso de uma página na internet.

Após alguns esclarecimentos, achamos por bem construir um universo de manifestações culturais enraizados em momentos de tradição, assim como, focos da realidade e pinceladas dos avanços dos tempos, todos reunidos na página da internet.

Em seqüência, passamos a trabalhar no nome do projeto, que tinha como tema pré-estabelecido a Literatura Modernista, o que nos possibilitou identificá-lo por: "Projeto Revisitando o Modernismo", devido à interligação estabelecida entre o passado e o presente.

Para que houvesse a participação no Blog, foi necessário providenciar ainda a criação de endereços eletrônicos para aqueles que não possuíam. Sendo assim, foram orientados a criarem suas caixas postais eletrônicas, oportunizando com isto, sua adesão definitiva ao mundo digital. O procedimento era considerado importante, pois ao entrarem na página do Blog, teriam que usar seus endereços ou registrarem-se como anônimos. Esta última opção, de certa forma, os constrangiam por não se sentirem fazer parte da era digital.

A partir daí, para expandir e estabelecer uma continuidade do projeto "Revisitando o Modernismo" foi apresentado um roteiro a ser seguido. Dúvidas foram sanadas, pontos polêmicos foram discutidos, pequenas palestras a cada aula foram feitas com o auxilio de data show.

Na seqüência, as turmas foram se dividindo em pequenos grupos e puderam utilizar o laboratório de informática da escola, computadores de seus lares e até de amigos, para interagirem com o Blog e dinamizarem os trabalhos.

Todos os grupos receberam um roteiro dos trabalhos a serem desenvolvidos, que funcionou como possibilidades de trabalhos, onde se incluía: dicas de obras, autores do período e sites, onde poderiam obter dados históricos e ilustrativos, assim como conhecerem as características da nova linguagem. Os grupos foram divididos por temáticas correspondentes ao Pré-Modernismo e ao Modernismo.

O roteiro de leitura sugerido aos alunos foi feito no início de semestre: agosto de 2008 e teve o propósito de apenas direcioná-los, dando-lhes total liberdade da escolha da obra e ou outros autores inerentes ao período. As escolhas variaram de Carlos Drummond de Andrade até Jorge Amado

Uma vez o roteiro estabelecido e dúvidas superadas, passou-se a usar apenas o ambiente virtual para dar seqüência às atividades. As orientações e pequenas palestras que se seguiram a partir deste ponto, foram ilustrativas, assim como elucidativos e tiveram o intuito de facilitar e direcionar o andamento dos trabalhos.

As orientações básicas foram a de que explorassem o contexto histórico, as obras e autores literários do período. Porém, a partir deste ponto as atividades foram se ampliando, com a inclusão de roteiros de estudos e links que contemplassem as artes plásticas, a música e a arquitetura do período, criando assim uma dinâmica e uma estética maior para o trabalho e para a página virtual. Foram orientados a destacar poemas, assim como poderiam criá-los e ainda incluir paródias também.

Com isto, os grupos foram se estruturando e ganhando autonomia, assim como, competência e criatividade para ampliarem suas capacidades de formularem opiniões e comparações diante de informações e ou dados apreendidos, favorecendo, portanto, a argumentação e a dissertação.

A partir deste ponto percebemos que a publicação de algumas ideias valorizaria os textos, chamaria mais a atenção, aumentaria o estímulo para a leitura e até mesmo para debates, derrubando barreiras e o medo do aluno se expor. Esta valorização vem ao encontro de conceitos mencionados nos próprios PCN (1999. p.135) que apresenta as competências e habilidades a serem desenvolvidas, junto ao educando, prescrevendo a utilização das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação, em contextos intersubjetivos e social-cultural. Prevê ainda o respeito e a preservação das manifestações da linguagem, utilizadas por diferentes grupos.

Portanto, todo o processo de desenvolvimento do Blog, desde as primeiras leituras das obras até as publicações na internet, acrescentaram alguns tons a mais ao projeto, o de contextualização de conteúdos e o de interligá-los às formulações interpessoais, munindo assim os educandos, de possibilidades maiores para o uso do mundo midiático.

Neste tocante, é importante destacar ainda que a ampliação da linguagem, o contato com a ferramenta digital, a capacidade de emitir opiniões e de criação, foram os princípios do projeto, porém o ensino da língua no tocante à norma, ficou implícito aos estudos dirigidos e foi condizente a série do aluno. Sendo assim, com o foco direcionado à linguagem digital, optou-se em não fazer correções

de textos num primeiro momento, deixando-os livres para suas publicações, o que os fizeram sujeitos pertencentes ao processo. E o interessante no uso do Blog foi que os alunos acostumaram--se com a página, e passaram a manifestarem-se sem restrições, pois viam no espaço, seu caderno e notas, o que resultou em uma manifestação maior.

Quanto ao tema, é preciso registrar que apesar de fazer parte do andamento curricular do curso do ensino médio, ou seja, obrigatório, os alunos se interaram e se identificaram com as problemáticas lançadas. Fato que fez com que o roteiro de estudos se tornasse atraente aos seus olhos, mesmo porque eles vislumbraram o fator da manipulação da ferramenta virtual.

CONCLUSÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

Por certo que alguns outros fatores também favoreceram a escolha temática deste projeto, como por exemplo: as questões sociais, em que os artistas do período Modernista, estavam engajados, apontando visões do período que condiz com a realidade atual, fator este, que proporcionou a muitos alunos, além da motivação, também a determinação para a conclusão dos trabalhos com bom aproveitamento nas reflexões e nas manifestações de seus pontos de vista.

Passaram a partir daí a dar definições aos contextos literários e debaterem assuntos polêmicos que favoreciam a argumentação e a dissertação em sala de aula. Como por exemplo: preocupação social, estrutura familiar, direitos humanos; abordagem oriunda da obra Capitães da Areia de Jorge Amado.

O que se pôde observar ainda é que, embora os resultados finais da construção da página tenham sido positivos sob o ponto de vista

pedagógico, momentos de dificuldades surgiram e tiveram que ser tratados de forma colaborativa. Por exemplo, a falta de habilidades de alguns no uso dos computadores que pôde ser superada em partes com o apoio dos mais experientes. Contatos mais regulares com a ferramenta também puderam favorecer e melhorar suas competências relativas ao uso de tecnologias.

Passou-se a usar o laboratório de computadores da escola com um agendamento de 1 a 2 vez por semana para cada grupo, sendo que os mais iniciados com a rede, sempre tinham o papel colaborativo e instrutivo.

Foi a partir do surgimento do Blog - www.novalinguagem.blogspot.com, do seu reconhecimento, familiarização e seus mecanismos de uso que os alunos, pouco a pouco, foram se contagiando pela própria dinâmica dos trabalhos e ampliando o aprendizado, criando e recriando as experiências, surgindo até mesmo, ideias de interligá-lo à disciplinas como - Artes, História e Filosofia.

A exemplo disto, teve destaque uma pequena galeria de ilustrações dos autores do período modernista, feita por uma aluna do 3º. Ano, que usou a colagem como elemento de criação. Ainda no recorte da página do blog, é possível ler uma pequena reflexão feita pelo grupo com o tema: Arte humaniza, o que nos levou a entender como os estudantes se deixaram envolver pela literatura e pelo mundo digital.

O que se contatou é que o projeto de criação deste Blog girou em torno de elementos literários e foi concluído com a publicação de algumas produções dos alunos, sendo assim, o que se pode apresentar no quesito - resultados avaliativos, é que embora no

decorrer do projeto e aplicação metodológica do conteúdo tenhamos encontrado alguns obstáculos, como: calendário escolar apertado, poucos recursos técnicos, os desafios foram aceitos e transpostos, o projeto mostrou-se perfeitamente viável, compensador e com significativos resultados para as futuras práticas pedagógicas, na rede pública de ensino.

Outro fator que precisa ser mencionado com o firme propósito de esclarecer e justificar o projeto, mesmo porque influenciou nos resultados finais no tocante à estética, colorido e diversidade de conteúdo, seria o fato do porquê da incorporação dos estudos literários e não outros contextos curriculares, na construção deste Blog.

Primeiramente, a escolha passou por um processo de votação com os grupos, ou seja, a escolha foi democrática, como citado acima. Também julgamos que o que colaborou foi a participação mais ativa dos alunos na escolha da leitura, da escrita e ilustração, o que consideramos acertado.

Sob o aspecto didático/pedagógico, a escolha foi importante, pois trabalhou com as marcas e especificidades dos textos digitais e com a construção que vai além das elaborações linguísticas usuais, que garantiram ao participante do jogo da leitura literária o exercício da liberdade, ampliando as possibilidades da língua e cognição.

Pensando nestes termos, seria pertinente mencionarmos Osakabe (2004, apud Orientações curriculares para Ensino Médio, p.49), que diz que o uso da literatura nos projetos educacionais:

> *(...) pode ser um grande agenciador do amadurecimento sensível do aluno, proporcionando-lhe um convívio com um domínio cuja principal característica é o exercício*

> *da liberdade. Daí, favorece-lhe o desenvolvimento de um comportamento mais crítico e menos preconceituoso diante do mundo.*

A utilização de um instrumento novo, a internet, no cenário deste grupo de alunos especificamente, também foi outro fator que acabou por influenciar nos resultados, pois lhes proporcionou maior motivação e, consequentemente, competência nos trabalhos elaborados, assegurando portanto, mesmo que parcialmente e limitado, o exercício de sua cidadania, assim como relativa autonomia no processo de desenvolvimento humano e social.

Quanto aos obstáculos supracitados, quando do início do projeto, é bom registrarmos que já eram previstos e giraram em torno de dificuldades materiais, como acesso totalmente irrestrito à internet e apoio humano. O corpo docente da unidade escolar poderia estar mais integrado e motivado a colaborar.

Porém, esta situação foi de certa forma contornada na medida em que estes alunos receberam apoio dos colegas que tinham ótimas aptidões na rede de computadores, levando-os à criação de uma rede humanitária, com elementos do próprio grupo. A iniciativa foi dos próprios alunos, que apoiaram desde a apresentação do equipamento até a publicação dos trabalhos finais.

Podemos considerar que em um grupo de cem alunos 90 alunos envolvidos nos trabalhos, apenas 10% não estavam comprometidos totalmente com o projeto. O que se observou é que apesar dos incentivos e ajuda oferecida, alguns deles demonstraram medo e desconfiança da máquina ou ainda por desinteresse total pelo assunto proposto, o que chega a ser até certo ponto normal, em se tratando de uma turma

de adultos, que muitas vezes estão cansados ao chegarem à escola ou ainda por acharem desnecessário o envolvimento com atividades que tenham bases tecnológicas como referência.

De qualquer forma, as primeiras observações feitas, tendo como base os contatos preliminares dos alunos com a máquina e o final das atividades, superou nossas expectativas, assim como a de muitos dos alunos que ali estavam pela primeira vez.

O que nos levou a esta reflexão foi o fato ter assegurado a alguns deles a chance de adentrar em um mundo diferente e ao mesmo tempo fazê-los se sentirem parte da sociedade tecnológica.

Os resultados obtidos com a análise dos trabalhos, o envolvimento individual e dos grupos podem ser considerados significativos, visto que os alunos foram constatando ao longo do processo de criação a necessidade da incorporação de múltiplos aprendizados, assim como outros recursos provenientes do mundo midiático. Eles próprios viram a necessidade de novos recursos ilustrativos, auditivos, vídeos ilustrativos, assim como programas mais avançados que pudessem melhorar a qualidade do trabalho.

Assim, na medida do avanço da pesquisa e do uso da máquina, foram se contaminando definitivamente e se rendendo ao universo digital. Entendeu-se que neste ambiente, a visão é mais ampla, dinâmica e explorativa, pois as possibilidades de uso são maiores, criam-se e recriam-se contratos sociais de usos diversos com naturalidade, abrindo leques imensos de recursos para manifestar a sua própria e livre impressão.

Observou-se também, por conta do uso deste fenômeno da comunicação, que novas parcerias seriam possíveis, por exemplo: alunos de

outras turmas, ex-alunos, parentes, foram consultados, professores estagiários da escola também contribuíram, assim como outros professores e coordenadores da escola, foram se envolvendo aos poucos, devido à falta de confiança no manejo do projeto e até mesmo da ferramenta.

Desta forma, os alunos foram se estruturando e levados a pensar na criação de novos elementos incorporadores, facilitadores e motivadores para os estudos da linguagem.

Os alunos planejaram para uma próxima etapa a criação de um jornal eletrônico, um sarau literário, onde a tecnologia seria a principal aliada, mesmo porque a escola conta com instrumentos musicais, e alunos hábeis nesta área, conta ainda com TV, DVD, Data Show, note book, telão, elementos estes que iriam enriquecer, valorizar e motivar o evento e o aprendizado.

Como a intenção aqui foi fazer com que o aluno fosse o autor e não apenas o receptor de informações, as explorações e discussões prosseguiram tendo como objetivo a reflexão e construção de melhores caminhos e uma melhor postura para o uso das ferramentas tecnológicas e, consequentemente, o aprendizado.

Pensou-se com isto ir além dos muros da escola, permitindo a contextualização do processo de aprendizagem através da comunicação com o mundo. Esta idéia nos remete a Braga (apud Marcuschi, p.145), que discute os modos de enunciação, construção de sentidos no meio digital, assim como a linguagem pertinente ao meio:

> *O uso do computador como ferramenta mediadora da comunicação leva-nos a considerar textos que*

> *contemplam tanto a "interatividade tecnológica", quanto a "interatividade situacional", definida pela possibilidade de agir, interferir no programa e / ou conteúdo.*

Estas afirmações puderam ser constatadas quando observados os resultados finais do projeto, quando constatamos o comprometimento, o incentivo que os alunos demonstraram, arriscando até mesmo sugestões para outros trabalhos, visando é claro, ao espaço virtual, como elemento colaborativo. Finalizando, vivenciamos um Discurso Pedagógico dinâmico, no qual os sujeitos, em termos semióticos, atuaram como adjuvantes da produção e comunicação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOS, E;GRANADO, A .Weblogs, diário de bordo. Porto. Porto Editora, 2004.

BAZERMAN,C.& PAIVA & HOFFNAGEL (Orgs.) Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto - Orientações Curriculares para o Ensino Médio – PCN - Vol.1 Linguagens, Códigos e suas Tecnologias - Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

KENSKI, V. M. Educação e Tecnologia – O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus,2007.

KOCH; LIMA. Do cognitivismo ao Sociocognitivismo In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística. São Paulo: Cortez, 2007

KRISTEVA, J. História da Linguagem. Tradução Maria Margarida Barahona. Edições 70. Lisboa, 1969.

LEVY,P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.Tradução Carlos Irineu Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34,1999.

MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A.C. Hipertexto e Gêneros Digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PRADO, G. "Redes e ambientes virtuais artísticos", In: O Tempo das redes. DUARTE, QUANDT, SOUZA (Orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2008

VOLLI, U. Manual de Semiótica. Trad. Silvia Debetto C. Reis. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

O PODER DA PALAVRA NO DISCURSO RELIGIOSO

Elmar Rosa de AQUINO[31]

INTRODUÇÃO

Este trabalho intenta analisar os mecanismos de persuasão implicados nos processos de seleção lexical que revelam intenções comunicativas conativas. Tomando como ponto de partida os estudos feitos por Eni Orlandi (1983), acerca do discurso religioso com foco no cristianismo de linha católica, combinados com levantamento das estratégias de convencimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por nós iniciada no curso de pós-graduação lato sensu , acerca dos mecanismos de persuasão presentes nos textos de autoria do Bispo Edir Macedo, pretendemos fazer uma análise da tipologia do discurso religioso trabalhado pelo líder da IURD. Além disso, procuramos tecer algumas considerações relativas ao aspecto doutrinário no estilo com que o autor elabora suas teses, com vistas a persuadir os seus interlocutores a fazerem uma leitura monossêmica dos textos bíblicos.

O livro Estudo do Apocalipse (MACEDO: 2007), no qual o autor procura atribuir uma visão de cunho doutrinário a um dos textos mais polêmicos da Bíblia: o Apocalipse de João, serviu como material para

---

31 Mestre em Língua Portuguesa pela UERJ, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Darcilia Simões, e membro do Grupo SELEPROT. er-aquino@uol.com.br

As estratégias de convencimento no discurso persuasivo da Igreja Universal do Reino de Deus, Monografia apresentada no curso de Especialização em Língua Portuguesa, orientada pela Prof.ª Dr.ª Darcilia Simões, UERJ, 2007.

a realização deste trabalho. Procurando confrontar as propostas de leitura apresentadas pelo autor com outros trabalhos publicados por teólogos, filósofos da religião, analistas de discurso e historiadores, traçamos um paralelo entre as diversas áreas do conhecimento.

Pelas observações a partir do texto, parece haver no estilo do autor um eu, narrador implícito, direcionando suas palavras para um tu, narratário implícito, que apresenta algum tipo de problema relacionado à vida sentimental/conjugal, dificuldades financeiras, saúde física/mental, entre outros. O leitor é levado a crer que o autor está imbuído da tarefa de trazer-lhe a solução para qualquer que seja seu problema e conduzi-lo à salvação, através da "ilusão da reversibilidade" (ORLANDI: 1983). Assim, "narrador e narratário implícitos, subjacentes ao ator, definem-se pela totalidade de seus discursos" (DISCINI: 2004, p. 41-42). Desse modo, o locutor passa a ser reconhecido como o porta-voz da divindade, aquele que tem a autoridade e o poder dados por Deus para decifrar os enigmas do texto bíblico.

Ainda, acerca do dialogismo discursivo, Barros (2003, p. 1) nos diz que "o texto é considerado hoje tanto como objeto de significação, ou seja, como um 'tecido' organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sócio-histórico". Portanto, não há como proceder a uma leitura crítica e autônoma sem considerar esses fatores.

A ESTRUMARA-TO DO TEXTO

Segundo Orlandi (1983, p. 140-141), "a tipologia deve dar conta da relação linguagem/contexto, compreendendo-se contexto em seu sentido estrito (situação de interlocução, circunstância de comunicação, instanciação de linguagem) e no sentido lato (determinações histórico-sociais, ideológicas, etc.)".

Ainda, segundo a autora, a história de leitura é fator determinante para que o leitor possa "dialogar" (no sentido bakhtiniano) com o texto, fazendo inferências e estabelecendo relações com os efeitos de sentido produzidos pelo mesmo. Mas para isso, é necessário que o leitor tenha subsídios acerca das condições de produção em épocas determinadas (ORLANDI: 2003, p. 25).

Quanto à reversibilidade discursiva – troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui – proposto pela analista de discurso, verifica-se na obra do Bispo Macedo, a exemplo de muitas outras de cunho doutrinário que se aplicam ao discurso religioso, a existência de uma tendência ao grau zero, ou seja, não admitem nenhum tipo de leitura polissêmica daqueles textos, levando, assim, o leitor ao estado de assujeitamento, típico do discurso autoritário (ORLANDI: 1983).

A intertextualidade é outro campo bastante explorado pelo discurso religioso cristão, devido à sua estreita ligação com o texto bíblico, de onde nascem todos os ensinamentos, constituindo, portanto, uma unidade textual.

Para Pêcheux (apud ORLANDI: 1983, p. 149), "o discurso é definido não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre locutores", sendo assim, também deveriam ser consideradas pelos autores de textos religiosos as condições de produção que fundamentam os sentidos produzidos pelos textos bíblicos, que viriam a configurar uma variação inerente ao próprio conceito de sentido.

Partindo-se desses pressupostos, haveria uma infinidade de efeitos de sentido para os textos bíblicos, principalmente aqueles que compõem o Antigo Testamento que, como exposto por Souza (1984), foram transmitidos por tradições orais de pai para filho, durante séculos, até que em um dado momento, foram registrados por escrito. Dessa maneira, perderam-se os sentidos literais e muitas histórias sofreram alterações em sua forma original, além de terem muitas vezes partido de mitos ou lendas contadas pelos povos antigos.

Esses elementos irão caracterizar o estilo empregado pelo autor-pastor, Bispo Macedo, na sua prática doutrinária.

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO RELIGIOSO CRISTÃO

Nesse caminho que tentamos trilhar, ainda podemos mencionar as semelhanças existentes entre diversos textos de origem judaico-cristã com outros textos pertencentes a civilizações antigas e que, atravessado pelo discurso de Farah (2004, p. 13), "as pesquisas científicas, no decorrer da História, vêm aclarando racionalmente os fenômenos vivenciados pela humanidade, até então justificados pela via do mito ou dos elementos sobrenaturais". Por exemplo, a existência de um ou mais seres superiores à raça humana, dotados de poderes sobrenaturais, que teriam criado a Terra, o Céu e tudo que existe nesses dois campos. Em geral, essa criação partiu de um

caos que foi organizado por uma força superior, a qual teria dado origem às espécies humana e animal. Na maioria das civilizações antigas, os deuses possuíam características humanas, zoomórficas ou zooantropomórficas, combinadas com poderes sobrenaturais, o que os tornava superiores ao homem.

A nosso ver, as semelhanças existentes entre os cultos religiosos originaram-se do contato estabelecido entre os povos, os quais assimilavam os elementos que consideravam interessantes para sua organização social e descartavam ou, até mesmo, condenavam aquelas que divergiam de seus propósitos. Como exemplo, podemos citar a "criação" da figura que personificaria o lado ruim do ser humano, o Mal, com uma ou mais denominações diferentes em cada civilização. Daí o dualismo humano em oposição à unidade e perfeição divina.

Civilizações como a egípcia, a cananeia, a fenícia, a babilônica e a assíria tiveram uma participação relevante na organização do povo hebreu, que se auto-intitulou "povo escolhido". Em diversos momentos da sua história, os hebreus (que, em hebraico significa "escravos") foram subjugados por cada uma dessas civilizações e, um dos principais fatores que contribuíram para esse quadro social, foi a desagregação das tribos e a descentralização do poder. Até que, movidos pela necessidade de libertação e, tendo como exemplo as civilizações socialmente organizadas, os hebreus reuniram-se com o propósito de formar um só povo, com uma só crença em um Deus de justiça, que não fazia distinção entre ricos e pobres, e que apenas exigia total obediência às suas leis (Mandamentos). Estava assim organizado o povo de Israel, que em hebraico quer dizer, "Deus reina" (SOUZA: 1984).

Com a união das tribos, também foram reunidas as histórias que

eram contadas de pai para filho. Essas histórias certamente incluíam elementos adquiridos por meio de intercâmbios culturais com as civilizações dominantes. Mais tarde, foram introduzidos elementos de influência greco-romana nas histórias da tradição judaica, que se estenderam até a era cristã.

Assim como, nas outras civilizações, os reis acumulavam os dois poderes, o político e o religioso, na recém-criada civilização judaica não aconteceu de forma diferente. Os primeiros líderes, conhecidos como patriarcas, eram considerados os eleitos por Deus para conduzirem o "povo escolhido" à "Terra Prometida" e, quando se estabeleceram definitivamente no território conhecido como Palestina, instituíram o Reino de Israel. Nesse contexto, surgiu o primeiro rei de Israel: Saul.

A respeito do primeiro reinado israelita, a Prof.ª Ruth Leftel[32] nos diz que

> *No reinado de Saul, um episódio trágico, entre outros, ensinou o significado da luta pelo poder e por sua manutenção. Saul mandou destruir a cidade sacerdotal de Nob e assassinar todos os membros da conhecida família de sumos sacerdotes, a 'casa de Eli'. Não é possível que Saul tenha ordenado esta matança somente porque Davi havia se hospedado ali. Há, provavelmente um fundamento histórico bem mais amplo por trás desse episódio. Possivelmente ele reflete a disputa entre o sumo sacerdócio, que, em gerações anteriores, encontrava-se no centro da vida israelita, e a incipiente monarquia, que queria ser a única autoridade. Foi talvez a primeira*

32 Ruth Leftel é doutora em história social e professora de história do período bíblico e do Oriente antigo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

> *tentativa de transferir à monarquia a autoridade que se encontrava em poder dos anciãos e sacerdotes e, atrelado a esse fato, a cobrança do dízimo, direito do sacerdócio. O dízimo foi a fonte mais importante de arrecadação da família real, pois os outros meios que o primeiro rei tinha provinham de saques das guerras, das terras conquistadas e de doações." (Grandes Religiões - Judaísmo, 2007, p. 19)*

Estava, dessa forma, instaurado o pagamento do dízimo, um dos principais meios de arrecadação de dividendos utilizados pelas Igrejas Neopentecostais que abraçam a Teologia da Prosperidade – ideologia que prega a conquista de bens materiais como forma de premiação aos que seguem a doutrina cristã.

A LEITURA DOS TEXTOS BÍBLICOS PELOS "OLHOS" DA IURD

O texto tomado como corpus para o presente trabalho é o livro Estudo do Apocalipse, de autoria do Bispo Edir Macedo, líder da IURD. Nesse livro, propõe-se uma análise do livro do Apocalipse de João, que faz parte da Bíblia canônica cristã. É sabido, por meio de pesquisas arqueológicas e de crítica textual, que "como qualquer obra feita pelo ser humano, a Bíblia passou por diversas fases e manipulações até chegar ao resultado que conhecemos" (COUTO: 2007, p. 8) e que há muitas diferenças nos antigos manuscritos do Novo Testamento, referentes à reprodução e alteração, feitas pelos copistas (EHRMAN: 2006).

Farah (2004, p. 13), nos diz ainda que,

> *A secularização é um processo histórico gradativo de substituição do controle mágico e religioso por formas*

> *de controle racional. As técnicas mágico-religiosas que antes explicavam o meio social e sobrenatural nas sociedades sagradas são, aos poucos, substituídas por outras de caráter racional, de base científica, o que fundamentará as leis civis. A dessecularização, termo mais recente, é o inverso desse processo.*

Diante desse quadro instável quanto às verdadeiras condições de produção dos textos considerados sagrados pela ideologia cristã, assim como a incerteza da fidedignidade dos documentos originais, cria-se um ambiente propício à manipulação de informações. E, se tomarmos a tese defendida por Voloshinov (apud ORLANDI: 1983, p. 138) de que "a palavra é um ato de duas caras: está tão determinada por quem a emite como por aquele para quem é emitida. É produto de relação recíproca. Uma palavra é território partilhado pelo emissor e pelo receptor", podemos entender que um texto alterado não reflete a ideia original de quem o produziu.

Partindo desses pressupostos, ao analisarmos um trabalho de exegese como o pretendido pelo Bispo Macedo, no nosso livro-corpus, associado à ideologia neopentecostal defendida pelos seguidores dessa denominação religiosa, construímos um modelo de análise do discurso doutrinário da IURD que parte dos textos bíblicos. Para a construção dos sentidos propostos na referida obra, o texto é esmiuçado em quatro partes: 1.º) apresenta-se o texto bíblico utilizado como argumento de autoridade para o embasamento das reflexões, "contextualizando-o historicamente"; 2.º) procura-se associar aos elementos contidos no texto, o modo de vida do homem moderno; 3.º) atribui-se um caráter pedagógico-doutrinário ao texto; e 4.º) focaliza-se o comportamento e os problemas que afligem a humanidade, atribuindo-os à atuação do demônio, conferindo à IURD o único meio de salvação.

Para assumir o papel de porta-voz da divindade, na concepção do autor, deve-se atingir o status de homem de Deus, o que se configura como o ethos (cf. DISCINI: 2004) do verdadeiro seguidor das palavras divinas, representadas na Bíblia. Daí a busca constante de argumentos nos textos bíblicos, considerados "inspirados por Deus", e que têm na IURD a verdadeira difusora, através da interpretação dada à Palavra de Deus pelos pastores. Isso pode ser observado a partir das "denúncias" feitas pelo autor em relação às demais igrejas cristãs, nas quais o pecado nunca pode ser justificado, perdoado ou mesmo encoberto por boas obras, por mais lindas e importantes que sejam! Mas, infelizmente, isto é o que muitos têm tentado fazer dentro da Igreja do nosso Senhor.

Tais pessoas têm se dedicado intensamente à Obra de Deus, tentando levar a salvação aos outros, esquecendo de cuidarem de si mesmas.

E por apresentarem tanta dedicação, pensam que o fato de fazerem algo para Deus torna-as superiores às demais, e, consequentemente, merecem alguma coisa a mais. (MACEDO: 2003, p. 70)

As figuras actanciais de "Deus", "demônio", "pastor/autor" e "fiel" se vêem em uma situação em que; 1.º) o demônio é capaz de "devorar" tudo que Deus deu ao homem; 2.º) Deus oferece ajuda e poder aos homens que seguirem sua palavra; 3.º) o pastor já possui esse poder e é o intermediário entre Deus e os homens; 4.º) os homens que quiserem ter esse poder devem seguir as regras impostas por Deus, que são interpretadas pelos pastores; 5.º) aqueles que não seguirem suas orientações, serão abandonados por Deus e, consequentemente, subjugados pelo demônio. Formando-se assim uma reação em cadeia.

Para um leitor crítico, a impressão que se tem é a de que está sendo

posto à disposição no mercado um produto para consumo, ou mesmo, a "solução para todos os seus problemas" (parafraseando os comerciais de produtos e serviços), "satisfação garantida ou... você precisa melhorar sua prática religiosa", que, além de seguir as leis de Deus, sob orientação da Igreja, inclui mais doações e a conversão de mais adeptos.

Quanto ao referente profundo, o leitor absorve inconscientemente a ideia de que o problema é ocasionado por fatores externos, os quais interferem no seu comportamento de fora para dentro e de que ele, sozinho, não terá condições de mudar esse quadro, tendo que recorrer a outros fatores também externos, representados pela Igreja e seus pregadores, "única" instituição capaz de expulsar o "devorador".

Ao reconhecer o teor metafórico do texto bíblico do Apocalipse, o autor admite haver polissemia no discurso ali apresentado. Porém, contraditoriamente, impõe-se a interpretação dada pela IURD ao interlocutor fiel e crente na verdade absoluta defendida pelo Bispo. Se a linguagem é um modo de interação e é social, o texto corpus demonstra uma tentativa de privar o leitor de suas faculdades mentais e intelectuais para que ele não faça sua própria leitura, crítica e autônoma.

Os fiéis precisam ter provas de que os demônios são responsáveis por tudo de ruim que acontece em suas vidas, e isto se dá por meio das associações com possessões concretizadas nos rituais de exorcismo. E, para se protegerem dos demônios, devem lançar mão da utilização de amuletos ou outros objetos místicos, como águas-bentas, rosas e banhos de descarrego, fogueiras santas, vales do sal, arcas da aliança,

tecidos milagrosos etc., que também são facilmente encontrados no imaginário popular em forma de folclore, promovendo uma identificação com a cultura de massa. Sobre esse aspecto, muito nos ajudam as palavras de Ferrari[33] (2007, p. 25-26)

Como a massa encontra-se desprovida de erudição, só lhe resta ter crença, ignorando as possíveis finitudes e danosas falhas do sistema enigmático e envolvente, o qual, em nome do "controle dos meios de violência" e segurança do Estado-nação, no âmbito externo e interno, chega à "industrialização da guerra", acentuando a "globalização dos riscos". Perante as ansiedades existentes e medos catastróficos em meio à modernidade racionalizadora e secularista, a sociedade envolve-se no paradoxo de se voltar à irracionalidade das compreensões míticas do passado, alimentando a passividade.

Trabalhos como o de Ferrari vêm mostrar a preocupação com que os cientistas de diversas áreas, como filosofia, religião e educação, têm demonstrado em relação ao discurso religioso que se prolifera no mundo moderno, principalmente, da ideologia neopentecostal. Prova disso, são os inúmeros trabalhados desenvolvidos no meio acadêmico (monografias, dissertações e teses), bem como os textos publicados em revistas e livros especializados.

A SELEÇÃO VOCABULAR COMO OBJETO DE TENSÃO ENTRE DEUS E O HOMEM

Na tradição judaico-cristã, Deus não poderia ser nomeado, dado que nas civilizações politeístas, os deuses tinham nomes que os diferenciavam. Portanto, a falta de um nome tornava o Deus dos judeus, também diferente dos outros, o único. A única maneira de

33 Odêmio Antonio Ferrari é formado em Filosofia, Teologia, Especialista em Metodologia do Ensino e Mestre em Ciências da Religião pela PUC de São Paulo.

identificá-lo seria através da palavra "YHWE" (Yawé, ou Jeová), que significa "aquele que é". Além disso, segundo Althusser (apud ORLANDI: 1983, p. 216) "Deus define-se, portanto, a si mesmo como sujeito por excelência, aquele que é por si e para si (Sou Aquele que É) e aquele que interpela seu sujeito (...) eis quem tu és: és Pedro".

Segundo Farah (2004, p. 3),

> *não basta ler o texto e interpretá-lo localizando informações que ele veicule. É preciso analisar aspectos referentes à importância da seleção lexical – seja no nível semântico-contextual, seja no pragmático do processo comunicativo – às intenções enunciativas e sua consequente função textual, à sua estrutura, aos contextos mediato (tudo que está circunscrito à superfície linguística, inclusive elementos como figuras, desenhos, diagramas, etc.) e imediato (tópicos relacionados aos aspectos sócio-histórico-culturais) e até mesmo ao suporte de comunicação que lhe serve de veículo.*

É interessante notar como o autor/bispo da IURD, assim como grande parte das igrejas neopentecostais, explora o lado negativo e decadente do ser humano, enfatizando os problemas atuais como, doenças psicossomáticas, crises financeiras, relacionamentos amorosos etc., atribuindo todos à atuação do demônio. Mas, se o leitor possuir um conhecimento um pouco mais extenso, observará que isso sempre ocorreu na humanidade e, com perspicácia, poderá também perceber as intenções do autor no tocante à sensibilização do interlocutor, chamando-o ao problema que se encaixe no seu perfil.

A seleção lexical empreendida pelo autor denota sua intenção argumentativa na busca do referente mais adequada à situação

dominante/dominado imposta por Deus aos homens, além de outros fatores que identificam o estilo do discurso cristão, como o uso de verbos no imperativo, para sustentar a relação de poder; as metáforas, que conferem uma multiplicidade de sentidos às palavras; as antíteses, conhecidas por estabelecerem oposições que conferem um teor maniqueísta a esse tipo de discurso; os verbos performativos, que trazem em si a crença de que a palavra tem o poder de curar, de expulsar o mal e de mudar o comportamento; e a intertextualidade que dá fidedignidade ao discurso religioso, tomando como base os textos geralmente conhecidos e, quando não, ao menos são de fácil acesso.

Quanto a esses aspectos, Orlandi (1983, p. 234) nos diz que são traços do discurso religioso:

> *uso do imperativo e do vocativo, enquanto formas próprias de discurso em que exista doutrinação; uso de metáforas que são, depois, explicitadas por paráfrases, pois, como o dizer religioso é obscuro, e sempre são possíveis muitas leituras, as paráfrases indicam a leitura própria para a metáfora; procedimento análogo a esse é o das citações em latim que depois são traduzidas por perífrases extensas e explicativas, aproveitando-se o máximo de efeitos de sentido (religiosos) sugeridos pela diferença de língua; uso de performativos; uso de sintagmas cristalizados (as orações) etc. (grifos da autora)*

É grande o número de metáforas exploradas pelo autor nas suas análises. Geralmente, as figuras metafóricas estão associadas às civilizações que se opunham ao judaísmo, como é o caso das ser-

pentes (símbolo dos cananeus e dos egípcios) e dos escorpiões, a até mesmo a personificação do mal, representada pelo Diabo, Satanás e Demônios. Para Farias e Marcuschi (2006, p. 118), "a atividade de significação está atrelada à integração das diferentes experiências coletiva e individualmente vividas", o que vem corroborar a tese de que um determinado sintagma só gera o efeito de sentido quando encontra um referente. Sendo assim, "a metáfora é uma forma de raciocinar a respeito das coisas, das instituições, das pessoas, das emoções, dos valores e da moral, sendo tudo isso elementos de nossa experiência" (FARIAS e MACUSCHI: 2006, p. 120).

Entre tantas outras, podemos citar algumas figuras que aparecem no texto em análise, que são os anjos, a prostituta e Jezabel. A seguir, alguns exemplos extraídos do texto:

Metáforas do texto bíblico citadas e leituras possíveis

- o anjo da igreja em Tiatira: mensageiro ou responsável pela manutenção da doutrina

- Jezabel: os gentios ou, ainda, a prática religiosa pagã (desvio do projeto de Jesus)

- prostituição: venda de serviços relativos ao projeto

- coisas sacrificadas aos ídolos: referência às práticas religiosas pagãs

- adulteram: fazem alianças com o inimigo

- Eis que a prostro de cama: repreensão ao desviado

- matarei os seus filhos: aniquilação dos dissidentes

- aquele que sonda mentes e corações: sensibiliza os fracos na fé ou vigilância às ações

- Satanás: o inimigo

- outra carga: tarefa

- autoridade sobre as nações: delegação/tomada do poder

- com cetro de ferro as regerá e as reduzirá a pedaços: assumirá o comando da comunidade e destruirá o inimigo

- estrela da manhã: um sinal ou o próprio povo judeu (estrela de Davi?)

- o pecado não terá domínio sobre vós: não se submeterão ao poder romano ou de outros povos

- não estais debaixo da lei, e sim da graça: convicção e proteção

- são chegadas as bodas do Cordeiro: o casamento de Jesus e Madalena(?)

- um dos sete anjos: um dos líderes das sete igrejas (comunidades)

- mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro: a esposa, Maria Madalena

- mulher vestida do sol: sabedoria, conhecimento

- lua debaixo dos pés: ciclo, renovação

- coroa de doze estrelas na cabeça: as doze tribos de Israel; os doze meses;

- grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas: referência à civilização fenícia, que tinha Astarte como deusa da fertilidade e dos mares

- a mulher vestida de púrpura e de escarlate, adornada de ouro, de pedras preciosas e de pérolas, tendo na mão um cálice de ouro: símbolos de riqueza, dos impérios dominantes

Metáforas do discurso religioso e leituras possíveis

- Pessoa que se dirige ao anjo: responsável pela manutenção da ordem e da causa

- ilumina até o mais profundo da alma: vai à procura dos traidores

- pensamentos e as intenções mais ocultas do coração: sociedade secreta

- verdadeira intenção da sua alma: ideias divergentes

- olhos do Filho de Deus: encarregado pela manutenção da causa

- esmiúçam todo e qualquer pecado: eliminam os obstáculos

- comprar por um preço tão elevado: delatar

- apesar da Sua vitória: projeção

- aquele que vence: resiste até o fim

- tolerar Jezabel em seu meio: traidores ou infiéis

- o orgulho entra no coração: consideram-se auto-suficientes

- aqueles que são nascidos de Deus: os que fazem parte do grupo

- a apóstata Igreja: as comunidades que se desviaram do caminho

- comprometida com o ecumenismo: liberalismo, liberdade de culto

- prostituída com a política: relacionada/infiltrada no poder do Estado

- inimigos de Deus: na tradição judaico-cristã, todos os que praticavam outras religiões

- casam-se, ou fazem alianças até mesmo com o diabo: referência aos casamentos por interesses políticos

A BUSCA PELA INTERTEXTUALIDADE

Outro método doutrinário utilizado pelo autor é o recurso da intertextualidade. Por meio da associação de textos pertencentes a diversos momentos diferentes da cultura judaico-cristã, o leitor é submetido a uma série de associações que, no conjunto, irão compor a ideologia à qual se assujeitará. Essa prática pode ser comparada a uma "colcha de retalhos" em que fragmentos dispersos e descontextualizados, que perdem sua integridade e sua totalidade, dão origem a um novo texto "montado" pelo autor, de acordo com a ideia que pretende expor. Mas, como fica a questão das condições de produção? Ao que parece, esse fator é desconsiderado pelo autor.

Sobre a intertextualidade, Blikstein (2003, p. 45) assevera que

> *o discurso não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, a tal ponto que se faz necessária toda uma escavação "filológico-semiótica" para recuperar a significação profunda dessa polifonia. Cabe, então, a essa "filologia-semiótica" detectar toda a rede de isotopias que governam as vozes, os textos e, finalmente, o discurso.*

É interessante ainda notar que os textos são selecionados de forma motivada para que se encaixem perfeitamente na tese que se quer defender. Então, nos vem a pergunta: por que não se faz referência aos livros do Antigo Testamento que enumeram os sacrifícios que devem ser feitos a Deus, por aqueles que o desobedecem, como, por exemplo, o Levítico? Ao que parece, determinados trechos do Antigo Testamento que divergem da ideologia cristã são desconsiderados. Ou será porque nos livros mais antigos há resquícios do intercâmbio cultural de épocas remotas e características semelhantes às práticas de outras religiões, inclusive atuais?

Cabe ainda ressaltar que as nações da Terra às quais se referem aqueles textos eram as conhecidas naquele período histórico, ou seja, a egípcia, a grega, a romana etc.

Para tomarmos como exemplo de elementos que podem gerar polêmica quanto à leitura dos textos bíblicos, vejamos um trecho reproduzido em nosso corpus em que, segundo defendem alguns pesquisadores, deixam transparecer que Jesus não morreu na cruz e, além disso, casou-se com Maria Madalena, dando origem a uma "dinastia":

> *"Alegremo-nos, exultemos e demos-lhe a glória, porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já ataviou," (Apocalipse 19.7)*
>
> *"Então, veio um dos sete anjos que têm as sete taças cheias dos últimos sete flagelos e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro;" (Apocalipse 21.9)*

Como se sabe, em diversas passagens do Novo Testamento, a metáfora do Cordeiro é atribuída à figura de Jesus, como nos seguintes trechos, extraídos da Bíblia Digital 1.0:

> *"No dia seguinte João viu a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (Jo 1.29).*
>
> *"(...) mas com precioso sangue, como de um cordeiro sem defeito e sem mancha, o sangue de Cristo (...)" (I Pe. 1.19).*
>
> *"Digno é o Cordeiro, que foi morto, de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor" (Ap. 5.12)*

É importante observar também como Macedo conduz o leitor ao fundamentalismo e ao preconceito fazendo uma leitura linear do texto que usa como argumento para sua defesa, como no seguinte excerto:

Nem sempre o pecado da Igreja consiste em um ato contra o Senhor Jesus, mas na tolerância passiva com o inimigo. Tolerar significa concordar, e é isto que a Igreja moderna tem abraçado nesses últimos tempos. (MACEDO: 2007, p. 74)

Ficam marcadas, dessa maneira, as palavras do autor em detrimento das inúmeras possibilidades subjacentes de construção dos sentidos. O que vai de encontro às novas propostas de leitura desenvolvidas pelos pesquisadores das áreas de Linguística e Análise de Discurso, bem como de outras áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não tem a pretensão de esgotar o assunto, nem mesmo dar cabo de todas as análise possíveis para os textos produzidos pela IURD. A intenção é mostrar como as leituras podem ser feitas sob diferentes aspectos, buscando subsídios em diversas áreas do conhecimento para auxiliar na produção dos sentidos que podem aflorar dos textos bíblicos.

A partir dos estudos aqui apontados, entendemos que o professor precisa trabalhar com a complexidade do processo de leitura, e das formas de interação autor/leitor, falante/ouvinte, texto/leitura, para que possa contribuir com a formação de uma consciência crítica em seus alunos. E, além disso, conscientizar-se de que o estudo de língua não pode ficar restrito aos níveis sistêmico, esquemático e pragmático, deve também estar envolvido nas questões sociais e estar disposto a empregar metodologias que promovam a melhoria da qualidade do ensino conectada com o mundo que nos cerca.

REFERÊNCIAS

BARROS, Dianna Luz Pessoa de. "Dialogismo, Polifonia e Enunciação". In --- e FIORIN, José Luiz (orgs.). Dialogismo, polifonia, intertextualidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

BLIKSTEIN, Izidoro. "Intertextualidade e polifonia". In BARROS, Dianna L. P. e FIORIN, José Luiz (orgs.). Dialogismo, polifonia, intertextualidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

COUTO, Sérgio Pereira. A incrível história da Bíblia. São Paulo: Universo dos Livros, 2007.

DISCINI, Norma. O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura. São Paulo Contexto, 2004.

EHRMAN, Bart D. O que Jesus disse? O que Jesus não disse?: quem mudou a Bíblia e por quê. São Paulo: Prestígio, 2006.

FARAH, Adriane Gomes. Em nome de Jesus, eu te convenço. Dissertação de Mestrado orientada pela Prof.ª Dr.ª Darcilia Simões, UERJ-ILE, 2004.

FARIAS, Emilia Maria Peixoto; MARCUSCHI, Luís Antônio. A linguagem e o pensamento metafóricos. In: MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; BUSSONS, Aline Freitas (Orgs.). Faces da metáfora. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006. p. 111-130.

FERRARI, Odêmio Antonio. Bispo S/A - a Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder. São Paulo: Editora Ave--Maria, 2007.

LEFTEL, Ruth. “Os Juízes e os Reis”. In Revista História Viva: Grandes Religiões 2 - Judaísmo. Duetto Editorial, 2007

MACEDO, Edir. Estudo do Apocalipse. Volume único. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. (org.). A leitura e os leitores. Campinas: Pontes, 2003.

SIMÕES, Darcilia. Iconicidade verbal: teoria e prática . Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

SOUZA, Marcelo de Barros. Nossos pais nos contaram: nova leitura da história sagrada. Petrópolis: Vozes, 1984.

REVISTAS FEMININAS: MANUAIS DE COMPORTAMENTO PARA A MULHER DO SÉCULO XXI

Flávia Cassino Esteves [34]

> *"O grau de influência que pode ser exercida sobre a população, dependendo do nível sócio-econômico-cultural do público-alvo do texto, via de regra, resulta numa deformação de valores que, em muito, vem prejudicando a construção de um modelo social democrático." (SIMÕES, 2004, p. 27)*

INTRODUÇÃO

Desde o século passado a figura feminina tem o seu papel e o seu comportamento social impostos pelo meio do qual ela faz parte. Atualmente, embora muitas mudanças tenham ocorrido, ainda há expectativa quanto às atitudes e aos padrões femininos, sejam eles de forma física, de vestuário ou de comportamento. Na busca de tais modelos de sucesso, a mulher vê como aliada a revista feminina. O presente trabalho tem por objetivo o estudo das reportagens de capa de revistas femininas voltadas para a mulher adulta, visto que são elas peça-chave na educação do povo.

Embora com o avanço da internet alguns digam que a palavra impressa perderá cada vez mais lugar para a mídia digital, isso

34 Mestranda em Língua Portuguesa da UERJ e membro do SELEPROT.
email: estevesflavia@gmail.com

hoje ainda não aconteceu. Aqueles que desejam informações mais completas e profundas procuram os textos impressos (Scalzo, 2005). Talvez essa seja uma das inúmeras razões pelas quais as revistas são tão populares.

A revista feminina faz parte do cotidiano da mulher. Seja na banca de jornal, na fila do caixa do supermercado, na sala de espera de um consultório médico ou salão de beleza lá estão elas. A revista resulta e é resultado da relação da mulher com o mundo.

De acordo com Scalzo (2005), elas existem desde o início da publicação das primeiras revistas do país. No princípio eram feitas por homens e seus assuntos eram restritos à moda, à culinária, a interesses gerais, além de apresentarem ilustrações e anedotas.

Ainda segundo a autora, durante os séculos XIX e a primeira metade do XX esse foi o padrão adotado. Na segunda metade do século XX, elas passaram a ser feitas por mulheres, preocupadas com sua condição na sociedade – esse novo modelo não durou muito tempo. Na década de 60, as mulheres foram identificadas como mercado consumidor e surgem, então, revistas que continuam a serem publicadas até hoje, como a Cláudia, que faz parte da análise deste trabalho.

Sabemos que há, no grupo das mulheres alfabetizadas com padrão econômico que lhes permite comprar esse tipo de revista, diferentes níveis de interpretação daquilo que leem, mas nesse momento nosso interesse será, como define Simões (2004), pelo "leitor-modelo ingênuo (ou semântico)" (p. 28)

A maioria das leitoras, a nosso ver, está englobada sob essa denominação, uma vez que à população em geral não são oferecidas muitas oportunidades de desenvolver os ensinamentos adquiridos

no processo de letramento. Dessa forma, a mídia tem um excelente potencial para alcançar seu objetivo, que é moldar o leitor segundo os interesses da empresa.

Além de entreter, as revistas indicam comportamentos a serem seguidos a fim de a mulher obter reconhecimento e valorização na sociedade, isto é, elas ajudam a construir a identidade. Segundo Scalzo (2005):

> *(...) as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. (id. p.14)*

O público alvo das revistas escolhidas para análise, Cláudia e Marie Claire, é composto em sua maioria de mulheres das classes A e B, portanto as práticas discursivas nela apresentadas refletem ideologicamente as relações de poder dessa parcela da sociedade. Lendo a revista, constatamos que a manifestação no texto é pela manutenção dessas relações.

Um exemplo disso são as reportagens de capa das edições de outubro e novembro de 2009 dessas revistas. Na edição de outubro da Cláudia são seis as reportagens, além do comentário sobre a celebridade da capa: "Mães e filhas conversam sobre sexo; O dossiê do coração; Cabelo, maquiagem e moda aos 20, 30, 40, 50, 60+; Projeto Enxuga para o verão!; Homens decifrados; A usina das 700 mulheres e o comentário: Cláudia Leitte, uma mulher de bem com a vida".

Na edição do mesmo mês da revista Marie Claire, as chamadas são as seguintes: "Eles confessam - Por que os homens traem?; 75 Melhores bolsas e sapatos da estação; O diário de uma viciada em cocaína; Chanel - A mulher que mudou nossa vida; Guia de verão - Os melhores protetores, a maquiagem que bronzeia, os segredos das famosas: tudo para encarar a praia com mais segurança". Há ainda a fala de Taís Araújo, que é a famosa da capa: "Quando sofro, sofro! Choro, me descabelo, vou ao fundo do poço".

Analisando tais informações podemos refletir sobre diversos aspectos. O primeiro seria a relevância da artista escolhida para a capa. Todas são consideradas padrões de beleza. Cláudia Leitte e Taís Araújo são mulheres jovens e bem-sucedidas. A primeira é sinônimo de alegria, de festa e diversão. Como está escrito na capa: é "uma mulher de bem com a vida". Toda a mulher deseja ser feliz e estar de bem com a vida, inclusive as que leem a revista. Cláudia Leitte representa esse ideal feminino.

Por sua vez, Taís Araújo, que coincidentemente ou não, foi a estrela da capa de setembro da revista Cláudia, é a atual protagonista da novela das 20h da rede Globo. Uma mulher negra, que representa a vitória sobre o preconceito, e que está no centro das atenções. No entanto, ao mesmo tempo em que é um modelo a ser almejado, é uma mulher que apresenta característica semelhante àquelas que leem as revistas, visto que ela mesma afirma: "Quando sofro, sofro! Choro, me descabelo, vou ao fundo do poço".

Analisando as reportagens também presentes nas capas poderíamos dividi-las nos seguintes grupos:

a) Sexo/Amor: "Mães e filhas conversam sobre sexo" (Cláudia) e "Eles confessam – Por que os homens traem?" (Marie Claire).

b) Saúde: "O dossiê do coração" (Cláudia) e "O diário de uma viciada em cocaína" (Marie Claire).

c) Beleza: "Cabelo, maquiagem e moda aos 20, 30, 40, 50, 60+" (Cláudia), "Projeto Enxuga para o verão!" (Cláudia), "75 melhores bolsas e sapatos da estação" (Marie Claire), "Guia de verão" (Marie Claire).

d) Perfil de mulheres: "A usina das 700 mulheres" (Cláudia) e "Chanel – A mulher que mudou nossa vida" (Marie Claire).

Continuando o estudo das capas com as edições de novembro das mesmas revistas, encontramos na revista Cláudia, que traz a atriz Flávia Alessandra, as seguintes reportagens: "O alarmante avanço da obesidade infantil. O que pais e escola estão fazendo de errado; Moda diet; A verdade sobre a conexão beleza, saúde e idade; Por que você é o que você come; O abecedário da vida que garante o futuro; Sol do bem x sol do mal. Como tirar o melhor partido; Duas mulheres reinventam o envelhecimento; Tudo que você precisa saber para estar saudável e linda daqui a 20 anos; 7 segredos do amor feliz segundo os homens". A reportagem relacionada à atriz diz: "Flávia Alessandra muda o corpo com a medicina ortomolecular".

Por sua vez, na capa da Marie Claire, que apresenta Giovanna Antonelli, lê-se: "Como saber (finalmente) se você está namorando; Fetiche – O que rola numa festa sadomasô; Magra em 3 meses: Nossa repórter conta como mudou o corpo com o guru da malhação + Novidades da web para você entrar em forma; A saga erótica de uma mulher para chegar ao primeiro orgasmo; Praia sexy – Os biquínis e os maiôs mais chiques da estação". O título relacionado à Giovanna Antonelli é uma fala da atriz: "Eu jamais ficaria com um homem casado".

Detendo-nos em um primeiro momento ao estudo das atrizes, temos em comum o fato de ambas estarem no ar em novelas na rede Globo de televisão. Flávia em Caras e Bocas às 19h e Giovanna em Viver a Vida às 20h – mesma novela de Thaís Araújo. Sabendo-se que a revista Marie Claire pertence à editora Globo, fica expressa mais uma razão pela escolha das mesmas.

No que se refere ao comentário relacionado à Flávia Alessandra, ele se propõe a ser motivação para uma reportagem no interior da revista. Assim como Cláudia Leitte, ela é uma mulher bonita, bem sucedida, que também representa um ideal feminino. Já no que concerne às atrizes da Marie Claire, suas falas são motivadas pelas personagens que representam na novela, para que a partir daí resultem em entrevistas no interior da revista.

Mantendo a divisão da edição de outubro, teríamos então na edição de novembro:

a) Sexo/Amor: "7 segredos do amor feliz segundo os homens" (Cláudia), "Como

saber (finalmente) se você está namorando" (Marie Claire), "Fetiche – O que rola numa festa sadomasô" (Marie Claire), "A saga erótica de uma mulher para chegar ao primeiro orgasmo" (Marie Claire).

b) Saúde: "Flávia Alessandra muda o corpo com a medicina ortomolecular" (Cláudia), "A verdade sobre a conexão beleza, saúde e idade' (Cláudia), 'Por que você é o que você come" (Cláudia); "O abecedário da vida que garante o futuro" (Cláudia); "Sol do bem x sol do mal. Como tirar o melhor partido" (Cláudia); "Duas mulheres reinventam o envelhecimento" (Cláudia); "Tudo que você precisa saber para estar saudável e linda daqui a 20 anos" (Cláudia).

c) Beleza: "Moda diet" (Cláudia), "A verdade sobre a conexão beleza, saúde e idade" (Cláudia), "Por que você é o que você come" (Cláudia); "O abecedário da vida que garante o futuro" (Cláudia); "Sol do bem x sol do mal. Como tirar o melhor partido" (Cláudia); "Duas mulheres reinventam o envelhecimento" (Cláudia); "Tudo que você precisa saber para estar saudável e linda daqui a 20 anos" (Cláudia), "Magra em 3 meses: Nossa repórter conta como mudou o corpo com o guru da malhação + Novidades da web para você entrar em forma" (Marie Claire), "Praia sexy – Os biquínis e os maiôs mais chiques da estação" (Marie Claire).

d) Mãe: "O alarmante avanço da obesidade infantil. O que pais e escola estão fazendo de errado" (Cláudia).

Em termos numéricos, as 10 reportagens de outubro e as 14 da edição de novembro estão dividas em cinco grupos, em alguns casos com ocorrência em mais de um deles: sexo/amor (6), saúde (9), beleza (13), perfil de mulheres (2) e mãe (1).

Diante dessa análise podemos concluir que mesmo com a revolução feminina, sua consequente mudança de comportamento e seu ingresso no mercado de trabalho, o estereótipo feminino parece não ter sido alterado. Os temas direcionados às mulheres permanecem sem mudanças. A mulher continua sendo reduzida à condição de mãe, responsável pelos afazeres do lar, e àquela, que sob qualquer condição, deve estar sempre linda e ser desejável.

As revistas femininas representariam um veículo de comunicação voltado para o objetivo de encobrir a figura feminina como um ser único, que pensa e sente segundo seus preceitos e convicções, em vez de limitar-se a atender às expectativas de uma sociedade machista e retrógrada.

TEORIA E PESQUISA

Quando a mulher se dirige à banca de jornais e revistas, a primeira impressão que tem de uma revista é a capa. Segundo Scalzo (2005) "Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar

leitores e os convença a levá-la para casa." (p.62) Por essa razão, o presente trabalho tem por objetivo o estudo das capas das revistas escolhidas e o levantamento e a classificação dos artifícios argumentativos utilizados nessas capas, a fim de convencer a mulher do século XXI de que seu papel permanece inalterado.

A interpretação é base fundamental do texto argumentativo, uma vez que os elementos escolhidos para a sua composição não são compreendidos da mesma maneira pelos receptores. É aquela a responsável por selecionar significações compatíveis e elevar uma ao primeiro plano da consciência, deixando outras no esquecimento. Muitas vezes a interpretação não transita apenas no campo da seleção, ela também é responsável pela criação de significações.

Ainda sobre as capas de revista, afirma Scalzo (2005):

> *Em qualquer situação, uma boa imagem será sempre importante – é ela o primeiro elemento que prenderá a atenção do leitor. O logotipo da revista também é fundamental, principalmente quando ela é conhecida, e já detém uma imagem de credibilidade junto ao público. Afinal, quando você vê na banca duas revistas com a mesma notícia na capa, você compra aquela na qual confia mais. Para completar, as chamadas devem ser claras e diretas. (...) A chamada principal e a imagem da capa devem se complementar, passando uma mensagem coesa e coerente. (id. p.63)*

Por essa razão, notamos que as celebridades das capas não foram escolhidas ao acaso. Sua escolha tem por objetivo chamar a atenção da leitora e incentivá-la não somente a comprar a revista, como

também a ser como as famosas. Uma vez seguindo os passos indicados na revista, elas poderiam alcançar posição semelhante a das celebridades na sociedade.

De acordo com Scalzo (2005), existem alguns modelos de capa vendáveis. Essas seriam as que o nome da revista aparece em letras vermelhas, com o fundo branco acompanhadas de "palavras mágicas, como "grátis", "exclusivo", "secreto" e "sexo"..." (p.64) No entanto, ainda segundo a autora, o uso de tais palavras estaria desgastado, e não provocaria mais nenhum apelo.

Ao analisar as quatro capas, percebemos que tal teoria se comprova. Em nenhuma delas constam as palavras "grátis", "exclusivo" ou "secreto". No entanto, encontramos "segredos" na edição de novembro da Cláudia e "sexo" na edição de outubro da mesma revista. Já nas capas da Marie Claire, há na edição de novembro a palavra "sexy", em tamanho grande, e com a coloração laranja fluorescente semelhante ao título. Estes vocábulos aparecem nas chamadas e fazem parte do conteúdo da edição, que é o segundo elemento utilizado para convencer às leitoras no momento da compra. As reportagens das revistas femininas precisam refletir os interesses das mulheres do século XXI. Sejam eles reais ou impostos pelos editores, é preciso cuidar do equilíbrio das pautas de cada edição. No exemplo das revistas Cláudia e Marie Claire, notamos que os eixos principais são: beleza, saúde e sexo/amor. Embora apresentem abordagem diversificada e contemplem outros assuntos de maneira secundária, nos quatro exemplares esses temas estão presentes.

Exemplo disso são as chamadas ligadas ao tema da beleza. Na edição de novembro da revista Cláudia, lemos: "Moda diet – vista cinco quilos a menos"; no mesmo mês, na Marie Claire, saltam aos

nossos olhos, com letras em destaque: "Magra em três meses." Será realmente que toda mulher que lê essas revistas precisa perder cinco quilos ou deseja ficar magra em três meses? Segundo os editores da revista, esse deveria ser o pensamento de suas leitoras, uma vez que uma pessoa acima do peso está fora dos padrões de beleza impostos pela sociedade.

A escolha dos termos para expressar o pensamento possui enorme carga argumentativa. De acordo com a intenção argumentativa, podem ser admitidos sinônimos, como o uso de eufemismos. Quando as crianças classificam umas às outras de gordas, as mães destas, quando questionadas por seus filhos a respeito do peso, provavelmente dirão que eles estão fofinhos ou cheinhos, imprimindo uma carga afetiva à qualificação e, por conseguinte, abrandando a idéia de gordura excessiva.

Nas revistas, os vocábulos "magra" e "diet" não foram escolhidos ao acaso. Eles são associados às mulheres que estão fotografadas nas capas, isto é, são sinônimos de beleza, sucesso e reconhecimento social. Todos esses, pretensos desejos de suas leitoras.

Segundo Perelman (2005), para reconhecer o caráter argumentativo de um termo, é importante conhecer a família de palavras e expressões que possuem sentido semelhante. Não há ligação por um sistema de derivações, como ocorre com as palavras cognatas. A relação é semântica e não morfológica (id. p.170). A partir desse estudo é possível identificar a expressividade de determinado vocábulo em um contexto específico.

> *Duas características parecem indispensáveis para que haja figura: uma estrutura discernível, independente do conteúdo, ou seja, uma forma (seja ela, conforme a distinção dos lógicos modernos, sintática, semântica ou*

pragmática) e um emprego que se afasta do modo normal de expressar-se e, com isso, chama a atenção." (id. p.190)

Esse é o caso da palavra "diet". Geralmente associado à alimentação, na capa ele acompanha o termo "moda". Podemos depreender dessa junção que toda mulher para estar vestida adequadamente precisa estar magra. O sentido do vocábulo "diet" associado a uma dieta alimentar para pessoas doentes é deixado em segundo plano e eleva-se a conotação de alguém que cuida de sua saúde e principalmente de sua aparência. Tal ideia é reforçada quando vemos o primeiro item abaixo da chamada: "Vista 5 quilos a menos".

Outro exemplo, ainda sobre a temática da beleza, é a reportagem "Projeto Enxuga para o verão!", da revista Cláudia de outubro. O verbo enxugar perde a conotação de tornar seco algo que está molhado e carrega o sentido de emagrecer. Enxugar, na reportagem, significa perder o excesso de gordura que está no corpo. Seguem após a chamada as seguintes afirmações: "Acompanhamos 5 leitoras durante três meses. E aqui está a fórmula, passo a passo, para emagrecer e firmar o corpo".

Explorar ao máximo o caráter argumentativo dos termos é um dos recursos utilizados pela mídia, entre elas as revistas femininas. Uma vez que seu objetivo maior é exercer influência sobre a população, ela utiliza o poder de persuasão das palavras para alcançar tal objetivo.

Não podemos nos esquecer que as mulheres tiveram acesso à leitura e à escrita bastante tempo depois dos homens. Por esse motivo, talvez, elas possam ser vistas como uma presa fácil aos

olhos dos editores, uma vez que seu contato com a leitura é recente e consequentemente sua análise crítica menos desenvolvida.

CONCLUSÃO

As revistas femininas representariam um veículo de comunicação voltado para o objetivo de encobrir a figura feminina como um ser único, que pensa e sente segundo seus preceitos e convicções, em vez de limitar-se a atender às expectativas de uma sociedade machista e retrógrada.

O estudo sobre o estabelecimento de uma comunicação efetiva e a potencialidade significativa do texto são imprescindíveis para o encontro de possíveis causas da inabilidade leitora da maioria da população.

A preocupação sobre a resultante desse processo é que as ideologias e os comportamentos a serem seguidos nem sempre são os melhores e o que maior benefício trariam aos leitores.

De acordo com Simões (2004):

> *(...) o leitor médio nacional (...) não tem o domínio básico das estruturas lingüísticas nem está informado sobre a potencialidade discursiva dos códigos não-verbais que adjungem ao verbal na formulação do texto (...). (p.28)*

A falta de habilidade dos leitores para o entendimento das unidades significativas fica ainda mais evidente quando o signo lingüístico deixa de ser exclusivamente orientador e passa a ser também desorientador.

O leitor ingênuo é facilmente manipulado, uma vez que não reconhece a armadilha do redator e eleva ao primeiro plano de significação o sentido desejado por aquele. Sem perceber, leitor exclui o sentido literal da expressão vocabular e prende-se unicamente a nova significação.

Por outro lado, o leitor malicioso percebe a armadilha e eleva ao primeiro plano de significação a interpretação que for conveniente para que a comunicação seja estabelecida.

O trabalho de pesquisa do qual aqui apresentamos breve perfil tem por meta maior a produção de material de leitura que venha a desenvolver o potencial crítico das leitoras em idade adulta. Estas, geralmente, são peça-chave na educação do povo, por isso, uma vez capacitadas, é possível contar com sua atuação como multiplicadoras da leitura crítica.

REFERÊNCIAS

PERELMAN, Chaïm. Tratado de argumentação. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCALZO, Marilia. Jornalismo de Revista. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SIMÕES, Darcilia. "Artimanhas do Texto Publicitário, Leituras Semióticas e Signos da Desconfiança" _ In: SIMÕES, Darcilia (org.) Estudos semióticos. Papéis avulsos. 1 ed. Rio de Janeiro : Dialogarts, 2004, v.1, p. 24-30.

FONTES DO CÓRPUS

Revista Cláudia, edição de outubro de 2009.

Revista Cláudia, edição de novembro de 2009.

Revista Marie Claire, edição de outubro de 2009.

Revista Marie Claire, edição de novembro de 2009.

TECNOLOGIA ASSISTIVA: ENTENDENDO O PROCESSO

Fernanda MAIA [35]

Lucy NIEMEYER [36]

Sydney FREITAS [37]

INTRODUÇÃO

O Censo 2000[38] (IBGE) identificou que no Brasil há um expressivo aumento na expectativa de vida, no número de idosos e de pessoas com deficiência. Segundo MONTERO (2007), nos países em desenvolvimento somente 5%-15% das pessoas com deficiência têm acesso a instrumentos e tecnologias específicos dos quais necessitam. No Brasil, poucos são os produtos acessíveis ou especificamente projetados para essa população. A maioria dos produtos utilizados por pessoas com déficits funcionais é importada ou confeccionada por profissionais sem formação específica em atividades projetuais, como é o caso dos terapeutas ocupacionais.

Segundo o site oficial de Tecnologia Assistiva coordenado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS), do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil):

---

35 Mestranda do curso de Pós-graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial - ESDI/UERJ. Terapeuta Ocupacional.

36 Doutora em Comunicação e Semiótica - PUC-SP, Professora Adjunta ESDI/UERJ, Coordenadora do LABCULT/UERJ, Integrante do LABSEM/UERJ.

37 Doutor em Engenharia da Produção, linhas de pesquisa: 1) Usabilidade, 2) Ensino/pesquisa em design, 3) metodologia de pesquisa.

38 Último Censo realizado pelo IBGE.

> *Adota-se o conceito de Tecnologia Assistiva (Ajudas Técnicas ou Produtos de Apoio) em sintonia com a ISO 9.999 ou a CIF 2001 da OMS: Qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço ou prática, utilizados por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzidos ou disponíveis no mercado para prevenir, compensar, controlar, aliviar ou neutralizar deficiências, limitações na atividade ou restrições na participação, e melhorar a autonomia e a qualidade de vida. (BRASIL: 2009, P. 01)*

No Brasil o termo foi primeiramente citado por Sassaki em 1996. O termo "tecnologia assistiva" é uma tradução aproximada do termo em inglês assistive technology. A palavra assistiva não existe na língua portuguesa, dessa forma as primeiras legislações brasileiras nessa área utilizavam o termo "ajudas técnicas". Em 2007, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) aprovou Tecnologia Assistiva como nomenclatura oficial.

Alguns estudos internacionais relatam um problema de abandono dos recursos de Tecnologia Assistiva (PHILLIPS e ZHAO, 1993; SCHERER, 2002). No estudo de PHILLIPS e ZHAO (1993) de 1.732 usuários de TA entrevistados, 29,3% abandonaram o recurso.

No Brasil não existem estudos sobre essa questão específica, porém é possível observarmos empiricamente que essa problemática de abandono dos recursos de tecnologia assistiva também se apresenta. Dessa forma, o presente artigo busca entender alguns fatores envolvidos no desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva, buscando, assim, entender fatores que levem a esse abandono.

LEVANTAMENTO DE DADOS

No Brasil, muitos dos objetos de tecnologia assistiva utilizados pelas pessoas com deficiência são confeccionados por terapeutas ocupacionais, profissionais de reabilitação que lidam diretamente com o retorno do usuário as suas atividades cotidianas. Tal realidade é reforçada pela escassez desses produtos no mercado.

Buscando entender o processo de desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva utilizado pelos terapeutas ocupacionais foram realizadas entrevistas com 9 profissionais que atuam na produção de tais recursos. O grupo foi formado por profissionais graduados em 6 instituições de ensino diferentes, localizadas nos estados do

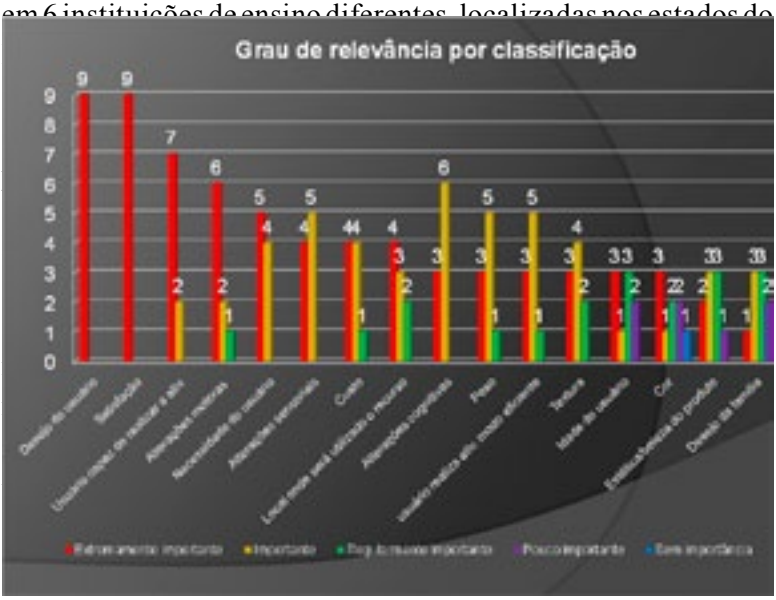


Tabela 1: classificação de importância

Primeiramente, observamos que o "desejo do usuário" e a "satisfação com o recurso" são unanimemente considerados de extrema importância. É necessário ressaltar a ligação direta entre esses dois itens. PORTINARI (2008) diferencia o desejo da simples necessidade, apresentando-o como uma tendência humana espontânea orientada para um objetivo. DESMET (2002), dentro de seu modelo de geração de emoções relacionadas a produtos, inclui o desejo como uma resposta positiva à junção dos objetivos e das tendências motivacionais do indivíduo em relação ao objeto. O autor coloca as emoções relacionadas a produtos como respostas que serão geradas através da capacidade dos produtos coincidirem ou não com os conceitos e valores do indivíduo. Ambos os autores relacionam o desejo a objetivo e motivação; sendo assim, o usuário só se mostrará realmente satisfeito se os resultados coincidirem com os seus desejos.

Considerados de menor importância, temos os itens "idade do usuário", "cor" e "estética/beleza do produto". Tal contraste demonstra que os terapeutas ocupacionais não entendem a relevância desses fatores no desenvolvimento do recurso e sendo assim, não associam cor, estética e preferências específicas de cada idade ao conceito de satisfação. CIPINIUK define estética como "uma QUALIDADE ou um valor, para uma só pessoa ou para algumas, tido como objeto de estima ou de DESEJO" (CIPINIUK: 2008, p. 32). O autor ressalta, ainda, no trabalho do designer, a necessidade de integrar as faculdades humanas ao objeto para que o homem se veja no mundo que ele mesmo criou, pois, do contrário, o objeto torna-se oco de sentido.

A última pergunta da entrevista foi em relação às dificuldades normalmente encontradas. Os problemas citados foram: limitação financeira de recursos disponíveis, dificuldade na modelagem, quando o usuário é muito limitado motoramente, dificuldade de

aceitação do recurso por parte do usuário e de seus familiares, falta de matéria-prima adequada, falta de pessoal capacitado, falta de divulgação do que seja tecnologia assistiva, custo elevado da matéria-prima, dificuldade em atender às expectativas do usuário e de sua família, falta de tempo do terapeuta para o processo e os ajustes necessários, falta de políticas públicas que auxiliem, dificuldade de acesso às informações sobre tecnologia assistiva, falta de investimento do governo em tecnologia, dificuldade de comunicação com o usuário e a família, dificuldade encontrada quando cuidadores e família não se envolvem, dificuldade de aquisição de alguns materiais importados.

Muitos dos problemas mencionados pelos entrevistados, como dificuldade de aceitação, falta de envolvimento dos familiares e cuidadores e dificuldade em atender às expectativa do usuário e da família, refletem a falta de envolvimento do usuário e dos familiares no decorrer do processo de desenvolvimento do recurso de tecnologia assistiva.

No estudo de Phillips e Zhao (1993), os autores relatam que quatro fatores foram constatados na pesquisa como os mais significativos em relação ao abandono dos recursos/produtos de tecnologia assistiva: falta de consideração da opinião do usuário no processo, nível de facilidade na aquisição do recurso, desempenho do recurso e mudança nas necessidades e prioridades do usuário. Segundo os autores, quando a opinião do usuário é considerada no processo de seleção, existe uma maior tendência a se manter o uso do recurso.

Segundo dados das entrevistas realizadas, os terapeutas ocupacionais consideram o desejo do usuário como muito importante. Mas como eles avaliam esse desejo? O fato de, em sua maioria, não demonstrarem considerar fatores estéticos e de preferência pessoal como

relevantes, já demonstra um não entendimento do seu público-alvo.

Muito mais do que limitações físicas, as pessoas com deficiência sofrem por limitações sociais. O objetivo principal dos recursos de tecnologia assistiva é proporcionar ao usuário condições para que ele atue no mundo em igualdade de condições. Porém, muitas vezes, o próprio produto de tecnologia assistiva torna-se um fator segregador.

> *Das pessoas com deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações na qualidade de adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes sociais baseadas e diferentes fatores que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Vê-se a deficiência refletida na bengala branca, nas muletas, nos aparelhos auditivos e nas cadeiras de rodas – mas não a pessoa. É necessário evidenciar a capacidade das pessoas com deficiência e não sua deficiência. (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência apud MALLIN: 2004, p.36)*

Em um mundo globalizado onde, em sua maioria, os consumidores já possuem muitos dos produtos de que necessitam, o valor intrínseco do objeto torna-se um diferencial. Por que para a pessoa com deficiência seria diferente? Por que devemos pensar em produtos que funcionem e permitam que o usuário realize a função, em detrimento do valor que o usuário dará a esse produto?

Norman (2004) sintetiza essa visão de fatores diferenciais do produto ao relatar que, na criação de um produto, o designer tem vários fatores a considerar, mas que o que muitas pessoas não

entendem é que há, também, um forte componente emocional no modo como os produtos são desenvolvidos e colocados para uso. O autor argumenta que o lado emocional do design pode ser mais crítico para o sucesso de um produto do que seus elementos práticos.

Em um artigo que relata o desenvolvimento de cadeiras de rodas para crianças, Desmet e Dijkhuis (2003) pontuam a necessidade de um design que considere os aspectos emocionais relativos ao produto e destacam as cadeiras de rodas como bons exemplos de produtos que têm um impacto emocional desagradável. Segundo os autores, por alguma razão, o impacto emocional normalmente não é considerado no design de produtos como cadeiras de rodas. Segundo os mesmos, normalmente, eles são desenhados baseados em demandas predominantemente relacionadas à ergonomia e tecnologia.

Em seu livro, Desmet (2002) baseia-se na premissa de que as emoções são geradas a partir de uma tendência do ser humano de se aproximar de alguma coisa intuitivamente avaliada como positiva (benéfica), e de se distanciar de qualquer coisa intuitivamente avaliada como ruim (nociva). A partir desse pressuposto, Desmet propõe um modelo de identificação das emoções relacionadas ao produto, onde os conceitos ou valores pré-existentes no sujeito, aliados ao estímulo do objeto, geram um valor positivo, negativo ou neutro e, consequentemente, um sentimento específico.

Partindo desse modelo, Desmet propõe uma ferramenta de avaliação das emoções elicitadas pelo produto (PrEmo) e enfatiza que a emoção só pode ser entendida em relação à pessoa que a experimenta. Dessa forma, o design só pode manipular o impacto emocional de um produto a partir do conhecimento dos conceitos da pessoa para a qual o produto é desenvolvido.

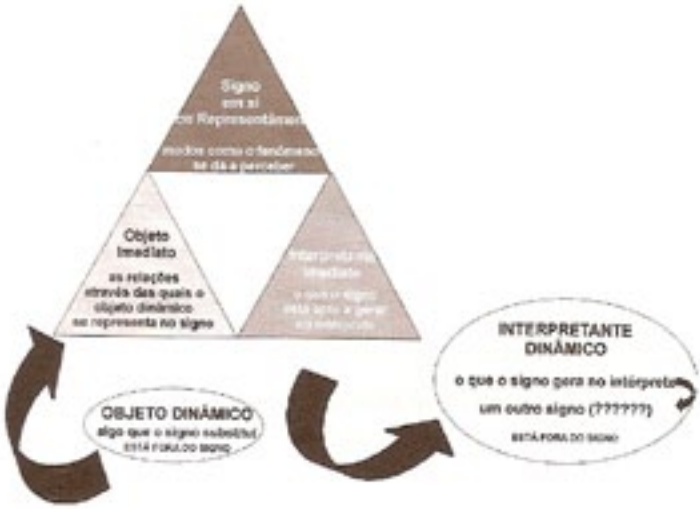


Figura 1 – Objeto dinâmico e interpretante dinâmico

Podemos entender o objeto dinâmico como o objeto em si, algo que o signo substitui. O mesmo é dinâmico porque muitas são as suas facetas que podem ser representadas pelo signo. A faceta específica representada pelo signo é denominada objeto imediato. Santaella (2002) define o objeto imediato como um recorte que o mesmo apresenta de seu objeto dinâmico.

O signo tem como objetivo o interpretante, que é diferente de intérprete. O intérprete é a pessoa, o indivíduo, cuja mente irá participar do processo semiótico. Já o interpretante "é o efeito interpretativo que o signo produz em uma mente real ou meramente potencial" (SANTAELLA: 2002, p. 23). É ele que dará sentido ao signo. O interpretante pode ser dividido em três facetas: interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final.

O interpretante imediato está contido no signo. Ele é composto pelas possibilidades geradoras do signo. O interpretante dinâmico será a faceta relacionada ao intérprete específico; é caracterizado pelas possibilidades de interpretações do próprio intérprete. Tais possibilidades estarão de acordo com o contexto de cada intérprete com o qual o signo entra em contato. O intérprete só poderá gerar um interpretante relacionado ao signo, dentro das suas próprias possibilidades. O interpretante final seria o resultado interpretativo, gerado se os interpretantes dinâmicos do signo fossem levados até seu limite. O interpretante final é puramente teórico, pois o interpretante dinâmico está sempre gerando novos signos que farão parte do processo interpretativo. Como afirma Santaella (2002), o interpretante final não pode nunca ser efetivamente alcançado por um intérprete particular. Ele é um limite pensável, mas nunca atingível.

A figura a seguir é um esquema que procura demonstrar a teoria de Desmet (2002), onde o produto (estímulo) associado a conceitos do indivíduo (ponto de referência) será valorizado por este como benéfico, prejudicial ou indiferente, gerando, assim, emoções específicas desse processo de valorização/associação.

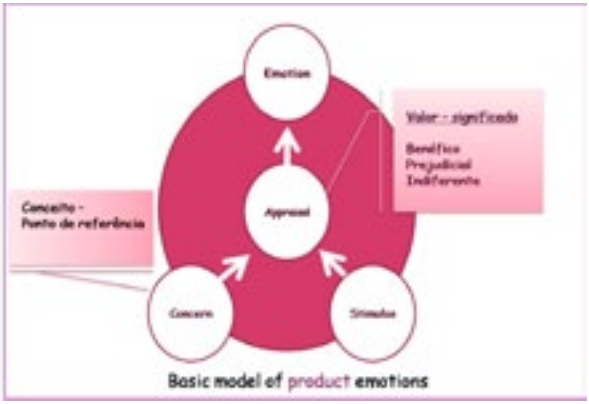


Figura 2: Modelo básico de emoções do produto de Desmet

Partindo de sua teoria, verificamos que é necessário entendermos a relação de significação do usuário com o objeto para gerar as emoções desejadas. NIEMEYER (2006) afirma que nossas respostas emocionais aos produtos são determinadas pelo modo como nós os avaliamos em relação ao nosso conjunto de objetivos, padrões e atitudes.

Para gerarmos os sentimentos desejados, é necessário o entendimento das possibilidades do objeto dinâmico e de suas relações com o signo. Cada signo só é capaz de gerar interpretantes dentro das suas possibilidades geradoras.

Da mesma forma, Desmet afirma que cada produto terá um potencial de emoções que poderão ser geradas quando associadas a conceitos específicos, próprios de cada indivíduo.

RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM O OBJETO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Segundo Santaella (2007), Pierce descreve três modalidades de apreensão de todo e qualquer fenômeno. São elas: primeiridade, secundidade e terceiridade.

Ao aplicarmos essas modalidades ao produto de tecnologia assistiva, podemos entender a primeiridade como o primeiro contato do indivíduo com o objeto. É o momento de apreensão, de qualidade, onde existe o sentimento puro e simples, sem o entendimento do porquê.

A secundidade é o fato material. No caso, é onde o indivíduo passa a ter conhecimento do objeto, de sua materialidade, funções básicas, utilidades e potencialidades.

A terceiridade é a modalidade da lei, onde se tem o entendimento do funcionamento e das regras contidas no produto. Nesta modalidade, uma visão técnica do produto está inserida.

Para o usuário, muitas vezes, o contato do recurso de tecnologia assistiva é um contato de primeiridade. Ele não sabe o que esperar do recurso. Quando o impacto gerado pelo produto não é uma sensação agradável, grandes são as chances de recusa ou abandono do recurso. Entender o que o usuário espera e seus valores torna-se essencial para o sucesso do produto.

Após o contato inicial, a relação passa a ser de secundidade. O usuário passa a conhecer o recurso enquanto objeto. Passa a conhecer suas características principais e a definir novos sentimentos em relação ao produto. PAPE et al. (2002) relata que o sentimento de "pertencer à" (fiting in) pode ser mais importante para o usuário de tecnologia assistiva do que independência ou sentimento de controle. Os autores pontuam que a pessoa com deficiência define muitos de seus sentimentos em relação à tecnologia assistiva com base no que acham que os outros vão pensar.

Se o usuário aceitar o recurso, passará a utilizá-lo e, com o tempo, poderá chegar a uma relação de terceiridade, onde conhecerá o funcionamento do recurso e, muitas vezes, o relacionará a produtos semelhantes.

No caso do terapeuta ocupacional que pesquisa, prescreve e desenvolve produtos de tecnologia assistiva, a relação é predominantemente de terceiridade, pois ele já conhece os princípios e as leis que regem tais recursos.

Se o terapeuta ocupacional, já em um estágio de terceiridade, não conseguir entender as possibilidades geradoras do objeto em um usuário, ainda em um estágio de primeiridade, e tentar prever os possíveis impactos e as relações de significações geradas pela relação do indivíduo com os signos gerados pelo objeto, a relação do usuário com esse objeto e o sucesso do recurso poderão estar comprometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O design não desenvolve produtos para si, mas para um consumidor específico. Da mesma forma, o terapeuta ocupacional não deve desenvolver recursos de tecnologia assistiva levando em consideração o que ele julga ser relevante para o usuário. Os valores e significações geradas pelo produto são específicos e compatíveis com a história individual de cada usuário. Somente através do entendimento desse processo de significações e de sua consideração nos processos metodológicos específicos de desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva será possível alcançar produtos compatíveis com seus usuários finais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tecnologia Assistiva. Portal nacional de tecnologia assistiva.

CIPINIUK, A. Estética. In: COELHO, L. (org.). Conceitos-chave em design. RJ: Ed. Novas idéias, 2008, p.30-34.

DESMET, P. Designing Emotions. Netherlands, 2002.

DESMET, P.; DIJKHUIS, E. A wheelchair can be fun: a case of emotion-driven design. In: Designing pleasurable products and interfaces. Proceedings of the 2003 international conference on

designing pleasurable products and interface . PA, USA. 2003.

IBGE. Tendências demográficas no período de 1950/2000 .

MALLIN, V. Uma metodologia de design aplicada ao desenvolvimento de tecnologia assistiva para portadores de paralisia cerebral. PR: UFPR, 2004.

MONTERO, F. Rehabilitation and habilitation: powerfull tools for empowerment. In: International Rehabilitation review. V. 56 n1. Dez. 2007

NIEMEYER, L. Design Atitudinal: uma abordagem projetual. In: Textos selecionados de design. RJ: PPDESDI, 2006. P. 97-112.

_____ Elementos de semiótica aplicados ao design. 2ª Ed. RJ: 2AB, 2007

NORMAN, D. Emotional design. NY: Basic books, 2004

PAPE, T.; KIM, J.; WEINER, B. The shaping of individual meanings assigned to assistive technology: a review of personal factors. Disability and rehabilitation. Vol. 24, n 1/2/3, p. 5-20, 2002.

PHILLIPS, B.; ZHAO, H. Predictors of assistive technology abandonment. Assistive Technology Journal. V. 5, p.36-45, 1993.

PORTINARI, D. Desejo. In: COELHO, L. (org.). Conceitos-chave em design. RJ: Novas idéias, 2008, p.67-70.

SANTAELLA, L. Semiótica aplicada. SP: Ed. Thomson, 2002

_____. O que é semiótica? 26 ed. SP: Ed. Brasiliense, 2007

SCHERER, M. The change in emphasis from people to person: introduction to the special issue on assistive technology. Disability and Rehabilitation, v 24, n. 1/2/3, p. 1-4, 2002.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Classificação de importância – pág.02

Lista de figuras

Figura 1 - Objeto dinâmico e interpretante dinâmico – pág. 05

Figura 2 - Modelo básico de emoções do produto de Desmet – pág. 07

A IDENTIDADE NACIONAL EM RUÍNAS: SOB O SIGNO DAS FORMIGAS

José Carlos Pinheiro PRIOSTE [39]

PALAVRAS INICIAIS

O modelo do código racional fundado no Ocidente se estruturou a partir de princípios que regem o modo de conhecimento até os dias atuais. O princípio da identidade postula que A é A. Tal premissa se assenta em uma relação paritária entre os membros da equação em que qualquer elemento é definido em função de sua identidade consigo mesma. Tal princípio pressupõe uma relação inequívoca entre os elementos de uma equação como fundamento constituinte das definições.

O princípio da não-contradição se apresenta sob a forma do enunciado que postula que A é A posto que não possa se constituir simultaneamente como não-A. A positividade relacional entre dois elementos não pressupõe a negatividade de um de seus termos como constituinte dessa equação. Uma coisa é determinada coisa porque ela se iguala de modo identitário a essa mesma coisa e não a qualquer outra diferenciada de si mesma. Esse princípio pressupõe o outro como pressuposto relacional com a identidade. Se A é A tal premissa impede qualquer possibilidade de anulação dessa igualdade pela negação dos elementos da equação. Uma relação igualitária elimina a negatividade como constituinte do

39 - Doutor pela UFRJ, pós-doutorando na UERJ com bolsa da FAPERJ.

fundamento da identidade.

O princípio do terceiro excluído repousa sobre a proposição: se A é x ou y tal identidade exclui uma terceira possibilidade. Este homem é Policarpo ou não é. Tal fundamento tem como premissa a possibilidade de uma decisão excludente. Tal modelo opcional implica em uma decisão que aponte para a acepção postulada como verdadeira e única. Uma terceira escolha torna-se impossibilitada pela premissa que estabelece que uma coisa é uma coisa e não outra coisa, daí ser inverificável qualquer alternativa. Tal princípio se funda sobre a verdade ou a mentira de um fato.

Tais princípios servem de subsídios para fundamentar uma investigação a respeito da representação da identidade na literatura brasileira moderna tendo como objeto de estudo a questão da nacionalidade. Se o fundamento de todos estes princípios se estrutura por um sinal de igualdade entre um termo e outro, há que se pensar se a relação entre identidade e nacionalidade se equaciona a partir deste traço. A nacionalidade se estrutura em um conjunto de características que identificam uma nação. Que características seriam estas? Seria um conjunto de fatores que conforma uma espécie de código, no qual a língua é um dos fundamentos básicos? Se o fator linguístico é determinante da representação literária, no entanto, há que se pressupor outro elemento constituinte da identidade: a imagem que nós brasileiros formamos de nós mesmos. Essa imagem que nos formou adveio de uma concepção exterior determinada pela visão construída pelo europeu civilizado. Este formulou um imaginário no qual a América, como um todo, configurava a reedição do paraíso. Tal imagética se forjou por uma concepção idealizada e distanciada do âmbito concreto da realidade, e esta, por sua vez, conforma-se a um modelo criado pelo imaginário. E é sobre este

ideário europeu que o conceito de identidade se formou entre nós como uma ideia afirmativa a determinar nossa auto-imagem. O signo que nos conformou como identidade se originou a partir da visão do outro que nos sobrepõe algo que não se constituiu a partir do desenvolvimento das próprias peculiaridades internas do desdobramento histórico dos acontecimentos. Ou seja, a questão identitária se constitui no imaginário em que a realidade é fantasiada em função de um ideário mitificador que recusa os dados concretos. É sob esta relação desigual entre realidade e identidade que três obras da literatura brasileira realizaram um contra-discurso desconstrutor desse imaginário idealizador.

A questão identitária pressupõe que o nacional, enquanto sinonímia do brasileiro se identifique ao que é supostamente considerado e aceito como nacional, ou seja, tudo aquilo que reflita as características autenticamente brasileiras. No entanto, um dos traços designadores de nossa identidade resultou da visão imposta pelo colonizador ao nos conceber como uma terra paradisíaca. Esse ideário nos deu a primeira marca de uma identidade elaborada à nossa revelia e imposta como característica principal. Estaríamos destinados, enquanto membros de um continente emergente, a cumprir um desígnio inadiável: o de sermos uma terra radiante e promissora a realizar os mais altos propósitos da história humana.

A literatura praticada no Brasil, em seu sentido amplo de registro escrito, mesmo que ainda em suas manifestações iniciais e não como um sistema efetivo de produção, recepção e circulação de obras no pensar de Antonio Candido, representou essa concepção desde os cronistas iniciais, como Pero Vaz de Caminha que transcreve uma natureza transfigurada e encantada. É a esta miragem que um conjunto considerável da literatura brasileira será devedora

na vertente localista de afirmar uma consciência nacional pelas características puramente brasileiras e autênticas. Observemos, entretanto, como algumas obras revertem esse quadro e apontam uma dissidência desconstrutora desse ideário ao postularem outra visão que aponta para uma consciência crítica dessa identidade.

Lima Barreto representa em Triste fim de Policarpo Quaresma esse ideário fantasioso de uma terra abençoada e favorecida por desígnios divinos através de uma visão satírica na qual ironiza os valores impostos pelo ideário colonizador. A primeira parte desse livro aborda a questão da língua falada no Brasil como uma imposição efetuada pelo colonizador e que não revelaria a face autêntica de nossa nacionalidade. Para reverter esse quadro histórico efetuado pelo dominador, Policarpo Quaresma, funcionário público morador do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, propõe que a língua efetiva do brasileiro seja o tupi, e não mais o português. Tal reforma cultural valorizadora de uma identidade determinada pelas raízes supostamente autênticas de uma nacionalidade não contaminada pelo contacto com o estrangeiro, termina por levá-lo ao sanatório. Lima Barreto parece ironizar a questão da identidade a partir da autenticidade de raízes puras como um ato destituído de uma visão realista das condições históricas efetivas que se fizeram pela incorporação de diversas contribuições de outras nações para a formação de nossa cultura. A afirmação da identidade nacional por um retorno à língua anterior ao descobrimento do Brasil evidencia um descompasso histórico, pois o caminhar da história é irreversível, e qualquer repetição de um acontecimento estaria fadado a se dar na esfera da farsa, como preconiza Marx. Se a língua falada pelos habitantes originários encontrados por Cabral não é a mesma utilizada pela maioria dos brasileiros, projetar tal objetivo seria investir em uma utopia nacionalista e fechada a qualquer contacto e

intercâmbio com outras culturas. Uma língua pressupõe um processo ininterrupto de diversas contribuições que conformam um estado permanente de desenvolvimento. Tentar interromper tal curso seria ir contra a correnteza da história e fadado ao fracasso. A língua como afirmativa de uma nacionalidade implica em reconhecer que a matriz de qualquer falar implica no reconhecimento das impurezas formadoras do acervo lingüístico de um povo que se modela através de trocas produtivas com outras línguas.

Diante do fracasso da tentativa de afirmação do caráter nacional pela via linguística, Policarpo investe na realização do ideal da grandeza da terra brasileira. Para isso compra um sítio denominado Sossego para onde vai com o propósito de provar a supremacia do solo pátrio. Mas a realidade mais uma vez lhe mostra a face crua e não imaginada pela literatura, pois a suposta prodigalidade geográfica do país se apresenta sob o signo do risível quando o personagem se depara com um exército de saúvas a devorar a plantação efetuada, sem nenhuma técnica agrícola, apenas com a persistente vontade de comprovar uma teoria de fundo utópico-ufanista. A visão de Lima Barreto, por sua vez, parece revestir-se não somente de um tom paródico e sarcástico dessa fantasia, mas de uma crítica amarga frente ao discurso histórico articulado pela perspectiva do outro. A riqueza das terras brasileiras exaltada pelos cronistas iniciais de nossa história se apresenta sob a representação ficcional de Barreto como uma ilusão a ser desfeita pelo enfrentamento com a realidade. O formigueiro devorador de um solo infértil configura uma imagem que põe pelo avesso a fantasia ufanista. A devoração impiedosa desfaz o mito de terra abençoada. A desilusão de Policarpo reflete uma visão crítica de Lima Barreto em relação à assimilação acrítica de um ideário imposto. Tanto a questão linguística quanto a referente à agricultura parecem postular uma revisão do imaginário ufanista para conferir outra consciência perpassada pelo crivo crítico de

um imaginário que persiste nas visões de uma identidade postiça.

Mário de Andrade, por sua vez, em Macunaíma não mais projeta uma pureza lingüística nem geográfica, mas insere no ideário nacional acionado pelo Romantismo brasileiro uma perspectiva similar a de Lima Barreto. Se este presumia uma consciência crítica das condições históricas de nossa identidade, Mário previa para uma cultura em confronto com uma visão racional e desencantadora, um destino que a levaria ao extermínio e ao esquecimento. O poeta de Remate de males afirmava ser 300, 350. Sob o signo dessa multiplicidade Macunaíma se constitui a partir de uma duplicidade básica: ele é um índio da tribo dos Tapanhumas, negro, que se torna branco após tomar banho em uma poça d´água. O próprio nome, Macunaíma, se constitui de MAKU, o mau, mais o sufixo aumentativo, IMA, grande. Ao configurar um personagem como o grande mau que configuraria o brasileiro ainda em processo de formação de suas características, Mário reverte a afirmativa nacionalista romântica por um viés que desconstrói o cavalheirismo artificial do Peri alencariano.

A conformação ficcional romanesca de Macunaíma se estrutura por uma concepção rapsódica na qual uma diversidade e variedade de motivos populares formam um compósito multíplice e não unitário o que contraria a prescrição aristotélica de unidade. Uma dessas fontes é a lenda arekuná que relata o mito de Macunaíma publicada no livro Vom Roroima zum Orinoco de Theodor Koch-Grümberg publicado em 1924 em Stuttgart. O personagem Macunaíma é pensado não como a defesa intransigente de uma pureza identitária impermeável ao contacto com a diversidade cultural de outros povos, mas pelo diálogo produtivo com as diferenças.

A perda da muiraquitã, artefato de jade encontrado no baixo Ama-

zonas, ao qual se atribuem qualidades de amuleto, parece configurar uma identidade extraviada e que deva ser reconquistada. Daí o périplo geográfico que Macunaíma efetua. Para isso, no entanto, o personagem apela para a astúcia e artimanha de se travestir como uma francesa para recuperar o bem perdido. Esse transformismo metamórfico de sentido paródico aponta para a apropriação da cultura européia sob o signo da devoração antropofágica. Lembremo-nos que Mário de Andrade publicou originalmente um capítulo de Macunaíma na Revista de Antropofagia. À imagem e semelhança do europeu, signo do dominador, o gigante Venceslau Pietro Pietra, a representação se efetua através da farsa do travesti em que o herói se disfarça de francesa para recuperar a identidade perdida, configurada no amuleto. Essa metamorfose revela um aspecto multifacetado e adaptável da cultura brasileira em transformar dinamicamente à dominação estrangeira. A recuperação da identidade não implica em reafirmar ingenuamente, como Policarpo, uma raiz autêntica, mas em enfrentar o gigantismo do dominador com as armas da dissimulação e da adaptação cambiante.

Que identidade configuraria Macunaíma então? Para uns o personagem de Mário de Andrade representaria um imaginário nacional, para outros apresentaria uma identificação com a cultura hispano-americana, pois o mito também se encontra na Venezuela, como Macunaíma ao retornar à selva toma a consciência de um latino-americano, já que perdera a sua, e por fim, o próprio autor pretende que tenha uma conotação satírica e universal ao homem contemporâneo. A polivalência multifacetária de Macunaíma contraria o modelo rousseauniano articulado pelo Romantismo brasileiro para afirmar uma identidade emasculada e artificial. A questão identitária no romance de Mário articula outra forma de abordar a questão: não mais pela via afirmativa, mas pelo viés

negativo e inclusivo das diferenças. Macunaíma nega o princípio da identidade como A: A, pois interpõe nessa relação de igualdade o paradoxo em que frente à identidade fixa e única adjunta o desequilíbrio dialético dos contrários em conjunção simultânea. Macunaíma é isso e aquilo simultaneamente, pois sua lógica não obedece aos parâmetros racionais ocidentais.

O imaginário europeu da terra prometida é desconstruído por Mário ao elaborar uma espécie de leitmotiv a percorrer o romance: muita saúva e pouca saúde os males do Brasil são. Tal lema reiterado na obra aponta uma inconformidade entre a realidade e a representação, pois esta se pautara na cultura brasileira, como vimos, pela adesão ao ideário ufanista de decantar a supremacia de uma natureza que se revela, entretanto, hostil e infrutífera a um contacto mais imediato. A presença de saúvas no cenário exuberante tropical soa como uma nota dissonante no concerto laudatório regido pela ideologia dominante. A constatação de formigueiros meio ao encantamento luxuriante da natureza desconstrói o paradigma imaginário. Este se aniquila ao travar contacto com a realidade e não com uma imagem elaborada pelo conquistador sequioso de riquezas. A intromissão indesejável de insetos destrutivos desarticula a concepção otimista e positiva de uma identidade que se revela frágil e falsa, pois que não correspondente à realidade. Esta se apresenta em Macunaíma ainda sob o signo da exuberância, mas não mais sob a imposição de um imaginário idealizado, e sim, sob a imperiosidade da devoração desconstrutora. Daí a questão da identidade em Macunaíma se postular em outra pauta: não mais pelo prisma do nacionalismo exaltado, mas por uma consciência trágica do subdesenvolvimento, em que as grandezas da pátria seriam apresentadas em conformidade com a realidade

observada pelo olhar do desencantamento. O final do romance aponta para o despedaçamento, esfacelamento, fragmentação e até mesmo a destruição do repositório cultural arrolado por Mário como configuração de uma identidade variada. Ao retornar para a floresta, Macunaíma carrega consigo uma série de objetos que conformam signos referentes à cultura estrangeira: um revólver Smith-Wessons, a simbolizar o poder e a força, um relógio Patek, como símbolo do tempo objetivo e pragmático sob o qual a cultura dominada de agora teria de se ajustar, e o casal de galinhas Legorne, a configurar tanto a aculturação como a adaptação. A essa descaracterização nacional, representada por esses signos, acrescente-se o esfacelamento do herói pela Iara que o deixa em pedaços e que são reconstituídos por uma colagem que não se efetua em sua totalidade, pois termina por lhe faltar uma perna, como a indicar o rumo capenga que tomaria. A desintegração e reconstrução parecem simbolizar a força da cultura brasileira em se adaptar aos processos de devoração e transformação a que se vê obrigada, e que termina por conduzi-la a uma espécie de espaço mítico, em que Macunaíma transfigurado na Ursa Maior se integra ao imaginário destituído de uma identidade nacional, particularista e localista, e sim universal.

Já pelo título, Quarup, Antônio Callado valoriza um olhar para o Brasil que se realiza pelo ponto de vista não oficial, ou seja, o que subsiste à margem da urbe. Neste outro mundo paralelo, o dos indígenas, o ritual de celebração dos mortos serve de paradigma de uma identidade por nós, brancos, civilizados e cultos, desconhecida. A aventura em busca do centro geodésico da América do Sul se processa por um padre em crise existencial que sai à procura de uma identidade perdida. A imagem articulada por Callado, o

encontro do centro da América do Sul, parece se relacionar com o imaginário construído na formação cultural brasileira como uma identidade determinada pelas forças telúricas. A terra, o espaço geográfico, configuraria não somente a paisagem exuberante similar ao paraíso, como se constituiria como o elemento que nos identificaria, tanto pela grandeza como pela prodigalidade. Quarup parece partir deste estereótipo ao investir na busca de um espaço perdido, que embora concretamente se configure nas representações cartográficas, a realidade dos dados concretos apresenta outra face. E esta é o inverso do projetado como a imagem de um Brasil idealizado, feito tal qual um cenário de exuberância ímpar, mas que ao ser observado sem as lentes de aumento do ufanismo depara-se com a dura realidade: um formigueiro. O centro geodésico da América que deveria representar uma imagem correspondente ao imaginário paradisíaco trai tal ideal e se apresenta sob o impacto do derruimento. A visão enaltecedora da grandiosidade de uma terra destinada a se constituir como o paradigma do esplendor e opulência dos trópicos se desfaz ao contacto com uma terra destituída de ilusões. O que se postula, então, não é a confirmação do paraíso, mas a elucidação de um equívoco pela dissolução do constructo arquitetado por uma concepção ideológica que determinou uma falsa identidade sobreposta ao modo de ver do brasileiro. O desnudamento da realidade implica em uma acareação do signo ideal com os dados concretos de uma realidade que se apresenta não mais pela transfiguração, mas pela imagem de um mero formigueiro a corroer a imagética ilusória.

Estas três obras da literatura brasileira moderna se situam em uma vertente desconstrutora da tradição fundada sob a imagética construída pela visão do europeu. A identidade nacional se formou,

principalmente a partir do ideário romântico, com o propósito de estabelecer uma concepção diferenciada da antiga metrópole. A autenticidade pretendida, entretanto, sempre se mostrou artificial, pois se nutria mais de uma formação multifacetada do que pela unidade e integridade de propriedades impermeáveis ao diálogo com outras culturas. A identidade brasileira não parece se constituir pela uniformidade e igualdade entre a face e o seu reflexo, pois mesmo este já é deformação inversa, mas pela constituição de uma identificação pela paradoxalidade. Ou seja, se a formação da identidade nacional demonstrou não se ajustar a uma construção ideal engendrada pela visão do estrangeiro, entretanto ela não se encontra tampouco em uma afirmação de características autenticamente nacionais, e sim pela simultaneidade de propriedades opostas que conformam uma face que sempre incorpora seu avesso. O arruinamento da identidade enquanto afirmação de uma nacionalidade fundada na autenticidade de suas raízes não significa a aniquilação em direção à descaracterização total, mas o esvaziamento de uma concepção identitária refém de um imaginário idealizado. Portanto, pensar a identidade nacional implica em não se restringir aos aspectos característicos de nossa formação restritos unicamente aos valores identificadores por marcas autênticas, mas por uma relação dinâmica entre as diversas peças componentes do tabuleiro histórico, social e cultural a constituir não uma face única, mas um compósito multifatorial que integra os aspectos negados até então. A variegada composição de fatores envolvidos na formação de uma identidade não repousa sobre a ideia de unidade, igualdade e uniformidade, mas de simultaneidade, diversidade e pluralidade. Nesta heterogênea formação as diferenças se constituem como elementos integrantes de um processo que recusa a paralisia e propugna um movimento

contínuo e dialético entre as concepções opostas e diversas. Daí pensarmos a identidade em Triste fim de Policarpo Quaresma, Macunaíma e Quarup não mais sob a concepção idealizada de uma identidade unívoca e integrada a um padrão irreal, mas sob outra conformação: integrante da diversidade, do desacordo e das contradições. Se a identidade nacional se arruína enquanto restrita ao paradigma convencional de uma imagem forjada pelo imaginário europeu, a nova identidade, ou melhor, a verdadeira identidade se funda em um processo dinâmico e plural contrário aos conceitos de unidade e uniformidade.

A observação dessas três obras da literatura brasileira moderna aponta para uma revisão crítica da noção de identidade nacional. Pois diante de uma realidade que nos mostra uma face que não corresponde ao imaginário idealizado, resta-nos a superação da decepção imediata e a postulação de uma reavaliação do ideário que se constituiu como formador de nossa identidade. Se a imagem que, embora parecesse refletir a semelhança do que supúnhamos ser, não corresponde mais a um traço de igualdade entre A e A, então há que se supor outra relação identitária. E esta parece se instituir pela inclusão das diferenças e não pela conformidade a um modelo unificador e unitário. Assim, a literatura efetua uma reviravolta na questão da representação mimética, pois põe em questão a reiteração de uma imagem que se apresenta irreal e ideal, e que sempre conformou uma visão hegemônica da identidade brasileira. Esta, no entanto, parece se definir mais pela inclusão do diferencial do que pela confirmação dos aspectos uniformizadores e excludentes de tudo aquilo que não se ajusta a um modelo abstrato e ideal. Desse modo, a identidade construída de acordo com um modelo ideal se desfaz para se refazer, tal qual Macunaíma, com a recolha dos fragmentos

dispersos a compor uma nova face múltipla que não mais reflete uma mesma cara, mas um compósito multicultural e multiétnico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. Macunaíma o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BARRETO, Lima. Prosa seleta. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

CALLADO, Antônio. Quarup. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1780. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Abril, 1974.

SIG E SEMIÓTICA

Liane Maria Azevedo DORNELLES [40]

INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Informação Geográfica - SIGs / GIS — Geographic Information Systems — são as ferramentas computacionais do Geoprocessamento e consistem num conjunto integrado e organizado de equipamentos e programas computacionais, dados geográficos e pessoal, destinados a obter, armazenar, atualizar, manipular, analisar e exibir todas as formas de informação geograficamente referenciada (CÂMARA e DAVIS, 2000).

A Semiótica é o "conhecimento sobre a semiose, a explicação teórica sobre os signos e o que eles fazem, isto é, a tentativa de explanação teórica daquilo que é peculiar ao signo". Charles Sanders Peirce define o signo como sendo uma relação tríade entre um objeto - parte do signo a qual se quer referenciar, um representâmen - entidade que efetivamente é utilizada com a intenção de representar o objeto e um interpretante - processo relacional que se cria na mente do intérprete (DEELY, 1990; SANTAELLA: 1999, p. 58).

As pesquisas na área de Interação Humano–Computador (IHC) visam a avaliar a satisfação de usuários em termos de usabilidade (qualidade da interação de sistemas com os usuários), aplicabilidade e comunicabilidade de um sistema (propriedade de transmitir ao

40 Doutora em Geografia/UFRJ. Professora Adjunta do Departamento de Geografia Física, do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento/NEPGEO (http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0326107DMT3X7E).

usuário de forma eficaz e eficiente as intenções e princípios de interação que guiaram o seu design), considerando quatro elementos básicos: o sistema, os usuários, os desenvolvedores e o ambiente de uso, associados à interação usuário-sistema e o desenvolvimento do sistema (SOUZA, 2001).

Os SIGs vêm sendo utilizados por usuários de diversas áreas de conhecimento, tais como agricultura e planejamento do uso da terra, silvicultura e gerenciamento da vida silvestre, arqueologia, geologia, aplicações municipais, oceanografia, ensino em geral, dentre outras. Em relação aos seus componentes, os SIGs apresentam, em sua interface com o usuário: entrada e integração de dados, funções de consulta e análise espacial, visualização e plotagem, além do armazenamento e recuperação de dados, via banco de dados geográficos. A interação do usuário com o computador se encontra vinculada a forma como o sistema será operado e controlado; as etapas de entrada, análise, visualização e saída, associadas aos mecanismos de processamento de dados espaciais, sendo o sistema gerenciador de banco de dados geográficos destinado ao armazenamento e recuperação dos dados espaciais e respectivos atributos (CÂMARA e DAVIS, 2000).

A abordagem semiótica para os SIGs tem um papel fundamental, associada ao estudo dos signos gráficos, suas propriedades e relações com os elementos representativos e na eficácia da transmissão de informações aos usuários de mapas. No âmbito da Interação Humano–Computador, a interface de usuário é caracterizada pela percepção e manipulação de um componente físico, envolvendo atividades motoras e perceptivas: uso da tela, do teclado, do mouse e de outros componentes de hardware; controle de dispositivos, interpretação de comandos, geração de símbolos e mensagens de

informações do sistema, construção de dispositivos visuais, via software de interface; além de um componente conceitual, em que a interação se encontra representada pelas ações e interpretações do usuário sobre a interface de um sistema e respostas vinculadas (SOUZA, 2001; SOUZA et al., 2002).

O uso conjunto da IHC e da semiótica na avaliação de SIGs evidencia a importância não só da disponibilização aos usuários de maiores facilidades no processo de construção de mapas, envolvendo a leitura e interpretação, como também na modelagem do mundo real em prol da percepção do usuário/designer de diferentes cenários do ambiente virtual, favorecendo a tomada de decisões em relação ao (re)design (PRADO, 2001; SCHIMIGUEL, BARANAUSKAS e MEDEIROS, 2001).

Este artigo trata da análise comparativa entre sistemas semióticos dos programas Sistema de Análise GeoAmbiental (SAGA), desenvolvido e distribuído pelo Laboratório de Geoprocesssamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGEOP) e Sistema de Apoio ao Planejamento e Monitoramento Territorial para a 5a série (SISPLAMTE 5as COM GIS), desenvolvido e distribuído pela Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Ltda. (Sensora), a partir da elaboração, montagem e avaliação de aplicações ambientais, no âmbito dos Ensinos Fundamental (Ciências Biológicas, Geografia e História) e Médio (Física, Matemática e Língua Portuguesa).

MÉTODO DO PERCURSO COGNITIVO E APLICAÇÕES AMBIENTAIS

Conforme Rocha e Baranauskas (2003), a avaliação dos diferentes estágios de desenvolvimento do design de produtos, visando à melhoria da interface, tendo como base o conhecimento dos problemas enfrentados pelos usuários e o que eles esperam do

programa, possui como objetivos principais:

> a) Avaliar a funcionalidade do sistema: o design do sistema deve permitir ao usuário efetuar a tarefa pretendida e de modo mais fácil e eficiente;
>
> b) Avaliar a usabilidade do sistema: consiste em avaliar o quão fácil ou difícil é para o usuário aprender a usar o sistema, sua atitude com relação a ele, identificar as áreas que o sobrecarreguem de alguma forma etc.;
>
> c) Identificar problemas específicos do design: consiste em identificar aspectos que, quando usados para o objetivo desejado, causam resultados inesperados ou confusão entre os usuários.

No método do Percurso Cognitivo[41] , o avaliador ao simular o usuário "caminhando" pela interface para executar tarefas, avalia o design quanto a sua facilidade de aprendizagem, particularmente por exploração. Para tal, o referido método pode ser dividido em duas fases principais sendo que, a cada passo, os analistas devem se perguntar o que os usuários fariam em determinado ponto a partir das ações que a interface deixa disponíveis (ROCHA e BARANAUSKAS, 2003):

> a) Fase Preparatória: os analistas definem as tarefas, as sequências de ações, o público alvo e a interface a ser analisada, respondendo a distintas questões: qual é o público-alvo; qual tarefa deve ser analisada; qual a correta seqüência de ações para cada tarefa e como podem ser descritas; como

41 O referido método não envolve usuários e pode ser usado num sistema implementado ou não, sendo que os avaliadores podem ser especialistas, consultores de desenvolvimento e até mesmo usuários finais.

é definida a interface.

b) Fase de Análise: objetiva informar sobre o conhecimento do usuário, seus objetivos e seu entendimento do processo de solução de problemas. Nessa fase os analistas respondem a quatro questões: se os usuários farão a opção correta para atingir o objetivo desejado; se perceberão que a ação correta está disponível; se irão associar a ação correta com o efeito desejado; se a ação correta for executada os usuários perceberão que foi feito um progresso em relação ao objetivo desejado.

As aplicações ambientais foram elaboradas, com base na metodologia do projeto Alfabetização em GIS (ALFAGIS), com ênfase para aspectos e conceitos multidisciplinares, envolvendo aplicações isoladas e/ou conjuntas, a saber:

a) Leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e do Programa Nacional do Livro Didático Ensino Médio (PNLEM);

b) Definição de temas versus áreas curriculares versus bases de dados;

c) O que é abordado dentro da disciplina que contém o tema selecionado?

d) Como é abordado o tópico escolhido?

Existem outros itens relacionados dentro da disciplina? Quais?

e) Elaborar um pequeno resumo sobre o assunto escolhido com base em, no mínimo, dois livros didáticos, sendo um obrigatoriamente baseado no PCN e no PCNEM;

f) Justificar os vínculos com a temática GIS/SIG;

g) Elaborar aplicações dirigidas versus fixação de conceitos distintos;

h) Elaborar manuais dos programas e/ou tutoriais passo a passo;

i) Testes e avaliação do desempenho dos programas e bases de dados associadas, frente às aplicações elaboradas.

O projeto Alfabetização em GIS/SIG – Ensinos Fundamental e Médio – ALFAGIS/SIG - EFM tem como objetivos a disseminação da cultura do Geoprocessamento nos Ensinos Fundamental e Médio, através da elaboração, montagem e avaliação de aplicações em GIS – Geographical Information Systems / SIG - Sistema de Informação Geográfica envolvendo, em especial, tópicos relacionados às áreas curriculares de Geografia; Ciências Naturais; Ciências Biológicas e suas Tecnologias (Biologia); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia),

entre outras; o estudo dos programas SISPLAMTE 5as COM GIS - versão shareware - Sistema de Apoio ao Planejamento e Monitoramento Territorial para a 5ª série (Apoio CNPq Processo n.º 55.2216/02) e do SAGA/UFRJ (disponível, gratuitamente, no sítio http://www.lageop.ufrj.br/saga.php) – Sistema de Análise GeoAmbiental (Apoio FAPERJ Processo E–26/170.718/2004), sob a égide dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio - PCNEM, Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, Programa Nacional do Livro Didático Ensino Médio - PNLEM; além da utilização de recursos da Internet, via desenvolvimento de WebQuests e uso de Grupos de Discussão, entre outros, consistindo em uma contribuição à pesquisa e capacitação de recursos humanos: docentes, discentes e pesquisadores dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, voltadas para o uso integrado de novas tecnologias (DORNELLES et al.: 2008a, p. 1-9).

Em relação ao Ensino Fundamental, a temática intitulada rochas, minerais e minérios, integrando conceitos subsidiou a aplicação ambiental em Ciências Biológicas, sendo as de Geografia e História representadas por relevo integrando conceitos e o Brasil de ontem e hoje sob a ótica das capitanias hereditárias, respectivamente. No tocante ao Ensino Médio as temáticas temperatura e rochas formadas no período Pré-Cambriano; cálculos de áreas e de distâncias entre dois pontos: áreas degradadas de vegetação de mangue em Mangaratiba-RJ; o potencial do signo lingüístico: ícone, no contexto semiótico, foi abordado junto às áreas curriculares de Física, Matemática e Língua Portuguesa (DORNELLES et al., 2008b).

O método do Percurso Cognitivo foi utilizado na etapa de elaboração e testes dos tutoriais passo a passo, subsidiando aprimoramentos

em relação à avaliação do desempenho dos programas, junto aos usuários dos softwares SISPLAMTE 5as COM GIS e SAGA/UFRJ.

SAGA, SISPLAMTE 5AS COM GÁS E APLICAÇÕES AMBIENTAIS

O Sistema de Apoio ao Planejamento e Monitoramento Territorial (SISPLAMTE), distribuído pela empresa Sensora[42] (Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Ltda.), consiste num Sistema geo-referenciado de apoio à decisão, do tipo "para usuário final" e com "semântica própria" – "pensa como o usuário pensa":

> *SISPLAMTE é um GDSS - Geographic Decision Support System ou Sistema geo-referenciado de apoio à decisão. Embora também organize e processe dados associados à realidade espacial, não deve ser confundido com os GIS - Geographic Information Systems, pois atende a outra família de requisitos muito mais críticos:*
>
> *Facilidade real de uso: praticamente nenhum conhecimento de informática é exigido;*
>
> *Flexibilidade: múltiplas possibilidades de aceso à informação;*
>
> *Uso efetivo na tomada de decisão;*
>
> *Uso efetivo por profissionais com foco espacial e territorial;*
>
> *Uma metodologia poderosa, conceitualmente atualizada, natural, voltada para o problema e não para a ferramenta computacional.*
>
> *Portabilidade: pode ser implantado em qualquer PC (SENSORA: 2009, p. 2).*

42 http://www.sensora.srv.br/index.php

O programa SISPLAMTE 5as COM GIS (Figura 1), contém um total de 11 Campos de Informação, 34 temas e 100 Elementos, vinculados ao banco e base de dados Brasil, além do módulo Consulta, por campos/temas/elementos e do módulo Processamento, através da interação por confronto ou cruzamento (DORNELLES e MORAES, 2006).

a) Qual o público-alvo?

- Professores e alunos do 6º ano (antiga 5ª série) do Ensino Fundamental.

b) Qual tarefa deve ser analisada?

Figura 1: Tela principal do programa SISPLAMTE 5as COM GIS

(v1.0/S-2.9).

c) Qual a correta seqüência de ações para cada tarefa e como podem ser descritas?

•Modelagem do programa através do preenchimento do fluxograma; consulta ao manual do programa (Figuras 2 e 3).

d) Como é definida a interface?

•O SISPLAMTE 5as COM GIS apresenta interface amigável, com bom entendimento dos signos existentes no programa, por parte dos usuários, propiciando a não perda do contínuo semiótico.

Com base nas etapas envolvidas nos procedimentos de análise, vinculados às aplicações ambientais elaboradas com auxílio do SISPLAMTE 5as COM GIS e respectivas bases e bancos de dados utilizados, temos para o Ensino Fundamental:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FÍSICA
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento
Projeto Alfabetização em GIS - ALFAGIS

SISPLAMTE 5as COM GIS - ATIVIDADES 2008

Caros(as) Amigos(as),

1. O programa SISPLAMTE 5as COM GIS contém em sua modelagem campos, temas e elementos. Para conhecê-los melhor, vamos montar cada fluxograma a eles associado ?

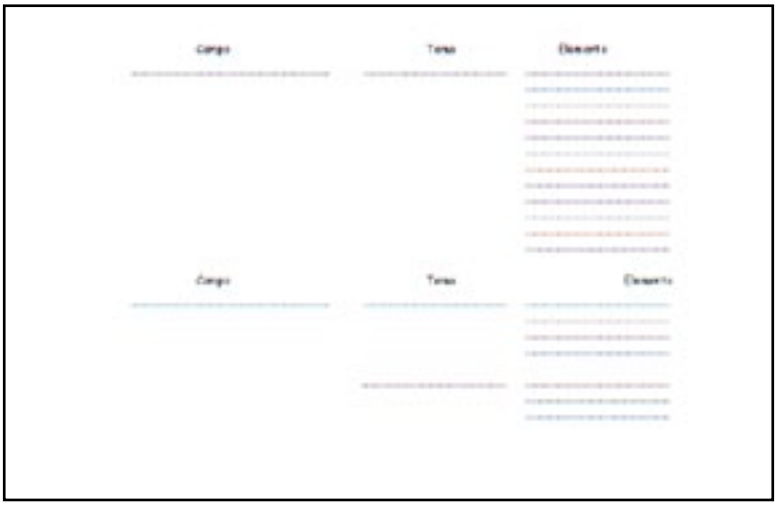


Figura 2: Material utilizado para a fixação de conceitos associados à modelagem do programa SISPLAMTE 5as COM GIS (v1.0/S-2.9).

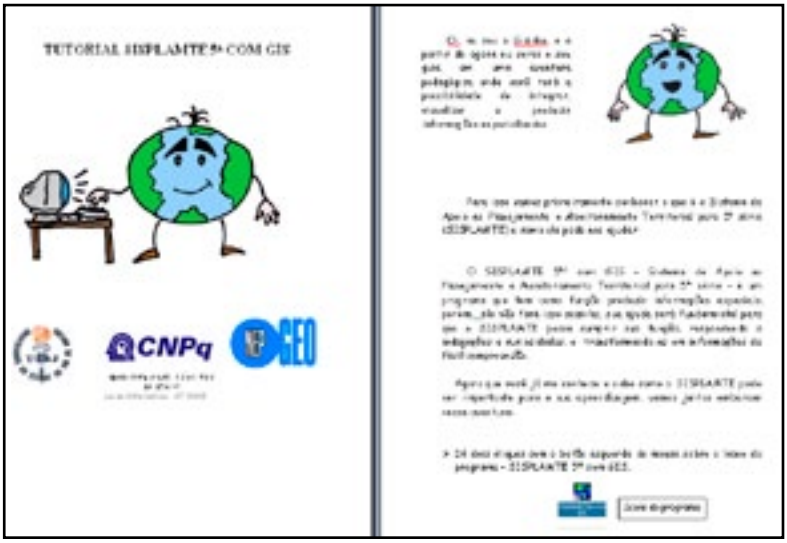


Figura 3: Páginas do tutorial do programa SISPLAMTE 5as COM

GIS (v1.0/S-2.9).

a) Ciências Biológicas (Figura 4)

•Temática: rochas, minerais e minérios integrando conceitos;

•Aplicação Ambiental 1: escolha um estado brasileiro e observe a relação entre jazimentos de ferro e de manganês e litologias associadas. Após, faça um resumo do que foi visto contendo: tipo de rocha; empresas mineradoras, usos, produção brasileira (t) em um determinado ano, tipo de exploração e impactos ambientais;

•Campo(s)/Tema(s)/Elemento(s) utilizado(s): Base de Dados Brasil - Campo: topográfico / Temas: unidades geopolíticas, limites geopolíticos / Elementos: estado, capital, estadual; Campo: geológico / Temas: ocorrências de minerais e rochas, estruturas e domínios / Elementos: ferro, manganês; bacias e coberturas sedimentares, faixas de dobramentos antigos, escudos e crátons;

•Procedimento(s) de análise: confronto em tempo real dos elementos, seguido da consulta ao banco de dados;

•Atividade Complementar: elaboração de uma nova aplicação.

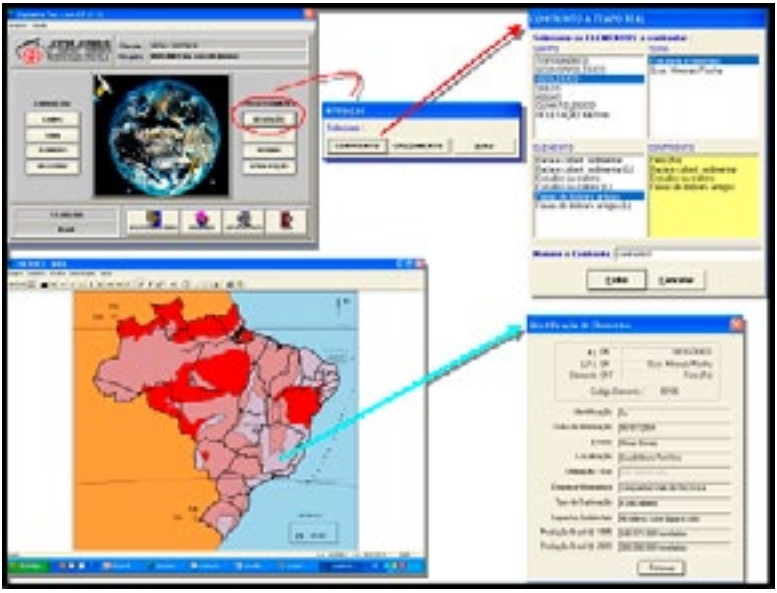


Figura 4: Telas do SISPLAMTE 5as COM GIS resultantes do confronto em tempo real dos elementos ferro, bacia e cobertura sedimentar, escudos ou crátons e faixas de dobramentos antigos, vinculadas à aplicação ambiental de Ciências Biológicas.

b) Geografia (Figura 5)

•Temática: relevo integrando conceitos;

•Aplicação Ambiental 1: escolha um tipo de relevo e observe a relação entre o clima e a vegetação em um estado brasileiro. Após, faça um resumo do que foi visto contendo: nome do estado, tipo de relevo, tipo de clima e tipo de vegetação;

•Campo(s)/Tema(s)/Elemento(s) utilizado(s): Base

de Dados Brasil - Campo: geomorfológico / Tema: domínio geomorfológico / Elementos: planalto, ...; Campo: climatológico / Tema: temperatura do ar / Elementos: massa de ar eq. tropical, ...; Campo: vegetação nativa / Tema: vegetação terrestre / Elementos: form. Florestais, ...;

•Procedimento(s) de análise: confronto em tempo real dos elementos, seguido da consulta ao banco de dados;

•Atividade Complementar: elaboração de uma nova aplicação com o SISPLAMTE 5as COM GIS.

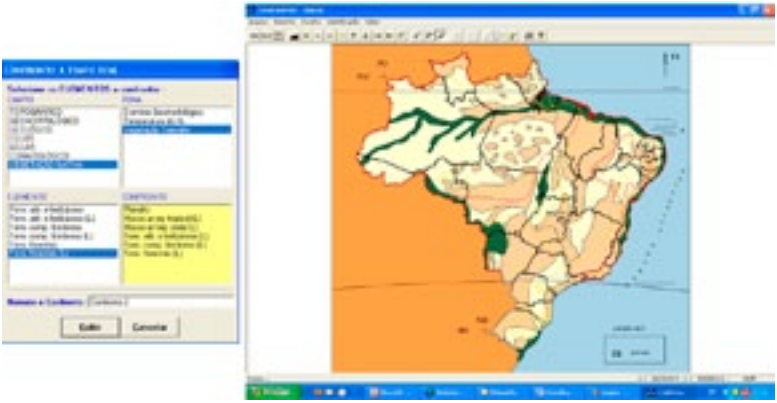


Figura 5: Telas do SISPLAMTE 5as COM GIS resultantes do confronto em tempo real de distintos elementos, vinculadas à aplicação ambiental de Geografia.

c) História (Figura 6)

• Temática: o Brasil de ontem e hoje sob a ótica das capitanias hereditárias;

•Aplicação Ambiental 1: escolha um estado brasileiro e calcule as áreas abrangidas pelas capitanias hereditárias associadas;

•Campo(s)/Tema(s)/Elemento(s) utilizado(s): Base de Dados Brasil - Campo: topográfico / Tema: limites geopolíticos/políticas / Elementos: estadual, capitania hereditária;

•Atividade Complementar: elaboração de uma nova aplicação.

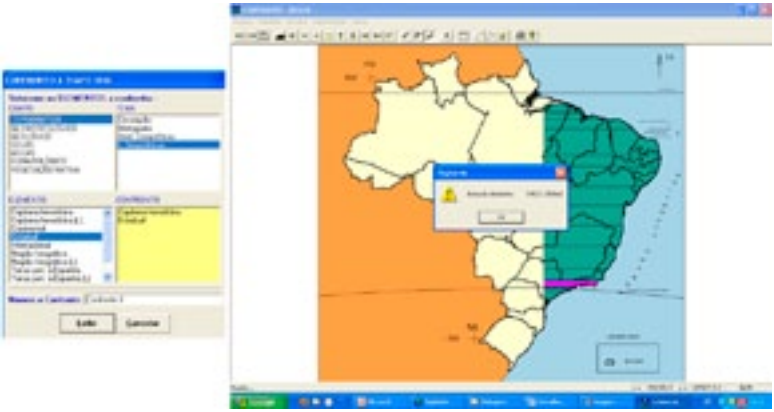


Figura 6: Telas do SISPLAMTE 5as COM GIS resultantes do confronto em tempo real de distintos elementos e do cálculo de

área, vinculadas à aplicação ambiental de História.

O Sistema de Análise Geo-Ambiental (SAGA/UFRJ), desenvolvido pelo Laboratório de Geoprocessamento, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um sistema geográfico de informação, voltado para aplicações ambientais, com uso de equipamentos de baixo custo (Figura 7).

O módulo de ANÁLISE AMBIENTAL visa satisfazer uma necessidade atual, principalmente daqueles que lidam rotineiramente com a área ambiental, qual seja: a possibilidade de analisar dados georreferenciados e convencionais, fornecendo como resultados mapas e relatórios que irão apoiar o processo de tomada de decisão.

O módulo de ANÁLISE AMBIENTAL possui três funções básicas: assinatura, monitoria, e avaliação ambiental. A assinatura é usada para definir as características e a planimetria de área(s) delimitada(s) pelo usuário.

A monitoria é o acompanhamento da evolução de características e fenômenos ambientais através da comparação de mapeamentos sucessivos no tempo. Este processo permite definir e calcular as áreas alteradas e o destino dado a elas. A avaliação é o processo de superposição de mapas, através de um esquema de pesos e notas, para a geração de estimativas de riscos e potenciais, sob forma de um novo mapa. Inumeráveis combinações de dados podem ser realizadas por este esquema. O módulo de ANÁLISE AMBIENTAL pode ser considerado o cerne do sistema SAGA/UFRJ, responsável pela sua extraordinária e versátil capacidade de atuar nos mais diversos ramos da pesquisa ambiental, tendo sido testado com sucesso em mais de 50 bases de dados de usuários

de todo o Brasil (XAVIER-DA-SILVA: 2009, p. 1).

Figura 7: Tela principal do programa SAGA/UFRJ.

a) Qual o público-alvo?

•Professores e alunos do 2º ano do Ensino Médio.

b) Qual tarefa deve ser analisada?

•Aplicações ambientais.

c) Qual a correta seqüência de ações para cada tarefa e como podem ser descritas?

•Tutorial passo a passo.

d) Como é definida a interface?

•O SAGA/UFRJ apresenta interface amigável em

todos os módulos disponíveis, contando com um texto com informações adequadas, no menu ajuda.

No tocante às etapas envolvidas nos procedimentos de análise, vinculados às aplicações ambientais elaboradas com auxílio do SAGA/UFRJ, temos para o Ensino Médio (Figuras 8 a 10):

a) Física

•Temática: temperatura e rochas formadas no período Pré-Cambriano;

•Aplicação Ambiental 1: localizar e quantificar a ocorrência de tipos de rochas do Pré-Cambriano;

•Cartograma(s) utilizado(s): base de dados Mangaratiba, RJ / MANGEOLO (mapa geológico);

•Procedimento(s) de análise: visualização de cartograma, assinatura ambiental de categoria e análise do relatório gerado;

•Atividade Complementar: assinatura ambiental para as demais categorias/ocorrências de rochas do Pré-Cambriano ("pc..."), tecendo considerações sobre os resultados parciais e totais obtidos, em relação à temperatura.

b) Matemática

•Temática: áreas degradadas de vegetação de mangue em Mangaratiba-RJ;

•Aplicação Ambiental 1: localizar e comparar áreas abrangidas pelas vegetações de mangue e mangue degradado;

•Cartograma(s) utilizado(s): base de dados Mangaratiba, RJ / MANGUS98 (mapa de uso do solo);

•Procedimento(s) de análise: assinatura ambiental de categoria e análise do relatório gerado;

•Atividade Complementar: assinatura ambiental para as categorias Área agrícola e Campo/ Pastagem, identificando e analisando o relatório gerado.

Figura 8: Passo 4 do tutorial de Física.

Figura 9: Passo 3 do tutorial de Matemática.

c) Língua Portuguesa

•Temática: o potencial do signo lingüístico: ícone, no contexto semiótico;

•Aplicação Ambiental 1: identificar distintos ícones;

•Cartograma(s) utilizado(s): base de dados Cabo Frio, RJ / BÁSICO (mapa de uso do solo);

•Procedimento(s) de análise: visualização de cartograma, assinatura ambiental de categoria e análise do relatório gerado;

•Atividade Complementar: observe as telas dos Módulos Assinatura e Visualiza, avaliando a existência e o significado de ícones idênticos.

I

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As seqüências de ações, vinculadas às Fases Preparatória e de Análise, foram adequadas às aplicações ambientais propostas, associadas a uma interface amigável dos programas em estudo.

Os resultados obtidos, frente ao método selecionado, mostraram-se adequados evidenciando a concepção do SISPLAMTE 5as COM GIS, do tipo "para usuário final" e do SAGA/UFRJ, por meio do qual o usuário pode armazenar e processar informações com eficiência.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, G.; DAVIS, C. Fundamentos de geoprocessamento .

DEELY, J. Semiótica básica. São Paulo: Ática, 1990.

DORNELLES, L. M. A.; MORAES, J. M. Sig e semiótica: estudo de caso - Vicon e Sisplamte. In: Anais do Congresso Nacional de Ambientes Hipermídia para Aprendizagem. Florianópolis: Anhembi Morumbi, 2006. p. 1-10.

_____. et al. Alfabetização em gis/sig - ensinos fundamental e médio. In: Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo: AGB, 2008a. v. 1. p. 1-12.

_____. et al. Alfabetização em GIS/SIG no ensino médio .

PRADO, A. B. Contribuições da abordagem semiótica ao estudo de interfaces de sistemas de informação geográfica. Dissertação de Mestrado em Ciência da Computação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ROCHA, H.; BARANAUSKAS, M. C. Design e avaliação de interfaces humano – computador. Campinas: Unicamp, 2003.

SANTAELLA, L. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHIMIGUEL, J.; BARANAUSKAS, M. C. C.; MEDEIROS, C. M. B. Modelando a interface de aplicações em sistemas de informação geográfica como espaços de comunicação. In: Anais do IV Workshop Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais. Florianópolis: SBC, 2001. v. 1. p. 157-168.

SENSORA. O que é o Sisplamte .

SOUZA, C. S. Semiotic approaches to user interface design. New York: Elsevier Science, 2001.

SOUZA et al. Projeto de interfaces de usuário: perspectivas cognitivas e semióticas .

XAVIER-DA-SILVA, J. Sistema de Análise Geo-Ambiental - S.A.G.A.

O GRITO DO PICAPAU: UM OLHAR SOBRE O "MONTEIRO LOBATO EDUCADOR"

Lutiane Marques SILVA [43]

(...) um dia hei de revelar-te o segredo de escrever para crianças do modo que elas se agradem e peçam por mais. No fundo é tratá-las como quase gentes grandes. Aprendi isso certa vez em que vi uma criança metida nesta escola: ou um lindo bonezinho infantil vermelho, ou uma velha cartola do pai. Ah, não vacilou. Foi-se à cartola, e levou muito tempo com ela na cabeça. Nos livros as crianças querem que lhe demos cartolas – coisas mais altas do que elas podem compreender. Isso as lisonjeia tremendamente. Mas o tempo inteiro as tratamos puerilmente, elas nos mandam às favas. (LOBATO, 1969.)

PRELIMINARES

José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) é uma presença marcante na vida pública, empresarial e cultural brasileira. Seus escritos e tomadas de posições, em décadas passadas, revelam forte preocupação com a educação e saúde, com o desenvolvimento e desigualdades sociais – questões que estão "na ordem do dia" de qualquer agenda política séria nos dias de hoje e sempre.

---

43 Pós-graduado em Literatura, Memória Cultural e Sociedade. IFF Campos. Campos dos Goytacazes, RJ.
Mestrando em Cognição e Linguagem – PPGCL. UENF - Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ.

Lobato revelava uma consciência sobre escrever, que o credenciou a "escritor".

Entre os temas abordados, lembramos o seu olhar sobre a Educação. Vale lembrar que Lobato fundou nossa primeira editora, sendo seu projeto "entupir o país com uma chuva de livros". Além disso, legou-nos uma singular literatura infantil cujos tipos construídos ainda resistem com o passar dos anos. O "Sítio do Picapau Amarelo", povoado de personagens como Emília, Visconde de Sabugosa, Narizinho, Pedrinho, Dona Benta, e Tia Nastácia, continua encantando crianças e adultos. Com Lobato, os pequenos leitores adquirem consciência crítica e conhecimento de inúmeros problemas concretos político-existenciais. Desmistificando a falsa moral tradicional, Lobato prega a verdade individual. Instaura, portanto, a liberdade. Sem coleiras, pensando por si mesma, a criança vê um mundo onde realidade e fantasia se mesclam; e vê mais, que ela pode ser agente de transformação. Aqui, o grande achado de Lobato.

Recordamos que juntando-se à luta do Instituto de Manguinhos (atual FIOCRUZ) no combate às epidemias rurais, escreveu, em relação a este tema, um conjunto de artigos, reunidos em 1918 no livro Problema Vital.

Entendendo, já no início dos anos 30, que na indústria estava o futuro do país, e desejando "a superação do Brasil arcaico", Lobato defendeu o investimento em ferro e petróleo, montando, portanto, uma companhia para procurar o ouro negro. Em consequência, foi preso durante o Estado Novo. Jeca Tatu, personagem criada em 1918 e, em 1947, metamorfoseado na personagem Zé Brasil, simboliza, inicialmente, o caipira injustiçado, analfabeto político-social; Lobato evidencia sua constante preocupação com a chamada questão econômico-nacional.

> *A leitura de uma produção sígnica pode se desenvolver num processo inegavelmente narcísico, fechado sobre si mesmo, ignorando a teia de relações que qualquer produto cultural tece com a totalidade de uma formação na qual ele próprio é tecido. (...) Em suma: constituem-se como produtos culturais, e conseqüentemente como objetos da teoria semiótica, todas e quaisquer mensagens configuradas. (SANTAELLA.1989:38,39).*

"Não imaginas – diz Monteiro Lobato ao amigo Godofredo Rangel – as cartas que recebo das crianças. Junto uma de Juiz de Fora. A coitadinha, desesperada com o pedantismo dos programas oficiais, recorre a mim para que por intermédio de Dona Benta eu lhe explique um ponto. Ora, como eu não sei gramática, sou obrigado a recorrer a uma e aprender o que ela quer que Dona Benta explique".

Com um profundo sentimento de respeito, amor e amizade Lobato se surpreende diante do efeito causado nos pequenos e grandes leitores com seu Sítio do Picapau Amarelo. Relata Edgard Cavalheiro[44] que sua literatura assumiu efeitos terapêuticos: No fundo de uma cama, convalescendo de grave enfermidade, está um menino. Cansado, desanimado, infeliz. Batem à porta. É o carteiro. Trazem-lhe um envelope. Abre-o inquieto. Os olhos arregalam-se de espanto. Um sorriso aflora-lhe aos lábios tristes. "Papai, papai, veja, é de Monteiro Lobato..." E o pai, comovido, escreve ao escritor: "Com os agradecimentos à carta que V. Exa. se dignou enviar ao meu filho Lindberg, dou-lhe a notícia de que essa missiva veio concorrer enormemente para a sua cura. Diz ele que ontem foi um dos dias mais felizes de sua vida. Muito obrigado".

44 Amigo de Monteiro Lobato e autor da cultuada biografia "Monteiro Lobato. Vida e obra".

Quando Emílio Moura reúne os alunos de um grupo escolar de Belo Horizonte e os apresenta o escritor – "Este é Monteiro Lobato, que vocês todos conhecem" as crianças se entreolharam, olharam Lobato e começaram a rir baixinho. O escritor visitante e os professores ficaram sem compreender. Repetiram: "É Monteiro Lobato, autor de Narizinho!" Um dos garotos falou por todos: "Então o senhor pensa que nós acreditamos? O homem que escreveu Narizinho não pode estar aqui!" Grande era a magia das histórias infantis que a ideia de um homem em carne e osso, sobrancelhudo e triste como Lobato, não tinha realidade. Lobato ficou profundamente emocionado, disse à criançada que era ele mesmo e ao sair disse aos que o acompanhavam: "-Nunca pensei que fosse tão séria a influência do que escrevo. Até agora ia escrevendo... por escrever... mas essa meninada me deu uma lição. Vou pensar muito antes de escrever daqui por diante".

Aos 66 anos, Monteiro Lobato colhe os louros pelos longos anos de dedicação e amor paternal na criação e formação de uma geração de leitores que descobririam, através da literatura, sua língua, sua liberdade de expressão.

Dois anos após sua morte, a Secretaria de Educação de Salvador publica em 13 páginas, por intermédio de Denise Tavares, o que seria o esboço de uma tese para uma conferência de proteção à criança e ao adolescente. Lobato, que era avesso ao falar do gênero literário, preferia produzir, ao invés de discernir sobre o assunto e, por isso, deixa no fundo de uma de suas gavetas este testamento de dedicação e respeito para seus fieis amigos – as crianças.

Para Lobato "A criança é a humanidade de amanhã" e a arte de educá-las passaria a ser, nas próximas décadas, assunto fundamental entre os educadores e de "intensa preocupação entre os homens".

Hoje, em pleno século XXI, entendemos que a escola passou a possuir um papel bem mais amplo, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do ser humano, ou seja, a afirmação profética de Lobato se faz presente. A escola deve estimular o crescimento das potencialidades sociais e afetivas dos alunos e fazendo-se facilitadora do processo de aprendizagem.

Lobato afirma que a construção do conhecimento é um processo de elaboração pessoal. "Estamos ainda, infelizmente, num período em que a criança, em vez de ser considerada como o dia de amanhã, não passa de nuisance. Animalzinho incômodo, para os pais e professores. Daí toda a monstruosa negligência a seu respeito." (LOBATO. 1964: 249).

O escritor ainda reitera que "esta proposição é mais séria e a de mais difícil resposta de quantas ainda se hajam formulado". O conhecimento é significativo quando a criança (aluno) aprende um conteúdo, um conceito, explica um fenômeno, resolve problemas, adquire normas de comportamento e valores e é capaz de atribuir-lhes sentidos e significados; quando a criança é capaz de estabelecer relações entre o que aprende e o que conhece. Isso nos leva a pensar em Piaget "... construímos significados integrando ou assimilando o novo material aos esquemas que já possuímos de compreensão da realidade".

Os significados que a criança constrói resultam das interações entre o próprio aluno, os conteúdos de aprendizagem e o professor. É a criança (aluno) que constrói o seu conhecimento, (re) significando os conteúdos; mas é a mediação do professor, através do ensino, que orienta essa construção numa determinada direção, ampliando ou aprofundando a aprendizagem dos alunos, com vistas

aos significados a serem construídos. O escritor analisa, ainda, o enfoque educacional, esclarecendo-nos os posicionamentos da pedagogia no processo de ensino-aprendizagem:

> *A pedagogia moureja em seu estudo sem que chegue a acordo. Duas correntes, entretanto, se denunciam bem distintas.*
>
> *Uma, a dos que consideram a criança como um homem em miniatura e pede que se dê a ela o mesmo alimento mental e moral que se dá ao homem, com redução apenas de dose. Critério dos farmacêuticos: para adultos, uma colher de sopa; para crianças, uma colher de chá. Em regra todos os professores de fraco descortínio psicológico batem-se pela vitória deste critério.*
>
> *Em consequência surgiu uma flora de livros mais ou menos morais e instrutivos, escritos por professores e impostos por outros professores com influência na administração. Tudo ótimo, tudo perfeito, absolutamente em concordância lógica com o conceito de que a criança é um adulto reduzido em idade e estatura, e com a mesma psicologia. O defeito único desses livros está em que as crianças os refugam sistematicamente, como o organismo refuga sistematicamente o alimento que a sua natureza repele.*
>
> *A outra corrente admite a criança como um ser especialíssimo, do qual o homem vai sair, mas que ainda tem muito pouco de homem. Em consequência, o seu alimento mental há de ser, nunca uma redução de dose, mas algo especial. E da qualidade desse alimento, elas tem que ser os julgadores. Se refugam, não presta; se mostra avidez, é ótimo.(LOBATO. 1964: 249, 250).*

Monteiro Lobato em seus últimos dias de vida, mesmo doente e cansado, atende ao pedido de colaboração feito por seu amigo Diaulas Riedel, para o "Almanaque do Pensamento". Trata-se da última historinha do Sítio do Picapau Amarelo em que o escritor expressa através da bondosa Dona Benta seu respeito por seu público leitor – as crianças. E, para os adultos, faz um alerta sobre o verdadeiro ato de educar. Publicado pelo Almanaque em 1949, o texto inédito indica que são páginas aproveitadas de uma possível "História da Ciência para as Crianças" que começou a escrever, mas infelizmente não concluiu.

> *E há a significação da criança! Para quanta gente as crianças não passam duma simples annoyance, como dizem os ingleses! Para outras são brinquedos, enfeites da casa, bonecas vivas. Poucos tem a verdadeira noção do que é criança para o mundo, ou para a humanidade. É a própria humanidade na parte em que se vai formando o futuro. O futuro!... Palavra tremenda. O futuro é tudo, é a continuidade, a perpetuação. O passado da humanidade é de alguns milhares de anos. O presente é o dia de hoje. O futuro é toda a imensidade de tempo que o homem possa viver neste planeta!... O presente é 1, o passado é 10 – o futuro é 1.000 ou 1.000.000 – que sabemos nós?*

Tudo o que a humanidade de amanhã vai ser está em germe na criança de hoje. Se fossemos mais inteligentes e compreensivos, a vida na terra poderia tornar-se edênica. E o caminho para isso seria dos mais simples: considerar a criança como o broto do futuro e condicionar esse futuro por meio do condicionamento do broto. Podíamos

planejar o futuro! Fazer do futuro um sonho de felicidade e beleza, com o simples condicionamento do broto!(RIEDEL. 1949: 118,119).

Observamos que é nítida, neste assunto, a influência do pensamento de Anísio Teixeira que naquele momento histórico batalhava na implantação de sua "Escola Nova". Os trechos acima são marca clara da presença dos "escola novistas" no pensamento lobatiano. Anísio Teixeira trouxe para o Brasil as ideias do pedagogo e filósofo americano John Dewey (1859 – 1952) e as introduziu na Educação Brasileira a partir da década de 1930. Entre essas ideias, as duas principais eram a defesa da escola pública e gratuita e a necessidade de implantação de experiências críticas nas salas de aula.

A relação entre ensino e democracia também estava sendo discutida nos Estados Unidos. Dewey era um ferrenho defensor do direito de todas as classes sociais à educação.

Além disso, ele defendia a aprendizagem como um processo ativo. Dewey criou a expressão "escola ativa" para denominar o ensino baseado em experiências práticas. "Todo conhecimento autêntico vem da experiência", dizia. Essa foi uma das bases do movimento da Escola Nova.

Em carta ao educador baiano de 21 de novembro de 1936, Lobato afirma:

> *Estou escrevendo Emília no País da Gramática. Está saindo estupendo. Inda agora fiz a entrevista de Emília, na qualidade de repórter do Grito do Picapau Amarelo, um jornal que ela vai fundar no sítio, como o Venerabilíssimo verbo SER, que ela trata respeitosamente de Vossa Serência! Está tão pernóstica, Anísio, que você não imagina.*

> *Estamos pensando no J. Carlos para ilustrar esse livro. Aqui não vejo nenhum desenhista capaz. Ou, se a Emília soubesse desenhar...*

Em outra carta, agora ao escritor Oliveira Viana de 15 de agosto de 1934:

> *A minha Emília está realmente um sucesso entre as crianças e os professores. Basta dizer que tirei uma edição inicial de 20.000 e o Octales está com medo que não aguente o resto do ano. Só aí no Rio, 4.000 vendidas num mês. Mas a crítica de fato não percebeu a significação da obra. Vale como significação de há caminhos novos para as matérias abstratas. "Numa escola que visitei a criançada me rodeou com grandes festas e me pediram: "Faça a Emília do país da aritmética". 'Esse pedido espontâneo, esse grito d'a alma da criança não está indicando caminho? O livro como o temos tortura as pobres crianças – e no entanto poderia divertilas, como a gramática da Emília o está fazendo. Todos os livros podiam tornar-se uma pândega, uma farra infantil. A química, a física, a biologia, a geografia prestam-se imensamente porque lidam com coisas concretas. O mais difícil era a gramática e a aritmética. Fiz a primeira e vou tentar a segunda. O resto fica canja. O Anísio Teixeira acha que é toda uma nova metodologia que se abre. Amém.*

FIGURA 1: As primeiras edições de "Emília no País da Gramática" (1934) e "Arimetica da Emília" (1935), no traço do ilustrador Belmonte.

Um fato interessante é que as edições dos livros da série Sítio do Picapau Amarelo entre os anos de 1930 a 1945 são publicados pela Companhia Editora Nacional numericamente na Biblioteca Pedagógica Brasileira – Literatura Infantil, série 1ª, sob a direção de Fernando de Azevedo, outro pensador "escola novista".

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA – LITERATURA INFANTIL, SÉRIE 1ª:

Os livros de Monteiro Lobato possuem uma continuidade episódica e devem ser lidos na seguinte ordem:

01 – Reinações de Narizinho

02 – Viagem ao Céu

03 – O Saci

04 – As Caçadas de Pedrinho

05 – Hans Staden

06 – História do Mundo para Crianças

07 – Peter Pan

08 – Emília no País da Gramática

09 – Aritmética da Emília

10 – Geografia de Dona Benta

11 – História das Invenções

12 – D. Quixote das Crianças

13 – Memórias da Emília

14 – O Poço do Visconde

15 – Serões de Dona Benta

16 – Histórias de Tia Nastácia

17 – O Picapau Amarelo

18 – O Minotauro

19 – A Chave do Tamanho

20 – A Reforma da Natureza

21 – O Espanto das Gentes

22 – Fábulas

(Fonte: As Caçadas de Pedrinho – 6ª ed. Companhia Editora Nacional – 1944).

A cada obra infantil Lobato, que havia sido profetizado por Anísio Teixeira como iniciador de uma nova metodologia em uma literatura genuinamente brasileira, disfarçadamente nas vozes dos moradores do sítio de Dona Benta, abre as porteiras do conhecimento de uma forma lúdica, dialógica e encantadora. A cada volume da saga do Sítio o autor acrescenta tópicos referentes a uma determinada disciplina escolar, junto a uma grandiosa e original campanha publicitária que lança nos jornais e revistas da época. Trata-se de uma invasão, uma revolução educacional nacional.

Em 1936, o autor, junto a Octales Marcondes, seu editor e dono da Companhia Editora Nacional, pioneiramente distribuem para escolas, livrarias e comércio, em geral, um livreto intitulado "Como se organiza e se faz funccionar uma Bibliotheca Escolar", com prefácio homenageando Monteiro Lobato, então seu maior e principal editando, com sua célebre frase "Um país se faz com homens e livros". Consta no livreto: Objetivos de uma biblioteca escolar; como catalogar os livros; obrigações do bibliotecário; o hábito da leitura; escolha de títulos que devem encantar seus leitores; extensa lista de obras publicadas pela editora. Ressalta minuciosamente títulos publicados pela editora com conteúdos escolares: gramática, geografia, matemática, desenho, francês, inglês, história natural, ciências físicas e naturais, física, química, latim, lógica, filosofia, entre outros.

Na contracapa da publicação, bem ao gosto lobatiano, é estampada uma propaganda de três livros novos do Sítio do Picapau Amarelo:

FIGURA 2: Capas do livreto "Como se organiza e se faz funccionar uma Bibliotheca Escolar", publicado em 1936.Observa-se a

importância que o escritor tinha em relação aos conteúdos escolares. Monteiro Lobato dá voz aos seus pequenos e fiéis correspondentes, aceitando críticas, sugestões e ideias sobre as tramas de seus livros, do universo que Emília reinava. A intimidade com que os pequenos, com sua voz silenciada, tratam e depositam no escritor como único portador capaz de gritar por seus direitos e serem vistos como cidadãos, são manifestadas diariamente e das diversas regiões do Brasil.

> *Em mãos a cartinha de 25 do mês passado, sobre a falta de gabinete dentário aí. Que vergonha! Uma escola da Prefeitura do Distrito Federal em que as crianças precisam andar pedindo esmolas para cuidar dos dentes! Vergonha das vergonhas – mas eu não me admiro porque uma Prefeitura que chegou ao ponto de mandar retirar das bibliotecas das suas escolas os meus livros infantis e queimou-os, é naturalíssimo que não pense nos dentes das crianças. É uma Prefeitura amiga da Cárie. Querem vocês que eu contribua... Pois não. Vou mandar uma caixa de fósforos para vocês porem fogo nessa escola da Prefeitura. Venham todos brincar no Sítio do Picapau Amarelo. O Quindim virou dentista e bom dentista. Ele trata dos dentes de vocês todos, de graça...*

Preocupado com o ato de ensinar, Lobato tece uma rede interligando os desejos da criança e o conhecimento do educador. Com a gramática da Emília, ou uma genuína gramática recreativa, Lobato disfarça as regras em diálogos e dramatizações ao sabor do faz-de-conta. A linguagem é tratada de acordo com o nível de capacidade dos educandos, levando-os a refletirem e a questionarem, interagindo, assim, com a mesma.

Ainda na mesma obra "Emília no País da Gramática", a Marquesa de Rabicó batiza o rinoceronte Quindim. O diálogo que dá registro a Quindim acompanha um conceito caro ao linguista suíço Ferdinand de Saussure: a arbitrariedade do signo[45] :

> *Nisto dobravam uma curva do caminho e avistaram ao longe o casario duma cidade. Na mesma direção, mais para além, viam-se outras cidades do mesmo tipo.*
>
> *- Que tantas cidades são aquelas, Quindim? – perguntou Emília.*
>
> *Todos olharam para a boneca, franzindo a testa. Quindim? Não havia ali ninguém com semelhante nome.*
>
> *- Quindim – explicou Emília – é o nome que resolvi botar no rinoceronte.*
>
> *- Mas que relação ha entre o nome Quindim, tão mimoso, e um paquiderme cascudo destes? – perguntou o menino, ainda surpreso.*
>
> *- A mesma que ha entre sua pessoa, Pedrinho, e a palavra Pedro – isto é, nenhuma. Nome é nome; não precisa ter relação com o "nomado". Eu sou Emília, como poderia ser Teodora, Inácia, Hilda ou Cunegundes... (LOBATO. 1940: 15,16).*

45 Nas citações das obras e nos fragmentos da correspondência de Monteiro Lobato, mantivemos sua ortografia original conforme desejo do escritor a seus editores: "Há uma lei natural que orienta a evolução de todas as línguas: a lei do menor esforço. (...) A reforma ortográfica veiu apenas apressar um processo em curso. Por si mesma a palavra phthysica passou a tísica, e o ph já havia sido desmontado pelo f. E assim seria em tudo. Essa lei do menor esforço conduz á simplificação da ortografia, jamais á complicação – e os tais acentos a torto e a direito que os reformadores oficiais impuseram á nova ortografia vêm complicar, vêm contrariar a lei da evolução! (...)Eu, de mim, solenemente o declaro, não sou "mé", e portanto não admito esses acentos em coisa nenhuma que eu escreva, nem leio nada que os traga. Se alguém me escreve uma carta cheia de acentos, encosto-a. Não leio. E se vem alguma com trema, devolvo-a, nobremente enojado..."

O que Lobato queria e insistia era que a criança entendesse os fenômenos da língua. Seu objetivo era simplificar as coisas para que as crianças entendessem um pouco mais o seu idioma. Mas, por falar de uma maneira saborosa e com ingredientes fantásticos, Lobato obtém uma intensa recepção crítica positiva à sua obra, porém alguns intelectuais têm uma visão desaprovadora da obra lobatiana, como as afirmações da poeta Cecília Meireles em sua coluna no jornal carioca Diário de Notícias, no dia 13 de julho de 1930, em que escreve a respeito dos livros de Lobato que estavam "em desacordo com o moderno espírito de educação". A poeta se autodefinia como a "antítese de Lobato" quando o assunto era literatura infantil. Lobato, em sua opinião, era "muito engraçado, escrevendo. Mas aqueles seus personagens são tudo o que há de mais malcriado e detestável no território da infância". Esta crítica foi feita em carta ao educador Fernando Azevedo, datada de 9 de novembro de 1932, em que ela comenta ter recebido livros infantis de Monteiro Lobato, pelos quais iria agradecer ao escritor. Elogia a parte gráfica dos livros, mas adverte: "por nenhuma fortuna do mundo eu assinaria um livro como os do Lobato, embora não deixe de os achar interessantes".(2001:102). Diante de tais afirmações em relação à obra lobatiana, pensamos: Qual seria "o moderno espírito da educação" que tanto a poeta defendia? A principal bandeira defendida pelos pensadores da educação nacional consistia na "garantia do ensino para todos". Muitas das ideias deles estão no famoso "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", documento lançado em 1932 por um grupo de educadores que, além de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo, a própria Cecília Meireles faz parte. O "Manifesto" contém os fundamentos pedagógicos da Escola Nova e chama atenção para a necessidade de vincular o ensino ao desenvolvimento psicológico infantil. "Os interesses da criança devem ser a fonte de inspiração das atividades escolares."

Mais do que livros, Lobato dramatiza a gramática e literalmente humaniza seus termos.

> *Dona Benta, com aquela sua paciência de santa, estava ensinando gramática a Pedrinho. No começo Pedrinho resingou.*
>
> *- Maçada, vovó. Basta-me ter de lidar com essa caceteação lá na escola. As ferias que venho passar aqui são só para brinquedo. Não e não e não...*
>
> *- Mas, meu filho, se você apenas recordar com sua avó o que anda aprendendo na escola, isso valerá muito para você mesmo, quando as aulas se reabrirem. Um bocadinho só, vamos! Meia hora por dia. Sobram ainda vinte e três horas e meia para os famosos brinquedos.*
>
> *Pedrinho fez bico, mas afinal cedeu; e todos os dias vinha sentar-se diante de dona Benta, de pernas cruzadas como um oriental, para ouvir explicações de gramática.*
>
> *- Ah, assim, sim! Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndio...*
>
> *Emília habituou-se a vir assistir ás lições, e ficava a piscar, distraída, como quem anda com uma grande ideia na cabeça. E andava realmente com uma grande ideia na cabeça:*
>
> *- Pedrinho – disse ela um dia depois de terminada a lição, por que, em vez de estarmos aqui a ouvir falar de gramática, não havemos de ir passear no País da Gramática? (LOBATO. 1940: 249).*

Se Emília, Pedrinho, e Narizinho interpelam Dona Benta e Tia Nastácia sobre os mais diversos assuntos, não são apenas receptores de ideias lançadas pelo adulto - são construtores do conhecimento através desta interação. O que incomodava alguns educadores e estudiosos, como Cecília Meireles? Talvez fosse a língua descontrolada de Emília que, em relação a isto, é a própria boneca que se defende:

> *-É besteira! – gritou a boneca.*
>
> *Dona Benta advertiu-a.*
>
> *-Emília, as professoras e os pedagogos vivem condenando esse seu modo de falar, que tanto estraga os livros de Lobato. Já por vezes tenho pedido a você que seja mais educada na linguagem.*
>
> *- Dona Benta, a senhora me perdoa, mas quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita. Nasci torta, sou uma besteira da natureza – ou dessa negra beiçuda que me fez. E, portanto, ou falo como quero ou calo-me. Isso de falar como as professoras mandam, que fique para Narizinho. (LOBATO.1938:59)*

"Emília é infernal", ressalta Lobato: "Não posso mais com ela. Enquanto estou batendo o teclado, ela posta-se ao lado da máquina, e quem diz que eu digo o que desejo?" (1944:341) indaga, chamando--se de "Independência ou Morte".

Para a maioria dos escritores, teóricos, como Wilson Rocha, Eliane Yunes, Cassiano Nunes; Emília é o maior e o melhor personagem da literatura brasileira. É a versão feminina do "Macunaíma de Mário de Andrade". A boneca é capaz de criar situações, criar

aventuras. É sem dúvida o auter ego de Monteiro Lobato, é a sua consciência e voz disfarçada de brinquedo. Pedrinho e Narizinho devem ser "boas" crianças. Emília é a boneca de pano. Ela pode ser aquilo que as crianças são, mas não poderiam ser há 50 anos.

O papel de Emília é o de libertar a criança; sua presença está centrada no diálogo, em que há o direito à voz, à livre expressão, à criação e à participação, de maneira que seja respeitada e valorizada. E se isso a torna "malcriada e detestável", então a criança se limitaria a ser uma simples repetidora dos estudos teóricos. É a psicanalista Betty Milan que responde, após quase 70 anos, a crítica de Cecília: "À criança europeia o adulto ensina com Chapeuzinho Vermelho a não desobedecer e com Pinóquio a não mentir; à brasileira ensinamos com Emília, personagem de Monteiro Lobato, a fazer de conta". (2007:42)

Ao amigo e companheiro de missivas, Godofredo Rangel, Lobato em diversas cartas contidas em "A Barca de Gleyre", aconselha-o a tratar os pequenos leitores com igualdade e respeito:

> *Ah, Rangel, que mundos diferentes, o do adulto e o da criança! Por não compreender isso e considerar a criança "um adulto em ponto pequeno", é que tantos escritores fracassam na literatura infantil e um Andersen fica eterno (1969, tomo 2, p.347).*
>
> *"Para ser infantil tem o livro de ser escrito como o CAPINHA VERMELHA, de Perrault. Estilo ultra direto, sem nem um granulo de "literatura". (...) A coisa tem de ser narrativa a galope, sem nenhum enfeite literário. O enfeite literário agrada aos oficiais do mesmo ofício, aos que compreendem a Beleza literária. Mas o que é beleza literária para nós é maçada e incompreensibilidade para*

> *o cérebro ainda não envenenado das crianças. (...) Não imaginas a minha luta para extirpar a literatura dos meus livros infantis. A cada revisão nova nas novas edições, mato, com quem mata pulgas, todas as "literaturas" que ainda as estragam. (...) Depois da primeira edição é que faço a caçada das pulgas – e quantas encontro, meu Deus!" (1969, tomo 2, p.372).*

O projeto lobatiano está a serviço de criar um paradidático sobre a língua, que percebe a criança como agente ou sujeito de seu próprio conhecimento, garantindo-lhe o envolvimento ativo no processo de aprendizagem. No entanto, Lobato constrói uma original e recreativa literatura, complementar à escola de seu tempo e de nosso tempo, ao disfarçar as regras e conteúdos em diálogos e dramatizações.

Tudo começa simplesmente como em todas as histórias: "Era uma vez..." No ano de 1921, Monteiro Lobato lança, na Revista do Brasil, precisamente na edição nº. 61 de janeiro, o conto "Lucia, ou a Menina do Narizinho Arrebitado". Trata-se de um fragmento com ilustrações de Voltolino em nove páginas. Os fragmentos são: O Enterro da Vespa e A pescaria da Emília. Seria uma experiência que se abriria com o lançamento de "A Menina do Narizinho Arrebitado". Nosso primeiro livro genuinamente brasileiro que, a partir deste momento, seria o marco de libertação da infância nacional.

> *Narizinho apareceu na varanda. Veio dizer que Emília estava judiando do Visconde.*
>
> *- Judiando como? – perguntou Dona Benta.*
>
> *- Judiando mentalmente, vovó. Quer que o Visconde mude de idéia, como a gente muda de roupa.*

- Que idéia ela quer que o Visconde mude?

- Há um broto de roseira que teima em se voltar para o lado do sol, isto é, para fora da janela. Emília não quer isso. Quer que o broto se volte para dentro, a fim de que quando o broto der rosas ela nem precise levantar-se na redinha para apanhá-las – será só espichar a mão. E o Visconde diz que o broto age assim por causa dum tal "tropismo", que é a irresistível tendência dos brotos de se voltarem para o lado em que há mais luz.

- E que tem isso?

- Tem que Emília não quer que o Visconde admita o tal tropismo.

Dona Benta riu-se. Aquelas crianças brincavam com expressões científicas como outras brincam de bolinhas ou pelota. Emília a judiar do Visconde por causa do tropismo - a atração ou repulsão que certas substâncias ou fenômenos exercem sobre o protoplasma! Ali no broto da roseira era o fenômeno luz que atraía o protoplasma do broto...

- luz!... falou Dona Benta. Nem Einstein sabe o que é a luz! Tropismo: atração que a luz exerce sobre o broto humano, a criança?

Quantos problemas, meu Deus! Mas uma coisa me parece certa: está nas mãos do presente condicionar o futuro por meio da moldagem dessa cera mole chamada criança. Desde que a criança é a massa de que sai o futuro, se soubermos lidar com sua massa daremos ao futuro a forma que quisermos – que planejarmos. (RIEDEL. 1949: 119,120).

O universo que Monteiro Lobato cria é amplo demais, como o próprio Lobato diz para o correspondente Godofredo Rangel: "Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e jogar fora, sim morar como morei no Robson e nos filhos do Capitão Grant". (1946: 346).

FIGURA 3: Caricatura de Monteiro Lobato com alguns dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo, que ilustra a crônica "O Dono do Sítio do Picapau", escrita por Benedito Bastos Barreto (Belmonte), para a revista "Vamos Ler" – Rio, 27/6/1946 – p. 17.

REFERÊNCIAS:

CAVALHEIRO, Edgard. Monteiro Lobato. Vida e obra, 1 - 2. São Paulo: Brasiliense, 1962.

GOMES, Álvaro Cardoso, VECHI, Carlos Alberto. Introdução ao Estudo de Literatura. São Paulo: Atlas, 1991.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e Comunicação. São Paulo: Cultrix, 1989.

LOBATO, Monteiro. A Barca de Gleyre. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1944.

_____. A Barca de Gleyre. Volumes 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1946.

_____. A Barca de Gleyre. Volumes 1 e 2; 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. O Poço do Visconde. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1938.

_____. Emília no País da Gramática. 4ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1940.

_____. Conferências, artigos e crônicas. Vol. 15. Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série. Literatura Geral. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1964.

MEIRELES. Cecília. Problemas da literatura infantil. 2º ed. São Paulo: Summus. 1979.

_____. Crônicas de educação. 5º volume. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

NUNES, Cassiano. Monteiro Lobato. O editor do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. A Correspondência de Monteiro Lobato. In: Folha de São Paulo. São Paulo: 28 jun. 1998. Caderno Mais!

RIEDEL, Diaulas. Almanaque do Pensamento. 37° ano. São Paulo: Pensamento, 1949.

SANTAELLA, Maria Lúcia. Produção de Linguagem e Ideologia. São Paulo: Cortez, 1989.

A LINGUÍSTICA SISTÊMICO FUNCIONAL: A LÍNGUA COMO SISTEMA SEMIÓTICO

Magda Bahia SCHLEE [46]

A LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: UM SISTEMA SEMIÓTICO

Como o objetivo do presente trabalho é apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da linguística sistêmico-funcional, relacionando essa perspectiva com os temas semióticos de análise lingüística, iniciaremos nossa apresentação com algumas definições da ciência Semiótica:

> *"O nome semiótica vem da raiz grega semeion, que quer dizer signo." "Semiótica, portanto, é a ciência dos signos, é a ciência de toda e qualquer linguagem." (p.7) "A Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido." (p.13) Santaella, L. (1983). O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense.*
>
> *"Semiótica é a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e o."grego semeîon, que significa 'signo', e sêma, que pode ser traduzido por 'sinal' ou 'signo'." (p.21)*
>
> *Nöth, W. (1995). Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume.*

46 Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense/UFF. Integrante do grupo de pesquisa do CNPQ em Linguística Sistêmico-funcional no Projeto Escrita e inclusão social: análise de corpus e a metáfora gramatical no ensino médio, com apoio da Faperj.

Das definições apresentadas depreende-se com facilidade que a Semiótica tem como objeto de investigação todos os fenômenos culturais como sistemas sígnicos, isto é, sistemas de significação. Ocupa-se, pois, do estudo do processo de significação ou representação, na natureza e na cultura, do conceito e da ideia.

Nesse sentido, pode-se dizer que é mais abrangente que a Linguística, que se restringe ao estudo dos signos linguísticos, ou seja, do sistema sígnico da linguagem verbal, já que a Semiótica tem por objeto qualquer sistema sígnico – Artes visuais, música, fotografia, cinema, vestuário etc.

Já a Linguística Sistêmico-Funcional corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico, uma vez que segundo Halliday, idealizador da teoria, "a natureza da língua está intimamente ligada com as necessidades que lhe impomos". A Linguística Sistêmico-Funcional rejeita, pois, descrições meramente estruturais, características das correntes formalistas, e faz do uso a base da descrição. Evidencia-se, assim, o princípio fundamental da teoria, segundo o qual a forma particular assumida pelo sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir (HALLIDAY, 1970).

Assim, com base na definição de Santaella (1983) de que a Semiótica "tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção significado" e no enfoque sistêmico-funcional de que as línguas em geral são recursos para a produção de significados, chega à conclusão de que a Linguística Sistêmico-Funcional é um sistema semiótico. Ou, de outro modo, torna-se evidente, na perspectiva sistêmico-funcional, a

caracterização da língua como sistema semiótico, pois parte-se do princípio de que a língua é potencial de significado.

A LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Como qualquer perspectiva funcionalista da linguagem, a lingüística Sistêmico-Funcional concebe a língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. Assim, seu interesse de investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua.

Opõe-se, assim, a lingüística Sistêmico-Funcional às correntes formalistas, que se caracterizam, em termos gerais, pelo esforço de analisar a língua como elemento autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais. A abordagem sistêmico-funcional, como qualquer corrente funcionalista, procura explicar os padrões observados no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Para exemplificar, o que ficou dito, observem-se as frases abaixo:

1) Você é antipático.

2) Antipático é você.

Uma análise estritamente formal dos enunciados acima não nos permite indicar as diferenças de uso entre as duas construções. As

inversões seriam devidamente registradas, mas certamente não se poderia fazer qualquer observação acerca das motivações que levam à opção por uma ou outra construção. Sob uma perspectiva funcional, ao contrário, a inversão assume valor significativo a partir do momento em que a construção 2 pressupõe que o interlocutor tenha feito anteriormente o insulto, ou seja, o insulto não é uma informação nova, por isso aparece em posição temática. Trata-se, pois, de uma réplica, o que justificaria a inversão. A análise dos exemplos demonstra a essência da perspectiva funcionalista, que amplia seu campo de análise ao recorrer ao contexto de uso, o qual motiva as escolhas entre as diferentes escolhas gramaticais à disposição do falante/escritor.

Aliás, a noção de escolha é fundamental na abordagem sistêmico-funcional, já que Halliday (1970) desenvolve a idéia de que a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções básicas da linguagem. Essa perspectiva dá à língua uma dimensão paradigmática. Como diz Halliday (2004, p.22) "a estrutura é a ordenação sintagmática da língua: padrões, ou regularidades, no que vai junto com o quê. O sistema, em contraste, é a ordenação no outro eixo: padrões no que poderia ir em vez de o quê." Halliday (1978) acrescenta ainda que só se pode tentar compreender a língua em uso observando o que o falante diz em relação ao que poderia ter dito, mas não disse. O resultado dessas escolhas é o texto, que surge assim como uma instanciação do sistema, já que esse, o sistema, é instanciado sob a forma de textos (HALLIDAY, 2004).

Também a noção de função da linguagem é fundamental na perspectiva sistêmico-funcional, já que as escolhas realizadas pelos falantes correspondem a certas funções básicas da linguagem.

Halliday parte do princípio de que, acima dos sistemas linguísticos e dos falantes, há uma realidade, a linguagem, que cumpre certas funções, realidade essa que existe para potencializar possibilidades de uso e assim complementar outras capacidades humanas. Na sua essência, a linguagem desempenha, pois, três funções fundamentais, além da função comunicativa, considerada primordial e básica por esse sistema lingüístico que encara a troca e a negociação do significado como a razão da existência da linguagem.

A Lingüística Sistêmico-Funcional estuda, pois, a natureza e a organização interna da linguagem em termos das funções a que ela se presta na vida social. No estudo dessas funções, Halliday (1979) identifica quatro funções que a linguagem tem de cumprir em qualquer cultura: 1) interpretar o conjunto das experiências dos falantes; 2) expressar certas relações lógicas elementares; 3) expressar a participação dos falantes / ouvintes na situação de discurso; e 4) ser capaz de fazer tudo isso simultaneamente, organizando-se como discurso relevante.

Com base nessas funções, Halliday (1994) estabelece o que ele chama de metafunções da linguagem, conceito-base da teoria sistêmico--funcional, por representarem os constituintes da estrutura interna da linguagem. A referência a essas funções como metafunções deve-se a dois aspectos fundamentais: por uma lado seu caráter geral, abstrato, em oposição às funções que as unidades dos sistemas lingiísticos particulares desempenham em estruturas particulares; e, por outro, porque a funcionalidade é intrínseca à linguagem.

Assim, as duas primeiras funções elencadas – experencial e lógica – compõem a metafunção ideacional. A segunda constitui

a chamada metafunção interpessoal, e a terceira recebe o nome de metafunção textual.

O autor acrescenta ainda que esses componentes são manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associado a esses, o terceiro componente, o "textual", é considerado uma função habilitadora, uma vez que permite que as outras duas funções se realizem em forma de texto. As três metafunções formam, dessa forma, a base da organização gramatical sob a perspectiva sistêmico-funcional, já que a tarefa da gramática é codificar, em estruturas articuladas, os significados que derivam dessas funções. A multifuncionalidade constitui, pois, a chave para uma interpretação funcional da linguagem.

Halliday (1994) propõe, assim, uma tipologia funcional que estabelece relações entre as estruturas gramaticais de uma língua e as funções que ela desempenha na vida social. A partir da consideração da existência dessas metafunções, é possível verificar, por meio dessa descrição, como as línguas naturais se estruturam, se organizam com base em tais princípios funcionais. Dessa forma, as funções da linguagem se materializam em componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam as redes de escolhas de caracterização semântica. Assim, há nos sistemas das línguas em geral um componente gramatical de valor ideacional, outro de valor interpessoal e um outro, ainda, de valor textual, a saber, ...

Paveau e Sarfati (2006) observam que, diferentemente de outros estudiosos, como Bühler e Jakobson, que definiram as funções da

linguagem considerando a possibilidade de duas ou mais funções estarem presentes em um mesmo enunciado, mas com a predominância de apenas uma, Halliday (1994) adverte que todas essas funções estão simultaneamente presentes numa dada frase, sem prioridade de uma sobre a outra. Assim, na perspectiva hallidiana, cada frase representa uma codificação simultânea de conteúdos semânticos associados às três metafunções: a oração como representação (metafunção ideacional), a oração como troca (metafunção interpessoal), a oração como mensagem (metafunção textual).

Nessa abordagem, a linguagem passa a ser considerada um reservatório de possibilidades semânticas dirigidas para a comunicação, e o locutor opera escolhas nas três metafunções para compor o texto, definido como a unidade básica do processo semântico. Justifica-se, assim, o uso do termo sistêmico na denominação da perspectiva sistêmico-funcional, uma vez que a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a idéia de que escolha produz significado. Evidencia-se então a hipótese sobre a qual repousa a visão de linguagem para Halliday, ou seja, a escolha, consciente ou não, determinada pelo contexto e pela cultura, implica o sentido.

Dessa forma, para Halliday, "uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural", no sentido de que nela tudo pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada"(1994: xii)[47].

É com base nesses pressupostos que apresentaremos agora a análise do editorial Acesso à universidade, publicado pela Folha de São Paulo, de 30/05/2004. Cumpre lembrar que limitamos nossa análise à metafunção interpessoal ao tratarmos das orações principais das

47 A functional grammar is essentially a "natural"grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.

subordinadas substantivas. Sob a perspectiva sistêmico-funcional foi possível reconhecer o papel fundamental que essas estruturas desempenham para a veiculação do significado interpessoal. Tais estruturas revelaram sua força argumentativa ao veicular, de forma inequívoca, as intenções discursivas do enunciador em relação ao conteúdo proposicional expresso pela oração subordinada. Abaixo, transcrevemos o editorial em análise.

ACESSO À UNIVERSIDADE

> *O governo federal encaminhou ao Congresso projeto de lei que estabelece novos critérios de acesso ao ensino universitário. São duas propostas básicas. A primeira delas determina que as instituições de ensino superior privadas que usufruem de incentivos fiscais, como as entidades filantrópicas, devem destinar 20% de suas vagas para bolsas de estudo integrais, sem o que perderiam os benefícios a que têm direito.*
>
> *Com essa medida, o Ministério da Educação (MEC) espera aumentar consideravelmente a oferta de vagas para alunos de baixa renda no ensino superior. O programa também garantiria a contrapartida que, não raro, essas instituições deixam de conceder, recorrendo a subterfúgios como diluir a obrigatoriedade de concessão de bolsas em pequenos "descontos" nas mensalidades.*
>
> *A segunda proposta do MEC é reservar 50% das vagas de graduação das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio público. A idéia é, mais uma vez, favorecer alunos de menor renda, impossibilitados de freqüentar o ensino privado.*
>
> *A proposta referente à "estatização" de vagas de faculdades e universidades filantrópicas é engenhosa,*

mas nem por isso deixa de suscitar ponderações. O governo não precisaria necessariamente abdicar dos recursos gastos com a renúncia fiscal. Eles poderiam, em tese, ser recolhidos e destinados ao ensino público. É evidente também que muitos dos estabelecimentos privados, diante da inação governamental, tornaram-se notórios por seu pífio desempenho acadêmico, pela ausência de investimento na produção de conhecimento científico e pela habilidade em burlar os métodos de controle de qualidade.

Mais questionável ainda é pretender corrigir no topo um desvio que começa na base. O problema da democratização do ensino se inicia no ensino fundamental deficiente oferecido pelo Estado, que leva famílias de classe média a procurar escolas privadas e condena os filhos das mais pobres a uma formação deficiente que os prejudica na disputa por vagas em universidades públicas.

A reserva de vagas para estudantes de escolas públicas não resolve a questão, como também não assegura que os beneficiados sejam os mais pobres uma vez que não há na proposta um corte por renda. Não é improvável que estudantes menos qualificados de classes, mais abastadas migrem para a ensino público visando beneficiar-se da cota. É preciso lembrar que hoje a presença de estudantes egressos do ensino público nas universidades federais já é, em média, de 42%. Os ganhos, portanto, seriam marginais.

Certamente as propostas não agravam a situação - ao contrário, tendem a melhorá-la. Deveriam, contudo, ser vistas pelo ministério apenas como parte de um contexto maior, que está a exigir medidas mais profundas e abrangentes.

> *Não se pode esquecer de que o papel das universidades não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho. Essas instituições devem estar voltadas essencialmente à produção científica e à formação de pesquisadores altamente qualificados. Não são, como sugere o nome do programa do governo, "para todos", mas para uma elite intelectual que tem condições de atender às exigências da vida acadêmica. Para que essa elite possa contar com maior presença de representantes das classes de baixa renda, seria preciso dar conta de questões estruturais, algo que não se faz num passe de mágica. Por outro lado, no ensino superior deve haver instituições que atendam à demanda por formação de bons profissionais para o mercado de trabalho. Assim, seria necessário colocar o debate sobre o desenho de um novo sistema que contemplasse, como ocorre em vários países, opções qualificadas de ensino superior profissionalizante e universidades verdadeiramente de excelência.*

O editorial em questão trata dos critérios estabelecidos pelo Governo federal para acesso ao ensino universitário. O articulista, após apresentar as duas propostas encaminhadas ao Congresso pelo Governo, questiona sua eficácia no sentido de favorecer o ingresso das classes menos favorecidas ao ensino superior. No texto, há dez períodos compostos por subordinação com orações subordinadas substantivas de interesse para a presente análise. Seguem os períodos mencionados com as respectivas orações bases em destaque:

> (1) "A primeira delas determina que as instituições de ensino superior privadas...devem destinar 20% de suas vagas para bolsas de estudo integrais."

(2) “A segunda proposta do MEC é reservar 50% das vagas de graduação das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio público.”

(3) “A idéia é, mais uma vez, favorecer alunos de menor renda...”

(4) “É evidente também que muitos dos estabelecimentos privados, diante da inação governamental, tornaram-se notórios por seu pífio desempenho acadêmico, pela ausência de investimento na produção de conhecimento científico e pela habilidade em burlar os métodos de controle de qualidade.”

(5) “Mais questionável ainda é pretender corrigir no topo um desvio que começa na base.”

(6) “Não é improvável que estudantes menos qualificados de classes mais abastadas migrem para o ensino público...”

(7) “É preciso lembrar que hoje a presença de estudantes egressos do ensino público nas universidades federais já é, em média, de 42%.”

(8) “Não se pode esquecer de que o papel das universidades não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho.”

> (9) "Para que essa elite possa contar com maior presença de representantes das classes de baixa renda, seria preciso dar conta de questões estruturais..."

> (10) "Assim, seria necessário colocar o debate sobre o desenho de um novo sistema..."

As estruturas (1) e (2), por exemplo, são indicadores da fonte da informação que se segue na oração subordinada – o Governo e suas propostas. Contudo elas perderam sua força modalizadora, uma vez que, no período anterior, o articulista faz menção às duas propostas encaminhadas ao Congresso pelo Governo. Assim, as construções servem mais para identificar as propostas citadas anteriormente do que propriamente indicar a posição do articulista ou anunciar a fonte, que já havia sido citada no primeiro período do texto.

Já em (3), há indicação da fonte – o vocábulo "idéia" traz implícito o governo como autor das propostas – "A idéia (do governo) é –, ou seja, é o Governo o responsável pela idéia". Desse modo, o articulista exime-se do conteúdo asseverado na oração subordinada. Thompson (2004) sugere que um bom recurso para se avaliar o efeito da modalidade em determinado trecho é tentar imaginar o texto sem a expressão indicativa de modalidade. Adotamos o procedimento na construção em análise para comprovar seu caráter modal, uma vez que ela poderia parecer idêntica à construção (2), que está esvaziada de seu potencial modal. Observem-se as três possibilidades sugeridas:

> (A) A proposta, mais uma vez, favorece alunos de menor renda, impossibilitados de freqüentar o

ensino privado.

(B) A segunda proposta, cuja idéia é, mais uma vez, favorecer alunos de menor renda, impossibilitados de freqüentar o ensino privado, é reservar 50% das vagas de graduação das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio público.

(C) A segunda proposta, que favorece alunos de menor renda, impossibilitados de freqüentar o ensino privado, é reservar 50% das vagas de graduação das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio público.

Em (A), a falta de marca indicativa da fonte implica que essa fonte seja o próprio articulista, filtro natural das proposições por ele expressas. Nesse caso, o articulista parece, de fato, crer que a proposta favorecerá alunos de baixa renda.

A construção (B) aproxima-se bastante da original, contudo a indicação da fonte ganha menor destaque em função de estar expressa na oração subordinada.

A reescritura (C), como ocorreu em (A), faz crer que o articulista, de certa forma, assume como certa a afirmação de que a proposta irá "favorecer alunos de menor renda". Na verdade, o fato de favorecer alunos de baixa renda assume a condição de qualidade inerente da proposta do governo, por ser expressa através de uma oração subordinada adjetiva.

Em face do exposto, não se pode negar o caráter modal da oração base de (3). Através dela, o articulista enfatiza a fonte e, ao mesmo tempo, descompromete-se com o fato. Segundo ele, a intenção do governo com a proposta é favorecer os alunos de baixa renda, mas a esse respeito ele não se posiciona.

As construções seguintes, (4), (5) e (6), enquadram-se perfeitamente na análise que Thompson (2004: 70) faz de certos enunciados em que a proposição, expressa nesses casos pela oração subordinada, "é tratada como um pedaço definível de significado, quase como se fosse uma 'coisa' no mundo à qual se podem atribuir qualidades"[48] – nesses casos específicos, as qualidades de serem "evidentes", "questionáveis" e "improváveis". Dessa forma, esse tipo de construção faz parecer que as qualidades expressas na oração base são qualidades da própria proposição e não uma avaliação pessoal do articulista sobre ela. Por esse motivo, esse tipo de indicação de modalidade recebe, segundo Halliday (1994), o nome de modalidade objetiva. Por incidirem sobre proposições, indicando graus de probabilidade – certeza em (4) e probabilidade em (5) e (6) – constituem exemplos de modalização.

Interessante ainda é a construção (6), em que a modalização é feita através de polaridade negativa. Fora do contexto, as orações "Não é improvável" e seu contrário "É provável" poderiam parecer sinônimas. A substituição de uma pela outra no texto, contudo, alteraria sutilmente a significação pretendida pelo articulista e seu efeito sobre o leitor. Ao argumentar contra a reserva de vagas nas universidades para estudantes da rede pública, o editorialista prevê algumas distorções como a migração de alunos menos qualificados de classes mais abastadas para o ensino público. De forma a não

48 This proposition is being treated as a definable chunk of meaning, almost as if it were a kind of 'thing' in the world that can have qualities attributed to it. (Thompson 2004:70)

generalizar esse procedimento por parte das classes favorecidas e, conseqüentemente, evitar uma possível rejeição a esse argumento por parte de leitores pertencentes a essas classes, aliás, público alvo do jornal em análise, o articulista atenua o argumento através da polaridade negativa, tornando a construção mais branda. O texto ganha, assim, em força argumentativa. Percebe-se, desse modo, que a aceitação prévia por parte do articulista de possíveis refutações a seus argumentos se reflete no texto através da modalidade.

A dupla indicação da modalidade em (6) confirma a posição de Thompson (2004: 66) de que "os significados interpessoais podem ser cumulativos, reforçados ao serem expressos em vários pontos da oração"[49] . Em (6), não só a oração modal, mas também a polaridade negativa contribuíram para indicar modalidade. Cumpre lembrar que tais análises, contudo, só são possíveis através de uma abordagem lingüística que proponha uma teoria da organização gramatical integrada a uma teoria global da interação social como aquela proposta por Halliday (1994).

As construções (7), (8), (9) e (10) ilustram casos de modulação, ou seja, a modalidade incide sobre recomendações feitas ao leitor pelo articulista, ou seja, enunciados de orientação diretiva. Em (7), o articulista solicita ao leitor que lembre o fato de que "hoje a presença de estudantes egressos do ensino público nas universidades federais já é, em média, de 42%". Essa construção, presente também no texto II, funciona, mais uma vez, como estratégia retórico-argumentativa. Ao solicitar que o leitor lembre que a presença de estudantes egressos do ensino público nas universidades

49 As a rule, interpersonal meanings are not inherently tied to specific constituents but spread over the whole clause; and they may be cumulative , reinforced by being expressed at several points in the clause (Thompson 2004)

federais já corresponde a 42%, o articulista dá a esse fato caráter de verdade, uma vez que só se pode lembrar de algo verdadeiro. O leitor sente-se, assim, impelido a tomar o fato como verdadeiro.

O mesmo recurso foi usado em (8) para a apresentação de outro argumento, – o de que o papel das universidades não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho – mas, nesse caso, através do verbo "esquecer" com polaridade negativa. Mais uma vez, a construção implica, por parte do articulista, a pressuposição de que o fato expresso na oração subordinada é verdadeiro.

Em (9) e (10), a modulação ganha novos contornos pela flexão do sintagma verbal da oração base no futuro do pretérito. Nessas construções, o articulista faz recomendações ao leitor com base em sua autoridade de autor, como já ocorreu em exemplos anteriores. A opção pelo futuro do pretérito, contudo, traz para a construção a idéia de incerteza, de dúvida em relação à realização dessas medidas – dar conta de questões estruturais e colocar o debate sobre o desenho de um novo sistema – pelo governo. Para que, de fato, elas fossem concretizadas, o governo teria de reconhecer, como disse o articulista anteriormente, que o papel das universidades não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho, o que contraria o programa de governo "para todos". Assim, o articulista, apesar de sugerir medidas que ele julga eficazes, demonstra sua descrença em relação a sua execução pelo governo. Vemos, mais uma vez, a indicação cumulativa da modalidade como está previsto em Thompson (2004).

Vale lembrar que as orações bases analisadas atendem às peculiaridades do gênero editorial. Se, por um lado, o editorial caracteriza-se por ser um texto opinativo, por outro, mantém a objetividade e a impessoalidade características da linguagem jornalística. Desse

modo, as orações modais analisadas mostram como a modalidade pode servir ao conceito de objetividade, camuflando a subjetividade inerente a todo texto opinativo e ao próprio discurso. Revela-se, assim, a modalidade um poderoso recurso argumentativo.

Fica evidente, assim, o importante papel que as orações principais das orações substantivas têm para a veiculação do significado interpessoal da construção.

Confirmam-se, pelo exposto, as palavras de Gouveia (2009) segundo as quais a LSF é não só "uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê da a língua variar em de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso", mas "fornece também instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise de textos, pelo que, adicionalmente, pode ser encarada como um modelo de análise textual.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à lingüística sistêmico-funcional. In: Matraga. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Letras, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (org.) Novos horizontes em lingüística. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976

____. Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1979.

____. An Introduction to Functional Grammar. 2 ed. London:

Edward Arnold, 1994.

____. & MATTHIESSEN, C. An Introduction to Functional Grammar. 3a. ed. London: Hodder Arnold, 2004

NÖTH, W. (1995). Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

PAVEAU, M & SARFATI. As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Claraluz, 2006.

SANTAELLA, L. O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, Geoff. Introducing Functional Grammar. 2 ed. London: Hodder Arnold, 2004

ENSINO DE GRAMÁTICA: ACESSÓRIO OU ESSENCIAL AO ENSINO DE LÍNGUA?

Maria de Oliveira Mendes RAMOS[50]

INTRODUÇÃO

Os estudos da linguagem, independentemente da abordagem adotada, conduziram a várias teorias sobre o ensino de línguas. Esses estudos envolvem tanto a aquisição da linguagem, nos primeiros anos da infância, como a aprendizagem de outras línguas durante diversas fases da vida. Eles influem diretamente no ensino de línguas adotado por escolas ou por cursos de língua estrangeira. Atualmente, há uma crítica ao ensino de gramática normativa, devido à abordagem descontextualizada e centrada na análise da morfologia das palavras ou da estrutura da sentença. Essa prática de estudo da linguagem é considerada ineficiente por não conduzir o aprendiz a uma melhor compreensão dos sentidos ou dos discursos presentes no texto, já que se mostra como um processo de imposição de regras ao falante da língua. Por isso, é importante refletir sobre o ensino de gramática como parte integrante do ensino da linguagem.

Sendo assim, surgem questões como: poderíamos considerar o ensino gramatical desnecessário para estudo da língua materna? O ensino de gramática é ou poderia ser um elemento facilitador na compreensão e/ou na produção do texto? Os professores evidenciam, por meio da prática em sala de aula, a relação existente entre a gramática e a

50 Aluna de mestrado, orientanda da Profª. Drª. Lúcia Pacheco de Oliveira. PUC-Rio.

construção de sentido do texto? E os alunos compreendem que relação é essa? Ter consciência da gramática da própria língua contribui na aprendizagem de outras? Acredito que o ensino de gramática não é um fim em si mesmo. Determinados recursos linguísticos podem facilmente ser compreendidos quando se tem o domínio ou a consciência de certos mecanismos relativos à gramática. Além disso, para se aprender outra língua é importante conhecer não só o léxico, som e significado das palavras, mas também as relações que eles estabelecem entre si. Sabendo que a gramática rege as relações de sentido na sentença ou entre sentenças que constituem o texto, como o professor deve se posicionar diante disto? Que tipo de gramática é mais adequada ao ensino de língua?

Para responder a essas questões discutirei o conceito de gramática com base nas perspectivas formalista (gramática gerativa) e funcionalista (gramática sistêmico-funcional), considerando-as não como abordagens excludentes, mas como complementares (o diálogo entre elas pode enriquecer o estudo da linguagem). Segundo Dillinger (1991), as duas abordagens não devem ser vistas como alternativas, uma vez que ambas estudam o mesmo objeto (a linguagem) de forma diferente, e as visões que fornecem desse objeto, vistas isoladamente, são incompletas. Dik (1978; apud Neves, 1997) compara as duas correntes considerando os paradigmas do formalismo e do funcionalismo. Para os formalistas, a língua natural é um objeto formal e abstrato cuja função principal é expressar o pensamento. O estudo da competência é primordial (a performance ou atuação é vista como secundária), a língua é analisada independentemente do contexto. A sintaxe é autônoma em relação à semântica. Ambas são consideradas independentemente da pragmática. Por outro lado, os funcionalistas consideram

a língua como um instrumento de interação social, tendo como função principal a comunicação. As expressões linguísticas são analisadas dentro do contexto, dessa forma a pragmática engloba a semântica e a sintaxe, respectivamente.

Alinhar pontos de vista aparentemente opostos sobre a linguagem pode ser fundamental quando se pensa em ensino de língua(s). Fazendo uma analogia ao estudo biológico, Crouch afirma que:

> *"...anatomy is the science that deals with the structure of the body...physiology is defined as the science of function. Anatomy and physiology have more meaning when studied together..." (CROUCH, 1978, p. 9-10, apud GIVÓN, 1995).*

Da mesma forma, o funcionalismo poderia contribuir para os estudos do formalismo e vice-versa. Nascimento (1990, apud Neves, 1997, p. 50) considera que os "dois modelos de análise lingüística" complementam-se, uma vez que cada uma das correntes pode colaborar uma com a outra para esclarecer a interação entre as "representações mentais" e o "processamento lingüístico". Leech (1983, cap. 3, apud Neves, 1997, p. 49), considera que "seria tolo negar que a linguagem é um fenômeno psicológico como negar que ela é um fenômeno social." Para ele, as diferenças entre elas residem no "modo como vêem a linguagem". De acordo com Neves (1997), a gramática formal interpreta a língua como uma "lista de estruturas", destaca os traços universais e considera a sintaxe como base da língua em torno da qual ela se organiza. Já a gramática funcional interpreta a língua como uma "rede de relações", orienta-se de forma paradigmática e toma a semântica como base na organização do texto e do discurso.

Neste texto, não tenho a intenção de focalizar todos os aspectos da natureza da linguagem destacados pelas duas abordagens. Analisarei um texto com base em conceitos adotados pela abordagem sistêmico-funcional.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Duas correntes do estudo da natureza da linguagem, o formalismo e o funcionalismo, se destacaram no século XX. Cada uma delas adotou modos diferentes de olhar a linguagem. De acordo com Kaplan (2002), enquanto a primeira compreende seu objeto de estudo como um sistema independente, composto por uma única estrutura considerada invariável, e por regras semânticas; a segunda entende a linguagem como um produto humano resultante de práticas sociais. Para os formalistas, a linguagem dos seres humanos é inata, sendo determinada por estruturas genéticas (Kaplan, 2002). A partir disso, o formalismo de Chomsky busca determinar o conhecimento que um falante nativo tem de sua língua. Esse conhecimento gramatical da própria língua é intuitivo, envolve formar e interpretar expressões de forma inconsciente. Chomsky considera esse conhecimento linguístico como competência gramatical. Já a realização da linguagem, acompanhada ou não de erros, é vista como performance.

Radford (2004, p. 7) observa que "the grammar of a language tells you what you need to know in order to have native-like competence in the language", ou seja, a gramática de uma língua nos diz o que nós precisamos saber para termos a competência própria de um falante nativo. Um dos argumentos que reforçam essa visão de uma gramática internalizada da língua é o fato de que há um período determinado para se adquirir uma língua. Após esse período, adquire-se facilmente o vocabulário, mas o mesmo não ocorre em

relação ao conhecimento sintático. Então, se a gramática interiorizada, definida como a junção do léxico e do sistema de princípios e regras, está relacionada ao nosso conhecimento linguístico inconsciente, o objetivo do ensino gramatical no ambiente escolar pode voltar-se para tornar esse conhecimento consciente/explícito.

Considerando a linguagem sob [o] aspecto funcionalista, "the study of language is the study human beings" (KAPLAN, 2002, p. 513), uma vez que ela não é um sistema autônomo. A linguagem varia em função de diversos fatores, como o psicológico, cultural, entre outros. Essa visão de linguagem vai além do conhecimento gramatical do falante, já que não separa o sistema linguístico do uso que se faz dele. Por conseguinte, o enfoque funcionalista envolve não só o conhecimento da sintaxe da língua como também o conhecimento pragmático do falante. A linguagem é considerada, dessa forma, um instrumento de interação social e será analisada dentro de um contexto de situação, de cultura e de intertextualidade (Halliday, 1985).

Assim, segundo Mussalim e Bentes (2004), a análise linguística levará em consideração as representações linguísticas (regras semânticas, morfológicas e fonológicas) e os "padrões de interação verbal" situacionais ou culturais nos quais essas expressões ocorrem. Neves (1997, p. 20) destaca que "a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é mediada, mas não estabelecida, pela expressão lingüística". A observação desses aspectos no contexto escolar irá conduzir o aluno a uma reflexão crítica dos sentidos que a linguagem adquire na ação comunicativa estabelecida no convívio social.

O MODELO SISTÊMICO-FUNCIONAL DE HALLIDAY

O modelo sistêmico-funcional de Halliday baseia-se na teoria de Jonh Rupert Firth (Robins, 1964, p. 290, apud Neves, 1997), no funcionalismo etnográfico e no contextualismo de Malinowski (Mathiessen, 1989, apud Neves, 1997). A análise das partes da sentença, para Halliday, "relaciona-se ao modo como as estruturas semânticas e gramaticais funcionam no próprio ato de comunicação" (MUSSALIN e BENTES, 2004, p. 179), ou seja, as partes da sentença, ao serem analisadas, terão uma função no processo comunicativo. Segundo Neves (1997, p. 59), essa análise se dá por meio da "cadeia" sintagmática e da "escolha" paradigmática.

Na gramática sistêmica, a "função" e o "traço" são considerados como duas categorias distintas. A função é desempenhada por uma categoria sintagmática (palavras ou grupos de palavras que servem a uma determinada função; por exemplo o termo "Ator" ou "Sujeito" serve para descrever a função de crianças em as crianças brincam no parque). Halliday (1994, p. 29) ressalta que "the purpose of functional labelling is to provide a means of grammatical structure, in such a way as to relate any given instance to the system of the language as a whole". Já o traço é visto como categoria paradigmática, pois relaciona os itens de uma língua com outros itens similares da mesma língua. Os traços carregam em si tanto um significado formal quanto semântico (Martin, 1978, apud Neves, 1997). O significado é produzido a partir das escolhas paradigmáticas, não importando se essas escolhas foram feitas inconsciente ou conscientemente. De acordo com Neves (1997, p. 60), Halliday destaca que "a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua".

Halliday (2005, p. 196) compara o sistema linguístico a um código de sistema de signos representado pelas cores de um semáforo. Nesse sistema, o conteúdo (siga ou pare) é combinado a uma expressão (cor verde ou vermelha). A realização do código é feita por meio de uma combinação entre os níveis do conteúdo e da expressão. No sistema linguístico, há uma combinação semelhante com os níveis "semântico realizado como léxico-gramática", que por sua vez, "realiza-se como fonologia". Ele ressalta que "a semiotic, in other words, is a stratified, or stratal, system, in which the output of one coding process becomes the input to another. In this sense language is a semiotic" (HALLIDAY, 2005, p. 196-7).

De forma semelhante aos elementos de um sistema semiótico, a linguagem pode ser organizada baseando-se em três aspectos distintos: (a) entre elementos do próprio nível por exemplo, léxico-gramático); (b) entre elementos de algum nível acima (o semântico); (c) entre elementos de algum nível abaixo (o fonológico). Halliday (2005) destaca que as relações entre os "níveis próximos" não devem ser consideradas "biunívocas". Além disso, quando se interpreta um nível, os níveis que estão acima ou abaixo do nível interpretado devem ser considerados. Ele compreende o "último nível", o semântico, como um "output", pois este pode ser acoplado a outro nível acima, por exemplo, "o significado cognitivo, social, estético, entre outros"). Isso só é possível se o sistema semântico for considerado como uma realização de algum "nível semiótico mais alto".

Considerando o sistema semântico da linguagem, Halliday argumenta que a estrutura do sistema linguístico permite a realização de três significados distintos. Esses significados ocorrem simultaneamente na linguagem.

> *The semantic system of a natural language is organized into a small number of distinct components, different kinds of meaning potential that relate to the most general functions that language has evolved to serve (HALLIDAY, 2005, p. 198).*

Halliday (Neves, 1997) considera o sistema linguístico constituído por um conjunto de componentes funcionais exercendo três diferentes funções: (i) a metafunção ideacional codifica nossa representação de mundo exterior ou interior; (ii) a metafunção interpessoal possibilita a interação entre as pessoas; (iii) a metafunção textual especifica relações dentro do enunciado ou entre o enunciado e a situação na qual ele ocorre, codificando a mensagem. A gramática funcional interpreta as funções das expressões linguísticas em relação ao todo.

Há ainda dois pontos fundamentais nessa análise: (i) o texto é considerado a maior unidade de funcionamento, já que concentra simultaneamente a "organização da informação, a organização da interação e a organização semântica"; e (ii) os itens linguísticos que o compõem são multifuncionais. Segundo Halliday (1985, apud NEVES, 1997, p. 63), a função da gramática é codificar o significado e fazer o "isolamento de variáveis e de suas possíveis combinações" na realização de determinadas funções semânticas.

A investigação multifuncional deve observar não só as diferentes funções da linguagem (embora elas sejam consideradas indissociáveis), mas também o funcionamento dos itens linguísticos de acordo com diversos tipos de unidades (texto, frase ou sintagma). As funções devem ser consideradas concomitantemente nos níveis de análise, pois o princípio da multifuncionalidade é considerado

fundamental para "uma interpretação funcional da linguagem" (HALLIDAY, 1985, p. 52, apud NEVES, 1997, p. 64). Além disso, as esferas nas quais estão inseridos os participantes (nomes e pronomes), os processos (verbos), as relações (preposições e conjunções) e os circunstantes devem ser consideradas nesse estudo. Neves (1997, p. 73) ressalta que o fundamental na análise funcional "é o modo como os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, não como um fim em si mesmas". Isso revela que o significado não se restringe às palavras, "mas a todo sistema de significados da língua".

Segundo Neves (1997, p. 74), Halliday acredita que as crianças são capazes de construir uma gramática, porque podem fazer "uma ligação entre as categorias da gramática e da realidade" da qual fazem parte, e compreendem o sentido que há no código utilizado por elas. Ela afirma que:

> *Sem uma gramática não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. A relação entre semântica e a gramática é de 'interpretação'... o significado é codificado no enunciado como um todo integrado: a escolha de um item pode significar uma coisa; seu lugar no sintagma, outra; sua combinação com outro elemento, outra; sua organização interna, outra, ainda. O que a gramática faz é separar essas variáveis possíveis e atribuí-las às suas funções semânticas específicas (NEVES, 1997, p. 74).*

Sendo assim, a gramática funcional busca revelar, por meio da análise das sequências linguísticas, os significados presentes nessas sequências. Essa análise visa a mostrar "como" e "por que" o texto possui determinado significado. Para Halliday (1994, p. xxii), a

gramática deve ser vista não só como uma "gramática do sistema", mas também como uma "gramática do texto".

Além disso, ele alia a análise linguística ao contexto de ocorrência dos enunciados considerando as variáveis situacionais de registro: o campo do discurso (atividade social na qual o enunciado está inserido) as relações do discurso (distância social entre os participantes da interação) e o modo do discurso (o canal entre os participantes da interação). Todos estão associados ao componente textual. Dessa forma, a teoria proposta por Halliday alia linguagem, contexto situacional e cultural.

ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Halliday (1989), entender a linguagem é compreender como ela trabalha e como as pessoas lidam com ela. Por isso, a linguagem é considerada simultaneamente como ação e informação. Para compreender a organização funcional da linguagem, Halliday estabelece alguns critérios de análise. A abordagem da perspectiva funcional analisa as relações funcionais em três níveis: função ideacional (a uso da linguagem para codificar a experiência) função interpessoal (uso da linguagem para codificar a interação entre as pessoas) e a função textual (uso da linguagem na organização dos significados experiencial e interpessoal). Não farei uma investigação minuciosa de cada um dos três níveis. Evidenciarei as funções da teoria sistêmico-funcional usando a análise da charge a seguir:

Halliday considera algumas esferas importantes para compreender a organização funcional da linguagem. Primeiramente, os participantes do processo e as circunstâncias associadas ao evento. Na charge, o político afirma que acabará com a corrupção, mas transforma-se em motivo de riso. Os eleitores já não acreditam nas promessas de campanha, menos ainda, quando o candidato assegura que acabará com a impunidade e a corrupção dos colegas. A cena mostra a gravação de um programa eleitoral e retrata bem a desconfiança dos eleitores nos dias que antecedem as eleições do país; isso fica evidente quando o diretor da gravação do programa político interrompe, ou melhor, "corta" a sequência da gravação.

O componente funcional do sistema semântico, isto é, o significado experiencial, se manifesta por meio do processo verbal e das escolhas dos itens linguísticos. A condição expressa na oração inicial "se eleito for", na verdade, para um candidato "ser eleito"

é necessário que "um grupo de eleitores o elejam", evidencia que o candidato "pode ser" a solução para acabar com a corrupção. A necessidade de o político obter voto aparece de forma implícita. Além disso, a escolha do agente do verbo "assolar" não é um ser animado, mas o "sentimento de pouca-vergonha". Outro termo que evidencia certo descaso com os eleitores é o uso do termo "galera" e não "as pessoas".

Depois, é preciso entender a relação (tenor) entre um participante e outro. A relação pessoal entre o diretor do programa e o candidato transparece no diálogo entre eles. Nesse contexto, o responsável pela gravação do programa eleitoral decide como irá conduzir a propaganda política do candidato. Por isso, quando o diretor determina que seja cortada a gravação, ele não quer que a imagem do cliente fique prejudicada com as risadas da plateia. Em seguida, ele se justifica pela interrupção. Naquele momento, o diretor toma decisões interferindo nas ações do político, pois este é o cliente dele e, portanto, deve ser preservado. Por outro lado, o auditório ri descrente das promessas do político, mas não se mostra ofendido ou disposto a exigir mudanças. A relação entre candidato, diretor e auditório é assimétrica. Esse componente está relacionado ao significado interpessoal.

O passo seguinte é reconhecer a função da fala e características retóricas dos participantes. No texto, a fala está centrada no receptor da mensagem. Todos, até mesmo a plateia, tentam convencer diretamente alguém, por isso, a função interpessoal da linguagem organiza-se na interação entre os participantes. Inicialmente, o político faz promessas à plateia e/ou ao telespectador. Em seguida, o diretor interrompe a fala do político com a finalidade comandar as ações do candidato. Depois, se justifica indicando que a ação brusca tinha o objetivo de proteger a imagem do candidato, evitando que o riso indicando a falta de confiança da plateia fosse ouvido pelos telespectadores.

Por fim, a compreensão do tema e da coerência entre as partes é outra função presente na mensagem, considerada função textual. Fazer promessas é uma prática constante entre políticos, o novo deriva do comportamento explícito dos eleitores que, por meio da gargalhada, evidencia a descrença no caráter dos candidatos. Além disso, o diálogo e as ações dos participantes do texto estão coerentes entre si, juntos formam a unidade do texto ou a "leitura" do texto.

CONCLUSÃO

Segundo Halliday (1985, p. 44) "We study language partly in order to understand language and how it works, and partly in order to understand what people do with it". Essas são as razões pelas quais muitos linguistas, sociólogos, psicolinguistas, filósofos, entre outros, se dedicam à tarefa de compreender a linguagem humana. De um lado, os gerativistas concentram a atenção deles em prover uma especificação precisa de uma classe de gramática formalizada, concebem a gramática como uma teoria da linguagem e consideram a sintaxe como um sistema que permite ao falante usar a língua de forma criativa (Newmeyer, 2003). Do outro, os funcionalistas consideram a linguagem como uma ferramenta cuja forma se adapta às finalidades comunicativas. Por isso, essa análise da linguagem é feita considerando o contexto social em que está inserida. (Mussalin & Bentes, 2004).

Para Halliday (1985), a propriedade fundamental da linguagem não é o uso que se faz dela, mas a possibilidade de uma organização semântica do sistema. Daí, a noção de que a linguagem é construída/fundamentada em função do significado da experiência (representação do concreto ou imaginário), do significado interpessoal (um modo de fazer algo), e do significado textual. Há ainda um significado lógico

relativo às relações lógicas da linguagem expressas usando-se os eixos de hipotaxe e parataxe por meio da gramática.

Retomando as questões iniciais contidas no texto, sabendo que todo falante de uma língua possui uma gramática internalizada e, por meio dela, constrói enunciados coerentes, poderíamos considerar o ensino de gramática desnecessário ao ensino de língua materna ou estrangeira? Bastaria ter acesso ao léxico e o restante ficaria a cargo de nossa intuição de usuário da língua? O que torna o estudo da gramática importante, no contexto de sala de aula, não é o ensino das regras por si mesmas, sem uma aparente finalidade. O ensino de língua(s) não pode prescindir do ensino de gramática porque é por meio dela que os falantes organizam o significado das expressões linguísticas, evidenciam quais são os termos mais relevantes em determinado contexto dependendo da organização dos itens linguísticos, alteram a "ordem canônica" dos termos para fins estilísticos utilizados nos textos literários. Além disso, quando uma pessoa começa a aprender outra língua, ela usa como base para essa aprendizagem a gramática internalizada da língua materna, seja no nível fonológico, morfológico ou sintagmático. Aprender outra língua implica refletir sobre a gramática da própria língua.

No contexto escolar, o ensino gramatical, seja a partir de uma perspectiva gerativista e/ou funcionalista, deve ser considerado importante para o estudo da língua(gem). Retomando Radford (2004) que considera a gramática da língua essencial na aprendizagem de outra, considero que a gramática não só é necessária na aprendizagem de outra, mas também no estudo da língua materna. Primeiro, ela é essencial para uma compreensão melhor da organização entre os elementos da sentença ou entre sentenças durante a produção ou compreensão de textos. Os equívocos que ocorrem

durante a fala podem ser facilmente esclarecidos no momento da comunicação, já os equívocos ocorridos na escrita podem gerar dúvidas ou ambiguidade, já que o autor do texto pode não estar presente no momento da leitura. Segundo, evitar enganos é fundamental para que o processo comunicativo seja satisfatório em relação à compreensão dos textos pelos leitores.

Portanto, se a gramática normativa utilizada nas escolas não abrange todos os aspectos da linguagem e, em alguns casos, parece não corresponder ao conhecimento de gramática internalizada do falante nativo (por exemplo, alugam-se casas; sujeito paciente: casas), é necessário repensar alguns conceitos desse ensino de gramática à luz de recentes estudos sobre a linguagem.

REFERÊNCIAS

DILLINGER, M. Revista D.E.L.T.A., Vol. 7, nº 1, p. 395-407, 1991.

GIVÓN, T. Functionalism and grammar. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. An introduction to functional grammar. 2ª ed. London: Hodder Arnold, 1994.

_____. and HASAN, R. Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. Text, context, and learning. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____.On Grammar. 3ª ed. London: Continuum, 2005.

KAPLAN, R. B. The oxford handbook of Applied Linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, M. H. de M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEWMEYER, F. Has There Been a 'Chomskyan Revolution' in Linguistics? Language, vol. 62, nº1, p.1-18, mar, 2003.

RADFORD, A. Minimalist Syntax: exploring the structure of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CENOGRAFIA DA BELEZA CONTEMPORÂNEA: CORPOLATRIA OU O "CUIDADO DE SI" NO ESPAÇO DISCURSIVO DA MEN'S HEALTH

Maria do Socorro Correia LIMA[51]

INTRODUÇÃO

O corpo é significado de diversos modos, pois há diferentes gestos de interpretação no contexto social. Isso implica dizer que o corpo é penetrado por multifacetados sentidos de acordo com a ordem do discurso no qual ele é interpretado, veiculado e (re)construído.

As imagens do corpo contemporâneo são anunciadas, produzidas e veiculadas, sobretudo pela mídia, a qual se vale, como qualquer discurso, da dialética entre memória e esquecimento, da retomada ou não de enunciados produzidos histórica e culturalmente, possibilidade potencializada por nossa sociedade arquivística e seu emaranhamento de imagens desprovidas de um sentido posterior, sociedade em que as imagens/lembranças têm suas justificativas em si mesmas, como rejeição do esquecimento (COLOMBO, 1997).

O corpo másculo, o cuidado de si (Foucault, 1985), a robustez do macho e a sensualidade são apenas alguns dos exemplos que podem ser ressaltados com a finalidade de evocar a mise en scène presente nos ensaios fotográficos de homens focalizados nas revistas Men's Health (Editora Abril).

Este trabalho se insere na Análise do Discurso de orientação fran-

51 Doutora em Lingüística Aplicada – IEL/UNICAMP; membro colaborador do grupo de pesquisa PAIDÉIA – FE/UNICAMP.

cesa, ancorado sob os postulados de Michael Pêcheux. Este trabalho tem como objetivo analisar a construção discursiva de corpos em estado de exposição/exibição a partir da encenação da corpolatria ou o "cuidado de si" no espaço discursivo da revista Men's Health.

Na construção do cenário enunciativo do corpo, as fotografias não são meros adereços ilustrativos dos textos escritos. Por outro lado, os textos escritos não são simples descrições das imagens retratadas nos ensaios fotográficos. Esses textos procedentes de distintos domínios semióticos constroem a cena que determina a caracterização do corpo digno de ser cobiçado/admirado e as condições nas quais ele pode ser exposto/exibido.

Tendo por base o material investigado - revistas que incluem textos verbais e fotografias -, adota-se uma perspectiva discursiva verbo--visual. Portanto, a atividade analítica será norteada pela concepção de prática intersemiótica, proposta por Maingueneau (1984) e pelo conceito de intericonicidade proposto por Courtine (2005). A partir dos textos dos ensaios nos quais aparecem imagens fotográficas justapostas à narração e à descrição de modelos em estado de exposição/exibição do corpo, bem como enunciados que os referem, foi possível deduzir que o corpo que ali foi colocado em cena enfatiza os movimentos discursivos veiculados pela mídia que difundem conceitos sobre corpo, estética, sexualidade, masculinidade.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Cabe-me evocar que para a elaboração deste estudo, foram analisados alguns recortes dos ensaios fotográficos de homens focalizados na revista Men's Health que, de certa forma, ajudam a compreender o cenário da exibição/exposição dos corpos dos modelos.

As revistas que compuseram o corpus deste estudo são vendidas nas bancas direcionadas ao público heterossexual e apresentam como atrativo os ensaios fotográficos de homens saudáveis, másculos e simétricos. Em geral, as personagens focalizadas nos ensaios fotográficos são encarnadas por sujeitos anônimos. Acompanhando esses ensaios imagéticos há sempre um texto que visa a reforçar as cenas encarnadas pelos modelos expostos/exibidos.

Na verdade, a publicação da revista Men's Health tem como objetivo preencher uma lacuna no mercado editorial, sobretudo, no que respeita a um espaço discursivo direcionado ao público masculino. Neste espaço, o sujeito-leitor busca na figura do "outro" um modelo de "homem contemporâneo" no qual possa se espelhar, ou ainda, ancorar-se e obter conhecimentos sobre cuidados de si (embelezamento físico).

Essas revistas parecem ter em suas páginas coloridas uma preocupação editorial no que tange às informações que seus sujeitos--leitores poderão encontrar em suas distintas colunas, a saber: matérias especiais, carta dos leitores, dicas de comportamento, saúde, beleza, fitness sexo, nutrição e vários anunciantes. Os anunciantes (de todos os cantos do Brasil) se misturam entre moda, automóveis, suplementos alimentares, bebidas, calçados, clínicas de estética, equipamentos para ginástica, dentre outros.

Os ensaios fotográficos são norteados por imagens que veiculam corpos seminus e relevam, principalmente, a anatomia privilegiada do modelo exposto/exibido. As seções de fotos ressaltam um determinado aspecto visual (corpo musculoso, com pouco teor de gordura e de proporções simétricas). Evidentemente, qualquer corpo que se afaste desse "protótipo" ideal de beleza e masculinidade, não será retratado no espaço discursivo da Men's Health.

Como não é meu objetivo, neste texto, analisar extenuadamente todas as imagens retratadas no âmbito da revista Men's Health, escolhi as imagens dos ensaios nos quais aparecem imagens fotográficas justapostas à narração e à descrição de modelos em estado de exposição/exibição do corpo, bem como enunciados que os referem, para as análises e para a compreensão das questões discutidas adiante.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ESTUDO

As discussões serão ancoradas por meio dos conceitos de prática intersemiótica, proposto por Maingueneau (1984) e de intericonicidade concebido por Courtine (2005). O debate propiciará corroborar que tecidos pela malha discursiva de si e do outro é que os sujeitos-leitores constroem suas representações de masculinidade, de beleza, de sensualidade e de culto ao corpo.

Não é minha intenção fazer aqui um exaustivo histórico de todos os conceitos que permeiam a discussão sobre a cenografia da beleza masculina contemporânea. Nas breves linhas que constituirão esse texto, recortarei alguns dos princípios e noções que irão compor o referencial teórico para dar andamento à análise do corpus.

No que tange à prática intersemiótica (MAINGUENEAU, 1984), temos que textos de domínios semióticos diferentes (verbal e não verbal) derivam das mesmas restrições discursivas e, portanto, devem ser interpretados tendo por base a mesma grade semântica. Em uma palavra: trata-se de relevar a disseminação da especificidade do discurso sobre multifacetados planos.

Segundo Courtine (2005), toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e essa cultura visual supõe a existência para o sujeito de uma

memória visual, de uma memória das imagens e toda imagem tem um eco. Essa memória das imagens se chama a história das imagens vistas, mas isso poderia ser também a memória das imagens sugeridas pela percepção exterior de uma imagem. Nesta ótica de raciocínio, a noção de intericonicidade é uma noção complexa, pois ela supõe não somente a relação de uma imagem externa, mas também de uma imagem interna. Ou seja, as imagens de lembranças, as imagens de memória, as imagens de impressão visual armazenadas pelo sujeito. Imagens que nos faça ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens fossem apenas vistas ou simplesmente imaginadas.

Nesse sentido, a intericonicidade supõe relações de imagens exteriores ao sujeito. No entanto, isso supõe também levar em conta todos os catálogos de memória imagética do sujeito, ou ainda, de todas as memórias; podem até serem os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas e também aquelas que fazem parte do imaginário do sujeito.

Feitas essas sucintas considerações sobre os conceitos de prática intersemiótica e intericonicidade passemos, pois, às análises dos ensaios fotográficos dos modelos focalizados na revista Men's Health.

CENOGRAFIA DA BELEZA CONTEMPORÂNEA: CORPOLATRIA OU O "CUIDADO DE SI" NO ESPAÇO DISCURSIVO DA MEN'S HEALTH

As imagens retratadas dos modelos expostos/exibidos na revista Men's Health destacam não só a beleza corporal, mas também masculinidade e textualidade implícitas em cada fotografia. O corpo convida o sujeito-leitor a embarcar em um jogo imagético/verbal constante.

Figura 1

Os enunciados presentes (chamadas das matérias que serão focalizadas) na capa da revista, de certo modo, convidam o sujeito-leitor a navegar em um espaço discursivo cujos ingredientes principais se norteiam por mudanças estratégicas em atitudes e comportamentos que visam o cuidado de si. A título de exemplificação, tomemos por base os enunciados a seguir: "Blinde sua saúde já! Táticas de 1 minuto"; "Dê um up na roupa de baixo"; "Magro, ágil e forte",

No espaço discursivo da Men's Health, o olhar do corpo feminino é deslocado para o corpo masculino. Em suas capas, é estampada a imagem de um homem jovem, branco, saudável, de corpo atlético e sorriso confiante, cujo intuito é representar bem o estilo de vida e de

masculinidade proposto pela revista. Deste modo, busca-se propor ao sujeito-leitor um determinado padrão estético no qual ele possa se identificar. Trata-se, pois, de uma estratégia de convencimento: "Se você quer ser igual a esse cara da capa, então siga as nossas dicas".

Em geral, acompanhando a imagem há sempre um texto que visa a reforçar a cena encarnada pelo modelo fotografado. Na imagem em questão, o enunciado que chama a atenção para o corpo focalizado é o seguinte: "A pele que você pediu a Deus para virar um também".

Figura 2

O culto e a relevância criada em torno do corpo masculino é, pois, bastante notório no projeto visual da revista Men's Health. Caso o sujeito-leitor utilize o produto anunciado para depilação,

ele poderá transformar-se num homem superior aos outros (não depilados). Neste caso, alude-se a imagem de um corpo sem pelos a uma imagem divina pura e sem máculas.

A alusão pode ser compreendida como uma referência explícita ou implícita a uma obra de arte, um fato histórico ou um autor, para servir de termo de comparação, e que apela à capacidade de associação de idéias do sujeito-leitor. O que implica dizer que uma referência dada remeterá o sujeito-leitor a outras formações discursivas presentes em sua memória. Apenas pelo processo de reconhecimento, ou ainda, de (re)identificação desta relação por parte do sujeito-leitor é que a alusão se pode tornar efetiva, pelo que tem uma função mais exigente do que a mera citação. A alusão difere desta ainda pelo fato de que seu sentido depende fortemente do contexto no qual está inserida. Por exemplo, no enunciado: O meu clube alcançou uma vitória de Pirro, o sujeito-leitor somente poderá decodificar a associação estabelecida se conhecer a história do célebre general grego que, após uma difícil vitória teria afirmado: Mais uma vitória como esta e estou perdido. A alusão à vitória de Pirro passou a significar em qualquer contexto um triunfo difícil. Porque põe, invariavelmente, em correlação dois termos de significado autônomo (meu clube e Pirro) pode-se argumentar que a alusão tem também um caráter metafórico; porque condensa em uma só expressão um conjunto de significados inter-relacionados (a vitória difícil do meu clube assemelha-se à vitória difícil de Pirro).

Retomando a alusão que se faz sobre a imagem do modelo depilado, verifica-se que a textualidade tem o intuito de reforçar a idéia da imagem do "homem moderno" através de uma linguagem persuasiva: "Faça isso para transformar-se naquilo".

Um corpo que não contivesse ao menos algumas características expostas/exibidas pelo modelo fotografado (músculos definidos, ombros largos, pernas fortes, braços sarados) não poderia representar fielmente o enunciado "A pele que você pediu a Deus para virar um também". Neste sentido, a alusão pele/Deus visa a reafirmar o sentido da beleza de um corpo esteticamente perfeito, pois funciona como referência direta ou indireta de um texto preexistente. Nessa ótica de raciocínio, obviamente sujeita as exceções, podemos dizer que a alusão é utilizada quando se tem a intenção de comprovar um ponto forte em algo ou alguém. No que tange ao corpo do modelo depilado alude-se, ao mesmo tempo, masculinidade, virilidade e sensualidade.

Observa-se, pois, que todos esses elementos são transferidos, por efeito metafórico, para o corpo do homem. Este homem simboliza o desejo, a volúpia, o pecado, a carne ardente. Em uma palavra: uma nudez que jamais será castigada.

Vejamos, a seguir, outra imagem cujo propósito é focalizar o modelo numa praia, tendo como ponto de partida a profissão de salva-vidas. Essa profissão requer do praticante, preferencialmente, a exibição de força muscular e, sobretudo, a apresentação de um corpo escultural, haja vista que foi/é submetido a repetidas provações de força física no cotidiano.

Na verdade, a preocupação da imagem está centralizada na cultura visual (aspectos da cultura que se apoiam em imagens visuais). Ou seja, toda imagem estaria inscrita em uma cultura visual, e essa cultura visual supõe a existência para o sujeito de uma memória visual, de uma memória das imagens assistidas, memorizadas e experienciadas. Contemplemos a imagem a seguir:

Figura 3

Tendo por base o verbal na relação constitutiva com o não-verbal, o enunciado: "Com o treino dos salva-vidas, em um mês você ganha força, resistência e definição. O olhar das mulheres de biquíni será o prêmio pelo suor derramado" vai muito além de uma sugestão/indução. Há então a implicação de uma indução lasciva produzida não apenas pela forma de enunciação, mas também porque existe diante do sujeito-leitor um tesouro corporal lhe sendo endereçado. Essa indução não implica uma recusa ou aceitação. Desde já, o sujeito-leitor já está constituído na materialidade, já está envolvido com os sentidos do corpo exposto/exibido. O que significa dizer que ele está enredado pela trama de sentidos tecida pelo corpo que induz, chama e seduz. Ou ainda: sugere que se torne semelhante àquele corpo.

Isso implica dizer que não se trata de um corpo seminu a qualquer custo, mas de certo corpo que tem certas especificidades e não outras, que são encenadas em determinadas cenografias e não

em outras. A imagem do corpo desejado/desejável desse modelo (salva-vidas) convida o sujeito-leitor a enveredar por uma trilha na qual a força não se restringe apenas aos músculos fortes do modelo, mas também ao poder de atração ("o olhar das mulheres") que será agregado ao corpo forte, resistente e definido e que excita o outro que o observa. Em uma palavra: força corporal está intimamente relacionada com masculinidade, potência muscular e narcisismo, haja vista que o modelo dirige seu olhar (e chama a atenção do sujeito-leitor) para seu corpo milimetricamente esculpido.

Figura 4

O enunciado "A história não fala dos fracos nem as mulheres: o modelo fotografado oferece duas dezenas de motivos para adicionar suplementos à alimentação. Convoca inicialmente o sujeito-leitor a utilizar não apenas um determinado tipo de suplemento alimentar, mas principalmente aprender a cultivar um corpo sedutor, másculo e vencedor.

Outro aspecto imagético que será focalizado neste texto diz respeito às imagens que buscam atentamente o olhar do outro. Dentre as cenas mostradas no espaço discursivo da Men's Health é comum uma imagem em que o modelo focaliza a lente de seu olhar para resgatar um olhar que possa espelhar-se no seu. O componente narcísico dos filhos de Cefiso (sujeitos-leitores) é constantemente reforçado. A exaltação das formas anatômicas perfeitas é ofertada ao sujeito-leitor para que ele possa usufruir de cada detalhe posto em destaque (abdome "tanquinho", bíceps e peitorais volumosos, coxas arredondadas). A título de ilustração, vejamos a seguinte imagem:

Figura 5

Essa imagem do modelo fotografado guarda íntima relação com o padrão de beleza greco-romana, ou seja, uma beleza fora do comum e ostentada apenas pelos deuses divinos com suas formas

harmoniosas. A beleza, a sedução e o prazer outorgados por essas imagens são armas poderosas utilizadas para capturar e despertar a cobiça/desejo/admiração do outro. A grecomania, mais precisamente, a que concerne ao ideal de beleza corporal é bastante veiculada e reforçada na revista Men's Health.

Os corpos analisados podem ser vislumbrados como produtos (e produtores) de diferentes dispositivos técnicos: técnica de exposição do corpo, técnica da exibição do desempenho sexual, técnica da exposição da masculinidade, uma vez que só têm existência como corpos cobiçados quando concebidos a partir e dentro de determinada cenografia. Em uma palavra, corpos expostos/exibidos como mercadoria de consumo, atrelados, pois, a memórias visuais preexistentes.

Qualquer imagem faz parte de uma memória visual do sujeito e as relações exteriores dela denominam-se como intericonicidade[52]. Segundo Courtine (apud MILANEZ, 2004) quando estamos diante de uma imagem devemos destacar nela os seus elementos semióticos, recuperando as imagens semelhantes ou interrogando suas condições de produção e circulação. Conforme aponta Courtine (2005)[53] :

> *Intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em consideração todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo.*

52 Conceito formulado por Jean-Jacques Courtine.

53 Entrevista feita por Nilton Milanez com o Prof. Jenn-Jacques Courtine, em 27/10/2005, em Paris, na Sorbonne Nouvelle.

A construção discursiva de corpos em estado de exposição/exibição (re)velada em publicações da revista Men's Health é polissêmica e polifônica. Por trás das vozes dos enunciados verbais e não--verbais estão sobrepostas outras vozes/imagens. A partir dos textos escritos e das imagens veiculadas falam os discursos de/sobre erotização do corpo, padrão de beleza corporal desejável. O corpo forte, resistente e sarado, o qual é permeado por uma rede discursiva explícita ou implícita que o constitui e o remete a outros espaços discursivos e lugares, convida o sujeito-leitor a embarcar em um jogo de sedução incessante.

PALAVRAS FINAIS

O corpo dialoga com outras vozes, é perpassado por uma memória discursiva e, neste sentido, constituído por um movimento exterior a si. Vozes e memória inevitavelmente são evocadas para se pensar a construção dos discursos e os modos de subjetivação dos sujeitos no e face ao corpo. O corpo deve ser um veículo de expressão e necessita ser desenvolvido para tornar-se um instrumento sensível, capaz de perceber, interpretar, interagir e comunicar. Cabe ao sujeito-leitor seguir alguns sinais deixados pelos discursos/imagens desses corpos, e escolher outros percursos, pois os caminhos do dizer do corpo estão em contínuo movimento.

As formulações construídas, produzidas e veiculadas para significar os corpos dos modelos fotografados se inscrevem na ordem do repetível. Vale ressaltar que não estamos falando da repetição formal e nem mesmo empírica, porém aquela que inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, a (inter)imagem.

As redes de filiações, ou seja, essa memória do corpo másculo, sexy e viril construída histórica e culturalmente explicita bem a necessidade de inscrição da história na língua para que esta signifique.

As análises dos enunciativos descritivos e narrativos justapostos às imagens de modelos em estado de exposição/exibição do corpo viabilizam demarcar um espaço interpretativo no qual as revista Men's Health se inscreve e, também, propicia estabelecer uma diferença com as demais revistas cujo eixo central é o corpo em exposição/exibição.

REFERÊNCIAS

COLOMBO, F. Memória e identidade. In: Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1997. (Coleção debates 243).

FOUCAULT, M. História da sexualidade 3: o cuidado de si[54] . Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MAINGUENEAU, D. Gênese dos discursos. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba (PR): Criar Edições, 2005. (Título original: Genèses du discours)

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro (org.). M. Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, pp. 183-200.

54 (Título original: Histoire de La sexualité 3: le souci de soi).

CINEMA AMBIENTAL NO BRASIL: A IDENTIDADE VERDE EM DOCUMENTO (1999-2009)

Paulo César da Costa HEMÉRITAS[55]

INTRODUÇÃO

> *Quando a luz se apaga, começa o sonho, domina o inconsciente. (FASSBINDER: 1988, p.10)*

Os filmes de cinema participam da satisfação de nossas necessidades de interpretação do mundo. Como ingrediente cultural importante das sociedades modernas, ampliou significativamente, nas últimas décadas, os padrões de investigação da realidade. Ao responder aos interesses inseridos no contexto sociopolítico de acordo com as circunstâncias históricas, prosperou como indústria de entretenimento, compromissada com a fantasia e a verdade. Em 1968, com o lançamento mundial de 2001 - Uma Odisséia no Espaço, de Kubrick, contemplamos, em câmera lenta, o Planeta Terra, observado de um ponto de vista fixo no espaço, inédito nas telas de cinema, quando passados dez anos após o primeiro artefato humano entrar em órbita.

Entre estas produções fílmicas, surgiu recentemente a voz do Cinema Ambiental, uma vertente do gênero documentário, um rizoma audiovisual dos movimentos sociais identificados como "verdes", que vai marcando seu percurso com roteiros de crítica contundente e denúncia dos costumes censuráveis das sociedades

55 Mestrando em Cognição e Linguagem pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

urbanas e dos padrões de relacionamento entre Homem e Natureza, um gérmen típico das manifestações de contracultura.

Um sintoma da dimensão crescente que a questão ambiental atinge são as Conferências sobre Clima, promovidas pela ONU – Organização das Nações Unidas, pleiteando, ao meio político, soluções para os problemas do Ambiente, mas distanciando-se, a cada dia, de uma alternativa situada na esfera tecnológica ou socioeconômica, como ocasionalmente a sociedade espera.

Um das características indubitáveis das atuais sociedades é a incorporação dos instrumentos midiáticos ao cotidiano. As telas vão se instalando por todos os ambientes humanos, articulando informação e estética. A tecnologia da imagem-som teve um avanço considerável, rumando a uma progressiva fidelidade em formatos portáteis de alta definição e deixando distante aquele velho ruído de fundo, de imagens embaralhadas, tão comuns em outras gerações. A imagem-som realiza um percurso laborioso entre os sentidos e os nossos acervos psíquicos, construindo gostos e atitudes, estabelecendo padrões de qualidade do olhar.

A GÊNESE DO CINEMA AMBIENTAL

Para precisar a gênese do encontro entre cinema e ambiente, teremos que rememorar o início das primeiras exibições cinematográficas, em fins do século XIX. A projeção das folhas das árvores, em movimento pela ação momentânea do vento, serviram de prova para a revolução cinética, ante a aparente estática da fotografia e das pinturas em tela.

Na cidade do Rio de Janeiro, Afonso Segreto registra uma das primeiras imagens do encontro entre cinema e natureza fluminenses,

em 19 de junho de 1898, quando filma o seu regresso à cidade pela bela Baía de Guanabara[56] .

Ter a natureza como paisagem e o esplendor dos cenários intocados, com sua flora e fauna, satisfizeram o olhar curioso de espectadores ansiosos pelas imagens em movimento. Os recém-integrados à vida urbana e que, saudosamente, devido à industrialização contínua das sociedades modernas, retiveram na memória imagens de um tempo nos campos e matas, agora as revisitam como pano de fundo nas telas de cinema.

Nas primeiras décadas do século XX, as lentes de Silvino Santos [57]documentam as contradições entre as sociedades nativas e a atividade da borracha na Amazônia, destacando-se: Putumaio, Terra Encantada, No paiz das Amazonas e No rastro do Eldorado.

Enquanto o avanço da técnica fazia da nova arte (o cinema) uma indústria de entretenimento sedutora, os primeiros sinais de desequilíbrio do ambiente surgiam como experiência para o desenvolvimento de pesquisas na Ecologia e no Pensamento Ambiental. Em 1952, um smog[58] , em Londres, matou 1600 pessoas, incitando a população junto ao Parlamento e à aprovação da Lei do ar puro. (DIAS: 1990, p. 34)

No percurso do cinema, a paisagem natural foi vítima da afirmação de valores colonialistas e economicistas, fruto da mentalidade de uma época que separava o Homem da Natureza; difundia-se na tela a conquista, a qualquer preço, destes domínios "exóticos" de população selvagem. Sua expressão no cinema ocorreu em filmes de aventura, notadamente as produções hollywoodianas que retratavam múltiplas violências: genocídio e devastação, como na saga

56 Ver em GONZAGA & SALLES: 1966, p. 5.
57 Ver em SOUZA: 1999, p.6.
58 (excesso de poluição)

da ocupação do Oeste norte-americano (faroeste) e a exploração do colonialismo na África (caçadas).

Esta concepção de natureza sofreu mudanças significativas. Os "verdes", como movimento social, surgiram a partir dos anos 60, expressão das consagradas barricadas do desejo. As jornadas estudantis de maio de 1968, em Paris, inauguram uma nova forma de protesto e reivindicação, não atreladas, necessariamente, ao partidarismo político ou sindical sob as regras marxistas, a qualidade de vida e as apropriações da economia sobre a sociedade foram alvo de questionamento dos estudantes em todo mundo, incluído aí, o ambiente.

A expressão deste movimento na tela registra o nascimento de uma representação social particular - o Cinema Ambiental. Para expressar os conflitos entre a expansão da produção humana e a decadência dos recursos naturais, utiliza-se dos recursos técnicos do gênero documentário, como a câmera lenta, a voz over, a música minimalista e o confronto entre a opinião popular, a da ciência e a do governo.

Sob a mesma atmosfera, surge, no Brasil, o Cinema Novo, nos anos 60, que representa a ruptura e a renovação artística e dos costumes; inaugura a exploração contundente do viés social nas telas, com a utilização de uma estética da fome e o lançamento, em Gênova, em 1965, da tese-manifesto de Glauber Rocha.

O principal evento de exibição do cinema ambiental no Brasil surge a partir de 1999, com o FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, em Goiás – GO, qualificando-se como espaço de difusão,

debates, cursos e oficinas sobre os desafios ambientais contemporâneos.

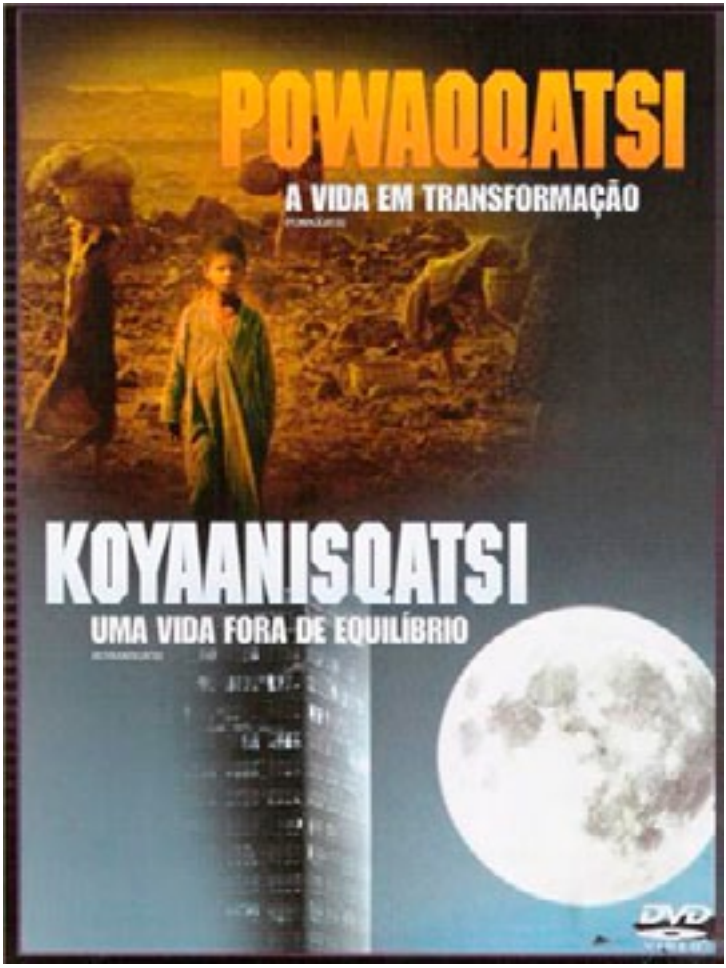


FIGURA 01: Um marco do cinema ambiental: a trilhogia qqatsi de Godfrey Reggio (1983)

A QUESTÃO AMBIENTAL

O alvorecer do século XXI coincidiu com estatísticas demográficas inéditas. Enquanto a população do meio urbano atingia maioria, o montante de Homo sapiens no Planeta ultrapassava os 6 bilhões de indivíduos (ALMANAQUE ABRIL, 2007). Apesar de não se tratar de subsídio à teorias malthusianas ou previsões pessimistas, próprias da virada de milênio, estas cifras surgiram no momento em que circunstâncias descritas em documentos científicos[59] constatam os prováveis cenários inconvenientes[60] de uma superpopulação que consome ilimitadamente as matérias-primas da Biosfera.

FIGURA 02: Casal às margens do rio Inipuku, Serra do Tumucumaque.(Foto Zig Koch)

59 Em outubro de 2006, o economista Nicolas Stern publicou um estudo encomendado pelo governo britânico sobre as mudanças climáticas, ressaltando os impactos das mudanças e as possíveis medidas para atenuar os seus efeitos. O IPCC lançou três relatórios em 2007. O primeiro deles buscava avaliar o sistema climático do planeta, o segundo procurava identificar as vulnerabilidades e o terceiro avaliava as opções para a redução das emissões do efeito estufa.(fonte: www.andi.org.br)

60 Sobre as mudanças climáticas e um estudo abrangente do "balanço da Terra", premiado com o Prêmio Nobel da Paz em 2007. (GORE, 2006.)

Em breve, poderão ocorrer grandes migrações entre os assentamentos e os ecossistemas que dão suporte à produção humana. Há evidências teóricas concretas da possibilidade de transformação de nosso futuro em um destino contingente[61] , num ambiente mais tenso na obtenção dos recursos naturais, à medida que se torna mais populoso. Ineditamente, esta realidade é confirmada por estudos científicos que tiveram início há 40 anos e previram muitos dos eventos cuja ocorrência, hoje, afeta a Sociedade. Ilustramos esta perspectiva revendo as idéias de Hutchison (2000) ao afirmar que:

> *A crescente escassez de recursos, a degradação da água e do ar e as mudanças climáticas que testemunhamos não tem precedentes na experiência humana e refletem uma visão biológica/ecológica em vez de uma visão cultural do mundo. A mudança de um entendimento cultural (enraizada em avanços científicos e nas mudanças políticas, por exemplo), para uma visão biológica/ecológica da crise é significativa, pois fixa nosso entendimento dentro dos limites da percepção humana, em vez de fixá-lo em complexas explicações interpretativas do mundo. (HUTCHISON: 2000, p.22)*

Esta dinâmica da relação entre Sociedade e Natureza, a princípio, deriva de uma trajetória de apropriações estabelecidas sobre os recursos energéticos disponíveis, a partir de uma racionalidade inspirada no conhecimento científico. Esta construção cultural recente inicia-se no século XVII, conseqüência de um insight Cartesiano que, a princípio, estabelece a divisão entre corpo e mente.

Com a consagração desta divisão e seus desdobramentos, despertamos

61 Quanto à sociedade atual, afirma: "A questão existencial da vida moderna pode assim ser resumida da seguinte maneira: como podemos transformar nossa contingência em nosso destino sem renunciar à liberdade, sem nos agarrar ao corrimão da necessidade ou do fado?.''(HELLER: 1998, p.35).

para uma reflexão sobre a continuidade de nossa trajetória ética e qual seria a verdadeira autoria das destruições que se anunciam: são da espécie humana ou advém de fenômenos da própria natureza[62] ?

Podemos obter algumas respostas ao visitarmos o passado recente da Humanidade, quando alimentamos nossos sonhos com a perspectiva ilustrada de tradicionais gerações de pensadores, artistas e cidadãos engajados. Eles idealizaram a luta por um mundo melhor para todos, ao custo de muitos estudos, dedicação e sacrifício pessoal. Mas, ao despertar deste sonho, não encontramos realizações a contento. A vigília atenta de poucos reverteu a base teórica de um mundo melhor, conformou utopias perversas, construiu vôos particulares, e a contemporaneidade viu a luta pelo bem-estar pessoal a qualquer custo realizar-se, somente para alguns (países, corporações, pessoas), com a crescente mercantilização das relações humanas, "a mercantilização de tudo." (WALLERSTEIN, 2002)

Trazendo à luz o pensamento de Baumann:

> *O que quer que tenham feito às modernas ciências sociais, o fato é que não cumpriram sua promessa, em vez disso, sem consciência, e menos ainda intenção, cumpriram algo que não prometiam, para dizer claramente, produziram o tempo todo um produto racional sob o falso pretexto de estarem suprindo algo completamente diferente. (BAUMANN: 2006, p. 244).*

62 Para Castells, com a gênese e o desenvolvimento do movimento ambientalista, há o verdejar do ser, uma nova concepção de tempo: o tempo cronológico (industrial e estatal), o tempo intemporal (informacional, das redes) e o tempo glacial: "Para nos integrarmos ao nosso eu cosmológico precisamos primeiramente transformar nossa própria noção de tempo, sentir o tempo glacial passando por nossas vidas, a energia das estrelas fluindo em nossas veias, perceber os rios de nossos pensamentos desembocando em um fluxo contínuo nos oceanos ilimitados de matéria viva multiforme. Em termos bem objetivos e pessoais, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, e dos filhos dos filhos de nossos filhos."(CASTELLS: 1999, p.158).

O interesse estratégico de desenvolver uma política goiana própria para o audiovisual; o acidente com o césio-137 em Goiânia, com o maior em número de vítimas da História e a ocupação gradual dos remanescentes das matas de Cerrado pela agropecuária, fizeram com que Governo e Sociedade goianos idealizassem o FICA -Festival de Cinema e Vídeo Ambiental em Goiás, uma possibilidade de mudança nas condições ambientais através de uma manifestação artística popular: o cinema.

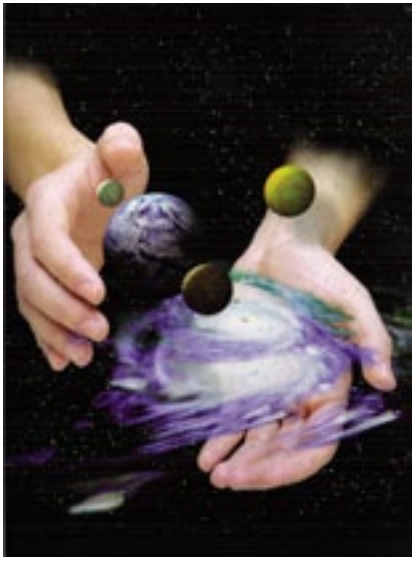


FIGURA 03: As mãos de João Silveira Ramos, Satélite Image Twins.

O FICA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL

> *(...) dentre todas as formas artísticas, ele tem talvez a capacidade mais robusta de tratar de maneira instrutiva de temas entrelaçados do espaço e do tempo. (HARVEY: 2008, p.277)*

Ao analisar o acervo de filmes das 11 edições do Festival (1999-2009), percebemos o anúncio de que a passagem humana pelo Planeta deixará um rastro de grandes realizações culturais e impactos sobre o meio natural, cuja reversibilidade ocorrerá ou não, ainda por muitos séculos, a depender da ação antrópica.

Se considerarmos que o cinema, em 100 anos, transformou-se, no contexto da modernidade, em arte por excelência, a expectativa dos organizadores do Festival é de que as produções sob viés ambiental, ao apropriarem-se desta linguagem, produzam Arte, e, além dela, comportem um discurso engajado. Nas palavras do cineasta João Batista de Andrade, à frente da IX edição do Festival: "Para ter um filme militante no FICA, só se a obra escapasse do imediatismo do comércio das idéias e fosse um bom cinema, antes de tudo." (ANDRADE: 2007, p.3).

O gênero documentário vem experimentando nos últimos anos um aumento considerável de produções e público. Um dos eventos de maior importância para a divulgação do gênero são os Festivais, realizados durante todo o ano, como o FórumDoc.BH, o É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários. Há, também, recentemente, um aumento significativo do espaço para exibição nos canais de tv fechados, como o Canal Futura.

O que explicaria este fenômeno? Segundo os estudos conduzidos por LINS & MESQUITA (2008, p.8): " É importante notar ainda que o interesse por imagens "reais" tampouco se limita ao campo do documentário: parece corresponder a uma atração cada vez maior pelo "real" em diversas formas artísticas e midiáticas."

Algumas características fílmicas comuns que despontam nos filmes ambientais e que facilitariam sua identificação com o gênero seriam:
I - Valorização da missão crítica e de problematização social, com empenho em totalizações que dizem respeito a muitos indivíduos,
II - Projeção de um percurso, cujo ponto de partida seja uma realidade particular até a geral, utilizando como narrativa uma fábula moral.
III – Utilização do apelo aos sentimentos e às linhas melodramáticas.

FIGURA 04: Paulo Resende, escultura Gustav Ritter

Uma das produções de maior repercussão exibidas no festival goiano, o filme sueco Surplus, do diretor Érik Gandini, elevou a temperatura dos debates sobre os impactos socioambientais da economia

globalizada. Através de uma linguagem inovadora, que continha tanto a interposição de planos de curtíssima e longa duração ao som de música eletrônica, quanto a reciclagem de imagens de tv, a obra apresentou inúmeras cenas gravadas de destruição de propriedades (vitrines de grifes famosas, automóveis) e dos conflitos violentos entre militantes jovens de Seattle e a polícia, durante a reunião da cúpula do G-7 (Grupo dos países mais ricos do planeta).

O repertório de conflitos ambientais projetados pelos filmes do festival é extenso e obedece a uma trajetória planetária. Podemos enumerar as seguintes obras e suas respectivas temáticas, exibidas no Festival:

Ano	Título	Temática	Direção	Origem
1999	Recife de dentro pra fora	Urbana, conflitos ambientais	Kátia Mesel	Brasil
2002	Césio 137, o brilho da	Acidente do césio 137 em Goiânia	Eduardo Jorge	Brasil
	Morte			
2003	Surplus	Protestos anti-globalização	Érik Gandini	Suécia
2004	Carpatia	Nativos das montanhas	Ulrich Rydzewsky	Áustria
2006	Ainda há pastores?	Extinção dos pastores no interior	Jorge Pelicano	Portugal
		De Portugal		

2006	The real dirty of farm	Alimentação orgânica	Taggart Siegel	Estados Unidos
	John			
2007	Benzeduras	Cultural - a tradição dos benzedores	Adriana Rodrigues	Brasil
		Do Cerrado		
2004	Morte lente Amiante	Os perigos do uso do AMIANTO	Sylvie Deleule	França
2005	Late sesson for early	O fim do Mar do ARAL	Jacob Gottschaw	Dinamarca
	Warning			
2005	Ovas de Oro	A aniquilação dos pescadores pelas	Manuel Gonzalez	Chile
		Salmoneiras do Pacífico	Anahi Jhonsen	
2006	Always Coca-Cola	Os métodos comerciais contraditórios	Inge Altemeier	Alemanha
		da Coca-Cola	Reinhard Hornung	
2005	Radiophobia	Acidente de Chernobyl	Julio Soto	Espanha

2007	Pirinop – Meu primeiro	Transferência dos Nativos para	Mari Cirrêa	Brasil
	Contato	o Parque Nacional do Xingu	karanê Ikpeng	
2009	Corumbiara	Massacre dos nativos Corumbiara	Vincent Carelli	Brasil

Fonte: Agepel – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (1999-2009)

Apesar do sucesso de muitas produções do Cinema Ambiental, exibidas há onze anos no FICA, em Goiás, uma dificuldade expressa tanto por organizadores quanto por realizadores dá-se em relação ao enquadramento dos filmes inscritos no gênero ambiental. Na opinião do cinejornalista Beto Leão (2001, p.7), o conceito é aberto, o que exprime sua visão sobre o conceito deste gênero:

> *O conceito de cinema ambiental adotado aqui é bastante amplo não se restringindo aos filmes ecologicamente engajados, mas também todos aqueles que tratam de temas que permitem uma leitura ambiental, seja na forma de documentário ou ficção, reportagens e séries para tv.(LEÃO: 2001, p. 7)*

Para melhor visualizarmos o volume de produções recebidas nas onze edições do Festival, atentemos para as seguintes estatísticas:

Evolução do FICA												
Edição		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI

Filmes/situ-ação												
Filmes Ins-critos	154	224	358	429	299	232	837	347	522	446	556	
Filmes sele-cionados	37	38	36	49	28	29	31	27	31	31	29	
Países sele-cionados	8	15	18	24	12	11	15	12	17	10	13	

Fonte: AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira

A produção goiana vencedora da 10ª edição do Festival, em 2009, o filme Benzeduras, de Adriana Rodrigues, retrata o cotidiano de alguns benzedores e benzedeiras do Estado de Goiás, enfatizando a importância de documentar e exibir uma das tradições culturais mais antigas do país. O filme reabre expectativas sobre o conceito de ambientalismo e o tratamento que devemos dispensar aos estudos de natureza cultural, como inspira a reflexão acerca do olhar feminino sobre a saúde, a doença e o interior do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema chegou aos domínios de Cora Coralina. Da janela de sua casa, ouve-se o burburinho dos cinéfilos às margens do Rio Vermelho. São momentos de reflexão e inspiração para todos os envolvidos de alguma maneira com o FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás-GO, que parte, em 2010, para sua 10ª edição. Apesar da costumeira inconveniência dos temas, que são objeto das lentes das principais estrelas do evento, o debate sobre as condições ambientais locais e globais é relevante. Um dos traços marcantes do Festival é o funcionamento de um espaço precioso para o exercício democrático das representações sociais da atualidade, as

quais emergem da valorização do Encontro de múltiplas cidadanias. Em 2009, o Festival recebeu equipes de produção de 13 países.

Procuramos, neste artigo, relacionar alguns temas presentes em nosso cotidiano, a partir de uma abordagem sob viés artístico, histórico, linguístico e cultural, elegendo como objeto de análise e fio condutor as experiências teóricas e práticas com o Cinema Ambiental, na expectativa de contribuir para os estudos sobre o assunto e difundir a existência e a importância do maior evento cultural do Estado de Goiás.

Figura 05 : Última noite em Molocopote. (Foto Zig Koch)

REFERÊNCIAS

AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico. Boletim do XI FICA – Festival Internacional de Festival de Cinema e Vídeo Ambiental. Goiânia: 2009, p. 12-22.

ANDRADE, João Batista. "Cinema em primeiro Plano". In: O Popular. Goiânia: 10 jun. 2007, p. 3.

BAUMANN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p.245.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.157.

DIAS, Genebaldo F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1990, p. 34.

FASSBINDER, Rainer Werner. A Anarquia da Fantasia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 10.

FOTOTECA Stone Internacional. "Imagem das mãos de João Silveira Ramos". In: Satélite Image Twins - Expo 98. Portugal: 1998, p.3.

GONZAGA, Adhemar & GOMES, Paulo E. Salles. 70 anos do cinema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura S.A, 1966, p. 15.

GORE, All. Uma Verdade Inconveniente: O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. São Paulo: Ed. Manole, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2006, p.227.

HELLER, Agnes. A condição política pós-moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.35.

HUTCHISON, David. Educação Ecológica: Idéias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KOCH. Zig. Expedição Tumucumaque: A redescoberta da Amazônia. WWF Brasil, 2005, p. 36 e 109.

LEÃO, Beto. Cinema Ambiental no Brasil: Uma primeira Abordagem. Goiânia: AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001, p.7.

LINS, Consuelo & MESQUITA, Cláudia. Filmar o real: Sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 8.

ALMANAQUE ABRIL. Maiores aglomerações urbanas. São Paulo: 2008, p.138.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA[63] . Mudanças climáticas: análise de mídia.

SOUZA, Márcio. Silvino Santos: O cineasta do ciclo da borracha. Rio de Janeiro: Funarte, 1999, p.6.

RESENDE, Paulo. "Escultura em pau-brasil de Gustav Ritte". In: Boletim do XI FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental. Goiânia: Agepel – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2009, capa.

WALLERSTEIN. Immanuel. Após o liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

63 Disponível em: <http//:www.andi.org.br>.Acesso em 13 set. 2009.

CONDICIONAIS LINGUÍSTICOS: MUNDOS (RE)INVENTADOS

Priscila M. MONKEN[64]

Gilberto GOMES[65]

INTRODUÇÃO

As orações condicionais apresentam em suas construções uma grande variedade de esquemas sintáticos e semânticos, além de representarem uma riqueza de possibilidades expressivas. Epifânio (apud LEÃO, 1961, p. 74), sobre o período condicional, afirma que:

> *[...] usa-se com os mais diferentes propósitos comunicativos e expressivos. Com ele apresentam-se argumentos de um raciocínio, prova-se ou refuta-se uma afirmação, acentua-se a oposição entre dois fatos ou dois seres, evidencia-se a coexistência de situações, supõe-se e dela se tiram conseqüências.*

As construções condicionais são enunciadas, normalmente, como observa Neves (2000), das seguintes formas: com a oração condicional antes da principal e com a oração condicional depois da oração principal.

Devemos registrar ainda a possibilidade de a oração condicional ocorrer interpolada, no meio da oração principal.

Essa fórmula geral abriga uma ampla variedade de condicionais,

64 http://lattes.cnpq.br/0499766156437151, pri_monken@hotmail.com

65 http://lattes.cnpq.br/0620463623662969 - ggomes@uenf.br

pois como visto em Ferrari (2001), podemos ter na oração principal orações declarativas, interrogativas ou imperativas e podemos ter na oração condicional uma conjunção ou locução conjuntiva diferente de se, como caso, a menos que, mesmo se, só se, entre outras.

Também notaremos uma variação modo-temporal na oração condicional e na oração principal, algumas dessas possibilidades são descritas por Ferrari (2001) nos seguintes exemplos:

> •Se Marcos faltar à reunião, ele será/vai ser demitido.
>
> •Se Marcos falta à reunião, ele é demitido.
>
> •Se Marcos faltasse à reunião, ele seria demitido.
>
> •Se Marcos tivesse faltado à reunião, ele teria sido/tinha sido demitido.

Essas variações verbais marcam a perspectiva do falante em relação ao evento descrito, assim como a escolha de conectores condicionais também a marca.

Em relação à moldura sintática, Leão (1961, p. 74) nos diz que, na maioria das vezes, o período condicional estrutura-se com a oração subordinada anteposta e que essa disposição das orações marcaria uma precedência lógica e cronológica da hipótese à sua conseqüência. Ela nos explica que, quando concebemos o fato, já vemos o mesmo submetido a determinadas condições.

Ao se referir à ordem das orações no período condicional, Leão nos diz que tal estrutura seria explicada pela precedência lógica

e cronológica, contudo não concordamos com a precedência cronológica para explicar essa estrutura. Em grande parte dos casos temos uma precedência lógica, não obstante, em frases como Se a estrada estiver molhada, choveu, percebemos que primeiro tem que haver a chuva e somente depois a estrada estará molhada. Em casos como esse, observamos que o aspecto cronológico não é evidenciado pelo esquema "Se A, C".

Gomes (2007) nos diz que, segundo Bhatt e Pancheva, temos razões lingüísticas para considerar que a forma "Se A, C" deriva da forma "C, se A", tendo a oração principal antes da oração subordinada condicional. Gomes exemplifica esse fato com algumas frases:

> *Podemos dizer 'Se João vier, ele vai jogar', usando ele para fazer referência a João, mas também podemos dizer, com o mesmo sentido, 'Se ele vier, João vai jogar'. Ou seja, o pronome pessoal pode vir em primeiro lugar, mas ainda assim poderá fazer referência ao substantivo que vem depois. Já a frase 'João vai jogar, se ele vier', na qual ele refere-se a João, não é equivalente a 'Ele vai jogar, se João vier'. Ou seja, o pronome pessoal, se vem em primeiro lugar, não pode fazer referência ao substantivo que vem depois, mas é naturalmente interpretado como se referindo a algum outro substantivo anteriormente citado [...].*

Dessa forma, o autor supracitado nos mostra que, como o pronome pessoal se refere a um substantivo anteriormente citado, na frase "João vai jogar, se ele vier", nós temos a ordem primitiva das orações.

Ainda que o se seja apenas uma das conjunções condicionais usada nesse tipo de período, Leão (1961) afirma que o se é a conjunção condicional por excelência por abarcar tempos verbais negligen-

ciados por outras conjunções tidas como condicionais.

Nas construções "Se A, C", podemos ter na apódose a presença do então, que nesse caso deixa de ser temporal e passa a ser usado como conector lógico discursivo. Bechara (2003, p. 325) nos lembra que: "[...] em algumas construções, se pode alterar o significado originário do advérbio, motivado pelos significados dos lexemas que entram na oração e por uma interpretação suplementar, contextual, do falante, calcada na experiência de mundo".

As afirmações condicionais representam uma riqueza de possibilidades expressivas, e por isso mesmo tornam-se assunto de grande importância para a lingüística e outras áreas.

CONDICIONAIS E SEUS USOS

De acordo com Armengaud (2006), ao utilizarmos a linguagem desejamos não apenas ser compreendidos, mas exercermos influência sobre os outros. Para ele, a língua não serve para sermos somente compreendidos e sim para influenciarmos uns aos outros (ARMENGAUD, 2006). Nesse contexto temos a pragmática que tenta relacionar não somente os signos entre si, mas os signos com as coisas e também com seus intérpretes.

Para Joana Plaza Pinto (2001, p. 48), "[...] os estudos pragmáticos pretendem definir o que é linguagem e analisá-la trazendo para a definição conceitos de sociedade e de comunicação descartados pela lingüística saussuriana na subtração da fala, ou seja, na subtração das pessoas que falam". Segundo a autora, quando utilizamo-nos desta ciência para fazer uma análise, ultrapassamos o convencional, considerando também elementos criativos do uso lingüístico.

São muitos os autores que tentam estabelecer um conceito para a pragmática, contudo a pragmática não possui um conceito unívoco, possuindo várias correntes. Entre essas correntes, encontramos a proposta por Grice, em que a pragmática tem por tarefa o estudo dos signos em sua situação comunicativa, o que ele nomeia de princípio da cooperação (PC).

O filósofo H. P. Grice em seus estudos sobre lógica e conversação, reconhece a conversação como um acordo tácito entre os membros envolvidos em uma determinada interação lingüística. Para ele, em nossos diálogos temos esforços cooperativos para que a conversa não seja desconexa e faça sentido entre os participantes dessa interação, que envolve um propósito comum entre os falantes que participam dela.

O princípio da cooperação tem como princípio geral para a conversação o seguinte: "Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado" (GRICE, 1982, p. 86).

A partir desse princípio, Grice criou quatro categorias básicas, denominadas máximas. Obedecer a essas categorias indica, para ele, que o falante está sendo cooperativo. O falante, contudo, pode violar alguma dessas máximas, não deixando de ser cooperativo. Quando isso acontece, temos um recurso lingüístico que visa a transmitir o que está além do convencional e que garante toda a riqueza da linguagem. Nesse caso, são geradas implicaturas conversacionais, que exigem do ouvinte determinadas inferências que se baseiam em alguns dados para que o ouvinte deduza o propósito do falante.

Armengaud (2006, p. 91) afirma que a implicatura conversacional

é "[...] a hipótese pela qual a harmonia é restabelecida no mundo da fala cooperativa. A aptidão do ouvinte em forjar tal hipótese é justamente sua aptidão a receber a informação implícita que o falante não quer dar explicitamente". Por a decodificação do signo, somente, não ser suficiente para que seja entendida a intenção do falante, a implicatura surge como essa habilidade de entender o que está, nas palavras de Armengaud (2006), subentendido; habilidade de inferir algo de determinado enunciado. Segundo Souza (2006, p. 14-15), o processo de inferência é bem diferente do processo de decodificação, pois "na decodificação, toma-se um sinal como input e produz-se como output, uma mensagem associada como o sinal através de um código subjacente, que deve ser mutuamente conhecido pelos participantes do ato comunicativo. Na inferência, toma-se um conjunto de premissas como input e produz-se como output um conjunto de conclusões que se segue logicamente, de, ou, pelo menos são garantidas por aquelas premissas".

É importante ressaltar que as implicaturas não surgem sempre a partir da violação de uma máxima. As implicaturas, como salienta Armengaud (2006, p. 87), correspondem a uma sugestão e a uma insinuação, portanto não podemos afirmar que estejam, necessariamente, atreladas a alguma violação de máxima.

Tentamos mostrar, aqui em nossos estudos, que, quando as máximas são violadas, constatamos, na maioria das vezes, que o enunciado se torna muito mais interessante. Isso porque temos mais informações do que o que é dito explicitamente.

A violação, de alguma maneira que nos parece intuitiva, não nos leva a pensar que o falante cometeu um erro. A implicatura que geramos a partir da violação nos faz ter um sentido completo da conversa. Assim, a violação da máxima se torna intencional em um

discurso, não ocorre de forma aleatória. Esse recurso lingüístico do falante é utilizado na construção do humor e pode dar destaque a elementos já conhecidos na linguagem, como a ironia, a metáfora, a ambigüidade, entre outros.

Vejamos agora as máximas propostas por Grice, que abarcam um modelo inferencial, isto é, constroem o sentido e a interpretação por meio de evidências:

Quantidade

a) Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida para o propósito corrente da conversação.

b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Qualidade

a) Não diga o que você acredita ser falso.

b) Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Relação

a) Seja relevante.

Modo

a) Evite obscuridade de expressão.

b) Evite ambigüidades.

c) Seja breve.

d) Seja ordenado.

Pela primeira máxima pressupõe-se que tudo o que o interlocutor diz é necessário, pela segunda que ele só diz o que é verdadeiro, pela terceira que só diz o que é pertinente para uma determinada comunicação e, por fim, a quarta máxima mostra que o falante deve fazer a comunicação do melhor modo possível.

Percebemos que nos condicionais lingüísticos, muitas vezes, podemos observar a violação dessas máximas, o que gera as implicaturas conversacionais – significados adicionais ao que foi dito. Isso não é visto de uma maneira negativa, visto que essas implicaturas fazem parte de nossos diálogos cotidianos e geram, muitas vezes, elementos da linguagem por nós já citados, como a ironia.

As implicaturas, nos condicionais lingüísticos, podem se revelar falsas sem que a proposição que a gerou se veja alterada em seu valor de verdade. Por exemplo, quando recomendamos uma cozinheira para uma amiga e dizemos que aquela é muito simpática, esta pode inferir que a cozinheira não deve cozinhar muito bem. Contudo, posteriormente, nossa amiga pode descobrir que a cozinheira que recomendamos é uma ótima cozinheira e assim nossa amiga pode reclamar conosco de não termos falado outras características da cozinheira senão a sua simpatia. Bem, nesse momento, podemos alegar

que além de ótima cozinheira a pessoa que recomendamos continua sendo simpática. Dessa forma, a implicatura que nossa amiga fez a partir do nosso enunciado era falsa, todavia o enunciado continua verdadeiro. Armengaud (2006, p. 88), a respeito disso, tece o seguinte comentário: "A implicatura não tem vínculo nem com os valores de verdade, nem com a forma lingüística. Ela não é nem lógica, no sentido estrito, nem lingüística. É discursiva e contextual. [...]".

Para que um relacionamento seja mais harmonioso, o falante muito das vezes utiliza um condicional para falar algo que de outra forma seria ofensivo. Podemos dar como exemplo uma conversa entre duas pessoas, em que a primeira diz: Se você fosse um idiota, teria ido lá. Ao pronunciar tal enunciado ela viola a máxima de qualidade, pois ela utiliza-se de um período lingüístico, comumente, utilizado para eventos dos quais o falante tem a certeza de que não ocorreram para expressar de forma sutil o que ela acredita que possa ter ocorrido. Na verdade, a primeira pessoa sabe que a segunda pessoa foi lá e a considera como uma idiota, contudo pelo enunciado que pronuncia, fala o que acredita ser falso, não acreditando, portanto, que a segunda pessoa não possa ter ido lá. Nesse caso, ela apenas encontrou uma forma menos direta de chamar a segunda pessoa de idiota sem se comprometer. Esse é apenas um exemplo de situações que nós podemos vivenciar em nossas conversas cotidianas.

O enunciado que pronunciamos não consiste em um fato isolado, é um texto que para ser entendido precisa ao menos de três sentidos: referencial, situacional e pragmático.

No exemplo que demos acima qual seria o sentido referencial? A pessoa não é idiota porque não foi lá. Qual seria o sentido situ-

acional? Esse sentido se relaciona com o momento de produção do enunciado; no caso citado, podemos especular que foi algum momento depois de o falante descobrir que a outra pessoa realmente foi lá. Assim, no sentido situacional, compreendemos que a primeira pessoa chamou a segunda de idiota. O sentido pragmático nos revela imagens sociais, faz-nos pensar no porquê da primeira pessoa não ter dito de forma clara que a segunda pessoa é uma idiota. Podemos constatar que a primeira pessoa utilizando-se de tal enunciado demonstra polidez e que, portanto, trata-se de uma pessoa educada que merece nosso respeito.

O sentido pragmático desenvolve imagens sociais de autoridade, não autoridade, entre outras.

Para perceber os significados implícitos do enunciado devemos elaborar perguntas. Por exemplo, quando é que você não dá informações sobre algo que lhe perguntam?

1. Quando pressupomos que o outro saiba.

2. Quando não sabemos.

3. Quando a informação nos é prejudicial.

4. Quando a informação não é pertinente.

Assim, devemos pensar:

1. Se ele sabe que eu não sei essa informação, por que não me diz? Ou: Se ele sabe que eu já sei isso, por que está me dizendo?

2. Se ele não sabe sobre tal informação, por que inventou?

3. Se a informação que ele deu o prejudica, por que fez isso?

4. Se a informação não é pertinente, por que ele deu?

Esses são exemplos de como buscarmos depreender os significados dos enunciados que nos são ditos e também do porquê das máximas quando violadas não serem vistas como uma forma de erro e sim como uma construção que atende às pressões interacionais. Os períodos condicionais são assim usados, por exemplo na linguagem jurídica, no humor e cotidianamente em nossas conversas. Esse fato ocorre devido a essas sentenças produzirem efeitos como o não comprometimento do falante com o próprio enunciado e afirmações indiretas, entre outros. Nota-se, então, que, em uma conversa, nosso interlocutor irá inferir mais do que o dito no código lingüístico, contudo, se quisermos, poderemos negar essa inferência – essa implicatura, mantendo-nos no distanciamento de certas acusações, por exemplo. Nesse sentido as construções condicionais são estratégias para que não passemos para nossos interlocutores que alguns conteúdos dessas construções são impostos.

FACTUALIDADE DOS CONDICIONAIS E PROPÓSITOS COMUNICATIVOS.

Quando emitimos um enunciado, procuramos alcançar nosso desejo. Esse discurso pronunciado por nós envolve nossa subjetividade, a temporalidade e nossos sentimentos. O discurso nos aproxima

das pessoas, estabelecendo assim um contato social e também nos interage com o mundo em que estamos inseridos. Através das atitudes que buscamos expressar em nossos discursos, tais como dúvida, probabilidade, necessidade, certeza, obrigação, entre outras, temos nosso discurso modalizado. Essa modalidade, de acordo com Koch (2003), nos revela uma parte da atividade ilocucionária que revela nossa atitude perante nosso enunciado. Parret (apud KOCH, 2003, p. 75) ressalta que esses atos ilocucionários são motivados pelo reconhecimento das intenções do falante. Assim, temos na modalidade um questionamento do falante com o outro a respeito de condições, potencialidades, chances de realização ou não da proposição e o grau de adesão do falante ao seu próprio enunciado.

Essa modalidade que pode ser encarada como a ação do falante sobre o mundo, uma ação que é dotada de intencionalidade, pode ser vista como requisito na classificação que autores atribuem aos condicionais. Para Givón (1984; 1990) essa modalidade pode ser traduzida como realis (certeza, verdade, factual) e irrealis (hipótese, possibilidade, dúvida, condição) e definida a partir do 'contrato' falante-ouvinte.

O autor citado se refere à três tipos de modalidades, que se constroem em relação ás atitudes do falante-ouvinte a respeito do discurso:

> a- Conhecimento não contestado (verdade necessária, analítica e pressuposta);
>
> b- Conhecimento assertivo do realis (verdade factual, sintética);
>
> c- Conhecimento assertivo do irrealis (verdade

possível, condicional).

No segundo volume da sua obra, Syntax (1990), Givón reduz as três modalidades em apenas duas: realis e irrealis.

Muitos autores como Schwenter (1999, p. 11) dissertam sobre o conceito de realis e irrealis na classificação dos condicionais. Em sua obra, o autor salienta que podemos ter uma visão tripartida dos condicionais, como Harris (1986), e assim dividi-los em real (realis), potential (irrealis) e unreal (contrafactual). Note aí que o autor acrescentou á visão de Givón o conceito de unreal. Também é possível notar uma diferença na nomenclatura, ao chamar de potential o que Givón nomeia de irrealis. Apesar da diferente nomenclatura há uma aproximação de Givón e Harris, pois para aquele irrealis denota uma verdade possível, o que pode ser traduzido em potential deste, uma vez que potential denota uma possibilidade. Uma classificação muito semelhante a de Harris é a classificação tripartida, vista em obras de autores como Gryner (apud COSTA 1997), que nos revela três tipos de condicionais a saber: realis, potentialis e irrealis. Nessa classificação o irrealis, como o próprio nome sugere, designa condicional em que o fato descrito é irreal, o realis designa condicional em que o fato descrito é real e o potentialis engloba condicional em que o fato descrito pode ou não acontecer, isto é, é hipotético. A diferença desta classificação da de autores como Harris não parece distinguir-se pelos conceitos, e sim pelas inter-relações de nomes e conceitos.

Vejamos a Classificação de Gryner (apud COSTA):

a- Período hipotético do real (realis) ou factua

Ex.: Se (=já que) é para bem de todos, fico.

(Considero que é para o bem de todos, uma vez que acabei de ser informado disso);

b- Período hipotético do potencial (potentialis)

Ex.: Se for para o bem de todos, ficarei.

(Considero que pode ser ou não ser para bem de todos);

c-Período hipotético do irreal (irrealis) ou contrafactual

Ex.: Se fosse para bem de todos, ficaria.

(Considero que não é para bem de todos).

Segundo Leão (1961, p. 31-32), temos três tipos de períodos hipotéticos, a saber, período hipotético do real, período hipotético do potencial e período hipotético do irreal. No realis "a condição é, foi ou deve ser realizada efetivamente; trata-se de um fato cuja realidade se reconhece; às vezes é uma realidade que se deseja acentuar". A autora pondera que esse período é caracterizado pelo fato de apresentar verbos no modo indicativo. No período hipotético do potencial, "a condição é eventual, simplesmente possível. O fato pode realizar-se ou não, mas não há nenhum pronunciamento do falante sobre a realidade

desse fato". Já o irrealis é expresso por uma "condição contrária à realidade". Isto é, não pôde e nem nunca poderá realizar-se.

Já Costa (1997, p. 27) tem uma concepção bipartida de irrealidade, que ela expressa no seguinte quadro:

IRREALIS	
Não-factualidade	Contrafactualidade
- Dúvida quanto à irrealidade.	
- Não descarta possibilidade de realização	- Certeza quanto à irrealidade
- Descarta qualquer possibilidade de realização	

Quadro 2: Concepção de irrealidade, extraído de Costa (1997:27)

Essa acepção parece ter sido originada de uma derivação latina, pois sendo o modo indicativo utilizado, normalmente, no realis, o modo subjuntivo, considerado como o modo da incerteza, ou irrealis, seria utilizado tanto no potentialis como no contrafactual.

Outra classificação citada por Schwenter (1999, p. 12) é a de Taylor, baseada na distinção entre factual, hipotético e contrafactual. De acordo com Taylor (apud Schwenter), em condicionais factuais o conteúdo da oração subordinada condicional iniciada por se pode também ser entendida como causa. Nos contrafactuais o conteúdo da oração subordinada iniciada por se é tido como contrário ao fato. Entre essas duas categorias, temos condicionais hipotéticos, em que o conteúdo da oração subordinada iniciada por se é tido como possibilidade. Taylor (apud SCHWENTER 1999, p. 12) profere, ainda dentro dessas categorias, três possibilidades epistêmicas a respeito da crença do falante na proposição condicional e comenta sobre "words-to-world fit", em que temos palavras + visão do falante

da realidade mundo se encaixando. Isto é, podemos caracterizar condicionais proferidas em contextos particulares, de maneira mais precisa, se utilizarmo-nos dessa perspectiva epistêmica. Assim, condicionais que parecem cair entre a classificação factual e hipotética ou parecem cair entre a classificação hipotética e contrafactual são mais bem distinguidas quando concebemos "words-to-world fit".

Então uma frase como Se isso é bom, eu farei, tradicionalmente por sua morfologia é tida como uma oração condicional factual. Contudo, essa visão epistêmica na classificação de Taylor faz com que uma frase como a citada anteriormente seja classificada de acordo com o contexto do falante.

Há outras formas, de acordo com Schwenter (1999, p. 12), de conduzirmos uma determinada interpretação dos condicionais. Nos exemplos abaixo, elaborados pelo autor e traduzidos por nós, podemos notar que o que é descrito dentro do parêntesis auxilia a inferência do valor de factualidade dos condicionais.

a- Se ele disse isso (e eu o ouvi), então ele é um mentiroso. (factual)

b- Se ele disse isso (eu não sei se ele disse), então ele é um mentiroso. (hipotético)

c- Se ele dissesse isso (eu sei que ele nunca diria), então ele seria um mentiroso. (contrafactual)

Esses exemplos ilustram que, como Taylor propôs, as orações condicionais com o conector condicional se podem ser interpretadas como factuais, hipotéticas e contrafactuais. Mais que isso, a factualidade da oração pode não ser inerente ao conteúdo léxico somente, ou

especificamente, à semântica da conjunção. O léxico, nesta visão, encaixa-se com a crença de realidade do falante para compor uma interpretação, o que evidencia uma ambigüidade do conector se.

Schwenter (1999, p. 13-14) também comenta sobre a classificação de Sweetser que é distinguida em três tipos: condicionais de conteúdo, condicionais epistêmicos e condicionais de ato de fala. Essa classificação é consoante com o domínio epistêmico cognitivo no qual são empregados ou interpretados.

Vejamos a seguir, embora não nos aprofundemos, a classificação de Sweetser:

> a- Condicionais de conteúdo – são aqueles em que o falante faz uma predição sobre o mundo sócio-físico externo. Os eventos descritos estão em relação condicional e causal, como afirma Ferrari (1999, p. 117). Nessa classificação temos frases como Se chover, a festa será cancelada, em que não podemos afirmar sem risco de erros que de fato irá chover ou não, ainda que contemos com todo um aparato metereológico.
>
> b- Condicionais epistêmicos – são aqueles em que o falante desenha uma inferência na apódose e a prótase fornece base para essa inferência. De acordo com Ferrari (1999, p. 117) temos nesses condicionais uma relação de causalidade que não se estabelece entre eventos no mundo descrito, mas sim entre o conhecimento do falante a respeito de um evento e uma conclusão motivada por esse conhecimento. São condicionais como Se ele foi

à festa, certamente o viu, em que temos dúvidas ligadas a uma base epistêmica do falante.

c- Condicionais de ato de fala ou pragmáticas – são aqueles em que o falante executa um ato de fala condicionalmente na apódose e a prótase faz com que o ato de fala seja relevante. Nesses condicionais não temos a presença de uma relação causal entre os eventos descritos na prótase e na apódose. Temos como exemplo: Se você ficar chateado, venha aqui em casa.

Essa classificação proposta por Sweetser, apesar de representar uma visão tripartida dos condicionais, difere-se da classificação tradicional por considerar critérios de domínio cognitivo epistêmico.

A classificação de Taylor e Sweetser foram direcionadas em um quadro elaborado por Schwenter (1999, p.16):

	Conteúdo	Epistêmico	Ato de fala
Factual	-	+	+
Hipotético	+	+	+
Contrafactual	+	+	-

Conforme observado acima, condicionais de conteúdo como Se chover, eles cancelarão a partida, exemplo de Schwenter (1999, p. 13), são menos factuais, uma vez que são preditivos e mais hipotético, e podem ser menos factuais e mais contrafactuais se forem condicionais de conteúdo como Se chovesse, eles cancelariam a partida.. Condicionais epistêmicos podem ser factuais, hipotéticos ou contrafactuais, pois envolvem a crença do falante, o conhecimento prévio de cada indivíduo. Na frase Se eles não pegaram suas correspondências, eles

saíram de férias, a apódose é desenhada com base na prótase e eu devo considerar o conhecimento prévio deles terem ou não pegado as correspondências para certificar-me de que viajaram ou não.

Condicionais de ato de fala podem ser tanto factuais quanto hipotéticos, mas não contrafactuais. Em Se você se aborrecer, venha me ver no trabalho, notamos o uso da forma imperativa na apódose, o que caracteriza um dos tipos de condicional, segundo a concepção de Sweetser. Contudo, apropriando-me da convergência dessas duas teoria, no condicional Se você fizesse a lição de casa, sua nota subiria, temos um condicional, de acordo com Sweetser, de conteúdo e na classificação de Taylor esse condicional pode ser tanto um condicional hipotético como contrafactual. O que faz, então, classificarmos o condicional em hipotético ou contrafactual? A crença do falante, ou o "worlds-to-world" de Taylor.

Como vimos, são diversas as formas de classificar os condicionais. Em língua inglesa, por exemplo, temos uma divisão em condicionais indicativos e condicionais subjuntivos. Essa classificação é comentada por Gomes (2008) e é baseada em Edgington 1995, Dancygier 1998 e Bennet 2003.

Tal classificação tem, em línguas inglesas, o subjuntivo como o que nós temos no português como contrafactual. Em língua portuguesa, essa classificação não seria adequada, uma vez que temos o modo subjuntivo e este não é utilizado somente em contrafactuais, mas também em condicionais em que o fato descrito na prótase é tido como possível. Devido a esta inadequação, Gomes (2008) propõe uma que chamemos de indicativo condicionais de fato aceito e de fato incerto e que mantenhamos a nomenclatura contrafactual para o que em língua inglesa pode ser chamado de

condicional subjuntivo.

Em língua portuguesa, chamar um condicional de subjuntivo ou de indicativo seria inadequado, já que um condicional de modo subjuntivo pode ter uma forma indicativa: Se ele foi lá, ele certamente a viu. Assim, pela morfologia verbal temos o uso do modo indicativo, todavia este não denota necessariamente uma certeza, mas uma hipótese. Diante das falácias de transpormos tal classificação para a língua portuguesa, é adequado comentarmos um pouco sobre o que Gomes sustenta: uma proposta baseada no que ele chama de aceitação suposta, que seria, simplesmente, classificar os condicionais de acordo com a crença que o falante faz sobre o evento descrito na prótase. Ele então divide os condicionais em três tipos: condicionais de fato aceito, condicionais de fato incerto e condicionais contrafactuais. (GOMES, 2008, p. 219)

Neves (2000, p. 836) nos explica que apesar da tradição classificar as construções condicionais como reais, irreais e eventuais – que seria o potenciais -, o período chamado de real, que é concebido como uma conseqüência necessária e, dessa forma, real, não se confirma quando avaliamos o uso efetivo de uma determinada língua. Ela ratifica essa afirmação ao salientar que não se pode falar em realidade, tendo como referencial o que é visto em um enunciado. Isso porque, para a autora, realidade não se confunde com linguagem. Real ou não-real não é nunca o que é dito e sim um estado de coisas. Com base nesse pensamento não é possível dizer que em uma construção condicional temos uma realidade ou não-realidade de um estado de coisas afirmada. O que é afirmado é a factualidade ou não-factualidade do que é dito em uma proposição. As denominações de Gomes em relação às construções

condicionais parecem estar em consonância com as de Neves, contudo o conceito de cada definição se diverge um pouco. Veremos a seguir os conceitos de Gomes.

Condicionais de fato aceito são, para o autor supracitado, condicionais em que o falante aceita ou age como se aceitasse a verdade do antecedente. Dessa forma, um condicional de fato aceito seria determinado pela crença que o falante faz sobre o fato descrito na prótase. Estes condicionais são constituídos de verbos no indicativo e assim a crença que o falante faz coincide com a forma verbal indicativa.

Condicionais de fato incerto podem ser constituídos de verbos no indicativo ou no subjuntivo, uma vez que esses condicionais se caracterizam pelo fato do falante está incerto ou agir como se estivesse incerto sobre a verdade do antecedente. Essa crença do falante pode ser expressa pelos dois tipos verbais.

Condicionais chamados de contrafactual, normalmente, têm uma forma verbal distinta, pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito. No entanto, percebemos que há sim a possibilidade de termos condicionais constituídos de morfologia verbal indicativa e ainda sim designarem um condicional contrafactual. Podemos citar como exemplo o condicional: Se sou eu lá, faço tudo diferente. Aí temos um contrafactual com o uso do indicativo, mas que vai ao encontro da proposta de Gomes, por compartilhar da idéia de que o falante acredita que o antecedente é falso ou age como se acreditasse que o antecedente é falso. É importante notar que o uso do presente do indicativo neste caso não indica que o fato descrito no enunciado é aceito pelo falante, o uso desse tempo verbal indica uma contrafactualidade, já que o falante o tem como algo que não foi vivido e, portanto, que não é verdade. Assim, podemos perguntar o porquê do uso do indicativo no lugar do uso do subjuntivo. A

resposta é encontrada no cotidiano nosso. Quando nos encontramos em uma situação, ainda que falemos um fato contrafactual, devido a estarmos vivenciando-o naquele instante damos preferência a forma indicativa. O contrário acontece quando nos projetamos para uma situação contrafactual distante de nosso momento de fala, damos preferência a forma por excelência contrafactual.

Fica bem nítido que um condicional com uma única estrutura lingüística pode abarcar diversas interpretações, dependentes dos conhecimentos prévios dos participantes da conversa e da crença destes sobre os seus enunciados.

Em relação aos contrafactuais também, creio que essa estrutura nem sempre designe que o falante finge acreditar no antecedente ou acredita na falsidade do antecedente de um condicional. Irei explicar. Ao nos dar exemplos como: Se você tomasse um táxi, você chegaria a tempo, Gomes argumentaria que o falante pode muito bem se utilizar dessa forma verbal, ainda que acredite que o antecedente possa não ser falso ou irreal. Nesse caso, apenas fingiria uma crença para manter um certo distanciamento do enunciado. Gomes (2008) nos leva a refletir sobre o porquê do falante não ter usado nenhuma outra forma verbal e ele poderia nos perguntar por que o falante não usou, por exemplo: Se você tomar um táxi, chegará a tempo.

Ao enunciar Se você pegasse um táxi, você chegaria a tempo, o falante não pensa necessariamente que age como se fingisse que não acredita no antecedente, como seu interlocutor também não tem necessariamente em mente que o locutor, com o qual compartilha uma conversa, finge algo. Pode, simplesmente, pensar que essa é uma sugestão que o locutor criou através de uma situação imaginária. Por acreditar, que pragmaticamente, com o enunciado

visto acima, o locutor e o interlocutor não fingem não crer no seu enunciado e nem acreditam na falsidade deste é que chamaria esse condicional de imaginativo hipotético, nomenclatura que autores, como Leão, chamariam de potential.

Podem perguntar por que o locutor não usou Se você tomar um táxi, chegará a tempo? Creio que a forma Pretérito imperfeito + Futuro do pretérito seja, comumente, vista em contrafactuais, é muito utilizada para sugestões e não obrigatoriamente devido ao falante fingir a falsidade do evento descrito no seu enunciado ou a acreditar na impossibilidade do evento descrito. O falante pode acreditar que a forma que normalmente designa um contrafactual transmita melhor a sutileza de uma sugestão dita por outra forma. Apesar de não ser foco de nossa pesquisa saber precisamente o porquê do falante preferir uma forma normalmente contrafactual para designar, segundo nós, uma sugestão, iremos citar outra frase em que sua análise favorece nosso argumento de que a forma Pretérito imperfeito + Futuro do pretérito não designa obrigatoriamente um contrafactual.

Observe as frases:

a- As pessoas estão inclinando seu corpo para frente e pegando suas sacolas.

b- As pessoas fazem isso quando o ônibus chega.

Nas frases acima, o surgimento do ônibus é um fator que condiciona as pessoas a fazerem tal movimento com o corpo. Reproduzindo tais enunciados em uma estrutura condicional, tentando não fazer modificações lingüísticas e mantendo-se fiel à oração subordinada,

que é a chegada do ônibus, já que a incerteza que temos é sobre esse fato, eu falo: Se o ônibus chegar, as pessoas fazem esse movimento com o corpo. No entanto, o movimento com o corpo não consiste em uma incerteza e sim em algo certo confirmado pelo sentido da visão. Isso porque o autor de tal construção lingüística vê que as pessoas fazem esse movimento com o corpo, se o ônibus chega. Essa construção parece então inviável no uso do cotidiano, como também modifica muito a estrutura inicial da frase original. A maioria das pessoas parafrasearíam a frase original com Se o ônibus estivesse chegando, as pessoas fariam esse movimento com o corpo. É possível perceber que na frase que normalmente diríamos, não temos uma crença na falsidade do enunciado ou fingimos acreditar na falsidade do que é descrito neste. O que se pretende ao pronunciar uma frase como essa é simplesmente imaginar uma situação, demonstrar uma hipótese que em muitos casos parece condicionar o uso da forma pretérito imperfeito + futuro do pretérito. Isso responde por que um falante opta por uma forma lingüística em detrimento de outra, em contextos determinados. Podemos considerar a preferência do falante, podemos considerar a melhor forma lingüística, em alguns casos, para atender aos seus propósitos comunicativos como uma sugestão. Se você pegar um táxi pode representar uma possibilidade, mas Se você pegasse um táxi parece expressar melhor um mundo hipotético e ao mesmo tempo imaginativo, uma construção de todo um cenário de possibilidades e talvez por isso a melhor opção de sugerirmos algo. Levamos nosso interlocutor a um convite de imaginar junto conosco, chamamo-lo a se transportar dentro de todo o cenário que elaboramos. Quando falo Se você pegar um táxi [...], haverá quem entenda esse enunciado como possibilidade, mas não vejo nessa forma de denotar um convite ou de convidar nosso interlocutor a uma reflexão sobre o que propomos. A única forma

que permite o locutor a inserir em seu discurso uma sugestão não é a forma verbal utilizada em contrafactuais. Contudo, se essa forma, em alguns casos não designa que o falante acredita na falsidade do antecedente e isto não é interpretado por nenhum componente da conversa, não devemos chamar esse condicional de contrafactual. Gomes em suas classificações se baseia sempre no uso da língua e, considerando a língua em seu aspecto funcional, frases como a exposta anteriormente não pode ser limitada à classificação de um condicional contrafactual. Se não considerarmos tais condicionais como pertencentes à classificação dos condicionais de fato incerto, desconsideramos as pretensões comunicativas dentro de uma interação verbal. É assistir a forma verbal um significado intrínseco.

Gomes (2008), em seu artigo, sustenta sua classificação com a paráfrase do conector se por caso e supondo que para condicionais de fato incerto e já que e dado que para condicionais de fato aceito. Creio que estas não sejam as únicas possibilidades de demonstrar as circunstâncias expressas pelos condicionais, mas que nos sirva para sustentarmos nossa tese. Uma frase como Se você pegasse um táxi, chegaria a tempo, pode ser parafraseada por Caso você pegue um táxi, chegará a tempo ou Quando você pegar um táxi, não correrá o risco de chegar atrasado. Assim, não temos um contrafactual, senão quando observamos um condicional como Já que ela é uma rainha, eu sou um rei, teríamos, obrigatoriedade de classificá-lo como condicional de fato aceito e jamais como um contrafactual.

É evidente que em condicionais como Se eu fosse o assassino, eu estaria lá naquela noite, ditos em uma audiência, por exemplo, podemos ter um contrafactual. Visto que ainda que quem pronuncie essa frase seja um assassino, ele finge não ser o assassino, utilizando-se dessa forma verbal para mostrar sua inocência.

Neves (2000, p. 837-843) dispõem os condicionais em três grupos: condicionais factuais/reais, condicionais contrafactuais/irreais e condicionais eventuais/potenciais.

Em construções condicionais factuais, a autora verifica que há a presença de um valor conclusivo na oração principal, contudo, há outros usos presenciados nessas construções como o de contraste. Um exemplo dado pela autora para o matiz de contraste é Se os homens letrados eram poucos, as mulheres alfabetizadas formavam um número bem reduzido. Ela nos mostra que mesmo com uma conjunção prototípica de um determinado valor podemos presenciar outros valores que não o prototípico.

Neves (2000, p. 838) acrescenta ainda a idéia que nas orações condicionais factuais: "[...] enquanto o elemento SE encabeça uma proposição de factualidade verificada, o outro segmento que contrabalança a construção traz outra proposição que também é factual [...]".

Em contrafactuais/irreais, Neves (2000:840-841) comenta que há casos em que a contrafactualidade é garantida e em outros casos apenas temos uma indicação possível de contrafactualidade. Ela nos dá os seguintes exemplos:

> •Se a pergunta partisse da Irmã Flora, a resposta teria sido outra.
>
> •Se eu estivesse livre – repisou Raul – não tenho dúvida de que me casaria com ela, ainda que mamãe se zangasse.

Nesses exemplos, a autora explica que na primeira construção a

contrafactualidade é assegurada pelo modo verbal e tempo verbal da apódose, futuro do pretérito composto – teria sido -. Dessa forma, afirma-nos que dizer que teria sido é a mesma coisa que dizer que não foi e ainda que um interlocutor não soubesse que a pergunta partiu da Irmã Flora, só pelo modo e tempo verbais a construção seria contrafactual. Na segunda construção, com apódose em futuro do pretérito simples, me casaria, e a prótase em imperfeito do subjuntivo, estivesse, indicam contrafactualidade, mas não a asseguram. A autora ainda acrescenta que para que a leitura da construção não seja equivocadamente contrafactual, nesses casos, é preciso que tenhamos uma convergência entre a proposição e o contexto em que essa se insere.

Condicionais contrafactuais, também são, para Neves (2000) uma construção que expressa contraste, como visto em seu exemplo: Se você é Rui do Pajeú, eu sou Virgolino Lampeão.

Condicionais eventuais/potenciais são conceituadas para Neves (2000, p. 842) como construções em que a prótase denota eventualidade e a apódose é tida como certa caso se satisfaça a condição expressa na prótase. Essas construções são também nomeadas de acordo com seu sentido que, consoante com a autora, é denominado construção condicional eventual de valor privativo e construção eventual de valor não-privativo e implicativo. A construção eventual de valor privativo é "[...] marcada pela locução conjuntiva de sentido privativo sem que. A oração principal, no caso, é negativa: Ela não pode ser entendida sem que sua religião seja considerada". (NEVES 2000, p. 843) Com o conectivo que Neves (2000) diz que também podemos ter a construção eventual privativa. Contudo, ela observa que para tanto temos que ter forma negativa tanto na prótase quanto na apódose. Neves (2000, p. 843) nos mostra o seguinte exemplo: Você não pode ver flor que não corra logo para cheirar e

o traduz como Você não pode ver flor sem que corra para cheirar. As construções eventuais não-privativas ocorrem muitas vezes com o uso do elemento então, que Neves (2000, p. 843) conceitua como elemento conclusivo. Ela nos dá o seguinte exemplo: Se se montar a peça com dois cenários, organiza-se então a cena para o julgamento que se segue. Com seu exemplo ela mostra que além de uma construção eventual não-privativa, notamos a existência de uma implicação, pois a condição enunciada implica o que se afirma na oração principal dessa construção. Assim, o fato de alguém montar a peça com dois cenários implicará a organização da cena para o julgamento que se segue.

Neves (2000, p. 846) comenta que não temos sempre nas construções eventuais uma implicação e nos mostra também que condicionais eventuais, ainda que iniciadas pela conjunção se, podem mesclar a noção de condicionalidade com outras noções como:

a- Alternância: Se você não consegue se controlar, você não consegue dormir. (= Ou você consegue se controlar ou você não consegue dormir)

b- Concessividade: Mesmo Se quisesse não conseguiria trair.

c- Comparação: Como se tivesse mudado de idéia, apertou a campainha.

Ela nos ressalta ainda que em uma construção condicional a alternância entre condicionalidade e concessividade se torna ainda mais evidente quando temos o elemento concessivo mesmo precedendo

o elemento condicional se; e alternância entre condicionalidade e comparação provém da coexistência entre o elemento comparativo como com o elemento condicional se.

Em nossa tese, adotamos a classificação tradicional em realis, irrealis e potencialis, ainda que o termo realis não seja bem aceito por Neves (2000), adotamos essa denominação com um conceito não de realização de um estado de coisas e sim de uma factualidade.

Ao decorrer da pesquisa foi notório que a classificação dos condicionais é devida a um contexto e não propriamente a semântica verbal, principalmente se considerarmos a fala que desvia muitas vezes da norma padrão da língua portuguesa. Ao escolher a classificação latina, reafirmo a dificuldade em considerarmos tais classificações como elementos estanques, pois dependendo da situação contextual temos um condicional que normalmente se encontra em certa classificação, transitando por outras classificações. Podemos também nos deparar com impossibilidade de uma classificação precisa.

Essa dificuldade em classificar condicionais é vista por Leão (1961, p. 85-86) quando comenta sobre a árdua tarefa de aceitarmos que o Se + Imperfeito do subjuntivo + futuro do pretérito sempre traduza irrealidade.

Para melhor evidenciar tal questão a autora nos mostra exemplos como:

a- Se eu tivesse asas, voaria para lá.

b- Se eu fosse você, agiria dessa maneira.

c- Se eu tivesse dinheiro, repartiria com você.

d- Se quisesses, ainda chegarias a tempo.

Leão (1961:86) aponta as condições dos períodos a e b como irreais ou impossíveis, enquanto que a condição de c, para a autora, é improvável, contudo não impossível e a condição de d é possível, com maior grau de possibilidade de realização que a de c. Seguindo seu raciocínio, a realidade ou irrealidade dos períodos não está no molde das frases e sim no contexto. Portanto, fatos da língua revelariam a impossibilidade de se manter uma distinção entre realis, potencialis e irrealis somente baseando-se na forma lingüística e assim surge, para Leão, a necessidade de um outro critério de classificação para períodos hipotéticos.

Logicamente, não podemos desconsiderar aspectos morfológicos dos verbos, mas estes devem permanecer atrelados a fatores como contexto, crença do falante e semântica dos conectores. Leão (1961, p. 98) demonstra, por exemplo, que o tempo verbal somente não determina a classificação do condicional. "Consideramos variações estilísticas os períodos que para exprimir hipótese, provável ou não, usem indicativo em vez de subjuntivo, na oração subordinada. Não haverá mudança do conteúdo intelectivo, mas o valor expressivo será outro, refletindo a linguagem coloquial na obra literária e realizando imaginariamente a hipótese e sua conseqüência". É claro que Leão utiliza-se de um corpus literário para verificar a classificação e por isso mesmo considera tal caso como uma questão de coloquialidade na obra literária. Porém, é evidenciada a questão de que ligar tempos verbais para classificar condicionais é uma limitação gramatical, rompida no aspecto

funcional da língua. Leão reforça seu pensamento com a seguinte frase de Machado de Assis: "Agora, se querem saber em que circunstâncias se deu o fenômeno, basta-lhes ler este capítulo até o fim". E explica que nessa frase o se querem equivale a se quiserem.

No caso das orações subordinadas condicionais iniciadas por se, ou até mesmo por já que, a ambigüidade destes mais a inadequação de uma análise puramente morfológica do verbo tornam o contexto e a crença do falante fatores mais relevantes na inferência das proposições condicionais.

Esse contexto, segundo Souza (2006, p. 27), é um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo, que é adquirida no decorrer da vida e renovado a cada processamento de informações. O contexto usado para interpretar um enunciado é restringido pela organização da memória enciclopédica do indivíduo, pelas suas habilidades cognitivas e também pela atividade mental na qual está engajado em determinado momento como afirma Sperber e Wilson. Dessa forma, na interpretação dos enunciados, o contexto é individual e provoca uma crença diferenciada em cada falante. Isso o torna fator preponderante na interpretação dos condicionais.

REFERÊNCIAS

COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. O tempo nos verbos do Português. Rio de Janeiro: Parábola, 2005.

COSTA, Ana Lúcia dos P. A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. RJ, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley Cintra. Nova Gramática do português contemporâneo – 4 ed. – Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2007.

FARIA, Ernesto. Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERRARI, L. V. Postura Epistêmica, Ponto de Vista e Mesclagem em Construções Condicionais na Interação Conversacional. Veredas, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 115-128, 1999.

FERRARI, L. V. Modalidade e Condicionalidade no Português do Brasil. In Actas do XV Encontro Nacional da APL, FARO, v. 1, p. 459-476, 2000.

FERRARI, L. V. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognivista. In Veredas, JUIZ DE FORA, v.4, n. 6, p. 21-30, 2000.

FERRARI, L. V. Construções condicionais e a negociação de perspectivas epistêmicas na interação entre professores. In Revista do GELNE, Universidade Federal do Ceará, v. 1, p. 78-82, 2000.

FERRARI, L. V. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. In Scripta, PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2001.

FERRARI, L. V. A sociocognitive Approach Modality And Conditional Constructions In Brazilian Portuguese. In Journal of Language And Linguistics, v. 1, p. 218-238, 2002.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda

a escrever, aprendendo a pensar. 18 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIVÓN, Talmy. Syntax: a functional-typology introduction. Vol. I. Amerstand/ Philadelphia: J. Benjamins, 1984.

_____. Syntax: a functional –typology introduction. Vol. II. Amerstand / Benjamins, 1990.

_____. Funtionalism and grammar. Amerstand / Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIBBON, Adriana de Oliveira. A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação. In Boletim da Abralin. N. 26, vol. 2, : 29-32, 2003

GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. Trad: João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (org). Fundamentos Metodológicos da Lingüística. Campinas: Unicamp ,v.. IV, p. 81-104, 1982.

GOMES, Gilberto. Three Types of Conditionals and their Verb Forms in English and Portuguese, Cognitive Linguistics 19/2: 219–40, 2008.

_____. "Ah, se eu fosse você, eu voltava pra mim": pensamento e linguagem nas afirmações condicionais., 2007. (manuscrito)

_____. Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese. In Cognitive Linguistics, v. 19, p. 219-240, 2008.

_____. Are Necessary and Sufficient Conditions Converse Relations? In Australasian Journal of Philosophy, v. 87, n 3, p. 375-387,

2009.

HOPPER, P. J. Aspect and forengroundin in discourse. In: GIVON, T. (ed) Syntax and grammar. Amerstand/Philadelphia, John Benjamins, 1979.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticalization. In: E. TRAUGOTT and B. HEINE (eds.) Approaches to Grammaticalization I, Amsterdam: John Benjamins, p. 17-35, 1991.

KATO, Mary A.. Formas de funcionalismo na sintaxe. In DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. São Paulo, v.14, n especial, p.145-168, 1998.

KOCH, Ingedore G. V. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Elvo (org) Lingüística Aplicada ao Ensino de Português. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LABOV, William. Principles of linguistic change: internal factors. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LEÃO, Ângela Vaz. O período hipotético iniciado por se. T Belo Horizonte. UFMG, 1961.

LEVINSON, Stephen C. Pragmática. Trad. Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LINS, Maria da Penha Pereira. Mas, afinal, o que é mesmo Prag-

mática?. Revista Fala palavra. N 2. Aracruz: Facha, 2002.

MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) Lingüística Funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. Gramática da língua portuguesa. Coimbra: Almedina, 1983.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. Hipotaxe e gramaticalização: Uma análise das construções de tempo e de condição. DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 14, n. esp., p. 191-208, 1998.

NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 1997.

PARK, Jung-ran. A study of selected Korean pragmatic markers: synchronic and diachronic perspectives. University of Hawai, 2003.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. Vol. II. São Paulo: Cortez, 2001.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática: teoria e prática. 18a ed. São Paulo: Atual Ed., 1994.

SAID ALI, M. Gramática histórica da língua portuguesa. 3a ed.

Ver. E aum. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SCHWENTER, Scott A. Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity, and exclusivity. United States of America: Stanford University, 1999.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância. 3 ed. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

SOUZA, Jamille Militão. Graus de explicitação em reescrita de produção textual: Análise, uma base na teoria da Relevância, dos efeitos da intervenção oral docente[66] . Dissertação de Mestrado. Tubarão: Universidade do Sul de Catarina: 2006.

SPERBER Dan & WILSON Deirdre. Rhetoric and relevance. Revista Linguagem em (Dis)curso[67] , volume 5, número especial, 2005.

_____. Posfácio da edição de 1995 de "relevância: comunicação & cognição" Revista Linguagem em (Dis)curso[68] , volume 5, número especial, 2005.

66 Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/84920 Jamile.pdf.

67 Disponível em http://www.dan.sperber.com/rhetoric.htm.

68 Disponível em http://www.3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem,0509/09.htm.

A IDENTIDADE TELEVISIVA COMO SIGNO

Raquel PONTE[79]

Lucy NIEMEYER[80]

PALAVRAS INICIAIS

Composta pelas vinhetas interprogramas de identidade, também chamadas de vinhetas on-air, transmitidas nos intervalos comerciais, a identidade televisiva é a identidade corporativa de uma emissora de televisão. Essas vinhetas podem ser classificadas em 3 tipos: de identificação, de retenção e assinaturas. As de identificação são aquelas que identificam o canal, comunicando os valores de marca, sem uma função informativa da programação. As de retenção situam o espectador na programação, com o objetivo de reter, como o próprio nome indica, sua audiência. Alguns exemplos: "a seguir, voltamos já, ainda hoje". As vinhetas de assinatura utilizam apenas o logo animado da emissora, assinando os programas, e, geralmente, têm menor duração.

A identidade televisiva interessa especialmente à pesquisa acadêmica, por ser uma peça de design de uma área ainda pouco explorada teoricamente, mas fecunda e em franco desenvolvimento em sua prática nas últimas décadas – o design audiovisual –, desenvolvimento este acelerado pela expansão da televisão. A tendência é de ainda maior crescimento do mercado de trabalho

79 Mestranda em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ESDI-UERJ. raquelponte@globo.com.

80 Doutor em Comunicação e Semiótica – PUC-SP. Professor Adjunto ESDI/UERJ. Coordenadora do LABCULT/UERJ. Integrante do LABSEM/UERJ. lucy@esdi.uerj.br.

dos designers com a convergência das mídias, o que amplia este campo para além da televisão e da internet, em uma nova realidade que comporta outdoors animados, celulares com acesso à grande rede, entre outros objetos portáteis que intensificam a presença do audiovisual no cotidiano.

As vinhetas interprogramas de identidade têm grande importância estratégica para a emissora. Por ser um serviço intangível, a televisão apresenta consequente perecibilidade: a audiência de um programa em determinado horário não pode mais ser aumentada depois de sua transmissão. Tanto na TV aberta quanto na fechada, o zapping é um procedimento comum do espectador. O assinante tem disponível uma gama de emissoras que ele pode ir testando, já que, por ser a televisão um serviço, o consumo ocorre durante a apreciação do programa. A fim de manter o público para uma próxima atração, a identidade televisiva primeiramente cumpre a função de anunciar a programação, de forma a aumentar a curiosidade do espectador. As vinhetas on-air apresentam a grade não só para os que já estão sintonizados na emissora, como para aqueles que, zapeando, acessam o canal durante o intervalo comercial.

Outra função da identidade televisiva é resolver o problema do alto grau de intangibilidade inerente aos serviços. Por serem abstratos, há necessidade de usar indícios que legitimem a vantagem de se escolher um ou outro canal. As vinhetas interprogramas de identidade ajudam a criar uma sólida imagem organizacional, se transmitirem adequadamente seus valores e mantiverem uma coerência entre sons, imagens e textos.

Desenvolver lealdade da marca faz com que clientes, que se sentem seguros, não busquem experimentar outros canais de televisão. A

satisfação do cliente mantém sua fidelidade à emissora e fidelidade gera hábito de consumo. Ao assistir habitualmente a um canal, o público passa a conhecer a grade de programação, aprendendo a lógica de sua emissora. Isso faz com que seja mais difícil para ele mudar de canal, pois toda mudança envolve um novo custo de aprendizado. A familiaridade contribui para que o consumidor já saiba o que esperar daquela emissora. A falta de conhecimento de um determinado canal torna o espectador perdido, pois ele desconhece o produto que pode ser oferecido, o que aumenta a percepção de risco.

Porém, essa lealdade alcançada não decorre apenas do conhecimento do canal, nem da satisfação que o programa pode gerar, nem de uma imagem organizacional sólida. Uma das principais funções da identidade televisiva é veicular significados os quais os consumidores possam compartilhar. Como escreve Bauman, a 'subjetividade' dos consumidores é feita de opções de compra – opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição adquire a forma de uma lista de compras. O que se supõe ser as materializações da verdade interior do self é uma idealização dos traços materiais – 'objetificados' – das escolhas do consumidor (BAUMAN, 2008, p. 24).

No consumismo das sociedades pós-modernas, o ato de consumir significa o investimento por parte do consumidor na sua própria 'vendabilidade'. Ele deseja incorporar significações veiculadas pelas mercadorias para aumentar sua atratividade, isto é, seu valor social. Segundo Bauman, o próprio indivíduo vira mercadoria. "Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente" (BAUMAN, 2008, p. 76).

A identidade televisiva expressa nas vinhetas on-air, ao transmitir os valores corporativos, torna-se produto de consumo. Ao assistir a determinado canal de televisão, por exemplo, o telespectador evidencia sua identidade perante a sociedade.

Compreendendo que a identidade televisiva resulta da articulação de sons, imagens e textos, a teoria norteadora deste artigo é a semiótica peirciana, que melhor explicita e analisa a natureza dos signos de um meio que carrega em si múltiplas linguagens.

SEMIÓTICA PEIRCIANA E MATRIZES DA LINGUAGEM E PENSAMENTO

Para Peirce, signo "(...) é aquilo que representa algo para alguém em algum aspecto ou modo. Ele se endereça a alguém, isto é, cria na mente (...) um signo equivalente ou, talvez, mais desenvolvido"[81] (CP, 2.228). Pautando-nos nas categorias da Fenomenologia peirciana, podemos compreendê-lo como um primeiro lógico que medeia a relação entre um objeto – um segundo que é representado – e uma mente interpretadora, gerando um terceiro: um interpretante. Do ponto de vista real, porém, é o objeto que tem a primazia e por isto determina o signo.

Visto que o signo não representa o objeto em todos os sentidos, pois de outra forma ele seria o próprio objeto e não o signo, ele promove uma visão parcial deste segundo correlato. Sendo assim, quanto mais signos puderem ser coadunados em um signo mais complexo (SANTAELLA, 2005, p. 279), a fim de reforçar a referência ao mesmo objeto, mais aspectos do objeto poderão ser apresentados. O uso de uma mistura de signos diferenciados amplia a compreensão do objeto, desde que todos, de forma coerente, remetam a ele.

81 Tradução livre da autora.

Importante frisar que Peirce tinha uma visão ampliada do signo e por isto um gesto, uma palavra, uma cor, um sentimento, um pensamento, tudo isso constitui signo, isto é, representa alguma coisa para uma mente. Por esse motivo, a semiótica peirciana tanto contribui para análise do meio televisivo, por ser ele composto não apenas pela linguagem verbal, mas também por sons e imagens em movimento.

Baseada nas categorias fenomenológicas de Peirce e em sua semiótica, Lucia Santaella propôs uma divisão tripartite das matrizes da linguagem e pensamento. Ela concluiu que, se não há pensamento sem signos, este deve seguir a mesma lógica organizativa. A denominação proposta por Santaella decorre do fato de a autora relacionar de forma indissociável a linguagem e o pensamento.

> *Qualquer coisa que esteja à mente, seja ela de uma natureza similar a frases verbais, a imagens, a diagramas de relações de quaisquer espécies, a reações ou a sentimentos, isso deve ser considerado como pensamento (SANTAELLA, 2005 p. 55).*

Logo, os signos estão intrinsecamente ligados ao pensamento, sendo imprescindíveis para que este ocorra. Do mesmo modo, mostra-se impossível uma linguagem independente da semiose. A linguagem manifesta-se, exteriorizando-se e materializando-se nas criações humanas. Vale destacar que Santaella escolheu o termo matriz por entendê-lo como lugar onde algo se gera ou se cria, uma vez que ela pretendia classificar as linguagens e pensamentos originais, mais essenciais, de onde todas as outras linguagens se originam. Assim como as categorias de Peirce buscavam dar conta de explicar a multiplicidade dos fenômenos, as matrizes objetivam explicitar

a origem das múltiplas linguagens existentes, denominadas como híbridas, por serem uma mescla das três matrizes primordiais.

Santaella elegeu três linguagens como as matrizes para todas as demais existentes: a sonora, a visual e a verbal. A primeira decorre do sentido da audição; a segunda, da visão; e a terceira, da faculdade de verbalização própria do homem. A autora afirma que apenas a visão e a audição, como sentidos da percepção humana, criam linguagens, diferentemente do tato, do paladar e do olfato. Para ser entendida como tal, a linguagem deve ter os seguintes atributos: organização hierárquica e sistematicidade, metalinguagem (deve ser autorreferente) e recursividade (deve ser passível de registro, mesmo que apenas da memória). Esse último atributo mostra que apenas podemos lembrar, revivenciando a sensação, do sonoro e do visual. Podemos visualizar um quadro ou cantarolar uma música mentalmente, mas não conseguimos sentir novamente o sabor de uma maçã ou o aroma de uma rosa, imaginando o gosto ou o cheiro. O tato seria o que mais se aproxima de uma quase-linguagem, porém, podemos entender que "os processos perceptivos que não fazem linguagens, porque são mais moventes, sutis e viscerais, encontram moradas transitórias nas linguagens do som, da visão e do verbal" (SANTAELLA, 2005 p. 78).

Assim como a semiótica peirciana tem uma concepção abstrata de signo, que pode ser aplicada a qualquer forma pela qual ele se apresente, seja verbal, visual, sonora, olfativa, gustativa ou tátil, Santaella propõe que entendamos cada uma dessas matrizes em suas especificidades próprias, sem tentar compreender determinada linguagem segundo as características de outra. Ela estabelece, então, o que é próprio de cada matriz: na sonora, a sintaxe (combinação dos elementos a fim de formar unidades mais complexas);

na visual, a forma (aspecto exterior dos corpos materiais); e na verbal, o discurso (organização da sequencialidade discursiva). A autora mostra também que a forma incorpora a sintaxe, assim como o discurso presume a forma e a sintaxe.

A primeira matriz, a sonora, compreende todo e qualquer tipo de som. Tem como eixo fundamental a sintaxe (syn = junto/com, taxis = arranjo), pois combina sons, alturas, durações etc. para formar elementos mais complexos. Apresenta dominância do signo icônico por apresentar atributos como fugacidade, evanescência e indeterminação, e por o ícone caracterizar-se pela baixa referencialidade ao objeto. Assim é o som: qualidade pura, imediata, de grande poder evocador.

A segunda matriz de linguagem e pensamento abrange as formas visuais fixas, isto é, as imagens que não possuem tempo intrínseco, pois o tempo inscreve-se na matriz sonora, enquanto o espaço, na matriz visual. Desse modo, as imagens em movimento seriam uma linguagem híbrida, aliando visualidade a sonoridade. Santaella explicita, também seguindo esse raciocínio, que as esculturas pertencem a essa matriz quando têm um caráter eminentemente visual, não apelando para o sentido tátil. Já os objetos utilitários tridimensionais, por se adequarem ao uso humano, colocando muita ênfase na ergonomia, não participam desse grupo.

A segunda matriz, a visual, apresenta dominância do índice, o que, a princípio, pode soar estranho, visto que a imagem muitas vezes foi associada ao signo icônico. Porém, Santaella argumenta que a característica do ícone é a grande ênfase no representâmen e que a semelhança demonstra uma fusão entre o objeto e o signo. O índice, por outro lado, refere-se a ou aponta para o objeto, destacando-o, seja por uma conexão física, seja apenas como

referência. As formas visuais fixas, em sua grande maioria, fazem esse movimento de indicar seu objeto e por isto caracterizam-se como índices. Vale lembrar que, seguindo a lógica das categorias que presumem sempre as anteriores, "todo índice tem um ícone embutido" (SANTAELLA, 2005, p. 199).

A terceira e última matriz corresponde à linguagem verbal escrita, uma vez que a oral incorpora elementos da sonoridade e do gestual, sendo assim considerada híbrida por Santaella. Destacam-se como principais características do signo linguístico a arbitrariedade e a convencionalidade. É uma lei que o fará ser interpretado como se referindo a um determinado objeto, que, nesta matriz, se caracteriza por ser uma ideia, um conceito, um elemento abstrato.

A IDENTIDADE TELEVISIVA COMO SIGNO

Podemos perceber que a identidade televisiva pode ser compreendida como um signo, uma vez que ela representa os valores de marca de um canal de televisão – seu objeto. Ela medeia a relação dos telespectadores com o conceito da emissora, que, por também constituir um signo, torna este processo semiótico uma semiose genuína.

Indo além, as vinhetas interprograma podem ser vistas como um signo mais complexo, pois combinam signos sonoros, visuais e verbais, isto é, signos pertencentes às três matrizes de linguagem e pensamento definidas por Santaella.

1.1. SIGNOS SONOROS

Segundo Ràfols e Colomer (2006, p. 34), o som compreende a música, a palavra falada e os efeitos sonoros (sonoplastias). Diferentemente da palavra falada, em que precisamos conhecer o

código linguístico para interpretarmos o signo, a música é uma linguagem convencional que pode ser apreciada independentemente do conhecimento técnico de seus termos e de sua estrutura. "O dado curioso da música é que a compreendemos e reagimos a ela, mesmo sem ter que aprendê-la" (ACKERMAN, 1992, p. 248). Isso decorre do fato de, na matriz sonora, o aspecto qualitativo predominar ao convencional. Por suas amplas possibilidades de interpretação, "o universo sonoro é o âmbito no qual se produz a comunicação das sensações mais primárias, essenciais e dificilmente racionalizáveis que o ser humano é capaz de expressar e perceber" (RODRÍGUEZ, 2006, p.16). Dessa forma, é possível emocionar-se com uma canção sem ser músico.

Por convenções culturais, associam-se tons maiores a alegria e menores a sentimentos de tristeza e melancolia. Relacionam-se movimentos ascendentes na melodia à leveza, ao subir às alturas para notas mais agudas. De forma oposta, movimentos descendentes na escala, rumo aos tons mais graves, são interpretados com maior peso. Já no caso dos andamentos, a velocidade do pulso que marca uma música, acredita-se que a associação de pulsos mais rápidos como o allegro à alegria – como o próprio nome em italiano já demonstra –, esteja não apenas relacionada a questões culturais, mas a motivos biológicos. A velocidade do batimento cardíaco médio humano é de 60 a 80 batidas por minuto. Logo, andamentos mais velozes que esse padrão são relacionados com estados de excitação, como o vivace (152-168 bmp), enquanto aqueles mais lentos, com estado de pesar ou cansaço, como o grave (40 bpm). Um som de maior intensidade traduz-se por força, enquanto um de menor intensidade, por suavidade. Um ataque e uma queda mais

fortes – início e fim, respectivamente, do contorno sonoro, que são "(...) todas as evoluções da intensidade e do tom que se produzem ao longo de um evento sonoro concreto" (RODRÍGUEZ, 2006, p. 215) – sugerem maior dinamismo e contundência.

Vale mencionar em particular os timbres dos instrumentos e os estilos musicais que carregam em si significações relacionadas com sua história. Um som de violino, por exemplo, remete o ouvinte a um determinado estilo musical e a um contexto de audição totalmente diferente do que uma guitarra faria. Um samba leva em seu ritmo e instrumentos toda a carga emocional de seu surgimento, do seu público, da sua evolução, do seu gestual, da sua indumentária, da sua localidade, de forma diversa de um forró, de um rock, de um maracatu, de uma música dodecafônica etc.

As convenções culturais no âmbito sonoro também se estendem à palavra falada e aos efeitos sonoros. Os timbres das vozes de locutores transmitem sentimentos distintos da eventual imagem dos mesmos – como ocorre no filme Cantando na Chuva, de 1952, no qual se mostra o problema vivido por uma atriz protagonista com o advento do cinema sonoro, ao perceber que sua voz esganiçada não condiz com sua imagem. Assim, uma voz masculina grave e pausada normalmente é associada à maior sobriedade que uma voz infantil, devido a todas as possibilidades de interpretação relacionadas aos conceitos de criança, adulto, homem, mulher etc, variáveis de acordo com os papéis que representam em uma sociedade.

Normalmente, nos efeitos sonoros, há grande relação referencial entre som e fonte sonora, pois a sonoplastia busca reviver este elo entre imagem e som. Em projetos mais simples, busca-se recriar um som de pássaro para representar a ave, assim como se grava o

som de vidro quebrando para melhor apresentar um vidro partindo-se. Porém, com as possibilidades abertas pela música concreta e eletrônica e o processo de acusmatização,

> *(...) nós nos encontramos não só com a possibilidade de ouvir os sons neles mesmos, livres de sua conexão causal original e fatiá-los em novas combinações antes impossíveis (Música Concreta), mas também (...) de reassociar estes sons com imagens de objetos e situações diferentes, às vezes, surpreendentemente diferentes dos objetos e situações que geraram os sons originariamente (MURCH apud CHION, 1994, p. 16) [tradução livre da autora].*

Assim, os diversos tipos de sons que podem manifestar-se na identidade televisiva associam-se entre si ou com as demais matrizes, de forma convencionada ou inesperada, a fim de aumentar a eficácia interpretativa de uma vinheta. Podemos destacar na palavra falada alguns tipos de signos que veiculam significações: o timbre da voz do locutor, a cadência da fala, a intensidade, a respiração do falante, o sotaque e a própria língua do discurso, que já se situa em uma região fronteiriça com a matriz verbal. Nos efeitos sonoros podemos sublinhar a intensidade do som, a força do ataque, o timbre, a altura, entre outros. Nas músicas, transmitem significações o timbre, a intensidade, a altura, o ataque, a queda, o andamento, a tonalidade, os instrumentos, o ritmo, a duração etc.

Cada um desses signos da palavra falada, dos efeitos sonoros e das músicas deve ser analisado separadamente e em grupo, sempre tendo em conta todo o processo semiótico e o contexto da mensagem. Portanto, qualquer análise semiótica deve considerar, para

a compreensão do papel de um signo, o contexto e o destinatário da mensagem e não simplesmente um som desconectado de um processo maior que relaciona também outros dois tipos de signos: visuais e verbais.

1.2. SIGNOS VISUAIS

A identidade televisiva, por estar em um meio que consegue incorporar diversas linguagens para dentro dele, pode abarcar ilustrações, pinturas, imagens filmadas, infografias totalmente geradas por computador, entre outras possibilidades de formas. Segundo Santaella (2005), as formas não-representativas são as imagens abstratas e têm baixa referencialidade com o seu objeto. As figurativas (pinturas realistas, fotografias etc) têm mais conexão com ele e as representativas (símbolos matemáticos, químicos etc) são altamente convencionais. Portanto, quanto menos referencial, maiores as possibilidades de interpretação que a imagem pode gerar. Quanto mais convencional, menor a amplitude interpretativa. A escolha por um determinado tipo de imagem nas vinhetas se dará de acordo com a mensagem que a emissora deseja transmitir e com o público com o qual deseja se comunicar.

Toda imagem pode ser decomposta em elementos primordiais que a compõem: a forma, que é a chave para a compreensão da matriz visual; a linha, "(...) o articulador fluido e incansável da forma (...)" (DONDIS, 2007, p. 23), composta de pontos; a direção; o movimento; a textura; a escala; a dimensão; e a cor.

O movimento é um dos elementos principais na imagem audiovisual. O ser humano é um animal eminentemente visual. Desde o

início da humanidade, ainda na Pré-História, o homem conseguiu eternizar imagens fixas em suportes. Bizões foram pintados em paredes, mãos foram usadas como carimbo nas cavernas. Ao longo do tempo, as técnicas foram evoluindo e os tipos de suportes foram sendo ampliados. Porém, o movimento presenciado no cotidiano podia apenas ser sugerido em imagens estáticas. As primeiras invenções ópticas que simulam o movimento remontam ao século XVII. Mas só no na virada do século XIX para o XX, baseado no fenômeno da persistência retínica, que o movimento pôde ser simulado tanto com o advento do cinema quanto com o da televisão.

Mesmo em uma imagem fixa, o movimento é sempre um elemento presente. O borrão que um objeto deixou em uma fotografia é um indício de sua passagem, enquanto a hierarquização das figuras em uma composição induz a um movimento. Esse elemento confere dinamismo à peça, e a televisão, que veicula imagens não-fixas, sabe bem explorar seu potencial comunicativo.

Além desses elementos básicos, não podemos deixar de frisar que há outra questão a ser considerada ao se analisar uma imagem: as relações entre os elementos. A harmonia e o contraste, citados por Dondis (2007, p. 24), podem se apresentar pelo equilíbrio ou pela instabilidade, pela simetria ou assimetria, pela irregularidade ou pela regularidade dos elementos constituintes. Também devemos considerar, fora os elementos e suas relações, o estilo, pois assim como um ritmo musical ou seus instrumentos na matriz sonora trazem em si significações relacionadas à sua história, ao seu uso, aos seus costumes etc, o estilo visual carrega também grandes possibilidades interpretativas. Uma vinheta que carregue um estilo grunge, como as primeiras veiculadas pelo canal americano MTV

na década de 1980, comunica visualmente uma intenção totalmente diferente das vinhetas tecnológicas e futuristas da emissora brasileira Rede Globo.

1.3. SIGNOS VERBAIS

Os signos verbais estão presentes nas vinhetas on-air principalmente em três momentos: no logotipo ou assinatura visual da emissora, nas chamadas – "voltamos a apresentar, a seguir, ainda hoje etc" – e nos nomes dos programas nas vinhetas de retenção. Por se tratar de signo convencionado, as palavras só são passíveis de serem interpretadas por aqueles que dominam seu código. Dessa forma, as informações transmitidas por um canal por assinatura americano em sua identidade televisiva só poderão ser decodificados pelos espectadores familiares à língua inglesa.

O verbal, nas vinhetas de identidade, dificilmente não se mesclará com a sonora e a visual. A palavra falada, na locução ou na música, já é considerada por Santaella como linguagem híbrida, pois incorpora a sonoridade. Da mesma forma, o tratamento gráfico que é dado aos textos nas vinhetas e ao nome da empresa nos logotipos também inscreve a visualidade na matriz verbal, por se tornar impossível desvincular uma da outra e pelo fato de a matriz visual acrescentar significações à verbal.

Além disso, o que é característico do verbal, segundo Santaella (2005), é o discurso. Ora, se a temporalidade e a sintaxe são próprias da sonoridade, mas podem perpassar pela visualidade e pelo verbal; se a espacialidade e a forma são essências do visual, mas transparecem também no som e no discurso; também a organização sequencial da matriz verbal pode aparecer no mundo sonoro

e visual. O desenvolvimento de uma peça musical nas suas idas e vindas, mesmo não utilizando o código linguístico, está impregnado da estruturação básica do discurso. Uma animação apenas de imagens na qual se desenrola uma ação está prenhe de narrativa. Portanto, não devemos apenas fixar-nos na palavra arbitrária na identidade televisiva, mas também na estruturação discursiva que ela apresenta.

1.4. RELAÇÃO ENTRE OS SIGNOS

As linguagens que mesclam as três matrizes de linguagem e pensamento, e que predominam no mundo em detrimento das linguagens puramente sonoras, visuais e verbais são consideradas híbridas por Santaella. Isso decorre do fato de que "(...) as matrizes da linguagem e pensamento estão alicerçadas nos processos perceptivos, o que significa que uma dinâmica similar à dos sentidos [da sinestesia] é desempenhada nas interações e sobreposições das linguagens" (SANTAELLA, 2005, p. 78). Elas podem surgir da mistura de duas matrizes (sonora-visual, sonora-verbal, visual-verbal), ou da combinação das três (sonora-visual-verbal), como, por exemplo, o cinema e o vídeo.

Santaella (2005, p. 388) escreveu que entre esses múltiplos canais semióticos, a televisão é aquela que leva a multiplicidade ao limite de suas possibilidades. Isso ocorre porque ela, por sua própria constituição, é capaz de absorver para dentro de si quaisquer outras linguagens: rádio, teatro, cinema, shows, publicidade, jornalismo etc . Certamente, ao serem absorvidas dentro da linguagem específica que é a televisão, essas linguagens mudam, por vezes, de forma bastante radical. Isso, entretanto, não modifica a natureza da linguagem da televisão em si que é, justamente, feita dessas

absorções e misturas, em uma sintaxe que lhe é muito particular.

1.4.1. VERBAL E SUAS RELAÇÕES COM O VISUAL E O SONORO

Segundo Rodríguez, desde que começamos a aprender a linguagem verbal arbitrária, ela se converte na principal forma de apreensão do mundo.

Conforme o processo de aprendizagem de uma pessoa evolui, as linguagens arbitrárias adquirem uma prioridade extraordinária sobre todos os níveis de reconhecimento sonoro.

> *(...) a partir do momento em que aprendemos a falar, tem início para nós uma etapa de formação (...), que está baseada de modo muito prioritário pelas formas sonoras e escritas da fala (...). A partir de então, tudo o que nos rodeia será sempre nomeado, explicado, interpretado, organizado, estudado, classificado, aceito, recusado, narrado, armazenado pela linguagem arbitrária mais hegemônica e imperialista que existe: a língua (RODRÍGUEZ. 2006, p. 334).*

Atualmente, porém, com o desenvolvimento dos meios audiovisuais e o constante crescimento do uso maciço de imagens em diversos suportes, podemos dizer que as duas matrizes alcançaram grande importância comunicativa para o homem. Além disso, a materialização da abstração do verbal em signos sonoros (fala) e visuais (escrita) faz com que as três matrizes estejam cada vez mais imbricadas. Portanto, devemos ver como elas se relacionam, como elas se reforçam ou se contradizem em cada peça de design.

Na identidade televisiva o texto normalmente tem uma função informativa. Nas assinaturas e nas vinhetas de retenção, que finalizam com a assinatura do canal, os signos verbais buscam comunicar o nome do canal a que estamos assistindo. No caso das vinhetas de retenção, eles visam a anunciar elementos da programação, organizando a grade da emissora e mantendo o espectador sintonizado na atração. Dessa maneira, o verbal, que tem enorme importância na televisão, a ponto de ela ser considerada um rádio ilustrado – isto é, o verbal concretizado em signos sonoros e verbais aliado a imagens –, mantém seu papel na identidade televisiva, principalmente nas vinhetas de retenção.

Existem muitas variações no design das vinhetas decorrentes da intenção comunicativa da emissora, mas podemos destacar um padrão mais adotado: o uso de uma locução que narra a programação, enquanto aparecem imagens do programa citado.

Os canais de televisão sabem que os comerciais são um grande momento de dispersão para o espectador, que irá até mesmo sair do recinto em que se encontra a televisão, a fim de resolver outros afazeres enquanto a programação não retorna. A locução do texto, que pode também ser visualizado na tela, pode ser escutado mesmo pelo público que esteja a alguns metros do aparelho. Dessa maneira, o verbal sonoro cumpre o papel de chamar a audiência para o canal, sinalizando a programação. Outros canais, porém, projetam peças diferentes desse padrão, utilizando o verbal escrito, sem locução, sem referência a nenhuma imagem do programa anunciado.

Podemos ver que são muitas as possibilidades de relação do verbal com o visual que podem ser exploradas. Tudo depende do objetivo que a emissora traça para uma determinada vinheta, dentro de um

contexto mais amplo, que considera o público-alvo, os valores do canal e a coerência dela com toda a identidade televisiva.

Em um estudo mais específico das relações entre imagem e texto, Santaella e Nöth (2005, p. 54-55) sintetizam três possibilidades de relação entre visual e verbal: de redundância, de informatividade e de complementaridade. Na redundância, a imagem é considerada inferior ao texto, isto é, o texto tem maior função comunicativa, sendo a imagem uma mera ilustração que não acrescenta informação adicional a ele. Na relação de informatividade ocorre o contrário: a imagem é superior ao texto, dominando-o. Esse é o caso de uma foto com uma legenda, quando o texto também não aumenta o potencial de significação da imagem. O último caso é o da complementaridade, quando há uma equivalência na função comunicativa de texto e imagem.

A identidade televisiva tem ora predominância de signos verbais, ora de signos visuais. Não há uma regra pré-definida, portanto podemos encontrar vinhetas em que uma das matrizes tem mais peso que a outra, ou momentos das vinhetas em que há dominância de um sobre o outro. Porém, percebemos que a tendência no meio é a da complementaridade entre as matrizes, o que só pode contribuir para o aumento da eficácia da comunicação. "A vantagem da complementaridade do texto com a imagem é especialmente observada no caso em que conteúdos de imagem e de palavra utilizam os variados potenciais de expressão semióticos de ambas as mídias" (SANTAELLA e NÖTH, 2005, p. 55).

Por fim, além do verbal materializado em palavras, devemos novamente atentar para o fato de que o discurso, chave para a compreensão da terceira matriz da linguagem e pensamento, perpassa o visual e

o sonoro, como abordado anteriormente. Tanto a evolução de uma forma musical quanto de uma sequência de imagens trazem em si um discurso. Como diz Chion a respeito do cinema e que pode ser estendido à televisão – visto incorporar ela muitos dos seus elementos constituintes –, a linguagem está presente na forma como as imagens são concebidas, filmadas e editadas para se constituir em um discurso. E uma tomada – um take – ou um gesto podem ser analogamente entendido como palavras que compõem um todo maior.

1.4.2. O AUDIOVISUAL

A relação entre imagem e som na televisão não poderia ser ignorada, por ser este um meio audiovisual em que há uma paridade de importância entre estas duas bandas. Enquanto o cinema, mesmo sendo audiovisual, tem na imagem a chave para sua existência – podemos conceber um filme mudo, mas não podemos entender como cinema uma trilha sonora sem imagens –, a televisão surgiu, principalmente no Brasil, do rádio, de forma que o som atinge a mesma importância que a imagem. Assim, "(...) no design audiovisual, os sons estão associados e coordenados com as imagens, e esta convergência de sensações terá um efeito multiplicador, de forma que o som e a imagem passarão a formar parte de uma unidade de significação"[82] (RÀFOLS e COLOMER, 2006, p.16).

A grande interação entre essas duas matrizes, a composição de som e imagem como uma unidade em vez de partes separadas, decorre da necessidade de coerência que nosso sistema perceptivo busca estabelecer entre as diversas percepções simultâneas. Isso porque os sentidos nunca atuam isoladamente: a audição, a visão,

82 Tradução livre da autora.

o tato, o olfato, as sensações motoras, entre outras, percebem os estímulos externos ao mesmo tempo. "Não só vemos um automóvel que se aproxima, como também escutamos seu motor e o ruído de seus pneus rodando, sentimos o cheiro de gasolina queimada, percebemos que o ruído se torna cada vez mais intenso e mais preciso" (RODRÍGUEZ, 2006, p. 263). Essa simultaneidade foi fator primordial na evolução animal, que permitiu uma melhor adaptabilidade do ser no mundo, garantindo maior possibilidade de perpetuação das espécies. Perceber, por meio de todos os sentidos possíveis, sinais de risco e perigo, bem como a proximidade de alimentos, garantem a sobrevivência de um grupo.

Essa característica fisiológica promove a percepção do fenômeno de sincronia audiovisual. Ela ocorre quando há uma coincidência no tempo entre dadas oscilações acústicas e determinadas mudanças visuais. Como nosso organismo, ao longo dos anos de aprendizado perceptivo, aprendeu que uma alteração na fonte sonora está atrelada à variação do som, há uma imediata associação entre som e objeto quando há sincronia, mesmo que o objeto não seja naturalmente sua fonte sonora. Por exemplo, em um filme de ficção científica, associamos o som de tiros a laser com o brilho que sai da arma quando estes ocorrem simultaneamente. Ainda que não exista, no mundo compartilhado, o som de um revólver a laser por ser ele inexistente, o som criado pelos sonoplastas para representá-lo é automaticamente interpretado como derivado daquela fonte sonora. Isso porque "(...) é altamente improvável que o início e o final de um fenômeno sonoro coincidam exatamente no tempo com o início e o final de um fenômeno visual; somente por coincidência" (RODRÍGUEZ, 2006, p. 318).

A sincronia é um fenômeno que destaca tanto a imagem quanto o som quando ocorrem de forma simultânea. Em uma imagem em movimento, com uma série de elementos em ação, geralmente haveria uma tendência de nossa visão em selecionar aqueles de dimensões maiores ou os que ocorrem em um primeiro plano. Ao associar, porém, um desses elementos, entre os vários pontos de atenção de uma imagem, a um som, sublinha-se essa figura. Mesmo um ponto diminuto no plano de fundo tem seu efeito destacado se sincronizado com um som. Da mesma forma, em uma composição de efeitos sonoros ou em uma música, em que vários sons diferentes ocorrem no tempo, prestaremos mais atenção a um específico se em sincronia com uma imagem.

Existem grandes diferenças entre as percepções visual e sonora. Enquanto a audição nos faz reconhecer o ambiente mais próximo, a visão nos ajuda a perceber também o espaço que está longe de nós. Ela alterna, num espaço curtíssimo de tempo, o ambiente imediato e o distante e, por esta mudança constante, é mais instável no tempo que a audição. Essa nunca pode deixar de atuar, mesmo conscientemente, pois não temos pálpebras para os ouvidos. Além de podermos escolher não ver – ao fecharmos os nossos olhos –, a visão tem uma percepção enquadrada. No caso humano, a localização frontal dos olhos faz com que ganhemos em profundidade, mas percamos em ângulo. O som, por seu turno, é omnidirecional. Talvez, por essas características, o som impacte tanto nos sentimentos, pois representa a percepção daquilo que se encontra mais próximo do ouvinte, podendo situar-se até mesmo atrás dele, e é o único sentido que nunca para de atuar completamente. "Basicamente o ouvido analisa, processa e sintetiza mais rápido que os olhos"[83] (CHION, 1994, p.10).

83 Tradução livre da autora.

> *Tome um rápido movimento visual – um gesto com a mão – e o compare com uma trajetória abrupta de som com a mesma duração. O rápido movimento visual não formará uma imagem distinta, sua trajetória não será memorizada em uma figura precisa. Já uma trajetória sonora de mesma duração terá sucesso em ter uma forma definida, individual, reconhecível e distinta das demais.*
>
> *Isto não é uma questão de atenção. Nós podemos ver, atentamente, uma tomada de um movimento visual dez vezes (como, por exemplo, um personagem fazendo um complicado gestual com o braço), e ainda não seremos capazes de discernir seus contornos claramente. Ouça dez vezes uma rápida sequência de som e sua percepção a confirmará com cada vez mais precisão* [84]*(CHION, 1994, p.10).*

Por isso, o som atua constantemente como unificador de sequências visuais diferentes, justapostas na edição, organizando a narrativa. Com um som incorporado, uma sequência de imagens que sofre uma edição mais fragmentada pode ser mais bem compreendida como unidade de significação que uma sem áudio. E ele também tem como função fixar melhor um estímulo na memória, por ser mais rapidamente processado e por acentuar a carga emotiva na comunicação.

A audição relaciona-se mais com a temporalidade, enquanto a visão com a espacialidade. É interessante notar é que, ao longo do século XX, com o afastamento da pintura da representação ocidental tradicional da realidade, iniciado pelas vanguardas européias, as formas visuais têm se aproximado mais da lógica da sonoridade. Com a culminância do abstracionismo, vemos que a imagem liberta-se da referencialidade em sua busca pela qualidade

84 Tradução livre da autora.

pura. Não é por coincidência que uma sociedade que caminhou para a fugacidade, a instabilidade e a liquidez da pós-modernidade buscou novas formas de expressão que destacaram o fugidio do tempo nas formas visuais. Veremos, a seguir, como o tempo está cada vez mais presente em todas as matrizes.

TEMPO NO SOM, NA IMAGEM E NO DISCURSO

Uma das principais características da televisão é reproduzir imagem em movimento. A imagem em movimento já constitui- se como uma forma híbrida, diferentemente das formas fixas, pois insere, na visualidade – mais relacionada ao espaço –, o tempo – referente à matriz sonora.

A questão do tempo na imagem foi pensada de forma diferente por autores diversos. Jacques Aumont propôs uma divisão entre as imagens não-temporalizadas, aquelas que são idênticas a si próprias no tempo, e as temporalizadas, que se modificam no fluxo temporal pelo efeito do dispositivo que as reproduz sem a intervenção do espectador. Para ele, as imagens temporalizadas seriam as imagens em movimento, como o cinema, a televisão, a animação etc.

Santaella e Nöth discordam de tal classificação, que relaciona inseparavelmente tempo a movimento. Para os autores, imagens fixas também são impregnadas de tempo, ainda que de forma diferente. Eles então propõem (2005, p.75) duas grandes divisões: tempo intrínseco, semelhante à concepção de imagem temporalizada de Aumont, só que sem se restringir à questão do dispositivo; e tempo extrínseco, que são as formas de temporalidade externas à imagem.

No primeiro grupo, há três grandes divisões. O primeiro é o tempo do dispositivo ou suporte; o segundo, o tempo da fatura ou enunciação,

que pode ser compreendido como o "(...) nível que corresponderia a algo semelhante àquilo que nas teorias linguísticas e teorias do discurso costuma ser chamado de tempo da enunciação" (SANTAELLA e NÖTH, 2005, p.75); e o terceiro, tempo dos esquemas e estilos "(...) que dizem respeito a caracteres internos das imagens" (idem, 2005, p.75).

Já o segundo grupo comporta o tempo de desgaste – o envelhecimento e deteriorização do suporte da imagem, por isto externo a ela –, o tempo do referente ou enunciado – também chamado de tempo representado –, e a ausência de tempo, que ocorre nas imagens abstratas não-figurativas.

Por tal classificação, as imagens em movimento veiculadas pelo meio televisivo não possuem tempo extrínseco de desgaste por serem elas estocadas em meio digital, fazendo com que o tempo externo não aja sobre seu suporte. Mas sua principal característica é possuir tempo intrínseco devido ao dispositivo eletrônico que as reproduz: a televisão projeta quadros sequencialmente, por um sistema de varredura, que substitui a imagem anterior numa velocidade tal que permite que nossa visão entenda a sucessão de imagens diferentes como uma única imagem desenvolvendo-se em um fluxo temporal. As imagens em movimento já se configuram, dessa forma, como uma mistura entre as matrizes visual e sonora, congregando espaço e tempo.

No design audiovisual, assim como no cinema e na animação, portanto, o tempo, ainda que tenha grande conexão com a sonoridade, pode ser captado também pela percepção visual. Como diz Krasner (2004, p.151), "(...) o ritmo é percebido tanto pelos olhos quanto pelos ouvidos"[85] .

85 Tradução livre da autora.

Os movimentos de câmeras – panorâmicas, quando a câmera se move sobre o próprio eixo, e travellings, quando ela se move sobre um caminho – ou suas simulações por programas de computador, e a velocidade com que eles são executados influenciam a percepção de tempo em imagens fixas ou em movimento. A edição também contribui como elemento temporal de uma sequência de imagens. Quanto mais rapidamente são executados os cortes, maior o ganho de velocidade percebida. Os tipos de transição entre as cenas escolhidas podem enfatizar um ritmo: fades (in, quando uma imagem aparece aos poucos, e out, quando uma cena some gradativamente) e fusões (quando uma cena mescla-se com outra, sendo que a primeira vai desaparecendo ao mesmo tempo em que a posterior vai surgindo) são transições mais lentas, enquanto cortes-secos (hard-cut), mais bruscos.

Está claro que "o espaço, o tempo e a imagem devem entender-se como um todo" (RÀFOLS e COLOMER, 2006, p. 29) [tradução livre da autora], mas não devemos esquecer que a temporalidade não se encontra somente no sonoro e no visual. O verbal inscreve o tempo em seu discurso, seja na descrição, na narração ou na dissertação.

> *(...) na linguagem audiovisual se articulam perfeitamente a língua e a música como sistemas de códigos complexos que se entrelaçam com as simulações perceptivas naturalistas características do desenho, da pintura, da fotografia, das montagens com imagem fixa e som, do cinema, do rádio, da televisão, etc., transferindo-lhe sua própria capacidade expressiva (RODRÍGUEZ, 2006, p. 28).*

CONCLUSÃO

> *"O elemento distintivo de um designer gráfico de televisão é a habilidade de planejar e produzir imagens com som e movimento. Combinar texto, música e efeitos sonoros e depois sincronizá-los precisamente com as imagens, quadro a quadro, é a essência desse trabalho, e esta combinação provou ser das formas mais efetivas de ganhar a atenção" (MERRITT, 1987, p.11) [tradução livre da autora].*

A identidade televisiva, ao representar os valores, as promessas e os conceitos de marca do canal, utiliza os signos que o meio possibilita de forma a aumentar a eficácia da comunicação. Ao associarem-se às imagens, sons e texto, esta interrelação reforça a mensagem, pois, sob a ótica da semiótica peirciana, podemos compreender o sucesso do uso de vários sentidos em um produto pelo maior acesso ao objeto que diferentes signos articulados podem estabelecer.

Essa constante ancoragem do signo em um objeto é o que possibilita uma coerência não só entre os diferentes signos de uma mesma peça de design – dos sonoros, visuais e verbais de uma mesma vinheta de identidade –, como também entre as diversas vinhetas de uma identidade televisiva mais completa. Sempre que os signos remeterem aos mesmos conceitos de marca eles terão uma unidade entre si, pois estarão representando o mesmo objeto. Dessa forma, eles poderão gerar significações coerentes com o objeto representado, sempre levando em consideração o repertório do público ao qual a identidade televisiva se destina.

O fato de a identidade televisiva poder ser compreendida como

um signo mais complexo possibilita o entendimento de que a combinação de signos das diferentes matrizes contribui para que o telespectador tenha maior acesso à marca do canal, numa relação que irá se estabelecer pelo hábito do uso. Por isso, concordamos com Santaella e Nöth (2005, p. 69) quando afirmam que o código hegemônico deste século não está nem na imagem nem na palavra oral ou escrita, mas nas suas interfaces, sobreposições e intercursos. Podemos acrescentar a esses signos também o som, que traz em si a dominância do tempo.

Analisamos, nas vinhetas interprogramas, como o verbal pode se interrelacionar com o sonoro e o visual, como pode ocorrer o diálogo entre som e imagem, e principalmente como o tempo pode se inscrever nas demais matrizes. Por isso, podemos concluir que a complexidade para a leitura da identidade televisiva deve-se ao fato de que ela constitui um signo cuja natureza semiótica não está só pautada na imagem, mas nas ligações indissolúveis do visual com o sonoro e o verbal.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, D. Uma História Natural dos Sentidos. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

BAUMAN, Z. Vida para Consumo: a Transformação das Pessoas em Mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CHION, M. Audio-Vision: Sound on Screen. New York: Columbia University Press, 1994.

DONDIS, D. A. Sintaxe da Linguagem Visual. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KRASNER, J. Motion Graphic Design & Fine Art Animation: Principles and Practices. Oxford: Focal Press, 2004.

PEIRCE, C. S. The Collected Papers of Charles Sanders Peirce. Electronic edition[86] . Virginia: Past Masters, 1994.

RÀFOLS, R.; COLOMER, A. Diseño Audiovisual. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

RODRÍGUEZ, Á. A Dimensão Sonora da Linguagem Audiovisual. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

SANTAELLA, L. Matrizes da Linguagem do Pensamento: Sonora, Visual, Verbal. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia. 4ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

86 Disponível em http://library.nlx.com/

SEMIÓTICA NO DISCURSO PUBLICITÁRIO: O SISTEMA BANCÁRIO E SUAS LINGUAGENS

Jane Cristina Baptista da SILVA [87]

Rosália Maria Netto PRADO [88]

INTRODUÇÃO

Este estudo fundamenta-se nos princípios teóricos da semiótica protagonizada por Greimas, que é aquela que se fundamenta na teoria da linguagem. O objeto desta, portanto, não é o signo, mas a significação e as estruturas significantes que modelam os discursos social e individual. De acordo com Bertrand (2003), o lugar exato do exercício semiótico não é o do signo empírico e de suas codificações, mas o do sentido que o signo suscita que articula e que o atravessa na constituição dos discursos.

É, portanto, uma leitura, à luz da Semiótica, do discurso publicitário nas situações de comunicação entre sujeitos e instituições bancárias, das diferentes linguagens, saberes compartilhados e processos discursivos no universo da publicidade. Mais particularmente, trata de uma análise dos discursos subjacentes aos textos publicitários e seus respectivos valores socioculturais.

---

87 Profª. Mestra em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação - UBC; Grupo de Pesquisa: Semiótica, Discursos e Educação.

88 Profª Doutora pela FFLCH - USP, pesquisadora do Programa de Mestrado em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação, - UBC; Grupo de Pesquisa: Semiótica, Discursos e Educação.

Ao examinarmos aspectos da linguagem publicitária e/ou propaganda, observa-se que a distinção entre publicidade e propaganda parece, por vezes, bastante clara, quando apresentada teórica ou didaticamente. Em princípio, no dizer de Pais (2001, p.185), afirma-se que os discursos de propaganda destinam-se essencialmente à sustentação de idéias, enquanto os da publicidade voltar-se-iam, especificamente, ao estímulo do consumo. As denominações são adotadas como sinônimos pela prática empresarial, assim como pelas pessoas, de uma maneira geral, no Brasil.

As instituições bancárias investem de forma intensa em comunicação e percebe-se que esta prática vem aumentando significativamente no que diz respeito às campanhas publicitárias junto aos veículos de comunicação, que harmonizados, coordenados e orientados, estes meios tornam-se, então, um formidável instrumento de fabricação de opiniões e modelagem de comportamento exercida pelo surgimento e propagação de mercadorias produzidas para a venda em massa.

A publicidade faz a mediação entre o produtor e o consumidor, passando a ser um dos mecanismos fundamentais de sedução, despertando o desejo nos indivíduos para adquirir os bens propagados por ela, vendendo não só o valor de uso, e sim vendendo muito mais. Vende significados, novos valores e signos, entre outros, tendo como objetivo final o consumo.

O discurso publicitário bancário está pautado em objetos de valor a serem conquistados e, para isso, as instituições bancárias sempre se mostram afetivas e sedutoras, procurando demonstrar a importância de seus serviços, produtos e marcas, suscitando os mais diferentes temas em suas campanhas, despertando desejos e paixões.

Todas essas estratégias fazem com que possamos entender que o sujeito só será aceito socialmente porque compra, e a publicidade, através de seu discurso, da sua narrativa de fábula, considera que para "ser' é preciso "ter", ou seja, deve-se consumir o que a publicidade/propaganda considera como certo.

São, pois, objetivos deste trabalho, a análise e descrição das relações entre destinadores e destinatários, sujeitos e objetos de valor, percursos dos sujeitos, ou seja, a estrutura narrativa dos discursos; tematização e figurativização na estrutura superficial dos discursos; e o estudo dos sistemas de valores na semântica profunda. De acordo com o percurso gerativo da Semiótica, isto é, a descrição das estruturas narrativa, discursiva e semântica profunda dos discursos, é possível a reconstrução do processo discursivo na publicidade, para um estudo das relações de linguagem, como capacidade humana de discursos e suas contradições, e dos processos de construção do "saber social" compartilhado.

SOCIEDADE DE CONSUMO E A PUBLICIDADE

O capitalismo, sutilmente, promoveu o que deve ser de utilidade. O que é vital e o que é supérfluo confundem-se, estrategicamente, na sociedade de consumo. Para influenciar no que é vital ou supérfluo, foi criado um elemento mediador — a publicidade.

Vivemos em uma sociedade que gira em torno das mercadorias. Ela é um elemento central na economia capitalista. Marx afirmou que, à primeira vista, a sociedade capitalista aparece como uma "imensa coleção de mercadorias". Através delas, os indivíduos se comunicam com a sociedade e sentem-se incluídos nas mesmas.

Segundo Baudrillard (1991, p.22), o consumo, na qualidade de novo mito tribal, transformou-se na moral do mundo contemporâneo. Viveríamos, ou já vivemos num contexto em que o consumo invade a vida das pessoas, suas relações invadem toda a sociedade e as satisfações pessoais são completamente traçadas através dele.

Os consumidores têm acesso a informações sobre produtos, empresas e notícias, em nível mundial, quase instantaneamente. Isso gera mais sofisticação e maior diversidade de gostos, preferências, necessidades e expectativas das pessoas, criando perfis de compra cada vez mais singulares que exigem ser atendidos.

Os produtos transformados em signos pela publicidade traduzem o que é poder, riqueza e status, levando os indivíduos a comprá-los e, até mesmo, a desejá-los. A publicidade e a propaganda fazem-se passar por informação ou educação, mas seu objetivo real não é transmitir uma mensagem, e sim utilizar a comunicação (com todos os seus recursos) para orientar os indivíduos e os grupos, a fim de levá-los a agir na direção esperada. Ainda que usem informações e verdades (porque ambas são valiosíssimos recursos para a persuasão), serão sempre informações e verdades comprometidas com o objetivo maior da persuasão, da manipulação em prol dos interesses reais do anunciante.

A propaganda mistura apelos lógicos e emocionais; informação e argumentação, medo e inveja; fascínio pelo novo e necessidade de segurança, além de muitos outros elementos, à primeira vista paradoxais e antagônicos, que ela junta e combina para atingir seu propósito maior de gerar nos consumidores – pela persuasão – comportamentos que beneficiem o anunciante que a utiliza.

O homem em sua busca de felicidade acaba por ser envolvido em ícones exteriores aos seus desejos, e cai em uma armadilha que, inconscientemente, o faz valorizar e comprar objetos que aparentemente lhe trarão esta felicidade.

A influência da publicidade na sociedade atual não se restringe somente ao plano coletivo, ela assume, muitas vezes, importância relevante no plano individual, no tocante ao papel que assume na vida dos indivíduos, constituindo importante elemento de formação de identidade na atual sociedade e caracteriza-se como um dos processos de inserção.

Promete a libertação total de todos os medos, traz esperança de uma vida melhor em que não existe angústia, tristeza, morte ou choro. Tudo é belo e bom. E viver tudo isto depende exclusivamente de cada um, da construção pessoal do seu universo próprio.

EFEITOS DE SENTIDO DA LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

Aristóteles dizia que o objetivo principal de toda comunicação é a persuasão, ou seja, a tentativa de levar os outros a abraçar o ponto de vista de quem fala, escreve, se expressa. A publicidade, como elemento promocional integrante do marketing, pode ser considerada um dos conectores da comunicação entre o modo de produção capitalista e sua necessidade quase vital de consumo.

Os mecanismos usados pela comunicação são notadamente marcados pelo princípio dialético entre os efeitos de sentido, tanto sobre o enunciador como sobre o enunciatário, em que os produtos/marcas são oferecidos em embalagens, cujas linguagens atraem, estimulam e convencem. Para entender a linguagem publicitária,

ou ainda, para construí-la, muitas vezes é necessário conseguir "ler" aquilo que não está escrito, entendendo as referências que a publicidade faz.

A linguagem publicitária é uma linguagem de massa, que deve ser direta e acessível. Por isso, os textos publicitários usam uma linguagem simples e de fácil entendimento. Ela lança mão de aspectos e fragmentos da verdade, focos de estatísticas, sentimentos que não podem ser contestados, "filtrando" a realidade para privilegiar uma ideia, um produto, um serviço. Para Bakhtin (1981, p.41), "As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios". O autor comenta que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, por ser capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Há palavras e expressões que, apesar dos velhos lugares-comuns, ainda são capazes de fazer "maravilhas": "Acaba de surgir", "Sensacional", "Revolucionário", "Milagroso", "Oferta", "Rápido", "Fácil", enfim, inúmeras palavras que funcionam como provocação imediata da atitude pelas palavras. Portadoras de imagens, elas decidem frequentemente a adesão-aceitação ou rejeição / evitar, pois elas vão além do seu conteúdo conceitual e têm um verdadeiro poder de fascinação, despertando o impulso para a posse "em condições excepcionais" de marcas/objetos de que não se necessita realmente.

Os anunciantes e suas agências publicitárias preferem nos oferecer imagens instantaneamente legíveis. Em formas de simulacros tão

transparentes e, portanto, aparentemente tão "verídicos" quanto possível, eles nos apresentam objetos dotados de um poder de enfeitiçamento imediato: "Banco do Brasil: Faz diferença ter um banco todo seu em todo lugar", ou seja, há pessoas exemplarmente acessíveis e "desejáveis" que, para além da simples contemplação, poderíamos ver, alcançar, tocar, se nos fosse concedido passar ao ato – ato da compra das mercadorias ou consumo dos serviços de toda espécie assim propostos.

O Design é a comunicação visual da empresa, suas marcas e produtos com o público em geral e seus consumidores em particular. Aparece na forma de logotipos, cores, símbolos, decoração de fachadas e veículos. O design tem se transformado em uma das mais importantes ferramentas de comunicação porque, por seu intermédio, ocorre o primeiro contato da marca ou empresa, conferindo-lhe identidade e personalidade dentre as demais marcas ou empresas.

Para complementar uma determinada mensagem, ressaltar-lhe os atributos, vantagens, entre outras, numa mensagem comercial, modernamente a publicidade e a propaganda utilizam o Slogan que, segundo Maingueneau (2008, p.171), é uma fórmula curta, destinada a ser repetida por um número ilimitado de locutores, que joga também com rimas simétricas silábicas, sintáticas ou lexicais, está associado à sugestão e se destina, acima de tudo, a fixar na memória dos consumidores potenciais a associação entre uma marca e um argumento persuasivo para a compra. O propósito do tema publicitário, ou slogan em um anúncio, é deixar a mensagem-chave da marca na mente do alvo, como por exemplo, em: "Banco do Brasil – Todo Seu".

Os informes publicitários são exemplos marcantes da maneira com que os textos deixam mostrar os valores e as propriedades presentes nas sociedades de consumo, valorizando o homem ou desvalorizando-o e, com seu discurso eficaz, fala diretamente ao seu mais favorável público-alvo, de forma persuasiva e sedutora, para incitá-lo a consumir mercadorias (serviço, produto, empresa). Favorecidos pelos meios de comunicação de massa, esse público dispõe de meios para entrar, simultaneamente, em uma relação persuasiva com milhões de indivíduos, em que este arsenal fantástico está, por sua própria natureza, a serviço da informação, da cultura e do lazer.

ANÁLISE SEMIÓTICA DA CAMPANHA DO BANCO DO BRASIL

A Semiótica apresenta modelos para a análise da significação, para além da frase, na dimensão do discurso que lhe é inerente. Seu procedimento clássico propõe articular a apreensão do sentido segundo um procedimento estratificado em camadas relativamente homogêneas, desde as formas mais concretas e particulares, às formas mais abstratas e gerais subjacentes, dispostas em múltiplos níveis de profundidade, sendo denominadas de: estrutura narrativa, discursiva e profunda (fundamental).

Instituições bancárias fazem divulgar, por meio de diferentes mídias, discursos de propaganda e publicidade. Na medida em que os bancos oferecem seus serviços, um mesmo discurso manifestado (PAIS, 2005, p.33), simultaneamente, proclama o nível de excelência, de sobriedade e de possibilidades, dirigido, sobretudo, à sociedade como um todo – oferecendo seus serviços como formas e métodos melhores e mais eficientes, pelos quais o Sujeito-consumidor/cliente pode conquistar determinados objetos de valor.

Assim, a proposta que cada banco faz – Destinador-Manipulador – aos Destinatários-Sujeitos, consumidores/clientes, ou seja, seu público-alvo, estabelece um programa narrativo (PN) em que, segundo ainda Pais, o Sujeito, na medida em que aceita o contrato de confiança, torna-se cliente de certo banco, podendo vir a entrar em conjunção com Objetos de valor, sendo necessário o processo cognitivo - entender de economia, para saber investir, e o processo pragmático - ter dinheiro, fazer transações em uma agência, podendo com isso, ser socialmente aceito porque "compra" (consome).

Podemos considerar que o PN é um auxiliar. O PN principal, ora subentendido, ora explicitado, ou até mesmo insinuado, tem como Objetos de valor (O.v.) "status", "ascensão social", ou seja, o fetiche das mercadorias que são transformadas em marcas de sedução, visto que as mensagens se dirigem a um sujeito psíquico dotado de inúmeros anseios, pulsões e defesas, em que para "ser" é preciso" ter".

PNp 1 S 1
Ov 1

"Consumidor" Programa narrativo principal (PNp)
"Status"

"Ascensão social"

Pna 1: S1
Ov 2

"Consumidor" Programa narrativo auxiliar (Pna) "Tornar--se cliente"

Pna 2: S1
Ov 3

"Consumidor" "Conectar-se/

"Estar em dia com a modernidade"

Pna 3 S1
Ov4

"Consumidor" "Ser cliente do Banco do Brasil"

/ "Investimentos"

Fig. 1 Programa narrativo Sujeito-cliente/consumidor Banco do Brasil

Assim, observa-se que esses Sujeitos de discurso têm seus programas narrativos e os seus Objetos de valor específicos. O <<consumidor/cliente>> busca, em princípio, [+status], [+ascensão social], [+modernidade], [+riqueza]; e <<o banco do Brasil>> persegue [+cliente/consumidores] pretende alcançar [+recursos financeiros e + lucro].

Em Banco do Brasil: "Banco Dos Brasileiros", temos, na sintaxe narrativa, enunciados de estado, pois são eles que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto

(no enunciado ser cliente do Banco do Brasil é um 'objeto' de status, há portanto uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser,entre um sujeito cliente/consumidor e um objeto "riqueza", traduzido por transações/investimentos; se não sou cliente do Banco do Brasil, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito "cliente/consumidor" e um objeto "riqueza".

Um objeto narrativo, por ser mais abstrato, pode ser concretizado de múltiplas maneiras. Assim, objeto – valor /riqueza pode ser concretizado como "fazer transações", "investir", "ações", etc. Por outro lado, um mesmo objeto concreto, dependendo da narrativa em que esteja colocado, pode ser objeto modal ou objeto-valor ou, então, concretizar objetos de valor distintos. No caso do suposto cliente do Banco do Brasil, fazer transações, investir são traduções de riqueza/dinheiro; uma pessoa que deseja "comprar/consumir" também precisa de dinheiro.

Neste caso, o dinheiro aparece como um objeto concreto, ressaltando que ele é, como já visto, a manifestação do objeto-valor riqueza. Ele é ainda a concretização do /poder comprar/, isto é, o dinheiro é a manifestação de um objeto modal.

Podemos visualizar uma narrativa de fracasso:

- EN1: Enunciado narrativo de estado (inicial): Quero ser cliente /status/ "riqueza"
- EN2: Enunciação de transformação: Não consigo tornar-me cliente/ Não status/Não riqueza.
- EN3: Enunciado narrativo de estado (final): Não ser cliente/Não investimentos/ Não riqueza.

Sendo os textos, narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de ser aparecem organizados de forma hierárquica

e, portanto, complexas, a narrativa estrutura-se numa seqüência canônica, que compreende quatro fases: a manipulação, a competência, o desempenho e a sansão.

Na fase da manipulação, um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa: "Conecte o bb.com.br", ou "O bb.com.br é muito seguro e fácil de usar. Você pode confiar..." ou "Experimente. Já são mais de 8 milhões de usuários e cada dia aumenta mais".

Há inúmeros tipos de manipulação. Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com a finalidade de levá-lo a fazer alguma coisa, dá-se uma tentação: "Ir ao seu banco pelo bb.com.br é tão seguro que você pode ir a qualquer hora sem se preocupar" ou "Faz diferença ter um banco simples e seguro na internet". Se o manipulador leva a fazer manifestando um juízo positivo sobre a competência do manipulado, há a sedução: "O bb.com.br é muito seguro e fácil de usar. Você pode confiar. É como fazer suas transações em uma agência. Você faz suas transações, pagamentos, consulta saldo, tira extrato e pode investir. Experimente".

Na fase da competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber/poder-fazer. Na Publicidade/Propaganda do Banco do Brasil, se o sujeito dispõe de um computador com acesso à internet, e se for cliente do banco, as possíveis transações bancárias são concretizações de um poder conectar-se e, consequentemente, estar em dia com a modernidade. É como num conto de fadas, sob a forma de um objeto mágico que dá ao cliente/consumidor o poder de estar seguro numa fortaleza, sem se preocupar com o lobo mau.

O desempenho é a fase em que se dá a transformação (mudança

de um estado a outro) central na narrativa. Em Banco do Brasil, temos a passagem de um estado de disjunção com a "riqueza", para um estado de conjunção, que com ela pode ser um desempenho:

- N1: Enunciado narrativo de estado (inicial): Quero ser cliente/ status/riqueza
- EN2: Enunciação de transformação: Não ser cliente Não investimentos/Não riqueza.
- EN3: Enunciado narrativo de estado (final): Não ser cliente/ Não riqueza
- É uma narrativa de fracasso.
- Na transformação temos a narrativa de vitória:
- EN2: Enunciado de transformação: Torno-me cliente/ Status/ Investimentos/ Riqueza
- EN3: Enunciado narrativo de estado (final): Ser cliente/ Ascensão social/ Estar em dia com a modernidade/ Status/ Riqueza

A última fase é a sansão. Nela, ocorre a constatação de que o desempenho se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. A efetivação de um desempenho implica em um poder e um saber realizá-la e, além disso, um querer e/ou dever executá-la.

A partir do momento em que o consumidor/cliente quer tornar-se cliente de tal banco, pode fazê-lo, pois deseja e sabe como fazê-lo, o banco constatará que sua carta de clientes foi aumentada, consequentemente seu lucro, pondo mais uma vez em movimento a enorme engrenagem do sistema capitalista em que consumir tornou-se quase a razão de existir.

No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude (FIORIN, 2008, p. 41). A estrutura discursiva, ou nível superficial do percurso gerativo da significação, corresponde à sintaxe discursiva resultante da relação entre o sujeito discursivo (enunciador) com o enunciado ou enunciatário. Considerando que a enunciação é um processo mental de produção do texto e não é diretamente observável, é, pois, no enunciado que se pode perceber ou identificar as significações.

Em Banco do Brasil, temos a estrutura invariante que é revestida por personagens (o banco e os cliente/consumidores, os quais: "Já são mais de 8 milhões de usuários"), colocados em espaços (como sugere o banco: em todo lugar).

Portanto, as relações entre enunciação e enunciado permitem a identificação de três ocorrências de dêixis: pessoal (S), temporal (T) e espacial (E), respectivamente: sujeito, tempo e espaço, que podem ser visualizadas de acordo com a metodologia desenvolvida por Pais.

Segundo essa metodologia de análise da estrutura discursiva do texto, as relações intersubjetivas e espaço-temporais podem ser assim descritas: a dêixis pessoal – S': Sujeito enunciador = Banco do Brasil; S": Sujeito enunciatário = provável cliente; a dêixis temporal – T': tempo de enunciação de codificação = presente; T": tempo de enunciação de decodificação = momento em que o provável cliente lê ou assiste ao texto publicitário; T*: tempo de enunciado = presente; e a espacial – E': espaço de enunciação de codificação= instalações bancária ou como sugere o banco: em todo lugar; E": espaço de enunciação de decodificação = local de moradia do provável cliente; E": espaço de enunciado = instalações bancárias.

O discurso do Banco do Brasil apresenta-se embreado no sujeito enunciatário, com o tempo e espaço da enunciação no processo de decodificação, podendo ser percebidas em: ”Ir ao seu banco pelo bb.com.br é tão seguro que você pode ir a qualquer hora, sem se preocupar...”. “Experimente...”

Quanto ao efeito semântico, o texto procura criar um efeito de sentido de verossimilhança, possuindo um efeito de verdade, pois a publicidade/propaganda pretende reproduzir o ambiente residencial, mais precisamente a cozinha de uma casa. Um desenho/figura de uma criança que observa atentamente as transações feitas pelo usuário da internet. Fica registrada a ilusão referencial visualizada pelo enunciatário de que o texto em função de seus vários elementos representa, de fato, uma residência.

Quanto à tematização, podemos verificar que as mesmas demonstram uma coerência semântica em relação a conceitos abstratos que estão baseados na isotopia temática construída ao longo do discurso: segurança, despreocupação, tranqüilidade, e podem ser percebidas em: “Ir ao seu banco pelo bb.com.br é tão seguro que você pode ir a qualquer hora, sem se preocupar”, “como na sua casa”.

O texto ainda é representado por um percurso figurativo baseado na isotopia figurativa, refletidas pelas cenas de um ambiente residencial, aparecendo um fogão, um armário, uma jarra, uma frigideira, um rapaz que aparece sorrindo, demonstrando tranqüilidade e segurança (está na cozinha de sua casa). Por conseguinte, ser cliente do Banco do Brasil é poder usufruir de todo esse conforto, endossado pela idéia do Banco do Brasil ser o Banco dos Brasileiros, ou melhor, ele é Todo Seu.

Apesar de todas as estratégias e esforços publicitários, ficará a cargo do consumidor/cliente optar por constar nesta ou naquela carta bancária, pois é dele a instância maior de julgamento e decisão, pondo em risco, no caso da opção errada, seu patrimônio, que é traduzido por "lucro", e que vários outros fatores de ordem mercadológica, ou não, igualmente estarão em jogo.

A teoria semiótica propõe que as estruturas fundamentais / profundas (PAIS, 1997) são a primeira etapa do percurso de geração do sentido de um discurso; é onde se determina o mínimo de sentido a partir de que o discurso se constrói.

Explica-se, nesse patamar, o modo de existência da significação como uma estrutura elementar, isto é, segundo Barros (1999, p.77), como uma estrutura em que a rede de relações se reduz a uma única relação (oposição ou "diferença") entre dois termos, no interior de um mesmo eixo semântico que os recobre. No entanto, para que dois termos possam ser apreendidos conjuntamente, é preciso que tenham algo em comum, e é sobre esse traço comum que se estabelece uma diferença.

Para tornar-se operatória, a estrutura profunda é representada por um modelo lógico, o do quadrado semiótico. Em Banco do Brasil - Banco dos Brasileiros, temos a figura preenchida semanticamente com conteúdos fundamentais do texto publicitário acima, mostrando o quadrado semiótico e as relações que representam:

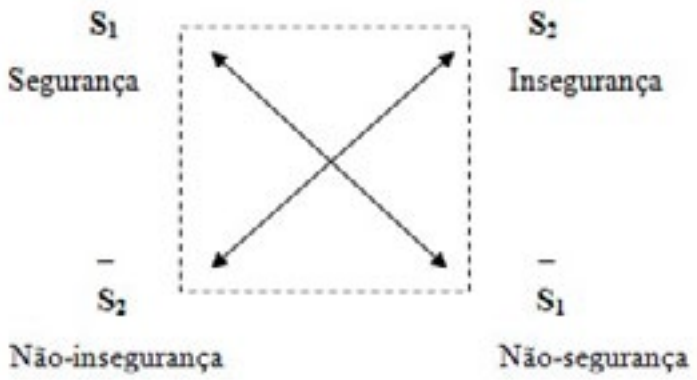
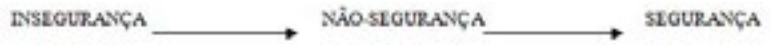


Fig. 2: Quadrado semiótico

O texto publicitário do Banco do Brasil constrói suas diferentes leituras a partir da oposição entre segurança e insegurança, orientada no sentido da passagem da insegurança à segurança. Começa pela afirmação da insegurança "Ir ao seu banco pelo bb.com.br é tão seguro que você pode ir a qualquer hora sem se preocupar..." e afirmar a segurança: "O bb.com.br é muito seguro e fácil de usar. Você pode confiar. É como fazer suas transações em uma agência..."



As categorias semânticas, como insegurança x segurança, cujas relações são apresentadas e operacionalizadas no quadrado semiótico, constituem o ponto de partida da geração do discurso. Essas categorias, segundo Barros (1999, p.79), sofrem modificação axioló-

gica também na instância das estruturas fundamentais / profundas, quando determinadas pela categoria tímica que se articula em euforia x disforia, estabelecendo a relação de conformidade ou de desconformidade do ser vivo com os conteúdos representados, ressaltando que euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto.

No texto do Banco do Brasil, a insegurança é "desconforme", ou disfórica, e a segurança é "conforme", ou eufórica. O texto do banco do Brasil é um texto euforizante, pois seu percurso está orientado par a segurança eufórica: "O bb.com.br é muito seguro e fácil de usar. Você pode confiar. É como fazer suas transações em uma agência. Você faz transferências, pagamentos, consulta saldo, tira extrato e pode até investir. Experimente...", sendo possível demonstrar, parcialmente, o modo como esses discursos refletem microssistemas de valores e "visão do mundo" da sociedade contemporânea, altamente competitiva em seu todo. Temos uma tensão dialética entre duas tendências contrárias: segurança x insegurança. No quadrado semiótico, são seus contraditórios os metatermos não segurança x não insegurança. A combinação modal segurança x não insegurança determina, segundo Pais (2005, p.34), a dêixis positiva, definida como confiança. A dêixis negativa, segundo ainda Pais, resulta da combinação insegurança x não segurança caracterizada pela desconfiança. Não-insegurança e não-segurança, combinados, constituem o termo neutro instabilidade.

Fig. 3: Octógono Semiótico, com base nos modelos de Pais.

Os percursos dialéticos mostram os processos de segurança e insegurança que a instituição bancária oferece e permite uma melhor compreensão das ideologias de inserção e cooperação. Apontam as escolhas que podem favorecer a solidificação da sociedade capitalista, em que ser consumidor implica em um enunciado de pertencimento, idolatria, controle e aceitação social.

Assim, a Propaganda/Publicidade do Banco do Brasil acentua as contribuições da sociedade pós-moderna, globalizada, para o desenvolvimento, inserção e atualização dos indivíduos para estarem em dia com a modernidade, na isotopia da disponibilidade e da inserção social, obedecendo sempre a critérios da eficácia discursiva, das quais a publicidade/propaganda sempre se incumbiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os informes publicitários são exemplos marcantes da maneira como os textos deixam mostrar os valores e as propriedades presentes nas sociedades de consumo, valorizando o homem, ou desvalorizando-o. Todas as estratégias, anseios e disponibilidades que a publicidade bancária utiliza só surtirão o efeito desejado se, como numa via de mão dupla, forem privilegiados ambos os lados: a instituição e o cliente/consumidor que, como num jogo de espelhos, poderá encontrar refletido o valor simbólico de seu patrimônio, representado pelo lucro. Portanto, percebe-se que valores influenciam o público-alvo no processo decisório de escolha por determinada instituição bancária, demonstrando também, de forma inegável, a importância do discurso publicitário.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Retórica. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1991.

BARROS, D. L. P. Teoria semiótica do texto. São Paulo: Ática, 1999.

BERTRAND, D. Caminhos da semiótica literária. Bauru: Edusc, 2003.

FIORIN, J. L. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Con-

texto, 2008.

MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. e Souza e Silva, Décio Rocha. – 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIS, C. T. "Conceptualização, Denominação, Designação: relações". In. Revista Brasileira de Lingüística. SBPL. Vol. 9. São Paulo: Plêiade, 1997.

_____. "Ciência, Tecnologia, Educação Institucional face a questões suscitadas pela globalização e pela diversidade cultural". In Revista Brasileira de Lingüística. SBPL. Vol. 11. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

_____. "Propaganda e Publicidade no interdiscurso. Os sujeitos dos discursos científico e tecnológico em busca de seus objetos de valor". In Revista Philologus. Ano 11, nº 31. Rio de Janeiro: CIFEFIL, jan/abril, 2005.

AS CATEGORIAS DE TEMPO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A DISTINÇÃO ENTRE TIPOLOGIAS TEXTUAIS

Simone SANT'ANNA [89]

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma colaboração para o processo de ensino--aprendizagem de leitura e produção textual, pois apresenta uma proposta de distinção entre tipologias textuais por meio de marcas lingüísticas. Vale ressaltar que o professor, para trabalhar com os alunos, deve se preparar teoricamente sobre os conteúdos a serem lecionados. Como contribuição será apresentado um exemplo de análise na qual os elementos que devem ser observados no texto para uma melhor compreensão das tipologias serão apontados. A análise fundamenta-se na semiótica de linha francesa e mostra, por exemplo, que o emprego de tempos verbais canônicos ou sua neutralização em seqüências tipológicas especificas podem produzir diferentes efeitos de sentido. O professor em sala de aula não deve empregar as terminologias apresentadas neste artigo e, sim, fazer com que os alunos observem os fenômenos aqui apontados. Entretanto, é necessário salientar a necessidade de evidenciar, para o aluno, tanto os objetivos quanto as funções dos procedimentos de leitura, pois, muitas vezes, em sala de aula, o que chamamos de leitura não passa de mera decodificação. A análise, também, mostra que as marcas lingüísticas funcionam como base para a construção de sentido proporcionando a possibilidade de uma

89 Mestranda em Língua Portuguesa pela UFRJ sob orientação da Prof.ª Drª Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

interpretação coerente e fundamentada por parte do aluno. Desse modo, essa análise contribui principalmente por evidenciar uma funcionalidade dos conhecimentos lingüísticos e textuais mediante a uma situação de comunicação real.

A TEORIA SEMIÓTICA DE LINHA FRANCESA

A teoria semiótica de linha francesa foi fundada por A. J. Greimas. Tem por objeto de estudo descrever e explicar como se produz sentido no texto. Para isso, propõe uma análise imanente, ou seja, parte do texto e mostra que o contexto está presente no texto e não fora dele, esse aspecto é extremamente relevante, pois distingue a semiótica das outras teorias textuais; relacional, ou seja, um elemento só faz sentido em relação a outro (sintaxe) e estrutural do sentido, ou seja, só se pode chegar à enunciação pelas marcas deixadas no enunciado.

A semiótica apresenta o signo como resultado da forma do plano da expressão mais a forma do plano do conteúdo. Porém, a semiótica ultrapassa o estudo do signo como uma unidade de manifestação da linguagem, mostrando a possibilidade de analisar cada plano individualmente. Assim, a semiótica partiu da análise do plano do conteúdo e, posteriormente, focalizou seus estudos no plano da expressão.

Para a semiótica, a produção do sentido é construída através de um percurso gerativo que apresenta diferentes níveis de abstração: fundamental; narrativo; e discursivo. Todos esses níveis de abstração apresentam uma sintaxe e uma semântica.

O nível fundamental pode ser representado pelo quadrado semiótico abaixo:

Esse nível é o primeiro momento de organização de sentido no texto. Como o sentido é relacional, só se apreende um elemento em contraste com outro elemento. Desse modo, S1 e S2 são contrários. S1 e não-S1 são contraditórios. E S1 e não-S2 são complementares. Assim, S1 é o sentido inicial que só pode ser apreendido em relação ao seu sentido oposto, representado por S2. O estágio não-S2 é intermediário entre S1 e S2, sendo complementar a S1 e contraditório em relação a S2. As categorias elementares podem ser positivas (eufóricas) ou negativas (disfóricas). Porém, o quadrado semiótico não dá conta das possíveis gradações entre esses elementos.

O nível narrativo é caracterizado pela entrada do sujeito em busca de um determinado valor. É importante ressaltar que o sujeito, nesse caso, não é sinônimo de pessoa, mas de algum elemento, seja pessoa ou não, que faz agir. A partir desse nível, as categorias do nível fundamental são convertidas em sujeitos e objetos de valor. Nesse nível, o enunciado é igual a um sujeito que está em conjunção ou disjunção com um objeto de valor.

$$PN = F\,[S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$$

A fórmula acima representa os programas narrativos (PN) que apresentam uma função (F) na qual um enunciado de fazer (S1) rege um enunciado de estado (S2) que está em conjunção (∩) ou disjunção (U) com um objeto de valor (Ov). Os programas narrativos constituem uma forma de organização dos enunciados que envolvem as ações dos sujeitos, os valores dos objetos e a relação entre eles.

O nível discursivo é a etapa na qual entra em cena o sujeito da enunciação responsável por transformar as estruturas narrativas em estruturas discursivas. São as marcas deixadas no enunciado pela enunciação. É nessa etapa que este artigo se desenvolve, pois é no nível discursivo que as projeções da enunciação no enunciado (actorialização, temporalização e espacialização) são estudadas. As projeções enunciativas pertencem ao estudo da sintaxe discursiva.

A debreagem é a operação pela qual a enunciação projeta as categorias de pessoa, tempo e espaço no enunciado. A debreagem é considerada enunciativa quando esta cria um efeito de aproximação da enunciação e é considerada enunciva quando cria um efeito de distanciamento.

Os três níveis (fundamental, narrativo e discursivo) são articuláveis e responsáveis pela geração de sentido no texto.

AS CATEGORIAS DE TEMPO

A projeção temporal é de extrema relevância na diferenciação dos trechos narrativos e descritivos, pois estes são caracterizados pelo caráter atemporal enquanto que aqueles são caracterizados pela seqüência cronológica de ações. Segundo Fiorín (2008), o tempo é uma categoria da linguagem, pois é intrínseco à narração.

É necessário salientar que o tempo lingüístico não é sinônimo de tempo cronológico. O tempo lingüístico pode ser caracterizado por ser o momento da enunciação o seu eixo ordenador e gerador e por estar relacionado à ordenação dos estados e transformações narradas no texto.

Nas categorias de tempo, o processo de embreagem e debreagem ocorrem de forma diferente das outras instâncias (pessoa e espaço).

> *Ao contrário da embreagem, que é a projeção, para fora da instância da enunciação, dos tempos que servem para constituir o enunciado, quer um enunciado que seja um simulacro da enunciação, quer um enunciado que não represente uma enunciação, a embreagem temporal é "o efeito de retorno à instância da enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos" da categoria de tempo. (Greimas e Courtés apud Fiorín, 2008, p. 191)*

A debreagem cria uma enunciação enunciada ou um enunciado enunciado.

Os dois sistemas temporais existentes na língua são o enunciativo, relacionado diretamente ao tempo da enunciação, e o enuncivo, ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado.

No presente pode ocorrer uma coincidência entre os três momentos estruturalmente relevantes na constituição do sistema temporal: MA (momento do acontecimento) = MR (momento da referência) = ME (momento da enunciação). Quando não ocorre essa coincidência, as relações ocorrem da seguinte maneira: MR = ME (presente pontual), MR > ME (presente durativo) e MR = MA (presente omnitemporal ou gnômico). O pretérito perfeito 1 marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. E o futuro do presente indica uma posterioridade do momento do acontecimento em relação a um momento de referência presente.

Os tempos enuncivos, apresentam dois subsistemas: um centrado num momento de referência pretérito e outro, num momento de referência futuro:

A concomitância do MA em relação a um MR pretérito pode exprimir-se tanto pelo pretérito perfeito 2 quanto pelo pretérito imperfeito. A diferença entre eles reside no fato de que cada um tem um valor aspectual distinto: o pretérito perfeito 2 assinala um aspecto limitado, acabado, pontual, dinâmico, enquanto o pretérito imperfeito marca um aspecto não-limitado, inacabado, durativo, estático. A nomenclatura pretérito perfeito 2 é utilizada para fazer uma diferenciação do pretérito perfeito 1 que pertence ao sistema enunciativo. Desse modo, o mesmo tempo verbal pode fazer parte ora do sistema enunciativo ora do sistema enuncivo o que acarreta certa dificuldade na análise dos sistemas temporais.

A não-concomitância pode exprimir-se pelo pretérito mais-que--perfeito e pelo futuro do pretérito. O pretérito mais-que-perfeito indica uma relação de anterioridade entre o MA e o MR pretérito. E o futuro do pretérito exprime uma relação de posterioridade do MA em relação a um MR pretérito.

Na língua portuguesa, o presente do futuro não apresenta uma forma específica. É expresso por um futuro do presente simples ou um futuro do presente progressivo correlacionado a um futuro do presente do subjuntivo introduzido por uma conjunção. A anterioridade em relação ao MR futuro é indicada pelo futuro anterior, que, em nossa nomenclatura gramatical, é chamado futuro do

presente composto. O MR pode ser manifestado por uma expressão de natureza adverbial ou por uma oração subordinada com um verbo no futuro do presente. A posterioridade em relação a um MR futuro é indicada pelo futuro do presente simples, que será, nesse caso, um futuro do futuro.

As categorias temporais não são projetadas no texto somente pelos tempos verbais, elas se realizam também por meio de advérbios, preposições e conjunções. Os advérbios de tempo articulam-se também em um sistema enunciativo (centra num MR presente=ME) e um enuncivo (MR pretérito ou futuro inscrito no enunciado). Por outro lado, as preposições (ou locuções prepositivas) temporais organizam-se em torno da categoria topológica concomitância em oposição à não-concomitância, e não apresentam um sistema enunciativo e um enuncivo como os advérbios. As conjunções temporais, por sua vez, não se distinguem num sistema enunciativo e num enuncivo, mas dividem-se em um sistema temporal e outro aspectual.

ANÁLISE DA REPORTAGEM

No que tange às categorias de tempo, optou-se por descrever os tempos verbais que poderiam exercer mais influência na distinção dos trechos narrativos e descritivos. Para analisar essas estruturas verbais foi necessário examinar todo o texto, para que fosse possível definir o que é narrado, ou seja, os eventos no tempo e o que é descrição do que é narrado. A descrição, embora apresente um caráter atemporal, não é sinônimo de ausência da estrutura verbal. Os trechos descritivos apresentam, na verdade, uma possibilidade de movimentação no eixo temporal. Quando esses trechos descritivos são utilizados a serviço de uma narrativa apresentam, geralmente,

avaliações, explicações, detalhes e toda uma gama de informações que funcionam como apoio ao que está sendo narrado, tornando o texto dinâmico e próximo do leitor. Pode apresentar tempos verbais como o imperfeito, o presente atemporal, o infinitivo entre outros tempos, até mesmo o pretérito perfeito.

Geralmente, os trechos narrativos apresentam uma seqüência dos eventos que constituem a estória. Seus traços característicos são o predomínio do uso do pretérito perfeito e de verbos de ação. Cabe salientar que mesmo em textos narrativos pode-se observar a utilização de tempos verbais que são característicos da descrição como o imperfeito e o presente. Esse uso pode ser justificado pela intencionalidade do jornal em possibilitar uma dinamicidade na reportagem de forma a atrair a atenção do leitor. Carneiro (2005) afirma que os verbos que marcam a sucessão cronológica numa narrativa estão preferencialmente no pretérito perfeito do indicativo, podendo também aparecer no presente do indicativo (presente histórico). "Sobre o papel do imperfeito do indicativo: em alguns casos, ele só caracteriza uma descrição, mas em outros participa da narração, ora como ação a ser interrompida pelo pretérito perfeito, ora como ação contínua em que se intromete a ação do pretérito perfeito."

ANÁLISE DO EXEMPLO 1

(EX. 1) "Pelo menos 59 mortos, 43 mil pessoas obrigadas a abandonar suas casas, oito cidades ilhadas, famílias sem comida, água e luz. Os moradores de Santa Catarina não param de contabilizar os estragos provocados pela chuva na pior enchente desde 1974, quando 199 pessoas morreram. Em 1984, foram dois mortos e mais de 150 mil desabrigados.

Segundo a Defesa Civil do Estado, os deslizamentos de terra, que ocorrem desde a última sexta-feira principalmente no vale do Itajaí, provocaram a maioria das mortes.

Dos 43 mil desabrigados, 28.543 estão na casa de parentes e outras 14.511, em abrigos montados de emergência.

Os mortos são de Ilhota (15), Blumenau (13), Gaspar (10), Jaguará do Sul (6), Rodeio (4), Luiz Alves (4), Rancho Queimado (2), Benedito Novo (2), Brusque (1), Pomerode (1) e Bom Jardim da Serra (1).

Pelo menos 1,5 milhão de pessoas foram atingidas no Estado – cerca de 25% da população. Em Blumenau, município com cerca de 20 mil desalojados, os moradores estão sem fornecimento de água potável e já existem sinais de desabastecimento de alimentos.

O problema é causado pela obstrução de rodovias que atendem ao município. No Estado, ao menos cinco rodovias federais estão com o tráfego interrompido. O mesmo ocorre com outras dez estaduais.

As chuvas no litoral norte, vale do Itajaí e Grande Florianópolis superaram no final de semana os recordes históricos, de acordo com o serviço meteorológico do Estado. A previsão é que elas persistam até amanhã." [Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano p. C1, em 25/11/08]

No primeiro exemplo, podemos observar, no primeiro parágrafo, um trecho descritivo que tem a função de listar e quantificar em parte os estragos provocados pela enchente. Em "não param de contabilizar" é possível perceber esse enunciado como um trecho narrativo dentro de um parágrafo descritivo. O verbo parar está

no tempo presente que instaura um agora que é o momento da enunciação, ou seja, não param "agora" de contabilizar. Desse modo, esse trecho pertence ao sistema enunciativo.

A preposição, seguida do marco temporal ano de 1974, desde marca o início de outras enchentes ocorridas em Santa Catarina. A intenção é criar um efeito retrospectivo. O aspecto incoativo--durativo característico desta preposição pode ser observado da seguinte maneira: o ano de 1974 marca o início do processo de enchentes que marcaram o estado de Santa Catarina pelo poder de destruição que tiveram. Esse marco inicial é a incoatividade. No ano de 1984, ocorreu novamente uma grande enchente. A preposição em assinala um momento pontual inscrito no enunciado que mostra que, em algum outro momento passado, a enchente fez estragos. Essa recorrência mostra que de certo modo o processo de enchente possui uma duração. É importante destacar que a duração, nesse caso, não indica que a enchente teve início em 1974 e está durando até os dias atuais, ou seja, até o momento de publicação da reportagem, mas que nesse intervalo de tempo tem ocorrido de forma pontual e repetida caracterizando o aspecto iterativo. A duração, portanto, refere-se à recorrência de grandes enchentes.

A conjunção quando apresenta aspecto pontual e indica simultaneidade entre o tempo que está sendo correlacionado a esta conjunção e o acontecimento, ou seja, indica que o quantitativo de pessoas mortas refere-se ao poder destruidor da enchente de 1974.

O verbo morrer apresenta concomitância em relação a um momento de referência pretérito que é o ano de 1974. A ação de morrer é acabada e descontínua em relação ao momento de referência. É também dinâmica e limitada ao período de referência pretérito. Esse é um exemplo de pretérito perfeito pertencente ao sistema enuncivo.

O verbo ir apresenta a mesma descrição do verbo morrer. A única modificação refere-se ao momento de referência que passa a ser o ano de 1984.

No segundo parágrafo, podemos observar um trecho narrativo. O verbo ocorrer pertence ao sistema enunciativo, pois além de estar no presente apresenta aspecto durativo e contínuo. É durativo porque ao momento de referência, que começa na última sexta-feira e marca o início das chuvas, é mais longo do que o momento da enunciação que é na terça-feira dia 25 de novembro de 2008, data da publicação da reportagem. O verbo provocar que está no pretérito perfeito, por sua vez, marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento, ou seja, das mortes e o momento de referência presente que é a data da publicação da reportagem.

No terceiro parágrafo, temos novamente uma descrição que tem a função de explicar a localização dos desabrigados. O verbo utilizado foi estar no presente com aspecto pontual.

O quarto parágrafo também é descritivo e tem a função de listar as cidades de origem e o quantitativo de mortos. O verbo utilizado foi ser também no tempo presente.

No quinto parágrafo, os trechos são predominantemente descritivos. O verbo ir no pretérito perfeito marca o momento em que as pessoas foram atingidas como anterior ao momento da enunciação (presente referente a data de 25/11/08). O verbo estar em "os moradores estão" instaura um agora que traz o texto de volta para o momento da enunciação. O mesmo ocorre com o verbo existir. Ambos são enunciativos. O advérbio já apresenta uma posterioridade pressuposta, pois a falta de alimentos não era esperada no

momento presente e talvez somente em um momento posterior, mas esse é um fato que ocorreu antes do esperado e está acabado em relação ao momento da publicação da reportagem.

O sexto parágrafo deste exemplo é descritivo, pois apenas apresenta explicações e detalhes sobre as rodovias. Os verbos ser, estar e ocorrer estão todos no presente e fazem parte do sistema enunciativo.

No sétimo e último parágrafo deste primeiro exemplo, os períodos são descritivos, mas a sua estrutura poderia ser considerada narrativa se apresentasse uma seqüência de ações. O verbo superar está no pretérito perfeito e pertence ao sistema enunciativo. O trecho "no último final de semana" reforça a anterioridade do fato em relação ao dia da publicação da reportagem, uma terça-feira dia 25 de novembro de 2008. Em "a previsão é que elas persistam" podemos observar que o verbo persistir está no presente do subjuntivo e apresenta um efeito de posterioridade que é reforçado tanto pela preposição até quanto pelo advérbio amanhã. O verbo ser da oração principal está no presente e traz o texto de volta ao momento da enunciação. A preposição até apresenta o aspecto terminativo--durativo, ou seja, as chuvas apresentam um final (terminativo) no momento posterior que será amanhã e, que, nesse caso, ainda não aconteceu. Porém, enquanto esse momento posterior não chega, elas continuaram ocorrendo (durativo). O advérbio amanhã reforça ainda mais a posterioridade em relação ao presente enunciativo.

ANÁLISE DO EXEMPLO 2

(EX. 2) "Já do avião, chegando à cidade de navegantes, a 114 Km de Florianópolis, é possível constatar: o Estado virou um mar de lama. Não há como trafegar pelas estradas. Quase não há fluxo rumo a Blumenau, epicentro das enchentes. Rodovias que cortam a região se tornaram afluentes de um grande rio. O cenário é de destruição.

No aeroporto de Navegantes, nenhum taxista se arrisca a tentar viagem para outras cidades da região. A recomendação é dos policiais rodoviários federais e estaduais.

O trânsito na cidade dá indícios do caos. Semáforos não funcionam e o som das sirenes dos carros de bombeiros é constante.

Grande parte do comércio está de portas fechadas. Nas escolas, as aulas foram suspensas e não há fornecimento de água.

A reportagem tentou percorrer a BR-470, em direção a Blumenau, mas um trecho alagado pelo rio Itajaí-Açu interrompeu a curta viagem após cinco quilômetros.

No meio da pista, havia um barco, usado para resgatar moradores, parado. Dos dois lados da estrada, o cenário de casas debaixo d'águas impressiona.

A Defesa Civil do município diz que 4.000 pessoas, dentre os 52 mil habitantes da cidade, tiveram que deixar suas casas. Em um abrigo improvisado em um colégio, 242 pessoas estão alojadas. Entre elas um bebê, de um mês, que foi retirado de casa pela mãe, com água na cintura anteontem.

"Só tive tempo de pegá-la nos braços, segurar um pacote de fraldas e uma lata de leite em pó e deixar a casa", disse a mãe da criança, Débora

Vaz, 29. A casa dela está com água até o teto. "Perdi o pouco que tinha." [Folha de São Paulo, caderno Cotidiano p. C3, em 25/11/08]

No segundo exemplo, logo no primeiro parágrafo, podemos observar o advérbio já que pode ser interpretado de duas formas distintas. Na primeira, esse advérbio não apresenta valor temporal e sim espacial correspondendo a algo como lá do avião ou simplesmente do avião. Sua utilização, todavia, cria um efeito de surpresa diante do cenário construído pela enchente. Nessa segunda interpretação, o advérbio já é temporal e seu traço de posterioridade é reconhecido pelo fato de que não houve necessidade de estar em terra firme para contemplar os estragos na cidade, ou seja, seria pressuposição estar no local primeiro para que o cenário pudesse ser visualizado e descrito. O traço concomitância aparece com o momento de chegada, que é o momento da visualização do local. E o traço acabado também, pois o fato já aconteceu em relação ao momento presente marcado pela data de publicação da reportagem. Os verbos chegar, e ser, no gerúndio e expressando um presente, mostram uma embreagem enunciativa que ocorre pela neutralização entre concomitância e anterioridade, ou seja, do presente pelo pretérito perfeito. Essa embreagem cria um efeito que faz com que o passado se presentifique, ou seja, cria a ilusão de que o fato está ocorrendo naquele exato momento e o enunciatário participa da cena através do que está sendo visto e descrito pelo enunciador. Sabe-se que o fato ocorreu antes do momento da enunciação (25 de novembro de 2008), entretanto não há uma data exata que comprove o momento a chegada do jornalista. Essa anterioridade, porém, não foi expressa pelo pretérito perfeito e sim pelo presente. O verbo virar no pretérito perfeito mostra que de fato o evento já aconteceu. É a prova da anterioridade.

O verbo haver foi utilizado nesse trecho descritivo no presente para criar um efeito de corte no tempo que evidencia o cenário de destruição. O verbo cortar é um exemplo de presente omnitemporal, pois o fato das rodovias cortarem a região pode ser identificado como um estado imutável. O verbo tornar também faz parte do sistema enunciativo e é marcado pela anterioridade e pelo traço de ação acabada expressa pelo pretérito perfeito. O verbo ser no presente cria um efeito de retorno ao momento da enunciação. Além disso, acrescenta um valor de verdade que se estende desde o momento da visualização do cenário pelo jornalista ao momento da enunciação que é marcada pela publicação da reportagem e se presentifica a qualquer instante em que a reportagem for lida.

No segundo parágrafo, os verbos arriscar e ser, ambos no presente, apresentam o mesmo tipo de debreagem descrita no parágrafo anterior. O mesmo efeito também ocorre com os verbos dar, funcionar e ser no terceiro parágrafo.

No quarto parágrafo, o verbo ir, no pretérito perfeito, mostra uma anterioridade do fato em relação ao que está sendo descrito até então. Os verbos estar e haver acrescentam um traço de duração.

O quinto parágrafo apresenta um trecho narrativo expressos pelos verbos tentar e interromper no pretérito perfeito. O teor narrativo está presente na sucessão desses dois acontecimentos. Quanto ao advérbio após é provável que apresente um caráter híbrido entre o valor espacial e o valor temporal funcionando como um advérbio de sequencialização inserido no interior desse pequeno trecho narrativo.

No sexto parágrafo o verbo impressionar no presente traz de volta à cena enunciativa criando efeito de realidade sendo descrita no momento em que realmente ocorre.

No sétimo parágrafo, o verbo dizer caracteriza uma debreagem do tempo presente pelo pretérito perfeito. O verbo ter no pretérito perfeito marca a anterioridade em relação ao momento em que a Defesa Civil se pronunciou. O verbo estar faz um retorno ao momento da enunciação com aspecto durativo. O verbo ir retorna a um momento anterior à enunciação que é marcado pelo advérbio anteontem.

No oitavo, a utilização do discurso direto caracteriza uma debreagem de segundo grau na qual o narrador delega voz a outra pessoa que é instaurada como interlocutor. Os verbos ter e perder, ambos no pretérito perfeito, apresentam traços de uma anterioridade do fato de abandonar a casa em relação ao momento da enunciação dessa outra pessoa representada pelo nome Débora. O verbo dizer no pretérito perfeito mostra que o momento da declaração da Débora foi anterior ao momento da enunciação, ou seja, os momentos de enunciação da Débora e do narrador são distintos. O momento enunciativo da Débora ocorre quando ela dá seu depoimento para o jornalista e o momento enunciativo do narrador ocorre concomitante ao da publicação da reportagem. O verbo estar, no presente durativo, mostra que a casa foi e continua alagada fazendo um retorno ao momento da enunciação.

CONCLUSÃO

Algumas sugestões para a aplicação desse tipo de análise em sala de aula: em primeiro lugar, nunca subestime seus alunos; escolha os textos a serem trabalhados de acordo com os níveis de linguagem e de interesse por parte dos alunos; apresente as atividades de observação textual (se possível acione o conhecimento de mundo dos alunos) e de análise textual (momento de interação entre a análise do professor e as análises dos alunos) para que o aluno

perceba a funcionalidade do texto e os efeitos de sentido criados por meio das marcas linguísticas; é importante esclarecer para os alunos quais serão os objetivos de leitura e mostrar o caminho para que eles possam alcançar esses objetivos; simplificar a complexidade da tarefa, ou seja, evidenciar o fenômeno e não utilizar nomenclaturas desnecessárias ao nível de conhecimento deles; promover a interação entre os alunos de modo a facilitar o processo de análise; e sugerir tarefas de produção textual ou de escolha textual que possibilitem a elaboração de uma seqüência didática de forma colaborativa entre o professor e os alunos.

Este artigo estudou as projeções enunciativas de tempo como contribuição para a distinção entre descrição e narração com base na análise qualitativa das categorias de tempo de Fiorín (2008) que é uma das categorias da sintaxe discursiva do nível discursivo da semiótica greimasiana. O corpus foi constituído por uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo na data de 25 de novembro de 2008 sobre a tragédia da enchente ocorrida em Santa Catarina. A amostra composta por dois trechos destacados dessa reportagem mostrou que havia mais trechos descritivos do que narrativos. Na análise dos tempos verbais, em geral, ocorreu um predomínio de tempos verbais no passado nos trechos narrativos e um predomínio de tempos verbais no presente nos trechos descritivos como já era esperado. Entretanto, muitas vezes, o tempo presente apareceu como uma neutralização entre o presente e o pretérito perfeito. Conseqüentemente, presente e pretérito perfeito foram tempos verbais comuns às duas tipologias em questão.

A contribuição das categorias de tempo segundo a semiótica, na verdade, está em partir da estrutura lingüística para buscar os efeitos de sentido que esta causa na dinâmica textual. De fato, deve

haver uma distinção entre os modos de organização ou tipologias textuais narrativas e descritivas, entretanto para evidenciar qualquer afirmação a respeito seria necessário realizar uma pesquisa com essas tipologias em um número maior de reportagens com o cuidado de comparar jornais destinados a públicos distintos. Além de acrescentar outros gêneros textuais de modo a confirmar as características de cada tipologia que se mantêm constantes independentemente do gênero analisado.

REFERÊNCIAS:

BARROS, D. L. Estudos do discurso. In: J. L. FIORIN, Introdução à lingüística II: princípios de análise (pp.187-219). São Paulo: Contexto, 2003.

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: ____, Problemas de lingüística geral I (pp.284-293). Campinas, SP: Pontes, 1995.

____ O aparelho formal da enunciação. In: ____, Problemas de lingüística geral II (pp.81-90). Campinas, SP: Pontes, 1989.

CARNEIRO, A. D. Pré-Vestibular: oficina do texto. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2005.

FIORÍN, J. L. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2008.

MARIO QUINTANA: UM GRAMÁTICO SEMIÓTICO

Suely SHIBAO [90]

Meaning is context-bound, but context is boundless
J. Culler

PRÁTICA DE ENSINO: CONSIDERAÇÕES

Levar o aluno a se tornar um leitor proficiente é objetivo fundamental proposto nos planejamentos de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio. Entretanto, resultados de avaliações oficiais como a Prova Brasil, amplamente divulgados na mídia em geral, dão conta de que, sobre leitura, no sentido de efetivamente se processar um diálogo profícuo com o texto, ainda há muito o que ser pensado por uma prática de ensino que esteja atenta ao que as sociedades e o mundo em geral esperam na formação das crianças e dos jovens.

Há de se considerar, por exemplo, uma reportagem sobre relatório da UNESCO "Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?" divulgado no final de 2007. Nele se informou que "... o Brasil perdeu quatro pontos no ranking da educação, passando da 72ª. posição para a 76ª. Ficou atrás da Bolívia, do Paraguai e do Equador." (O Globo, 23-2-2008), resultado atribuído, principalmente, à deficiência de leitura.

A autonomia do ato de ler, no que se refere a buscar conhecimento, refletir e tomar as mais variadas decisões possíveis, é o desejável na formação do educando.

---

90 Mestre em Ciências – Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas, pela PUC-SP; Professora Titular do CMRJ; Doutoranda em Língua Portuguesa no PPGL-UERJ.

Na prática pedagógica, quando se efetua a avaliação de livros didáticos de língua portuguesa, facilmente é constatado que há uma grande preocupação relativamente a serem apresentados gêneros textuais distintos, consolidados em textos cujas formas e conteúdos revelam aspectos qualitativos que justificam suas ocorrências naqueles instrumentos didáticos.

Por meio de mais um, entretanto, pode-se afirmar que essa mesma consideração não pode ser validada quanto à qualidade das questões propostas para o desenvolvimento da formação de uma leitura proficiente. Ou seja, não têm sido oferecidas oportunidades produtivas, significativas para que o aluno dialogue com o texto, com ele mesmo ou, num plano maior, com a malha sociocultural de contexto do mundo, na qual esbarra a todo momento.

Como exemplo, destacamos este momento de um livro didático, em que, para um texto rico em possibilidades de inferência e de leitura do verbal e do não verbal, é minimamente solicitado apenas um aspecto gramatical já evidenciado na pergunta proposta.

(Jim Davis. *Folha de S. Paulo*, 29/8/2002.)

> Na primeira tira, no 2º quadrinho, a personagem Jon emprega o pronome demonstrativo este em referência a momento. No contexto, em relação ao tempo em que Jon fala, o pronome demonstrativo situa momento no presente ou no passado?
>
> *(Cereja e Magalhães, 2003, p. 22 – 6ª. Série)*

Observando fatos como esse, Marcuschi (2003, p. 57) analisou como vinha sendo apresentado o ensino da leitura em livros didáticos; chegou à conclusão de que 70% das perguntas propostas nos exercícios se assemelhavam à pergunta "Qual a cor branca do cavalo de Napoleão?", ou solicitavam apenas cópia de segmentos dos textos, sem envolver qualquer produção de sentido mais significativa.

Este trabalho propõe uma leitura do poema de Mário Quintana De Gramática e de Linguagem sugerindo semioses que possam, também, ser projetadas na leitura de outros textos, numa atividade que, por extensão, se reverta no aproveitamento dos diferentes graus de informatividade (KOCH e TRAVAGLIA: 1995, p. 71), propiciado pela leitura proficiente, em benefício da produção de novos textos.

TEORIA APLICADA: POSSIBILIDADES

A reflexão sobre o que tem sido apresentado em livros didáticos em geral parece permitir chegar-se a duas considerações: aceitar o texto apenas como pretexto, num procedimento plano, insípido, insosso, inodoro, sem melodias e sem permear os altos e baixos, as idas e vindas que um texto pode proporcionar; ou produzir novos modos de abordar o texto, num modus operandi mais significativo, que leve o fazer didático à consecução do(s) objetivo(s) pretendido(s) na formação da proficiência da leitura.

A segunda opção é, sem dúvida, a desejada, por isso se torna necessária a consciência do leitor sobre a magnitude do texto e, em decorrência disso, a ação de procurar novas trilhas que perscrutem as estratégias de leitura; por exemplo, de refletir sobre a minudência

da seleção das estruturas linguísticas empregadas pelo emissor, no que concerne ao propósito do sentido pretendido; ainda mais quando se considera que

> *Enquanto na primeira metade do século XX considerava-se o autor como dono absoluto do texto, e ao leitor cabia detectar suas intenções a elas subordinando-se, atualmente, o leitor é considerado também um produtor de sentido,... (PAULINO: 2001, p. 13)*

Embora Kato (2007, p. 109) termine o texto Estratégia em interpretação de sentenças e compreensão de textos com perguntas provocadoras no que concerne à reflexão, como I) "– Quando se fala em ensinar estratégias de leitura, que estratégias estão sendo ensinadas?" e II) "– São todas elas ensináveis?", é ainda nele que se encontra o seguinte ensinamento:

A leitura pode ser entendida como um conjunto de habilidades que envolve estratégias de vários tipos.

Essas habilidades seriam:

- a de encontrar parcelas (fatias) significativas do texto;
- a de estabelecer relações de sentido e de referência entre certas parcelas do texto;
- a de estabelecer coerência entre as proposições do texto;
- a de avaliar a verossimilhança e a consistência das informações extraídas;
- a de inferir o significado e o efeito pretendido pelo autor do texto.

> • Para atingir tais objetivos, o leitor utiliza seus Esquemas, dos quais faz parte a sua Gramática. (KATO: 2007, p. 106-107)

É nesse caminhar teórico que, muito bem-vinda, se pode agregar a perspectiva semiótica, uma visão que considera o texto em sua magnitude, em que a detecção e a leitura de estruturações subjacentes à superfície verbal são trazidas para um plano superordenado, ou seja, para o plano da leitura de mundo.

Como num processo de validação dessa perspectiva didática, cita-se o seguinte:

> *Até mesmo os mais simples objetos de consumo, observa Pignatari, começam a perder sua condição de meros utensílios para adquirirem uma condição de signos, [...]. Aprender a ler esses novos signos é fundamental se quisermos assegurar nossa individualidade, nossa liberdade de escolha. (Carneiro: 2002, p. 64)*

Assim sendo, importa trazer para a sala de aula (e para os livros didáticos também) essa perspectiva de leitura que parece indicar poder dar mais solidez à formação do leitor proficiente.

UMA LEITURA: PROPOSTA

Feitas essas considerações, de cunho teórico e de prática de ensino, passa-se à leitura do poema.

De Gramática e de Linguagem (Mário Quintana)

E havia uma gramática que dizia assim:

"Substantivo (concreto) é tudo quanto indica

Pessoa, animal ou cousa: João, sabiá, caneta".

Eu gosto das cousas. As cousas sim!...

As pessoas atrapalham. Estão em toda parte.

Multiplicam-se em excesso.

As cousas são quietas. Bastam-se.

Não se metem com ninguém.

Uma pedra. Um armário. Um ovo, nem sempre,

Ovo pode estar choco: é inquietante...)

As cousas vivem metidas com as suas cousas.

E não exigem nada.

Apenas que não as tirem do lugar onde estão.

E João pode neste mesmo instante vir bater à nossa porta.

Para quê? Não importa: João vem!

E há de estar triste ou alegre, reticente ou falastrão,

Amigo ou adverso...João só será definitivo

Quando esticar a canela. Morre, João...

Mas o bom mesmo, são os adjetivos,

Os puros adjetivos isentos de qualquer objeto.

Verde. Macio. Áspero.

Rente. Escuro. Luminoso.

Sonoro. Lento. Eu sonho

Com uma linguagem composta unicamente de adjetivos

Como decerto é a linguagem das plantas e dos animais.

Ainda mais:

Eu sonho com um poema

Cujas palavras sumarentas escorram

Como a polpa de um fruto maduro em tua boca,

Um poema que te mate de amor

Antes mesmo que tu lhe saibas o misterioso sentido:

Basta provares o seu gosto...

O TÍTULO

O título projeta a expectativa de uma reflexão sobre dois temas, por meio do emprego da preposição de com valor semântico de 'a respeito de': gramática, que implica normas a seguir, e linguagem, o uso da língua, portanto subsidiado por uma gramática, tanto que a preferência do emissor foi primeiro enunciar 'gramática' e depois 'linguagem', no sentido de um apuro; observa-se, também, que é essa a ordenação mantida na progressão do texto. Verifica-se, assim, a afirmação de que "o título constitui ele próprio uma sequência separada que molda o todo do texto." (Charroles, 1988 apud Olívia Figueiredo, 2003: 218).

PRIMEIRO SEGMENTO: DO V. 01 AO V. 06

Nesse primeiro momento, nota-se de imediato o fato de o aspecto metalinguístico estar acoplado com a função poética, circunstância que insere o leitor num contexto instigante, que vai sendo atualizado e configurado ao longo do texto, porque o objetivo é focalizar o diferente, desfazer o lugar-comum, desmanchar premissas e subverter ideias. Importa ter claro que

> *... autor e leitor estarão sujeitos a esquemas, molduras, roteiros, cenários, que lhes ajudarão a compor o desenho verbal da expressão com que intentam atingir determinada ideia e determinado enfoque dessa ideia. (SIMÕES: 2007, p. 22)*

Ler a importante função dos sinais de pontuação, nesse primeiro segmento, garante que se tenham índices de um claro posicionamento do emissor.

As aspas, indicadoras de uma citação, foram devidamente empregadas, referendando o cuidado do emissor em manter-se de acordo com a tradição gramatical, para a indicação de que a definição apresentada parte de outrem. Por isso também o emprego dos dois-pontos no primeiro verso, que ajudam a configurar a estrutura de um discurso direto.

Os parênteses manifestam tanto restrição quanto alerta. Essa dupla possibilidade não aponta ambiguidade, mas ênfase com relação à atitude do emissor quanto ao encaminhamento coerente da apresentação dos três exemplos, disciplinarmente citados em paralelismo e demarcados pelos dois-pontos.

A leitura das reticências no quarto verso precisa ser antecipada por consideração a respeito do quinto verso. "Eu gosto é das cousas. As cousas, sim!..." é o registro de um juízo de valor, tornado enfático por meio da forma expletiva verbal é, do advérbio sim e do ponto--de-exclamação, que também marca a exteriorização psíquica de aprazimento. Mais ainda, esse verso deve ser lido na relação silogística de causa e conseqüência, porque as causas, isto é, "As pessoas atrapalham. Estão em toda parte" / "Multiplicam-se em excesso", implicam a consequência "Eu gosto é das cousas. As cousas sim!...".

Essas primeiras reticências não configuram um estancar do pensamento, pelo contrário, elas proporcionam uma dupla entrada catafórica: uma para a enunciação das causas, que dão no contexto certa consistência àquele juízo de valor; outra para a enunciação de um segundo momento do texto.

SEGUNDO SEGMENTO: DO V. 07 AO V. 18

Do sétimo verso "As cousas são quietas. Bastam-se" ao décimo oitavo" Quando esticar a canela. Morre, João...", é constituído um processo de demonstração por contraste, cuja função é tornar válida a argumentação sobre a primazia das cousas em detrimento das pessoas.

As 'cousas', marcadamente caracterizadas com os traços [-humano] em "E não exigem nada." e [-ação] em "As cousas são quietas. Bastam-se.", são colocadas em contraste com as 'pessoas', cujos traços [+humano] e [+ação] geram no poema o hiperônimo 'João', item lexical que é moldado na progressão textual do poema como um índice e um ícone daquilo que incomoda.

O que desagrada ao emissor é o fato de pessoas/João terem a característica não só da possibilidade de por si sós empreender uma ação senão também da instabilidade psicológica, circunstância marcada pelo processo de argumentação contrastiva realizado com a formação antonímia: "E há de estar triste ou alegre, reticente ou falastrão" / "Amigo ou adverso..."

Embora a vontade do emissor seja neutralizar uma qualidade inerente às pessoas, isto é, a ação, assemelhando-as às coisas, sabe, entretanto, que isso não se dará; não demonstra seriedade nesse desejo, tanto que faz uso de um eufemismo que traz em seu bojo o humor; além disso, a gramática ensina que, denotativamente,'morrer' é classificado como verbo defectivo, quanto ao emprego primeiro do modo imperativo, ou seja, uma ordem que deve ser cumprida. Há, portanto, nesse momento, efeito de humor e de ironia.

Ainda nesse segmento do texto, importa considerar que o décimo primeiro verso, "As cousas vivem metidas com as suas cousas.", marca uma retomada do sétimo e do oitavo verso "As cousas são quietas. Bastam-se." / "Não se metem com ninguém." e ambos são exemplos de intertextualidade com a expressão Meta-se com a sua vida. , na situação de um diálogo pouco amistoso. Essa expressão pode ser abonada com os seguintes registros: "Não se meter aonde não é chamado."; "Não ser abelhudo." (VIOTTI: 1957, p. 287), ainda "Não meter o bedelho."; "Não se intrometer." (BORBA: 2002, p. 1035)

É a partir do décimo nono verso que o emissor se ocupa do núcleo temático linguagem.

TERCEIRO SEGMENTO: DO V. 19 AO V. 24

Começa esse momento, quando o emissor passa a subverter a noção gramatical de que o adjetivo

> *é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou a um aspecto do denotado. (BECHARA: 1999, p. 142)*

A ideia do adjetivo ocorrendo em sua essência única, desatrelado do substantivo, é operacionalizada de imediato por meio de uma ordenação sinestésica, enumerando-se adjetivos que se rotulam, e do emprego do ponto simples após cada um deles, sem haver prejuízo semântico, porque são representativos de imagens sensoriais plenas: 'Verde.','Rente.", 'Escuro.','Luminoso.' representam o visual; 'Macio.'e 'Áspero.', o tátil; 'Sonoro.", o audível; além de 'Lento.', que marca uma sensação psicológica.

A ocorrência do cavalgamento (enjambement) que ocorre em "... Eu sonho" tem o efeito de causar curiosidade, expectativa do leitor sobre uma revelação; o emissor afirma então ter o desejo de uma linguagem exclusivamente com adjetivos, assegurando ao leitor, por meio do emprego do advérbio ' decerto', que essa linguagem já existe para as plantas e os animais.

A propósito, Deely (1990: 48) faz referência a novas idéias com referência à extensão das fronteiras da atividade semiótica e afirma que além da antropossemiose, há de se considerar também que "Os processos semiósicos de percepção e sensação que são comuns a outros animais além dos humanos definem o nível e o âmbito do que Sebeok e Wells caracterizaram como zoossemioses." e

mais adiante acrescenta que "Mais recentemente, um terceiro nível macroscópico de semiose natural foi proposto e estabelecido pelo notável trabalho de Martin Krampen e seus colaboradores: a fitossemiose, ou as redes semióticas das plantas."

QUARTO SEGMENTO: DO V. 25 AO V. 32

Existe, ainda, no poema, mais um sonho que envolve a construção e a função de um poema, ou seja, a projeção de uma poética sonhada, que, de forma efetiva, estabeleça um diálogo, uma interação. Isso é concretizado de imediato, pois ocorre um processo de interlocução, com as marcas da presença de um interlocutor, a segunda pessoa gramatical, expressas pelos segmentos 'em tua boca'; 'que te mate de amor' e 'antes mesmo que tu saibas'.

Considerando o metalinguístico, o poema sonhado ganhará concretude por meio de uma imagem sensorial olfativa, presente no adjetivo 'sumarentas', que remete à imagem do reconhecimento prazeroso de uma essência; e o fruir desse poema independe de um aspecto racional, basta uma sensação, de modo que é novamente trazida uma imagem sensorial, agora, gustativa, que dá o tom pretendido: "Basta provares o seu gosto...". Chega-se, então, a uma verdade para o poeta: o sentir é o que prevalece, como se constata em "Antes mesmo que tu saibas o misterioso sentido:" Por isso também a concepção sinestésica do poema.

CONCLUSÃO

As semioses consideradas na leitura do poema foram geradas a partir da observação das relações simbólicas presentes na superfície textual, visando obter-se maior segurança, porque se tem a

preocupação com o aspecto pedagógico. Ativaram-se inferências que comprovam a necessidade de ser o texto tomado como unidade de sentido e de ensino numa função docente mais significativa.

Considerou-se, semioticamente, a importância da função plástica dos sinais de pontuação, para se chegar a uma interpretação mais sólida, mais elaborada, direcionada para a formação de uma leitura proficiente.

Qualificou-se o poeta Mário Quintana como gramático semiótico, porque:

a) tornou o substantivo próprio João um índice e um ícone;

b) apresentou o adjetivo, diferentemente da gramática tradicional, com carga indicial e icônica que propicia o desenho de imagens sensoriais, porque pode "traduzir-se", independentemente da coocorrência de um substantivo.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BORBA, Francisco da Silva. Dicionário de Usos do Português do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CARNEIRO, Flávio Martins. Leitura e linguagens. In: Yunes, Eliana (org.). Pensar a Leitura: complexidade. Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

FIGUEIREDO, Maria Olívia. A anáfora nominal em textos de alunos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2003.

KATO, Mary. O Aprendizado da Leitura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KOCK, Ingedore e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual. São Paulo: Contexto, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O Livro Didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PAULINO, Graça et al. Tipos de textos, modos de leitura. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

QUINTANA, Mário. De Gramática e de Linguagem. In: Poesia Completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 2005.

SIMÕES, Darcília. Iconicidade e Verossimilhança. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.

VIOTTI, Manuel. Novo Dicionário da Gíria Brasileira. Rio de Janeiro: Tupã Editora, 1957.

ICONICIDADE DIAGRAMÁTICA – A EXPRESSÃO MOTIVADA PELAS FUNÇÕES

Vania. L. R. DUTRA [91]

INTRODUÇÃO

Há um entendimento, hoje, entre os professores de Português, de que manter a gramática, com objetivo e fim em si mesma, como o foco do trabalho na sala de aula não é mais possível. Isso porque a sinalização oficial nos mostra uma outra direção – os PCN apregoam o trabalho com o texto, priorizando a entrada de gêneros textuais diferentes na escola e enfatizando a prática da leitura e da escrita; porque os resultados alcançados pelos alunos nas avaliações oficiais, nacionais e internacionais, comprovam que a prática atual não tem obtido os resultados esperados – nossos alunos não compreendem o que leem –; porque os próprios alunos nos questionam, hoje, sobre a aplicabilidade, fora da sala de aula, dos conceitos e das classificações com que ocupamos a maior parte do tempo de nossas aulas; enfim, porque essa prática não prioriza a ampliação da competência comunicativa de nossos alunos.

Um trabalho com a língua que objetive a ampliação da competência comunicativa dos alunos precisa conceber essa mesma língua como um instrumento de comunicação e privilegiar sua funcionalidade.

91 vaniardutra@uol.com.br - http://lattes.cnpq.br/8570682797639351

Por isso a eleição da abordagem funcionalista para embasar os estudos que vimos desenvolvendo em relação ao ensino de Língua Portuguesa na Escola Básica.

Para os funcionalistas, a questão a ser investigada é como a comunicação é obtida por meio da língua, como os falantes se comunicam eficientemente. A língua, na visão funcionalista, não é um sistema autônomo, e a gramática é entendida em "referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução" (NEVES, 1997: 3).

A gramática assim considerada analisa a estrutura da língua em relação a toda a situação comunicativa – os interlocutores, os objetivos do evento da fala, o contexto discursivo – e estabelece relações entre o sistema linguístico, seus elementos e as funções que eles cumprem na comunicação. É a chamada gramática funcional, cuja tarefa, conforme Beaugrande (apud NEVES, op. cit.), é "fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso".

Ao se admitir essa relação entre forma e função, entre gramática e significado, admiti-se que a forma linguística pode, de fato, ter uma motivação icônica. É o que procuramos verificar com este trabalho: a possibilidade de motivação icônica para a forma linguística. Buscaram-se evidências que pudessem admitir a existência de uma iconicidade diagramática, ou seja, a comprovação de que "os arranjos estruturais refletem relações análogas existentes na estrutura semântica" (NEVES, 2007: 23) dos textos. É o que passamos a discutir com base na visão funcionalista da linguagem e na teoria da iconicidade verbal.

VISÃO FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM

À visão formalista da linguagem, opõe-se a visão funcionalista. A primeira trata da estrutura sistemática das formas da língua, enquanto a segunda preocupa-se com a relação sistemática entre as formas e as funções na língua. Essas duas correntes delinearam o que se chama, respectivamente, gramática formalmente orientada e gramática funcionalmente orientada.

Segundo Halliday (2002), as diferenças entre essas duas correntes da gramática baseiam-se na oposição fundamental entre uma orientação primariamente sintagmática e uma orientação primariamente paradigmática. Assentada na primeira orientação, a gramática formalmente orientada interpreta a língua como uma lista de estruturas, entre as quais relações regulares podem ser estabelecidas secundariamente; enfatiza os traços universais das línguas e toma a sintaxe como base, organizando a língua em torno da frase. Assentada na segunda orientação, a gramática funcionalmente orientada, ao contrário, entende a língua como uma rede de relações, com a atualização das estruturas funcionando como a realização dessas relações; evidencia as variações entre as línguas e toma a semântica como base, organizando a língua em torno do texto e do discurso.

Na base dessa diferenciação está o fato de os formalistas encararem a linguagem como fenômeno mental, estudando a língua como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas a veem como um fenômeno social, estudando-a em relação à função social que desempenha.

Para Bakhtin (2003), a natureza social da linguagem impõe que ela seja analisada com base em seu aspecto enunciativo-discursivo, isto

é, na interação verbal e no enunciado. Contrário à visão tradicional, que trata a língua como sistema abstrato, ideal e fechado em si mesmo, o autor aponta a enunciação, produto das interações sociais, como a unidade de estudo da língua. Essa enunciação concretiza-se por meio de enunciados, que, como signos ideológicos, acompanham os atos de compreensão e interpretação nas interações.

Para o autor, falamos por meio de gêneros dentro de determinada esfera da atividade humana. Não atualizamos simplesmente um código linguístico, mas moldamos a nossa fala aos parâmetros de um gênero no interior de uma atividade. Não se pode pensar o gênero em si mesmo ou em seus aspectos formais somente. Suas funções sócio-verbais e ideológicas são imprescindíveis para sua constituição. Os gêneros são fenômenos complexos que envolvem, entre outros, aspectos linguístico-gramaticais, discursivos, interacionais, sociais, pragmáticos, históricos.

Em nosso fazer diário, empregamos muitos gêneros de forma segura e adequada, embora teoricamente não tenhamos consciência de sua existência. Adquirimos esse conhecimento empírico sobre os gêneros assim como adquirimos a língua materna, nas trocas diárias de enunciações concretas, em todas as situações comunicativas com nossos interlocutores, quando as ouvimos/lemos e reproduzimos. Conhecer o funcionamento dos gêneros que usamos equivale, em relação à língua, a conhecer a organização de sua gramática. Tal conhecimento possibilita-nos extrair, de um e de outro – do gênero e da língua, que apreendemos em conjunto e que são, ambos, indispensáveis à compreensão mútua –, o melhor em termos de expressividade e comunicabilidade. Com base na LSF, consideramos a variação funcional dos gêneros, o modo como eles se diferenciam e as possíveis motivações para tais diferenças.

De acordo com Halliday (1979, p. 4-5):

> *A linguagem é o que é por causa das funções que ela desenvolveu para exercer na vida das pessoas; é de se esperar que as estruturas linguísticas possam ser entendidas em termos funcionais. (...)*

ICONICIDADE DIAGRAMÁTICA

Os estudos sobre iconicidade na língua e, portanto, na sua organização gramatical, têm chamado a atenção para uma possível motivação icônica, ou seja, para o reflexo, nos elementos estruturais dos textos, de relações existentes em sua estrutura semântica. Conforme Neves (1997), "a iconicidade é um princípio pelo qual se considera que existe uma relação não arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana".

> *A despeito da absoluta arbitrariedade apregoada pelos estruturalistas, as bases funcionalistas vêm fortalecendo passo a passo a existência de iconicidade nas gramáticas das línguas, demonstrando a existência de uma correlação um-a-um entre forma e interpretação semântico-pragmática pautada numa motivação funcional imanente aos aspectos estruturais observados (cf. DECAT et al, 2001: 36)."*

Considerando-se que o texto escrito pode ser tido como um objeto visual, e que a leitura é um processo de semiose – de geração de sentidos –, o instrumental semiótico adquire grande relevância para a análise do signo-texto. Aliando pressupostos teóricos da Semiótica Linguística de Peirce, da Gramática Funcional de Halliday

e da abordagem pragmático-textual de Adam, consideramos que os recursos linguísticos que entram na organização dos textos são verdadeiros signos e que, portanto, têm potencial icônico.

Buscando evidenciar uma motivação icônica para a forma linguística na construção dos textos, analisamos a iconicidade diagramática – em sua plasticidade (diagramação) e função social (objetivos sócio-comunicativos), e em sua estruturação linguística (aspectos discursivo-gramaticais). Os conceitos de gênero e de sequências textuais são então considerados numa perspectiva semiótico--funcional, o que faz com que se possa trabalhar com eles de forma mais produtiva em sala de aula, avaliando as funções dos gêneros e os valores projetados sobre os signos que compõem as diversas sequências textuais.

O TEXTO NA SALA DE AULA

A perspectiva de trabalho com os textos com base nos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional e da Semiótica – no que essas abordagens podem contribuir para um resultado mais satisfatório do ensino da língua materna na escola – possibilita uma organização diferente dos conteúdos programáticos da Língua Portuguesa e, especificamente, de gramática, que serão organizados a partir das sequências textuais e não dos gêneros propriamente ditos.

A ênfase que se dá hoje ao trabalho com o texto na sala de aula é fundamental, mas não pode ser desenvolvido sem a investigação responsável das estruturas da língua que entram em sua composição. A gramática constitui, ela própria, uma estrutura cognitiva. Como tal, ela organiza o léxico, colocando-o em funcionamento

nas interações sociais. Conhecer o seu funcionamento é condição para um uso mais consciente e, portanto, mais eficiente do arsenal linguístico que o falante tem a sua disposição.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são o instrumento por meio do qual colocamos a língua em funcionamento nas interações sociais. São, portanto, textos concretos que circulam em sociedade e que cumprem funções sociais específicas; têm formato e composição relativamente estáveis, conteúdo, estilo, objetivo comunicacional e modo de veiculação característicos. São objetos culturais e existem em grande quantidade e diversidade, podendo variar de cultura para cultura.

A tirinha, por exemplo, é um gênero textual.

(QUINO, 2008)

Normalmente veiculada em jornais e revistas, a tirinha configura-se, em sua diagramação típica, como um texto composto por uns poucos quadrinhos – entre um e quatro, normalmente –, em que se combinam o verbal e o não verbal. Nela, apresenta-se a fala das personagens – enunciados curtos – distribuída em balões. O conteúdo tratado na tirinha é quase sempre uma crítica aos modos de comportamento social, político, aos valores, aos sentimentos,

buscando o efeito de humor. Em relação ao estilo, pode-se dizer que a tirinha traz a marca individual de seu autor, em seus traços e em sua linguagem, normalmente marcada pela informalidade.

Envolvidos em diversas práticas sociais em seu dia a dia, os falantes utilizam uma grande variedade de gêneros orais e escritos, lançando mão do que Koch (2006) chamou de competência metagenérica. Tal competência possibilita-nos interagir convenientemente, capacitando-nos para produzir e para compreender os gêneros textuais. A tirinha é um entre tantos outros gêneros, como o conto, o poema, a notícia, a entrevista, o relatório, a procuração, o bilhete, o e-mail, a palestra, o discurso político, a aula, a missa etc.

Sendo objetos culturais, há gêneros característicos de outras culturas, desconhecidos em nossa sociedade, portanto. Assim como há gêneros comuns entre nós e desconhecidos de outros povos. Lembremo-nos do mangá japonês, recentemente descoberto pelos jovens ocidentais. Há, também, gêneros que estão deixando de ser usados, desaparecendo de nossa prática social – a carta pessoal –, e outros que surgiram recentemente – o e-mail – e que ainda surgirão, motivados por necessidades comunicativas que o futuro trará.

Os textos socialmente considerados como representantes de determinado gênero têm características semelhantes, atribuídas a restrições genéricas: os gêneros têm identidade e nos condicionam a escolhas, quando de sua produção, que não podem ser livres nem aleatórias. Segundo Bakhtin (2003), eles limitam nossa ação na fala e na escrita, organizando-a, assim como a gramática organiza as formas linguísticas.

SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Segundo Jean Michel Adam (1992), as sequências textuais são organizações linguístico-formais que entram na configuração de um gênero para realizar objetivos discursivos por ele suscitados – como narrar, descrever, argumentar etc. Elas atendem a critérios basicamente linguísticos e são descritas por meio das estruturas gramaticais e dos elementos linguísticos característicos de sua constituição formal. Essas sequências são "esquemas" linguísticos básicos cuja função, conforme Bronckart (1999), é organizar linearmente seu conteúdo temático, exercendo papel fundamental na organização infraestrutural mais geral dos textos. Para Adam, os gêneros são considerados como componentes da interação social e as sequências, como organizações linguístico-formais em interação no interior de um gênero.

As sequências, ao contrário dos gêneros, são em número relativamente pequeno – em torno de seis – e não se configuram como um inventário aberto, como acontece com os gêneros. Embora sendo poucas, há divergências entre os tipos de sequências apresentadas pelos autores. Adam, por exemplo, propõe a existência das sequências narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. Marcuschi (2002) trabalha com as sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva e injuntiva[92]. Consideramos a necessidade de abarcar as duas descrições, tomando como base a proposta de Adam e acrescentando a sequência injuntiva sugerida por Marcuschi. Há, em cada uma delas, a nosso ver, especificidades que, se exploradas, auxiliarão no trabalho com a leitura e a escrita na sala de aula, considerando-se a construção do sentido do texto a partir da investigação do objetivo comunicativo de seu autor. Para

92 Marcuschi chama as sequências de tipos textuais.

os propósitos deste trabalho, entretanto, trataremos das sequências narrativa e argumentativa, com o objetivo de demonstrar a validade da proposta pedagógica que desenvolvemos.

CARACTERIZAÇÃO DAS SEQUÊNCIAS NARRATIVA E ARGUMENTATIVA[93]

As sequências textuais diferem uma das outras no que diz respeito às características linguísticas que apresentam, uma vez que a iconicidade diagramática aponta um arranjo icônico diferente dos signos que compõem uma e outra. As consequências desse arranjo característico dos signos são o cumprimento de objetivos discursivos distintos pelo falante/escritor e o reconhecimento da presença de sequências diferentes na composição de um mesmo gênero textual.

Normalmente, o texto é heterogêneo em relação às sequências que o compõem. Por isso a importância de se esclarecer que o que chamamos de sequência é, de fato, um segmento de texto, não um texto empírico. É necessário que isso seja observado quando do trabalho com a leitura e a escrita na escola, uma vez que essa heterogeneidade se refletirá no reconhecimento, pelo leitor, das escolhas das estruturas – gramática e léxico – feitas pelo autor do texto, atribuindo sentido a elas, e nas escolhas que o próprio aluno terá de fazer para compor seu texto.

A sequência narrativa é aquela que, como o próprio nome diz, narra um fato, um acontecimento, uma história. Nela estão envolvidos os atores da situação narrada, os próprios eventos e o narrador, responsável pelo relato dos fatos. Normalmente a ordem da narrativa segue a ordem do próprio evento objeto da narração, e esse arranjo icônico dos signos

93 Pelas restrições de espaço, não trataremos aqui das sequências descritiva, explicativa, dialogal e injuntiva.

é uma das características que distinguem a sequência narrativa da sequência argumentativa, que se dispõe de forma distinta.

Partimos de Adam (1992), que caracteriza a sequência narrativa como composta por seis macroproposições: situação inicial, complicação, (re)ações, resolução, situação final e moral. A situação inicial e a situação final representam os momentos de equilíbrio da ação e têm uma base mais descritiva. A complicação, as (re) ações e a resolução é que caracterizam o esquema narrativo: um fato ocorre, quebrando o equilíbrio inicial e desencadeando (re) ações; essas (re)ações forçam uma resolução, que cria uma nova situação de equilíbrio. A moral é uma reflexão acerca dos fatos narrados e é de responsabilidade do narrador.

Aproximando essas noções dos objetivos de nosso trabalho, propomos que se observem as sequências em suas especificidades estruturais e funcionais. Para tanto, é preciso estabelecer um limite[94] – até quando for possível – entre cada uma delas.

Analisando-se os gêneros de base narrativa – contos, fábulas, romances, notícias, para citar alguns –, é possível reconhecer neles, em geral, a macroestrutura apresentada por Adam. Consideramos, entretanto, como sequência narrativa somente a complicação, as (re)ações e a resolução que deles fazem parte, uma vez que nelas é que encontramos as marcas discursivas e linguísticas da narração em si. A situação inicial e a situação final, momentos chamados de equilíbrio, são de fato sequências descritivas, pois a primeira cria uma imagem do espaço onde a história se passará e das personagens que dela participarão, enquanto a segunda

94 Há questões linguísticas que são comuns a todos os gêneros escritos: os aspectos notacionais (ortografia, pontuação).

constrói uma outra imagem, que registrará a nova ordem das coisas após o desenrolar dos fatos relatados na sequência narrativa. A sequência descritiva é a menos autônoma e geralmente não é a que predomina nos textos de que faz parte. Ao contrário da narrativa, a sequência descritiva não apresenta uma ordem muito fixa. Em geral, consiste na apresentação de propriedades e características relacionadas ao elemento objeto da descrição. Já o que Adam chama de moral – quando existe explicitamente no texto – configura-se como sequência argumentativa, pois é uma avaliação crítica do que se narrou, objetivando influenciar o leitor/ouvinte. É o que se procura planificar no quadro 1:

Gênero textual de base narrativa					
Situação inicial	Complicação	(Re)ações	Resolução	Situação final	Moral
Sequência descritiva	Sequência narrativa			Sequência descritiva	Sequência argumentativa
Quadro 1					

A sequência argumentativa, por sua vez, consiste, essencialmente, na contraposição de enunciados, que tem sua sustentação em operadores argumentativos, buscando defender um posicionamento. Esses operadores apõem um enunciado que está sendo construído a um já-dito (DUCROT, 1987). O esquema argumentativo se constrói, basicamente, pela apresentação de um argumento (dado explícito de sustentação de uma tese) e uma conclusão. Esse arranjo icônico da sequência pode sofrer variações de acordo com a estratégia argumentativa adotada pelo enunciador e com o tipo de raciocínio desenvolvido – dedutivo ou indutivo – para persuadir o interlocutor. A presença dos elementos básicos da argumentação é o que

determina a sequência como argumentativa, não bastando para isso que se tenha a intenção, o objetivo argumentativo. A fábula é um gênero textual que exemplifica bem o que se diz aqui, pois se constrói com estrutura narrativa (sequência narrativa), mas seu objetivo discursivo é, além de narrar, persuadir, modificar comportamentos – o que se dá no nível semântico (DUCROT, op. cit.), mas não no nível estrutural.

> *Muitos autores defendam a tese de que a argumentatividade é característica e objetivo de todos os textos. Adam (1992), entretanto, lembra que não se podem colocar no mesmo plano argumentatividade e o que denomina sequência argumentativa. A sequência é um mecanismo de textualização, um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros, sendo linguisticamente estável – o que possibilita sua determinação. A argumentatividade, por sua vez, prende-se à natureza do discurso, ou seja, a sua orientação discursiva, que é de persuadir, pela apresentação de pontos de vista trazidos pelo locutor para o discurso. (DUTRA, 2007: 65)*

Portanto, não se pode confundir a orientação argumentativa que se reconhece nos textos, com a existência de uma estrutura argumentativa prototípica, possibilitada pela presença da sequência argumentativa na composição dos gêneros.

Encontramos, em Othon Moacyr Garcia (1988), a planificação de dois planos-padrão para o que chama de argumentação formal e argumentação informal:

ARGUMENTAÇÃO FORMAL			
Proposição (tese): afirmativa suficientemente definida e limitada; não deve conter em si mesma nenhum argumento.	Análise da proposição ou tese: definição do sentido da proposição ou de alguns de seus termos, a fim de evitar mal-entendidos.	Formulação de argumentos: fatos, exemplos, dados estatísticos, testemunhos, etc.	Conclusão
QUADRO 2			

ARGUMENTAÇÃO INFORMAL				
Citação da tese adversária	Argumentos da tese adversária	Introdução da tese a ser defendida	Argumentos da tese a ser defendida	Conclusão
QUADRO 3				

BASE LINGUÍSTICA DAS SEQUÊNCIAS NARRATIVA E ARGUMENTATIVA

Há aspectos linguístico-gramaticais que são característicos da constituição da sequência narrativa, assim como há outros que são mais determinantes na constituição da sequência argumentativa – e na constituição de cada uma das demais sequências.

SEQUÊNCIA NARRATIVA

Como se viu, a ordem de apresentação das macroproposições do texto narrativo é normalmente fixa, obedecendo à linearidade temporal[95] . Por isso essa sequência é considerada a mais apropriada para, a partir dela, por exemplo, se apresentar aos alunos a relação entre os tempos pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito do indicativo, discutindo seu emprego e suas funções no texto. A coerência temporal é um aspecto a ser observado com muito cuidado, pois a manutenção da linha temporal é, normalmente, um ponto frágil na produção de texto dos alunos. Os tempos e modos verbais desempenham um papel importante na leitura (compreensão) e na escrita (produção) dos textos de uma forma geral, mas, principalmente, dos gêneros constituídos basicamente por sequências narrativas. Assim, é fundamental discutir com os alunos, observando o texto que está sendo analisado, se o autor constrói a linearidade temporal da narrativa – quais os elementos gramaticais que ele utiliza para isso e de que forma – ou se opta por romper essa linearidade, voltando ao passado ou projetando acontecimentos no futuro. É esse o momento de investir no trabalho com os tempos e modos, e na forma como eles se relacionam uns com os outros.

O emprego dos artigos definido e indefinido também merece atenção especial quando do trabalho com gêneros de base narrativa. Conforme Kaufman (1995, p. 22), "a apresentação das personagens ajusta-se à estratégia da definibilidade". As personagens são apresentadas, pela primeira vez no texto, por meio de um sintagma

95 Referimo-nos, aqui, à estruturação das narrativas lineares tradicionais.

nominal introduzido por um artigo indefinido (ou outro elemento a ele equivalente). Quando essa personagem é novamente referida no decorrer do texto, o artigo indefinido é substituído pelo definido ou o termo por ele encabeçado é substituído integralmente por um nome, pronome etc. Esses são aspectos da referenciação, um mecanismo coesivo extremamente importante para a constituição do enunciado. É preciso ir além do que diz a gramática normativa acerca do emprego dos artigos – e dos pronomes –, alertando o aluno para o papel que desempenham no texto, pois é nele que se materializa a linguagem e, portanto, é nele que se deve investigar seu funcionamento. Conforme Neves (2000, p. 64):

> *Na verdade, ao estudar-se o funcionamento da linguagem, o que está em questão são prioritariamente os processos, e é a compreensão deles que governa a compreensão dos arranjos dos itens que os expressam adequadamente.*

O emprego de conectivos também é um aspecto muito importante na constituição do sentido do texto, uma vez que explicita, para o leitor, a intenção do autor no que diz respeito à construção das relações semânticas no texto observadas. As relações semânticas mais frequentes que se estabelecem entre os enunciados que formam a sequência narrativa são as de tempo e as de causa. É fundamental, então, que se investiguem os conectivos que explicitam tais relações nos textos que estão sendo lidos em sala de aula. Esses conectivos podem se afigurar como conjunções, locuções prepositivas, locuções adverbiais, marcadores discursivos, entre outros. Esse trabalho será de grande valia para a ampliação do repertório de que o aluno lança mão para construir tais relações nos textos que escreve.

Por último – mas não esgotando todas as possibilidades de exploração dos aspectos linguísticos constitutivos da sequência narrativa –, é preciso observar como o autor dos textos em análise constrói o ponto de vista da narrativa. O narrador é uma "entidade" criada pelo autor do texto para narrar os fatos que formam o enredo do texto lido. É a voz que guiará o leitor na construção do sentido do texto. Essa voz pode-se apresentar em primeira pessoa ou em terceira pessoa, e faz parte da coerência do texto a manutenção do ponto de vista adotado desde o início da narrativa. É mais uma oportunidade para mostrar aos alunos a função e o uso textual dos pronomes pessoais e demonstrativos, para que eles possam empregá-los com mais propriedade em seus próprios textos.

SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

O texto constituído por sequências argumentativas, diferentemente do que ocorre com textos de base narrativa, não obedece a uma organização temporal. Ao contrário, o texto argumentativo se constitui a partir de um planejamento, buscando realizar uma estratégia argumentativa específica elaborada por seu autor. As estratégias argumentativas visam a convencer, persuadir, fazer aceitar, fazer crer, fazer mudar de opinião, levar a uma determinada ação. Dessa forma, é essa estratégia que ditará a organização das partes que irão compor o texto. Assim, os tempos verbais mais característicos dos gêneros de base argumentativa são os do subsistema do presente, em sua correlação com o futuro.

Os elementos que compõem as sequências argumentativas podem organizar-se de forma distinta das apresentadas nos quadros 2 e 3. Sua organização é uma entre tantas estratégias argumentativas à disposição do autor de textos de base argumentativa. Dependendo

da organização imposta aos elementos constituintes da sequência argumentativa, as relações semânticas entre suas partes serão umas e não outras. Esse é um aspecto fundamental para a construção da coerência do texto. Portanto, a articulação entre as suas partes, tornando explícita a intenção do autor por meio do emprego de conectivos e organizadores textuais que o encaminham a uma conclusão, é um dos aspectos linguísticos mais relevantes nesse tipo de sequência. Assim, é preciso explorar palavras e expressões que anunciam a posição do autor diante do que está sendo enunciado; que introduzem argumentos, estabelecendo relações lógicas entre as partes dos enunciado (orações, períodos); que apresentam o fechamento, a conclusão do texto; que articulam o texto como um todo (grupos de períodos, parágrafos, partes maiores do texto).

Um outro aspecto linguístico de muita relevância aqui é a enunciação (quem fala no texto, como se apresenta). É importante que se avalie o efeito de sentido causado pela opção por uma ou por outra forma de enunciação. Sendo capaz de perceber o efeito diferenciado obtido quando do uso da primeira pessoa, da voz passiva, do sujeito indeterminado, da impessoalidade ou mesmo da terceira pessoa em lugar da primeira, o aluno poderá identificar, com mais facilidade, o objetivo do autor, desvendando-lhe a intenção comunicativa.

AS SEQUÊNCIAS NO INTERIOR DO GÊNERO

Retomando a ideia de que as sequências textuais são organizações linguístico-formais em interação no interior dos gêneros, cabe esclarecer, mais uma vez, que um gênero pode ser considerado narrativo, por exemplo, mas apresentar outras sequências em sua constituição formal. O romance pode apresentar – e geralmente

apresenta –, além de sequências narrativas, sequências descritivas, argumentativas, dialogais. O editorial de jornal, por sua vez, além da sequência argumentativa, pode apresentar outras, como a narrativa, a descritiva. Entretanto, os dois gêneros serão caracterizados como narrativo e argumentativo, respectivamente, por conta da predominância dessas sequências em sua constituição.

As especificidades linguístico-gramaticais existentes em cada sequência devem ser exploradas em sala de aula de forma planejada, a partir de gêneros que as apresentem em sua constituição, para que possam ser reconhecidas nos textos analisados pelos alunos e utilizadas adequadamente quando da produção de textos.

A ênfase no estudo das sequências deve-se dar em diferentes frentes. O aluno precisa reconhecer o papel discursivo da sequência (narrar, argumentar, descrever etc.) e sua contribuição para a constituição do gênero de que faz parte. Ele precisa, ainda, ser capaz de selecionar, entre as possibilidades que a língua oferece, e colocar em uso adequadamente os elementos que realizam a função requerida pela sequência em pauta. É preciso, também, saber combinar as sequências e articulá-las para que, de sua combinação, resulte um texto coeso e coerente. Além disso, é preciso que o aluno registre seu texto, por meio da escrita, fazendo uso dos aspectos formais exigidos pela variedade de língua característica do gênero (ortografia, pontuação, concordância etc.). Tais aspectos notacionais são comuns a todas as sequências e devem ser tratados com a ênfase necessária, pois também deles depende a clareza do texto.

CONCLUSÃO

Com base na Linguística Sistêmico-Funcional, consideramos, em nossa análise, a diferença estrutural verificada entre as sequências textuais, explicadas tais diferenças pelos objetivos discursivos distintos que apresentam. Consideramos, também, o próprio modo como os gêneros se diferenciam estruturalmente uns dos outros, como resultado da função social que são chamados a cumprir e da motivação para tais diferenças. É a expressão sendo motivada pelas funções que a língua é chamada a cumprir, uma das bases de sustentação do funcionalismo linguístico.

Os conceitos de sequência textual e de gênero textual, conforme aqui considerados, podem promover uma mudança relevante no trabalho com a leitura e com a escrita na escola, e, consequentemente, uma mudança no quadro desalentador que temos hoje: os alunos saem da escola, depois de, no mínimo, doze anos de escolarização, sem o domínio básico da leitura e da escrita, habilidades essenciais para a vida em sociedade.

A proposta aqui delineada permite que o professor construa um trabalho em que verdadeiramente se possam aliar gramática e texto. Permite que ele possa mostrar ao aluno a aplicabilidade dos conhecimentos gramaticais adquiridos aos textos que lê e aos textos que escreve. Ela possibilita que o aluno, por sua vez, perceba a relação íntima existente entre aspectos linguísticos e sequências textuais, transportando, automaticamente, os conhecimentos linguísticos adquiridos de um gênero para outro, desde que eles apresentem, em sua base linguístico-textual, a mesma sequência. Propõe-se um tratamento diferente para os conteúdos gramaticais, que deixam de ser o objetivo das aulas para se tornarem um meio para a construção dos textos.

Não se pode condenar a gramática, bani-la da escola em favor dos gêneros textuais. Trata-se de redimensionar o seu lugar nas aulas de Língua Portuguesa, esclarecendo qual é o seu verdadeiro papel e dando-lhe um tratamento funcional.

Nosso propósito, enfim, com a discussão aqui apresentada, é provocar uma mudança de perspectiva nas aulas de Língua Portuguesa, buscando um resultado mais satisfatório no que diz respeito à leitura e à escrita de nossos alunos, que, cada vez mais distantes da leitura e da escrita proficientes, tornam-se cidadãos acríticos e ausentes das diversas instâncias decisórias da sociedade a que pertencem.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. Les textes: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In Estética da criação verbal. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

DUTRA, V. L. R. Relações conjuntivas causais no texto argumentativo. Tese de Doutorado. UERJ – RJ, 2007.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 14 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

HALLIDAY, M. A. K. Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1979.

_____. An introduction to functional grammar. 2 ed. London: Edward Arnold, 2002.

KAUFMAN, A. M. & RODRIGUÉZ, M. H. Escola, leitura e produção de textos. Porto alegre: Artes médicas, 1995.

KOCH, I. e ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos dos textos. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. e outros (org.). Gêneros Textuais e Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NEVES, M. H. de M. A Gramática Funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, J. C. de (org.). Língua Portuguesa em debate. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2007.

QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A INTENCIONALIDADE DOS SIGNOS DOS PERFIS DO PAR PERFEITO

Vaniele BARREIROS [96]

PRELIMINARES

A mídia, com a disseminação cultural, busca inserir as relações humanas numa rede ideológica fazendo com que os indivíduos se identifiquem com ela, desencadeando atrativos para o consumo. Como facilitador utiliza-se das representações sociais povoando o imaginário do indivíduo, com personagens, imagens, concepções próprias de cidade e estilos de vida satisfatórios, cerceados por signos e símbolos que constroem atrativos e formas de inserir o indivíduo em um ambiente que o remeta à segurança e pertencimento. Segundo Kellner (2001), a cultura da mídia busca por meio da popularidade formas de persuasão na formação individual e coletiva. O perfil do Par Perfeito, em que corpos e desejos são expostos para o consumo próprio e de outrem, está construído com base em uma representação social de cidade onde o indivíduo é coletivo e está em busca de uma integração social incitada por tal consumo.

Ao parafrasear Moscovici (2002, p.11) quando afirma que "as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas por serem coletivas", é possível traçar um paralelo e adentrar no 'mundo' virtual do objeto em questão o site Par Perfeito. Tendo como base de existência a Internet, o Par Perfeito é um site de relacionamen-

96 http://lattes.cnpq.br/2389907952346553 - Jornalista, especialista em Comunicação Empresarial pela UFJF, docente do ensino superior do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), Volta Redonda/RJ, no curso de Comunicação Social. Tem como campo de pesquisa as representações sociais, corpo, consumo, teorias da comunicação e pós-modernidade.

tos on line onde é possível se encontrar dois tipos de assinantes, o usuário ouro e o básico, no qual o primeiro paga uma mensalidade e o segundo pode se cadastrar gratuitamente se submetendo a algumas restrições. Denominado, pelos próprios idealizadores, como o ponto de encontro para quem procura relacionamentos de namoros a amizades, de romances a casamentos, agrega gêneros masculinos e femininos que para a divulgação do próprio perfil fazem uso de artifícios possíveis, como colocar fotos, definir quem é, como é o próprio corpo ou o da pessoa que se procura, sempre amparados por signos e alguns símbolos representativos para quem o vê, construindo assim uma persona midiática.

Ao analisar essas possibilidades de interação, uma construção coletiva pode ser percebida em cada persona que ali se estabelece temporariamente:

> *As personas midiáticas adquirem uma aura de sonho e desejo, são seres inalcançáveis e por isto mesmo invejados. Na maior parte das vezes são os famosos e ricos, cujo estilo de vida remete ao que se acredita que há de melhor na vida humana em termos de produção simbólica no âmbito do hedonismo e da imagem.*
>
> *A mídia produz e mantém as personas midiáticas e as institui de um poder de citação e referência. Servem de conteúdo aos diversos programas de TV, páginas de jornal e revistas. São atores, músicos, atletas, modelos, políticos, jornalistas, ou qualquer pessoa que por algum motivo tenha sido alçada à condição de celebridade pelos seus feitos, que se tornaram notícia, ou pelo envolvimento com algum acontecimento que tenha tido repercussão social. As personas midiáticas são uma referência significativa na vida de muitas pessoas. Estão em todos os lugares justamente porque a mídia está em todos os lugares (JUPY JR., 2002, s/p).*

Essas representações sociais garantem o engajamento da persona midiática em um espaço público, primeiro porque esse é um personagem já conhecido popularmente e que demonstrou ser eficaz, segundo por estar em um ambiente sem certificados ou garantias então a máscara adquirida, no novo personagem, não é falsa, mas é construída com base em alicerces que garantem uma aceitação, além de ser útil e agradável. No site Par Perfeito, cada associado se descreve da forma com que o Eu seja elevado, normalmente exaltando qualidades (alto, forte, etc.) e virtudes (dedicada, não- fumante, entre outras), sempre em busca de um Olimpo, de um sonho em que cada qual é autor de sua própria ficção, conduz as suas expectativas, forçando uma intenção de encontros com pessoas pré-determinadas: "Sou alto, 1,90m, peso 95kg, sou malhado porém não sou enorme de forte não!, rs rs rs, moreno, cabelo liso arrepiado, pernas grossas, bunda grande, não sou barrigudo porém não tenho barriga malhada!, rs rs rs", assim se define Macedo Saldanha, o "caçador de ilusões". Nem belo demais, nem feio demais, nem gordo, nem magro, mas o tipo ideal para ser aceito nessa ambientação em que o contato físico é virtual. Cada personagem que circula no meio eletrônico busca pintar um próprio retrato que normalmente realiza as suas ambições.

Os perfis são repletos de significações, "um signo não é necessariamente algo que poderíamos conceber como um individual concreto e singular: ele pode ser um conjunto ou coleção de coisas, um evento ou ocorrência, ou ele pode ser da natureza de uma 'idéia' ou 'abstração' ou um 'universal' " (SANTAELLA: 2004, p.15), ou seja, os perfis possuem características cercadas de intenções construídas sobre as representações sociais que os permitem um destaque perante aos outros perfis ali existentes. Ainda segundo

Santaella, "o interpretante – aquilo que é determinado pelo signo ou pelo próprio objeto através da meditação do signo – não pode ser considerado simplesmente como uma interpretação particular, singular do signo" (2004, p. 15), dessa forma percebe-se que se os perfis são construídos com base em experimentações e apresentados em forma de signos, então as representações sociais são usadas como forma de garantir uma interação e uma aceitação desse com o meio em que está se inserindo.

Se estamos em uma época em que os relacionamentos pessoais e tudo o que nos cerca são pautados em efemeridade, a internet aguça ainda mais essa possibilidade. Estar em um ambiente de ambivalência garante a possibilidade de existir de diversas formas, de ser outras pessoas, de habitar inúmeros espaços, para tal, os perfis do Par Perfeito são construídos e reconstruídos constantemente, sempre em busca da compatibilidade com os possíveis pares lá existentes.

> *A comunicação, que a semiologia estuda, conforme a definição de Buyssens, tem por critério central a intencionalidade dos signos, pois ninguém pode alcançar o fim "da colaboração dos outros" sem premeditação, sem intenção. Pelo critério da intencionalidade, a comunicação se distingue de dois outros processos sígnicos não-comunicativos, que resultam de duas formas de assimetria intencional entre os participantes que interagem por meio de signos (SANTAELLA & NÖTH, 2004, p. 92).*

Já que o campo da comunicação é uma área que abarca estudos e práticas transdisciplinares, usamos a linguagem como meio de sistematizar e organizar a comunicação e assim prolongar seus

efeitos, tendo sempre como base que "um ato de comunicação tem uma finalidade na vida social dos indivíduos que se comunicam, e os signos usados como meios de comunicação servem para fazer a mensagem inteligível ao intérprete" (SANTAELLA & NÖTH: 2004, p. 89). Os signos dos perfis são elaborados para gerar tais efeitos, sejam eles mais visitações, e-mails e outras formas de contato possível dentro do site. Para tais efeitos serem sempre atrativos e surtir os fins desejados, a convencionalidade é utilizada como forma de aproximar a oferta de si próprio aos desejos do interpretante. "Sempre que um falante fala, ele escolhe, entre os processos que existem simultaneamente em sua memória, processos que supõe existirem simultaneamente também na memória de seu ouvinte. Este acordo social é precisamente o que se chama convenção" (SANTAELLA & NÖTH, 2004, p. 94).

Então, podemos perceber que cada perfil é convencionado a atrair mais visitas, pode-se dizer que os perfis são pautados em um "acordo ou código convencional" (BUYSSENS apud SANTAELLA & NÖTH, 2004), no qual ocorre uma comunicação que segue os mesmos padrões, busca o mesmo fim, ou seja, são construídos a partir de fatos que devem ser percebidos pelo outro.

> *A convencionalidade dos signos nesta situação não é a convencionalidade de um signo simbólico, que consiste em acordo ou código. O signo se baseia aí no princípio da imitação, pois a ação do comunicador 'é apenas um simulacro, a repetição'. O signo, neste respeito, é um signo icônico e não simbólico... (SANTAELLA & NÖTH, 2004, p. 95).*

Essa repetição é atribuída às concepções de representações sociais que são percebidas no dia a dia. Por exemplo, é costumeiro se ouvir falar sobre São Paulo a terra da garoa, gente trabalhadora sempre em busca da ascensão profissional. Cidade locomotiva do Brasil concentrando pessoas sérias, com roupas sóbrias em escritórios, locais fechados, como museus, casas de show. Um indivíduo sem tempo, pois o utiliza na busca de um futuro melhor. O Rio de Janeiro, como cenário de cidade maravilhosa, retratado por mulheres bonitas no calçadão de Copacabana ou nas praias de Ipanema, povoa o imaginário do indivíduo. Salvador é a conhecida cidade alegria pelas grandes festas de carnaval ou os batuques do Pelourinho. Outras características exploradas são a concepção das crenças, o sincretismo religioso e a concentração de 365 igrejas, que reforçam essa ideia da cidade do Salvador. Percebe-se em todas essas representações a constituição de várias características combinadas criando ou reforçando o imaginário coletivo. Weber (1974) chamou essa construção de tipo ideal, que reforçado por Bauman cita: "abstrações que tentam apreender a singularidade de uma configuração composta de ingredientes que não são absolutamente singulares" (2008, p. 39), ou seja, uma classificação que idealiza o indivíduo, a cidade, as atitudes e ações daqueles inseridos nesse lugar (CANEVACCI, 2008, p. 32).

No site Par Perfeito esses tipos ideais ultrapassam as realidades e habitam o ambiente virtual. Supondo que o principal objetivo dos perfis cadastrados é atrair mais visitas e ser almejado pelo sexo oposto, ou um(a) namorado(a), utiliza-se textos e fotografias que refletem de uma forma atrativa a composição de corpo, crenças, ideais e desejos a serem alcançados e ofertados. O corpo como significação e representação constitui uma ferramenta de con-

quista, como Siqueira cita: "Sua postura, forma, disposição, suas manifestações e sensações geram signos que são compreendidos por uma imagem construída e significada pelo interlocutor..." (2006, p. 42).

O perfil do par perfeito como extensão do próprio indivíduo, afirmação essa inspirada com base na concepção de McLuhan, pois é onde se "permitem a participação simultânea de muita gente em determinada estrutura de sua própria vida corporativa ou social" (1964, p. 275). Esses atores sociais assumem papéis mais espetaculares do que aqueles vividos no dia a dia, um espetáculo, segundo Debord (1997), não por ser baseado em imagens, mas sim por uma relação social mediada por outras pessoas baseadas em imagens. Esse meio virtual garante possibilidades de criar mitos que prolonguem desejos e necessidades de serem e estar presentes em uma comunidade. A partir dessa possibilidade uma vida de espetáculos é concebida, em que cada qual cria um perfil mitificado para adquirir melhor imagem ou posição em um lugar onde se é submetido à análise e consequentemente a um consumo por outros perfis que também buscam seu prolongamento.

O indivíduo está sempre em busca de novas representações, ora baseado no que já foi experimentado, ora no que se é percebido. Esses perfis recortados são fragmentações (HARVEY, 1996) percebidas baseando-se nas várias formas de contatos midiáticos, nas quais o indivíduo se recria a partir de inúmeras percepções de um ambiente multifacetado. Incentivados pela comunicação em que são conduzidos ao consumo, a cultura recria possibilidades de estar presente ou de fazer parte de uma sociedade, que por sua vez abriga indivíduos, perfis ou inúmeros bodyscapes (CANEVACCI, 2008) que incorporam signos em seu próprio corpo.

> *O bodyscape é o corpo panorâmico que flutua entre os interstícios da metrópole comunicacional... é o corpo espaçado... persegue acelerações dos códigos antes invisíveis que um corpo insere para assemblages sucessivas ao longo da própria configuração para construir uma fisionomia temporária (CANEVACCI, 2008, p. 30).*

As produções da mídia de massa, por meio dos espetáculos garantidos pela criação de mitos, emissão de imagens, signos, discursos e história com personagens possíveis, em que a semelhança de fatos não é meramente uma coincidência, criam uma forma de dominação ideológica (KELLNER, 2001) aguçada pelo consumo. Aproveita-se, por exemplo, o tempo de lazer do indivíduo para transformar suas vontades, desejos e possibilidades de estar inserido na sociedade em desdobramento da ficção, ou seja, para ser alguém esse sujeito busca soluções a partir de personagens midiáticos e para isso é necessário construir perfis que remetam, por exemplo, a um personagem que é cativante, pois garante uma satisfação e consequentemente o sucesso.

> *O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente... Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos... As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje (KELLNER, 2001, p. 9).*

O fetichismo (CANEVACCI, 2008), carregado de signos, leva ao indivíduo possibilidades de realizações, desejos inclusos a serem realizados, regras a serem quebradas. Passar a existir em um mundo visual e urgente, pronto para o consumo cheio de representações midiáticas que alcançam realizações, e principalmente promete um caminho fácil e sublime para se conseguir o topo.

Como promoção pessoal na qual se expõem as próprias qualidades no intuito de atrair a atenção de outrem: da sociedade produtora à sociedade consumidora (BAUMAN, 2008), em que não é formado um sujeito sem antes , primeiramente, virar uma mercadoria, ou seja, mudam-se os gostos, formas de ser ou de existir para se fazer parte do sistema, dessa forma se é consumido e vendidos símbolos que constituem cada perfil. A sociedade de consumo encontra na prática de consumidor formas de integração na sociedade, pertencimento a alguma comunidade onde cerceada por princípios de aceitação tem como premissa ostentar um poder que ora foi demonstrado em um mito criado para disseminar a nova necessidade.

O encontro dessas possibilidades: as representações que povoam e doutrinam o imaginário, corpo como cultura, a cidade como metrópole, premissas de uma comunidade, são preceitos estabelecidos no Par Perfeito. Encontra-se um indivíduo pontilhado constituído de várias perspectivas, itens e representações que almejam garantir a aceitação (ou aprovação) em um ambiente, a priori, com uma premissa de existência: o consumo de si próprio por outrem (no caso dos outros perfis).

> *Vivemos todos de um idealismo furioso do sentido e da comunicação, de um idealismo da comunicação pelo sentido e, nesta perspectiva, é a catástrofe do sentido que nos espreita.*

Mas há que ver que o termo de catástrofe não tem este sentido 'catastrófico' de fim e de aniquilamento senão na visão linear e acumulação, de finalidade produtiva que o sistema nos impõe (BAUDRILLARD, 1991, p. 108-109).

Essas formas de percepção ganham espaço, pois cada vez mais o indivíduo faz parte de um todo, onde sai de mero espectador e passa a fazer parte de um ambiente que permite sua integração e interação às formas de atuação. Ser e estar, esta é a finalidade de um perfil. Ser almejado, desejado, acumular qualidades provenientes de outros meios e indivíduos que são reconhecidos a partir dos meios de massa. Estar entre os preferidos, poder escolher, decidir com qual se estabelecerá um contato, responder ao e-mail e estar de acordo com o ideal imaginado. É esse o sentido geral buscado pelos perfis aqui estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pertencer a muitas comunidades, tribos e não estar ligada a nenhuma. Ter a liberdade de ser muitas pessoas, conhecer outras sem a necessidade de criar laços afetivos duradouros. Nessa era em que as ações e atuações quaisquer, sejam elas afetivas, sociais e profissionais são efêmeras acompanhando a evolução tecnológica. Desde a Escola de Frankfurt, onde o conceito de Indústria Cultural foi abordado, que a mídia continuamente procura formas de atuar no imaginário do indivíduo, seja por meio da construção de mitos, signos ou da transformação da cultura de massa em mercado capitalista. Essas possibilidades são as principais responsáveis na construção da identidade do ser, em que através de signos estimulam essa formação que não é fixa e sim passageira e inten-

cional, normalmente baseada na cultura de mídia que invade nossas casas com personagens de boa aparência, sucesso profissional, amoroso e principalmente inserido em uma comunidade, ou seja, forma intrínseca de se viver bem."Há uma ruptura da passagem das atividades cotidianas para o modo específico de atuação do indivíduo na rede. Obriga um deslocamento do self. O indivíduo se vê diante da tarefa de reinscrever a sua identidade num novo ambiente de se auto-representar" (ARANHA FILHO,1996, p. 72).

Os perfis do Par Perfeito buscam sua construção na descrição das próprias necessidades que estão de acordo com a oferta do site em questão, ou seja, se os cariocas buscam pessoas que gostem de frequentar praias e consequentemente aquelas que são bronzeadas, os indivíduos que almejam um par utilizam em suas descrições alternativas que os levem a ser aquele perfil desejado, assim poderão ser inseridos no hall de cem por cento de compatibilidade, sendo elevados ao topo da lista.

O descomplicado está ganhando espaço na contemporaneidade. Com o advento da internet, muitas barreiras estão sendo superadas, há uma reorganização dos conceitos de tempo e espaço resultando em mudanças sociais e perspectivas de futuro. A tecnologia gera demanda por velocidade, que impulsiona o desenvolvimento aguçando novas necessidades e novos desejos, normalmente efêmeros, que são atendidos imediatamente pelo mercado capitalista. Segundo Hall (2002), o sujeito pós-moderno é aquele que possui uma identidade móvel, pois foi segregada a ideia do sujeito integrado, ou seja, é descentralizado o indivíduo, gerando nele uma crise de identidade, perdendo "um sentido de si".

Segundo Bauman (2005), a identidade é uma tentativa de se alcançar o impossível, o que não pode ser realizado naquele momento,

em tempo real, como se está acostumado a fazer na modernidade líquida. A identidade não é estável, ela é determinada pelo indivíduo na busca do próprio caminho, chegando assim, mesmo que temporariamente, ao pertencimento ou poder estar inserido em muitas "comunidades de ideias e princípios". Não estar fora de um ambiente e nem totalmente inserido em algum lugar: uma ambigüidade, um movimento de inconstância comum na construção das várias identidades que cerceiam o sujeito contemporâneo, pois, os grupos ou tribos que se encontram pelas ruas, comunidades físicas ou virtuais mudam ou não permanecem imóvel por muito tempo. Essas identidades fragmentadas, esses indivíduos com crise ou uma constante construção de identidade povoam o site Par Perfeito, atores sociais que fazem parte de uma "comunidade" onde teoricamente se possui uma mesma finalidade, a principal saída ou o meio mais fácil e rápido de se alcançar o Happy End.

REFERÊNCIAS

ARANHA FILHO, J. Comunicação e Política: Mídia e tecnologias. Rio de Janeiro: Cebela, 1996.

BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANEVACCI, M. Fetichismos Visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CHAUÍ, M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JUNIOR, J.E.A. Chats: Comunicação e Sociedade: as relações sociais nos chats. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói: Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, 2002.

KELLNER, D. A cultura da mídia. São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES. D. (Org). Sociedade Midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MAFFESOLI, M. O tribalismo. In: MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAUSS, M. As técnicas corporais. In: Mauss, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: EDUSP, 1974.

MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1964.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCHT S. (Orgs.). Textos em representações sociais. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTAELLA, L., NÖTH, W. Comunicação e Semiótica. São Paulo: Hacker, 2004.

SIQUEIRA, D.C.O. Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea e cena. Campinas: Autores associados, 2006.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[97] . Brasília: IBGE; [atualizada em 2009; acesso em 2009 jul 12].

Par Perfeito[98] . Rio de Janeiro: Par Perfeito; c-2000

97 Disponível em: http: //www.ibge.gov.br.

98 Atualizada em 2009; acesso em 2009 jul 8, 15, 19, 30]. Disponível em: http://www.parperfeito.com.br.